

# TRATADO DA CIRCULAÇÃO E DO CRÉDITO

# TRATADO DA CIRCULAÇÃO E DO CRÉDITO

ISBN 978-85-89075-15-2

Pinto, Isaac de, 1715-1787.

Tratado da circulação e do crédito (1770) / Isaac de Pinto ; tradução de Juliana Vermelho Martins. - Curitiba, PR : Segesta, 2015.

320 p. ; 21 cm.

Tradução de: *Traité de la circulation et du crédit.*

1. Economia – Obras anteriores a 1800. 2. Créditos - Obras anteriores a 1800. I. Título.

CDD ( 22ª ed.)

330.1

Dados internacionais de catalogação na publicação  
Bibliotecária responsável: MARA REJANE VICENTE TEIXEIRA

ISAAC DE PINTO

TRATADO DA CIRCULAÇÃO  
E DO CRÉDITO  
(1770)

Tradução de Juliana Vermelho Martins

CURITIBA  
2015



SEGESTA  
EDITORA

Título original: Isaac de Pinto – *Traité de la circulation et du crédit*

© JULIANA VERMELHO MARTINS

Capa: DANIELA VICENTINI sobre CHARDIN, Jean-Baptiste-Siméon,  
*O castelo de cartas*, c. 1740, Galleria degli Uffizi, Florença

Diagramação: PAULA BONARDI

Revisão: SILVANA SEFFRIN



SEGESTA  
EDITORA

Rua Des. Westphalen, 15, conj. 1.705

Curitiba/PR

80010-903

[www.segestaeditora.com.br](http://www.segestaeditora.com.br)

e-mail: [segesta@uol.com.br](mailto:segesta@uol.com.br)

## SUMÁRIO

CARTA DO EDITOR AO LIVREIRO.....	7
PREFÁCIO .....	11
EXCERTO CRÍTICO DE UMA OBRA INTITULADA <i>BALANÇO GERAL E COMENTADO DA INGLATERRA DESDE 1600 ATÉ O FIM DE 1761</i> .....	19
REFLEXÕES SOBRE <i>AS CARACTERÍSTICAS DO ESTADO POLÍTICO DO REINO DA GRÃ-BRETANHA</i> E OUTRAS OBRAS INGLESA SOBRE O MESMO ASSUNTO.....	29
<b>TRATADO DA CIRCULAÇÃO E DO CRÉDITO .....</b>	<b>43</b>
PRIMEIRA PARTE .....	45
ALGUMAS PALAVRAS SOBRE OS FUNDOS DA HOLANDA.....	82
SEGUNDA PARTE .....	97
ESTADO DAS FINANÇAS NA INGLATERRA NO FIM DA SESSÃO DO PARLAMENTO EM 1770 .....	121
TERCEIRA PARTE .....	129
QUARTA PARTE .....	171
ANEXO AO TRATADO DA CIRCULAÇÃO E DO CRÉDITO .....	205
CARTA SOBRE A INVEJA NO COMÉRCIO.....	219
QUADRO OU DISSERTAÇÃO SOBRE O QUE CHAMAMOS COMÉRCIO, OU MELHOR, JOGO NO MERCADO ACIONÁRIO, NA HOLANDA .....	267
DESENVOLVIMENTO DOS INCIDENTES E CAUSAS QUE PODEM FAZER SUBIR OU BAIXAR AS AÇÕES NA CRISE DO <i>RESCONTE</i> , INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER EVENTO REAL E POLÍTICO .....	279
MÉTODO .....	285
ENSAIO SOBRE O LUXO .....	293
CARTA DO AUTOR AO SENHOR D. SOBRE O JOGO DE CARTAS.....	311



## CARTA DO EDITOR AO LIVREIRO

Haia, 1.º de janeiro de 1771.

Aqui está, Senhor, o manuscrito do qual lhe falei. Seria impossível para mim oferecer a meu velho amigo presente mais belo. Deixo-lhe a tarefa de começar um novo ano tipográfico sob os melhores auspícios.

O estimável autor não é daquelas pessoas a quem a prudência deve mandar conter-se atrás das cortinas até que a peça comece. Ele não se esconde por medo de ser conhecido, uma vez que não pode deixar de sê-lo, acima de tudo, pelo que há de mais distinto nas cortes da Europa. Entretanto, exige que seu nome não apareça na capa deste livro. É que a mais leve suspeita de ostentação preocupa as almas ingênuas, até mesmo aquelas que são suscetíveis a essa pequena vaidade.

Isso me obriga a fazê-lo saber como cheguei a esses papéis para poder editá-los. Conversava há algum tempo sobre a matéria de que se trata aqui com uma pessoa cuja amizade e a confiança são-me tão preciosas quanto muito me honram. Eu reclamava de não ter podido chegar ainda a formar ideias claras sobre o assunto: “Eu li”, disse-lhe,

“o que os filósofos escreveram sobre isso, mas temo que a imaginação deles, muito fértil, tenha somente começado a construir castelos no ar, cujas fundações não estejam na natureza. Foi assim que o retórico, discursando sobre a arte militar, chamou a atenção de Aníbal e encantou o resto do auditório. Em outros escritos, menos enfeitados, menos polidos e menos sedutores, o preconceito, o interesse pessoal, o espírito de grupo revelando-se completamente, fazem-me suspeitar deles. O que não vi ainda, o que gostaria de ver, são os ensinamentos de um homem imparcial, absorvido pelo assunto de que trata, tão perito na prática quanto sábio e profundo na teoria. Ensinamentos resultantes de uma longa experiência, somente sobre a qual pode-se formar o verdadeiro sistema.”

O amigo com quem falei fez-me compreender que haveria meios de satisfazer-me. E alguns dias mais tarde teve a bondade de me emprestar estes papéis com a permissão do autor. Eu li, fiquei impressionado, senti não poder repetir mais vezes a meu critério uma leitura que me trazia novas e importantes verdades. Quis ter a cópia desses escritos, soube que outros partilhavam meu desejo a esse respeito, mas que seria difícil convencer o autor, em vão solicitado há vários anos a dar asas à sua obra. Ele tinha escrito para si mesmo e, se comunicou suas ideias, foi somente porque elas tinham sido julgadas úteis em uma circunstância das mais graves. Mostraram-lhe então a grande utilidade pública de seu sistema, convenceram-no, assim como estavam convencidos aqueles que o haviam lido, de que dependia dele fazer um grande bem, não somente à Europa inteira, ameaçada por uma guerra, por causa dos princípios humanos e salutareos que ensina, mas também a cada Estado da Europa em particular, pelas ideias tão novas e bem desenvolvidas sobre um assunto que lhes é de grande importância. Na

verdade, os dirigentes dessas nações enraivecidas entre si podem se deixar tocar por essas noções, convencendo-se de que seus verdadeiros interesses não se sobrepõem como eles parecem crer; que o comércio, no qual todos querem se envolver hoje, não pode ser bem feito por ninguém a não ser na mais profunda paz; que a inveja os mina; que a guerra os destrói. As máximas desta obra, sinceramente adotadas e constantemente seguidas, podem contribuir para reforçar o crédito nos Estados em que ele vacila. Na Inglaterra, onde o crédito público nunca foi atingido, suas ideias acalmarão os verdadeiros patriotas em relação aos fantasmas que se veem em relação à sua dívida nacional. Os ingleses, sempre atentos a seus grandes interesses, verão com prazer como recuperar alguns abusos fáceis de corrigir e a indicação de diversos meios excelentes, não para liquidar inteiramente a dívida pública (o que, como se demonstra, produziria um grande mal), mas para afastá-la de um *maximum* perigoso, reduzindo-a a um termo médio que sempre torne o Estado opulento e respeitável, as manufaturas florescentes, os súditos contentes e desejosos de deixar depois deles uma numerosa prole.

Por todas essas razões, o autor rendeu-se. O motivo de fazer bem aos homens foi tão poderoso sobre um espírito como o seu que, não só ele não mais teme (ousou dizer) ser de maneira infundada taxado de buscar glória vã se publicar seu trabalho, mas deseja até vê-lo aparecer o mais cedo possível. Por isso deixou-me seu manuscrito. Resta-me somente pedir-lhe, Senhor, que execute prontamente o que for necessário para divulgar as visões nobres do autor e diminuir a espera de várias pessoas respeitáveis, inclusive a minha, porque sou homem também. Ainda que haja cópias da maior parte desses textos em mãos de grandes personalidades na França e na Inglaterra, isso não deve causar-lhe

qualquer mal, ao contrário. Essas cópias são pedaços esparsos, imperfeitos e defeituosos, sob certos pontos de vista, e seus ilustres possuidores até aqui os guardaram cuidadosamente, para seu uso particular. O que eu lhe envio compõe um todo reunido, ligado, retocado, retificado, examinado diligentemente há oito anos e bastante aumentado, como o Senhor poderá ver com seus próprios olhos, pelo número de correções, de notas e de adições essenciais, das quais encontrará carregado esse volume.

Eu não falarei muito sobre o estilo sábio, amável, leve, que reina no texto. Leia, imprima: se há um livro que não precisa de elogios, é este.

Aproveito com alegria a ocasião de testemunhar publicamente minha estima e minha amizade.

Senhor,  
seu muito humilde e obediente servo.

C. G. F. Dumas

## PREFÁCIO

A primeira parte deste ensaio foi escrita na França em 1761. É por isso que se entrou em detalhes sobre várias particularidades que se ignoravam naquele país sobre o assunto dos fundos da Inglaterra. Imprimiram-se muitas cópias em Paris, senhores ingleses que lá se encontravam depois da paz deram-me essa honra. Parece que este texto será impresso um dia, e eu seria receoso que ele o fosse de maneira truncada, ainda mais que, não tendo sido feito com a intenção de ser publicado, não se tinha dado a ele novas provas que agora aparecem, além da extensão e do grau de clareza que elas pareciam exigir. Eu até vi recentemente em papéis ingleses que minhas ideias começavam a se introduzir naquela nação, o que não é surpreendente, existindo lá há três anos várias cópias manuscritas da primeira parte deste ensaio. Ingleses muito instruídos tinham-me dito em Paris que meu sistema, em relação à dívida nacional, era certamente novo.

Soube que acabaram de publicar a partir de meus princípios uma brochura<sup>1</sup> na qual se sustenta que a oposição que o Rei William<sup>2</sup> encontrou no Parlamento da Inglaterra aos subsídios foi a causa da opulência desse reino, porque as contrariedades da nação obrigaram o monarca a introduzir na Inglaterra empréstimos como os da Holanda, o que enriqueceu o reino. Reconheci nessas linhas a adoção de

---

1 *An Essay on the Constitution of England*. O autor atribui à oposição que William III encontrou no Parlamento sobre o tema dos subsídios o grau de glória, desconhecido nos séculos precedentes, ao qual a nação chegou. Ele explica essa afirmação deixando claro que antes do reinado do Rei William não se conhecia outro método de obter os subsídios necessários para as despesas do ano a não ser criando taxas e impostos equivalentes, que eram muito altos, como acontece necessariamente em tempos de guerra. Esses impostos caíam diretamente sobre o povo em geral, sem que nenhuma parte desse povo lucrasse com essa perda pública, ainda que não se temesse nada tanto quanto uma guerra no exterior. Mas então se imaginou, dizem, um método feliz para socorrer a Coroa sem sobrecarregar o povo, e isso por meio de contribuições voluntárias daqueles que estavam ávidos por fornecer seu dinheiro mediante 7 ou 8% de juros, enquanto o bom povo inglês ficava tranquilo, à vontade por não ter outras taxas a pagar a não ser aquelas necessárias unicamente para custear os juros anuais das somas adiantadas. Esse método foi tentado no início com certo medo, tanto do lado do credor quanto daquele do devedor. Seus bons e salutares efeitos não se fizeram sentir durante o reinado de William, cuja vida foi sempre agitada por diferentes facções. Mas podemos datar da descoberta desse projeto a grande mudança na constituição que levou a Grã-Bretanha a esse grau de potência ao qual ela chegou desde então. A partir desse momento, desenvolveu-se a habilidade dos ingleses para apoiar a guerra no estrangeiro, primeiro em disputas não proveitosas para o que se chamava equilíbrio da Europa, mas depois em conquistas úteis por si só, em todas as partes do mundo. A partir desse momento, a constituição da Inglaterra foi animada de um espírito semelhante àquele que reinava na antiga Roma, onde as guerras no exterior nunca interrompiam as disputas e insubordinações domésticas. A guerra, ele acrescenta, tornou-se vantajosa na Inglaterra para quase todos os tipos de pessoas. O pobre a deseja porque a maior procura por serviços aumenta seus preços. O rico a deseja porque quanto mais forte for a demanda de dinheiro, maior é a vantagem que têm aqueles que o possuem. Isso deu grande desenvoltura às medidas do governo, uma vez que essa aprovação geral lhe dá poder ilimitado. Ele observa ainda que o crédito aumentou na proporção do crescimento da dívida. Há muito de verdadeiro nesses raciocínios, mas eles poderiam orientar mal os mais inteligentes na dedução das consequências. Eu os apresentei de maneira mais moderada no meu *Tratado sobre a dívida nacional*. (N. do A.)

2 William III de Inglaterra, II da Escócia (1650-1702), foi rei da Inglaterra e da Escócia entre 1689 e a sua morte. Foi também Príncipe de Orange e Estatuder dos Países Baixos. (N. do T.)

meus princípios. Percorri essa brochura, mas vi que o autor não provava, como eu, esse sistema. Ele alega outras razões, assim como se pode ver na nota 1. Todo mundo leu meu texto sobre esse assunto em Paris em 1761. Fizeram-me perceber então algumas obscuridades, que escapam facilmente àqueles que, tomados por seus assuntos, acreditam ser claro o que o leitor não acha tão evidente. Tentei remediar isso e me orgulho de ter levado até à demonstração os princípios que são sua base. As verdades que disso resultam não são verdades estéreis e de pura especulação, elas interessam igualmente o público e os principais países da Europa.

Ouso garantir que durante minha estada em Paris fiz com que várias pessoas deixassem de lado os preconceitos que tinham sobre o crédito da Inglaterra. Acreditava-se que ela não tinha recursos apesar de seus sucessos, previu-se uma bancarrota nacional de um momento a outro que transtornaria o reino. Mostrei que isso era uma ilusão.

Os ingleses em geral sabem pouco sobre os imensos recursos da França, e os franceses ignoram completamente aqueles da Inglaterra. Essas duas nações são feitas para se estimarem, viverem em paz e, infelizmente, se desentendem com frequência por pretensos interesses, que talvez não sejam mais do que mal-entendidos.

A inveja do comércio, a rivalidade da potência, torna as nações inimigas entre si, como pessoas que, participando da mesma corrida, tornam-se rivais e inimigas por causa dessa concorrência. Se alguém pudesse chegar a persuadir os monarcas de que o verdadeiro interesse dos países comerciantes não se sobrepõe, como tento provar na carta que se encontra no fim desse texto, a paz poderia ser mais estável e o gênero humano mais feliz.

Previno o leitor de que meu sistema sobre o crédito e a circulação deve ser lido calmamente e mais de uma vez. A matéria é abstrata e escapam sempre a uma primeira

leitura coisas essenciais ao espírito do sistema. Muitas vezes encontram-se no fim de um discurso as provas que fortificam e esclarecem as primeiras afirmações. Algumas vezes não é possível sentir a verdade das últimas proposições se não se concebeu bem as anteriores.

Observou-se mais de uma vez que é mais difícil escutar bem do que falar bem, pelo menos é certo que há ainda mais gente que fala bem do que aquelas que escutam bem. Ouve-se com distração, com prevenção, mais ocupado normalmente com aquilo que se quer responder do que atento ao que o outro diz. A maior parte dos leitores está no mesmo caso. As distrações na leitura são muitas vezes inevitáveis, mas se pode também compensá-las mais facilmente por uma segunda ou terceira leituras, principalmente dos trechos essenciais que não forem longos e que contiverem verdades importantes.

A impaciência e a vivacidade fazem ainda com que o leitor se previna a princípio contra uma proposição nova pela quantidade de objeções que se apresentam a seu juízo, e que ele perca a fleuma e o sangue-frio necessários para seguir o autor e a fim de avaliar as soluções que ele apresenta. O que se deseja é encontrar em uma página o que é matéria de um livro inteiro.

Aqueles aos quais esses assuntos não interessam não têm nada a fazer lendo esse texto, não é para esses que ele é feito. Aqueles que se interessam verdadeiramente ficarão à vontade para lê-lo mais de uma vez e peço que o façam com atenção. J. Jacques Rousseau diz em algum lugar que ele não tem o dom de ser claro para aqueles que não querem ser atentos. Se tal pintor de nossas ideias assume essa posição, é preciso ser ainda mais indulgente com um escritor sem pretensão que, entretanto, aborda verdades importantes de uma nova maneira. Quanto ao estilo, não me ative senão às coisas e de forma alguma às palavras.

Tive de destruir preconceitos inveterados, pareço frequentemente atacar verdades com as quais eu mesmo concordo, mas cuja aplicação viciosa conduz a erros perigosos. Parecendo muitas vezes repetir o que outros disseram, digo coisas muito diferentes. De maneira abstrata, a verdade é indivisível, simples e inalterável. Não há uma verdade maior do que outra. Mas as relações infinitas que as verdades têm entre elas não são tão fáceis de distinguir, e acredito que aí está a principal fonte de nossos erros, cada um acreditando apoiar-se nas verdades das quais partiu.

Peço desculpas também pelas repetições muitas vezes necessárias, sempre úteis, que reconstituem verdades fundamentais e lhes dão novo grau de clareza. São menos repetições do que resultados, os quais são sempre bons de serem lembrados de tempos em tempos. Além disso, há ideias que se deve, de certo modo, dividir em facetas para concebê-las bem. Se uso às vezes um estilo um pouco figurado, é pelo menos sem querer ser afetado. Tive de aproveitar as menores ocasiões para embelezar um assunto naturalmente seco e pouco fértil em amenidades. As figuras que não têm nada de muito rebuscadas são como flores que se podem facilmente encontrar em solo árido.

Coloquei em notas as coisas que teriam tornado o texto muito digressivo ou atrapalhado as transições.

Os meios que indico na segunda parte para consolidar o fundo de amortização (*Sinkingfund*) na Inglaterra e criar, a partir dele, outro auxiliar e permanente que faça extinções tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz são somente ideias vagas das quais mostro a necessidade, a possibilidade e a utilidade. Cabe à nação inglesa empregá-los, se ela o julgar adequado, na forma conveniente à sua constituição. Não que eu tema o ridículo que se espalhou sobre os fazedores de projetos. Esse preconceito injusto é,

acima de tudo, ridículo. De um projeto depende frequentemente a salvação de um Estado, não se deve desprezar os médicos porque há um grande número de charlatães. Quando Colombo suspeitou da existência de um novo mundo, disse Voltaire, argumentaram com ele que a coisa era impossível, tomaram Colombo por um visionário. Quando ele fez a descoberta desse novo mundo, disseram que tal mundo já era conhecido muito tempo antes. O desprezo pelos projetos poderia impedir muitas pessoas de produzirem bons projetos, mas esse não é o meu caso. Indico os meios conhecidos e praticados em outros lugares. Além disso, tudo o que faço é indicar os materiais deixando aos outros a tarefa de construir um edifício durável.

*Fungar vice cotis, acutum  
Reddere quae ferrum valet, exsors ipsa secandi.*<sup>3</sup>

Muito me lisonjeia saber que se poderão encontrar nas refutações que faço da *Teoria do imposto* do Marquês de Mirabeau<sup>4</sup> e do *Balanço da Inglaterra*<sup>5</sup> os elementos de um código completo de finanças. Convido os espíritos mais metódicos e mais profundos a desenvolver todos os seus princípios, a deixá-los absolutamente claros e em melhor ordem. Peço ao autor da *Teoria do imposto*, obra que contém, por sinal, coisas excelentes, que me perdoe a liberdade que tomei em criticar seu sistema. Admiro seu bom senso,

---

3 Farei o trabalho da pedra de amolar, que não tem fio para cortar, mas é capaz de dar gume ao ferro. Horácio, *Arte poética*, versos 304-305. (N. do T.)

4 Victor Riqueti, Marquês de Mirabeau (1715-1789), economista e filósofo francês, autor, entre outras, da obra *Théorie de l'impôt*, Paris, 1760. (N. do T.)

5 Referência da obra citada várias vezes no texto como simplesmente *Balanço*: VIVANT DE MEZAGUE. *Bilan général et raisonné de l'Angleterre depuis 1600 jusqu'à la fin de 1761, ou Lettre à M. L. C. D. sur le produit des terres et du commerce de l'Angleterre*. 1 v. in-8, 1762. (N. do T.)

aprecio e respeito seus sentimentos porque são aqueles de um homem honesto, mas seu sistema sobre os impostos me parece contrário ao objetivo ao qual se propõe. Desfrutei somente uma vez da amenidade de sua conversação em Paris na casa de Mylord Hertford, Embaixador da Inglaterra. Fiquei encantado. Uma longa indisposição impediu-me de buscar cultivar, como me propunha, essa amizade e usufruir dela durante o resto do tempo em que estive em Paris. Acredito-o muito filósofo para se zangar comigo, coisa com a qual não estou inteiramente de acordo. Digo o mesmo ao autor do *Balanço da Inglaterra*. Hume<sup>6</sup>, o qual refuto também algumas vezes, reconheceu-me e deu-me mais de um sinal de afeição e de amizade, pelos quais terei para sempre a glória de testemunhar-lhe minha gratidão. Todos nós buscamos só o bem público, temos o mesmo objetivo. Não se trata aqui de brigar para ver quem é mais inteligente, eu teria perdido a minha inteligência se acreditasse poder entrar em disputa com esses senhores sobre qualquer outro assunto além desse que abordo aqui. Eles têm sobre mim todo tipo de vantagens, mas eu tenho aquela de ter, por experiência própria e por estudo particular, aprofundado de qualquer forma o assunto de que trato. Se eu tivesse a graça de seus estilos e as outras vantagens que eles têm sobre mim, esse tratado teria um grau de perfeição que lhe falta e que poderá adquirir um dia nas mãos de uma pessoa mais hábil. Aí está tudo que tenho a dizer por mim mesmo. Minha obra dirá o resto.

---

6 David Hume, filósofo inglês (1711-1776). Sabe-se que ele e Isaac de Pinto se conheceram de acordo com o artigo *Hume and Isaac de Pinto*, escrito por Richard H. Popkin, *Texas Studies in Literature and Language*. v. 12, n. 3 (Fall 1970), p. 417-430. (N. do T.)



# EXCERTO CRÍTICO

## DE UMA OBRA INTITULADA

*BALANÇO GERAL E COMENTADO DA INGLATERRA  
DESDE 1600 ATÉ O FIM DE 1761*

O autor<sup>1</sup> do *Balanço geral e comentado da Inglaterra* quis provar que todo o comércio e também as riquezas da Inglaterra estavam compreendidas na soma de 385 milhões de *tournois*<sup>2</sup>, que são o produto líquido de 35 milhões de acres, a 11 libras por acre, e que todo o seu comércio está englobado nesse produto territorial. A refutação dessa afirmação será vista na terceira parte desta obra. Ele sustenta ainda seriamente que a Escócia, a Irlanda, as Ilhas, as colônias e todo o comércio não acrescentaram nada a essa soma, que, ao contrário, desde a Revolução<sup>3</sup> ou o reinado do Rei William, a Inglaterra sofreu diminuições anuais sobre todos esses artigos. Acrescenta que é dos novos empréstimos que ela paga os juros dos antigos e outras despesas

---

1 Como esse livro é frequentemente citado no tratado que segue, acreditou-se ser necessário fornecer previamente sua sinopse aqui. (N. do A.)

2 Libra *tournois*: moeda de referência utilizada no reino da França no período conhecido como Antigo Regime (do Renascimento até a Revolução Francesa). (N. do T.)

3 Revolução Gloriosa (1688-1689). Conflito, na maior parte não violento, que depôs o Rei Jaime II dos tronos da Inglaterra, Escócia e País de Gales e colocou no lugar sua filha Maria II e seu genro, William III. (N. do T.)

feitas no exterior e que o estrangeiro forneceu um terço<sup>4</sup> desses empréstimos. Quanto ao paradoxo extraordinário e, ousado dizer, insustentável, de que a Inglaterra, longe de ganhar, perdeu em seu comércio pela união com a Escócia porque esse reino é pobre e a Inglaterra, rica, e que não é, diz ele, a França que pode ganhar diante da Savoia, digo que isso é um verdadeiro jogo de palavras. Esta época é, sem discussão, a da grandeza da Inglaterra, como a tomada de La Rochelle é a época da grandeza da França.

Basta, para refutar o autor, servir-se de suas próprias armas. Depois de ter proposto que a renda da Inglaterra não aumentou, ele diz que a única vantagem da Inglaterra por seu comércio com a Escócia é, 1.º, retirar dali os homens que lhe fornecem sua habilidade e seu trabalho a um preço melhor do que o fazem seus próprios habitantes, donde resulta ainda para ela menos despesa. Paro por aqui. Pergunto se é possível imaginar uma vantagem maior, mais essencial e que influencie mais imediatamente o comércio. Como um homem de bom senso pode ver esse princípio sem perceber dele as consequências? 2.º, ele confessa que a segunda vantagem é a de tirar dali os homens que servem à Inglaterra para substituir aqueles que ela perde continuamente por seu luxo, por seu comércio, por sua navegação e por suas guerras. Ela está menos sujeita a se despovoar: são seus próprios termos. Não se poderia, na verdade, colocar de forma mais clara e luminosa a vantagem imensa da reunião com a Escócia, que o autor insiste em diminuir no corpo de sua obra. Devo, entretanto, acrescentar que os escoceses reclamam que a Inglaterra, depois da reunião, desfruta e se aproveita das despesas que os membros do Parlamento

---

4 Sei com certeza, a partir de todos os banqueiros de Londres, que os estrangeiros não têm mais do que um oitavo na dívida nacional. (N. do A.)

faziam anteriormente em Edimburgo quando o parlamento lá se mantinha. Isso é incontestável. Edimburgo é menos rica, mas é fato, por outro lado, que o resto da Escócia é menos pobre que antes dessa reunião, *vis unita major* (a união faz a força).

Em relação à Irlanda, o autor traça um quadro curioso para atualizar a prosperidade dessa ilha que, tendo se tornando mais voltada à agricultura, naturalmente tornou-se mais manufatureira de seus próprios produtos. Assim, continua, ela não busca na Inglaterra mais do que uma pequena quantidade de lençóis finos, alguns papeis, um pouco de carvão, algumas ferragens e algumas mercadorias que não são nem matéria-prima, nem produtos manufaturados da Inglaterra, como aqueles das Ilhas e das Índias.

Aí está um quadro que é fiel, mas que certamente não anuncia a ruína do reino da Grã-Bretanha, que é a tese do autor. Qualquer um riria de um homem que quisesse provar que a França arruína-se porque algumas províncias se aproveitam bastante do luxo e do consumo que se faz naquela em que reside a corte. É preciso confessar que é um novo método de raciocinar. Mas o autor acrescenta em uma nota que as leis fiscais da Inglaterra, para impedir o contrabando, alienaram o espírito dos irlandeses e que isso terá um dia consequências fatais. Como não tenho a intenção de comentar profecias, não me cabe refutá-las.

O terceiro ponto, que tem relação com as colônias, é mais problemático. Sempre suspeitei que um comércio interno, vindo de uma população proporcionalmente distribuída no território, que resulta da habilidade e da liberdade dos habitantes, é mais natural e mais vantajoso do que aquele das colônias distantes, que levam embora muita gente. A tolerância e a religião protestante atenuam, é verdade, essa desvantagem para os ingleses. A concessão de terras seria

um remédio mais eficaz para isso, mas, sem entrar nessa discussão, é claro que nosso luxo e nossos objetos extravagantes tornaram as colônias necessárias, e é sob esse ponto de vista que se deve examinar a questão. Muitos colonos ricos também retornam para a Inglaterra depois de ter feito suas fortunas na América. As colônias são a maior base de sustentação das manufaturas inglesas.

O autor não pode negar que o tabaco é um artigo que enriquece a Inglaterra, mas ele acrescenta que, se a Europa pudesse ficar sem o tabaco inglês, os estados da Virgínia e de Maryland seriam totalmente arruinados. Com suposições desse tipo, pode-se provar o que se quiser, qualquer comércio é precário, mas não é para os ingleses que ele parece sê-lo mais.

Ele concorda também com o fato de que o bacalhau é um artigo considerável para os ingleses. Entretanto, ele alega que os produtos da terra e as mercadorias que a Inglaterra compra para as colônias têm um valor tão alto quanto o daqueles que ela retira delas para vender aos estrangeiros. Acredito, em primeiro lugar, que essa afirmação é não somente arriscada, mas também falsa e, mesmo se fosse verdadeira, não provaria nada, porque os produtos da terra e as manufaturas produzidos na Inglaterra são o resultado do trabalho e da habilidade, e todo o retorno das colônias que se exporta ao exterior é um ganho líquido. Sem contar o frete, os lucros obtidos por aqueles pelas mãos dos quais tudo isso passa e a manutenção da marinha, tão essencial a esse reino. Aí está uma verdade bem simples que escapou ao autor do *Balanço*.

Ele alega ainda que o comércio da Índia arruína a Inglaterra como arruinou os romanos. Veremos a solução desse problema no corpo deste trabalho. Ele insiste, além disso, que essa companhia introduziu em toda a nação o luxo estúpido do chá e de outras inutilidades igualmente exóticas, caras e perniciosas. Acrescenta ainda outra causa mais plausível para o luxo excessivo dos ingleses: “é que desde a Revolução o Parlamento reúne-se anualmente e as súditas da Rainha Anne começaram a acompanhar seus maridos na capital, a se apresentar frequentemente em público e, conseqüentemente, a mudar costumes que não se mudam na Espanha, diz ele, porque o uso por lá ainda não permite às mulheres se espalhar e de se exibir pelo mundo.” Aí está o que mais contribuiu para tornar, segundo ele, pouco a pouco, a nação menos econômica do que o tinha sido sob o Rei William.

Essas reflexões são tão judiciosas quanto engenhosas e sensatas, mas elas não cobrem todas as causas do luxo. O aumento das riquezas gera sempre o luxo, mas o autor não se preocupa em concordar que essa causa que destrói seu sistema é, entretanto, a principal. O resto da nação inglesa poderia tirar proveito das observações desse autor, ele tem razão em olhar o luxo de ostentação, de vaidade, de aparato e de frivolidade como inimigo destruidor do luxo necessário e sólido.

A observação do autor sobre a desvantagem do câmbio, que ele afirma ter a Inglaterra diante de quase todos os mercados da Europa, prova muito. Veremos a solução disso no corpo deste trabalho. Desde a paz, a observação do câmbio é contra o sistema do autor.

O autor do *Balanço* olha o famoso Ato de Navegação<sup>5</sup> como um monopólio que a nação levantou contra si mesma. Parece-me inconcebível que uma nação tão sábia se engane por mais de um século sobre um ponto tão importante. Observe que esse ato é a obra não de um ministro ou de um ministério, mas da Câmara Alta, principalmente da Câmara dos Comuns, formada pela elite dos negociantes.

A época da ascensão do Rei William ao trono da Inglaterra, que o autor do *Balanço* afirma ser a da decadência do reino, parece, pela história e pelos fatos, precisamente a de sua grandeza, de sua força e de sua opulência. As aparências podem ser enganosas, mas é preciso confessar que elas nos escondem, então, muitas coisas que o autor do *Balanço* é o único a ter a felicidade de perceber.

Seus ataques contra aqueles que ele chama de meros contabilistas financeiros são sem fundamento, como se poderá ver no corpo deste tratado. Os agiotas realizam práticas em surdina muito ilícitas, mas qual comércio não está sujeito a malandragens? Seria ótimo se isso existisse só naquele dos fundos! O monopólio para especular com os víveres e certas outras práticas no comércio não são menos condenáveis.

Quanto à dívida nacional, que ele vê como a ruína da nação, provou-se e demonstrou-se o contrário neste tratado. Ele exagera dizendo que o estrangeiro tem um terço dessa

---

5 O Ato de Navegação foi uma legislação promulgada na Inglaterra por Oliver Cromwell em 1651. Nela se estabelecia que todas as mercadorias importadas por qualquer país europeu fossem transportadas por navios ingleses ou de seus próprios países. Posteriormente, em 1652, especificou-se que o capitão e pelo menos três quartos da tripulação dos navios deveriam ser britânicos. Essa lei provocou uma forte reação dos Países Baixos, que até então obtinham grandes lucros com o comércio marítimo inglês. Em consequência, os dois países mergulharam em guerra, que terminou com a vitória da Inglaterra (1654), marcando o início efetivo da hegemonia marítima britânica. (N. do T.)

dívida. Vi pessoas muito inteligentes que me asseguraram o contrário. Ouso afirmar, a partir de minhas próprias observações, que não passa muito de um sétimo, dos quais se deve descontar, ou colocar do outro lado da balança, o dinheiro que os ingleses também aplicaram nos fundos estrangeiros, como na França, onde eles possuem muitos papéis reais e desfrutam de um juro quase duplo. Eles os possuem em moeda de Steyr, de Danzig, da Sardenha e da Silésia. Quem julga um quadro somente por um traço, quem vê somente um dos lados da moeda, engana-se grosseiramente.

O grande objetivo do autor nesses cálculos, repreensíveis ou mal explicados, é provar: 1.º – que a despesa geral da Inglaterra (trata-se da nação e não do governo) é, há quarenta anos, mais alta que a receita, que as compras aumentam e as vendas diminuem; 2.º – que o comércio da Inglaterra só se faz com a diminuição de sua renda. Ambos são paradoxos contrários aos aspectos político e visível do estado da Inglaterra. Ele seguiu autores ingleses, mas a experiência e o tempo demonstraram a falsidade desses princípios e desses cálculos.

Nosso engenhoso autor, para disfarçar a fraqueza de seu sistema e para justificar em parte o paradoxo, estabelece que a exportação de grãos é o que sustenta ainda o Estado deteriorado da Inglaterra, que ele nos representa como se fosse o Colosso de Nabucodonosor, cujos pés eram de barro. Escrevi um ano antes dele que essa exportação era uma mina de ouro, mas estou bem distante de acreditar, como ele, que só depende da França fechar aos ingleses essa fonte de riquezas. Um país em que a religião não se opõe à procriação, em que a liberdade, a tolerância e o comércio favorecem a população, terá sempre para a agricultura uma vantagem indestrutível.

Eu abriria aqui um parêntese para falar sobre uma coisa que me parece muito verdadeira. É que há na Inglaterra e na França uma condição de prosperidade superior àquela que lhes traria uma grande exportação de grãos: seria chegar a cultivar todo o solo e que o consumo se fizesse pelos súditos dos próprios reinos, o que seria a evidência de uma grande população, que é a primeira manufatura e a mais importante. Além disso, a França só pode cultivar todo seu terreno com o tempo e depois de longa paz. E mais, é preciso ainda, antes de nada exportar, aumentar consideravelmente o consumo interno, aumentando o número de lavradores e cultivadores de todo tipo. Um lavrador, um artesão, um cavalheiro francês, come mais pão do que quatro ingleses, e estes, duas vezes mais carne. Porém, o consumo interno, útil e proveitoso ao reino da França, fará com que a exportação não possa, pelo menos por muito tempo, acontecer em proporção tão alta como aquela que os ingleses estão em condições de fazer.

A cultura de grãos não é a única que a França se importa em proteger. Os vinhedos, os pastos, os bosques entram em seu objetivo como Estado agrícola e esses não se cultivam à custa da prosperidade dos ingleses. A menor parte dos grãos que a Inglaterra exporta é destinada à França, não é fácil desviar o curso de um ramo de comércio. A França produz, ela mesma, as frutas e produtos da terra destinados ao consumo que a Inglaterra busca em Portugal e na Itália em troca de seus grãos. Esses países têm, portanto, um interesse recíproco na preferência pela Inglaterra para seu abastecimento de grãos. Esse reino, mesmo com menor extensão, deve ainda ser mais abundante em grãos que a França, porque, com um bom solo, toda sua grande cultura é em grãos, enquanto na França isso só representa uma parte. Os vinhedos e os bosques ocupam um grande terreno.

Duvido também que para a grande lavoura o terreno na França ultrapasse aquele da Grã-Bretanha. O autor alega, então, sem fundamento, que está nas mãos da França retirar em um segundo da Inglaterra essa rica exportação de seus grãos “que ela só obtém de sua mais pura generosidade e que há cem anos faz sua principal riqueza e sua principal força que, retirando-a dela, a França enriqueceria mais e mais, e reduziria a Inglaterra à sua mediocridade natural, recuperando sobre esta essa superioridade que lhe é devida na ordem natural das coisas.”

Que o autor saiba: 1.º – que não há aqui o caso de um instante, sente-se essa verdade; não é tão fácil que a França, na constituição de seu governo, com tantos solteiros, tanto luxo, encontre tão prontamente agricultores para cultivar todo seu terreno, é questão de tempo e de uma administração trabalhosa; 2.º – que saiba ainda que a população é proporcionalmente maior na Inglaterra, assim como as causas que lhe facilitam o escoamento de grãos tanto na Europa quanto na América; 3.º – que esses dois países podem reciprocamente aumentar suas culturas, suas populações e suas forças sem se prejudicarem mutuamente, e que o verdadeiro interesse dos países agrícolas e comerciantes não se sobre põe tanto quanto se imagina, o que se poderá ver mais em detalhes no fim dessa obra em uma carta sobre esse assunto. Tornemos os países amigos e não rivais, ensinemos a eles que se amem tanto por interesse quanto por humanidade, não os estimulemos a imaginar seu próprio bem na ruína e na destruição de seus vizinhos. O primeiro é tão fácil, tão justo, tão útil, tão humano, tão razoável quanto o outro é difícil e injusto.

A essas reflexões eu acrescentaria uma que me parece importante. Thomas Morus, no primeiro livro de sua *Utopia*, e o Chanceler Bacon, na sua *História de*

*Henrique VII*, dizem que é perigoso destinar terras agricultáveis ao pasto. Resta saber se não se deve ter aí uma proporção entre esses dois objetos, se não é também perigoso colocar muito pasto em terras agricultáveis, e se a Inglaterra não poderia acabar caindo nesse inconveniente encorajando muito a exportação pelos subsídios. A França tem um objeto triplo a gerenciar: as vinhas, os pastos e as terras agricultáveis. O equilíbrio dos três é mais complicado e muito importante. A harmonia política é mais difícil do que se pensa, e esse assunto não é tão fácil quanto parece no *Balanço*. Essas reflexões a respeito da exportação de grãos me pareciam dignas da atenção das duas nações.

# REFLEXÕES

## SOBRE

*AS CARACTERÍSTICAS DO ESTADO POLÍTICO  
DO REINO DA GRÁ-BRETANHA E OUTRAS  
OBRAS INGLESAIS SOBRE O MESMO ASSUNTO*

Acabou-se de ver a sinopse do *Balanço geral da Inglaterra*. Acrescentaria neste momento que todos os ingleses letrados que consultei em Paris sobre meu ensaio asseguraram-me que eu era o primeiro a defender que a dívida nacional tinha enriquecido a nação inglesa. Mas acabam de me emprestar uma obra curiosa intitulada *Characteristics of the present political state of Great Britain*<sup>6</sup>, na qual encontrei ligeiramente mencionados alguns pontos deste tratado e até alguma coisa que parecia estar relacionada ao meu sistema sobre os fundos. Vi aí com prazer que o Dr. Berkeley, Bispo de Cloyne<sup>7</sup>, tinha suspeitado das novas verdades que eu ali desenvolvo a respeito da dívida nacional. Esse prelado se contentou em tornar clara essa verdade expondo-a em forma de pergunta, sem acreditar que devia demonstrar a afirmativa. Aqui está o que se encontra em uma dessas obras chamada o *Interrogador*: “O crédito dos fundos públicos não é uma mina de ouro para a Inglaterra e não se deve temer qualquer abordagem que poderia diminuí-lo?

---

6 *Characteristics of the present political state of Great Britain*, de Robert Wallace, Londres, 1758. (N. do T.)

7 George Berkeley (1685-1753), filósofo irlandês teórico do idealismo empírico ou imaterialismo. (N. do T.)

O crédito não é a principal vantagem que a Inglaterra tem sobre a França e, posso acrescentar, sobre todos os países da Europa? Por causa dele o público não se tornou possuidor das riquezas dos estrangeiros assim como daquelas dos indivíduos e a Inglaterra não é, de certa forma, tesoureira da cristandade?”

O que esse prelado diz sobre o banco de Amsterdã não tem a mesma solidez. Ele acredita que esse banco é uma mina de ouro para Amsterdã. Os estrangeiros pensam que é um dos *arcana imperii*. Eles se enganam: todo o dinheiro se encontra efetivamente, e em espécie, no banco. A soma não é, acredito, tão grande quanto se imagina. Não é hora para verificar se o dinheiro que ali está guardado não é tão inútil à circulação como quando estava escondido nas minas. Estou convencido de que se poderia, sem alterar o crédito nem violar a boa-fé, fazê-lo circular para proveito do comércio.

Volto às *Características do estado geral da Grã-Bretanha*, obra excelente, na qual o autor combate de maneira vitoriosa esse pretensão perecimento da Inglaterra.

O caráter de uma nação opulenta, ele diz, deve ser visível: se os sintomas são decididos em seu favor, deve-se concluir que a nação é mais rica. Quais são esses sintomas? Primeiro, quando o solo produz uma colheita mais ampla. O autor do *Balanço* concorda que a Inglaterra está nesse caso. As terras são, ele diz, melhor cultivadas do que antes da Revolução. O número de habitantes aumentou certamente depois da união. Os animais são mais numerosos e melhor cuidados. As casas, tanto em Londres quanto no interior do país e mesmo na Escócia, são mais bonitas e melhor mobiliadas. O povo está mais bem vestido, mais bem nutrido, principalmente na Escócia. As revistas e as lojas de Londres são como em Paris, tesouros de imensas

riquezas, as mesas mais abundantes e mais elegantes, o preço das terras aumentou, os juros pelo dinheiro diminuíram. O autor das *Características* diz que a mesma coisa acontece na Escócia, onde há novas manufaturas. Percebe-se ali uma melhora geral em todos esses artigos. O quadro que o autor do *Balanço* traça da Irlanda apresenta a mesma proporção. Onde está então o estado deteriorado da Grã-Bretanha ou da Inglaterra, considerado coletivamente?

Escritores ingleses, levados pela paixão, exageraram ainda mais essa pretensa decadência. Aqui está como se exprime um desses tristes retóricos: se o Rei William, diz ele, tivesse conquistado a França, e se tivesse dado todos os bens móveis para indenizar o povo inglês, tudo isso, por mais rico que ele fosse, não teria sido ainda suficiente para pagar todas as nossas despesas. Nem a França, depois de uma devastação tão grande, estaria tão mal quanto a Inglaterra. Esse visionário só tinha na cabeça a dívida nacional, que ele acreditava perdida para a nação. De outro lado, Andrew Hoecke, no ensaio publicado em 1750<sup>8</sup> em réplica a essa afirmação extravagante sobre a pobreza da Inglaterra, defende que todos os fundos da Inglaterra, incluindo o dinheiro cunhado, as terras de cada indivíduo e todo o valor do país aumentaram durante os sessenta anos que seguiram a revolução em 100 milhões de libras esterlinas a mais que durante os sessenta anos que a precederam. No ano de 1628, esse fundo era de 333 milhões, no ano de 1688 era de 616 milhões e no ano de 1748 chegava a 1.000 milhões. Não garanto esse cálculo, nem qualquer outro aritmético-metafísico-político, mas, por aproximação, estou convencido de que ele é mais

---

8 Não foram encontradas referências que pudessem identificar esse autor ou obra.  
(N. do T.)

verdadeiro, mais justo e mais de acordo com as aparências visíveis do que o quadro que nos representa a Inglaterra sob um aspecto contrário ao que o olho, a experiência e os fatos constantes nos provam.

A Inglaterra oferece em toda parte sinais visíveis de um aumento de riquezas. Quando o juro pelo dinheiro é reduzido em uma nação, e quando essa nação tem maior quantidade de grãos, de animais, ou de qualquer tipo de produto da terra destinado à alimentação do que antes, e o preço ainda assim aumenta em vez de diminuir, é absolutamente necessário que haja mais compradores, seja para seu próprio consumo, seja para exportação. Em um ou outro caso, a nação deve ser mais rica. Aí estão as linhas gerais. Isso não impede que aqueles que não aumentaram o numerário de seus fundos pecuniários estejam menos ricos do que estavam.

Fiquei bem satisfeito por encontrar ainda nas *Características* uma reflexão que tinha feito muitas vezes quando lia o *Balanço*. Se fosse verdade, diz esse autor, que perdemos por causa do comércio no estrangeiro, deveríamos gradualmente perder todo nosso ouro e prata. Segundo os princípios de todos esses escritores e também os cálculos de nossos negociantes, continua ele, que soaram o alarme sobre esse assunto desde o começo do século, há muito tempo não teríamos nem mais um xelim no país, o balanço comercial sendo sempre, segundo eles, em desvantagem para nós. Mas a grande quantidade de dinheiro e de baixelas de prata que vemos é uma prova infalível de que há erro nessa especulação e que, de modo geral, a Inglaterra ganha ainda em seu comércio com o estrangeiro. Aí está o que o

autor diz contra os sonhos de Mathieu Decker<sup>9</sup>, Davenant<sup>10</sup> e outros. É claro, acrescenta ele, que se trata de um vasto oceano onde nos perdemos e que suposições semelhantes baseiam-se em princípios enganosos.

Será possível encontrar neste tratado a solução para essa pretensa raridade de espécies, que são uma matéria flutuante que às vezes aumenta, às vezes diminui, por causas alheias ao aumento ou à decadência do comércio lucrativo no exterior. O autor inglês que citei dá ainda outras soluções plausíveis e demonstra que a decadência de alguns ramos não prova sempre uma decadência total.

Ele prova, assim como eu, que o estabelecimento de bancos sob a proteção do crédito aumenta continuamente a moeda corrente, espalhando notas que circulam como dinheiro. Quanto maior for essa circulação, mais a indústria e o comércio aumentarão. Ele responde também a duas objeções de Hume: uma, que os papéis emitidos impedem a aquisição de maior quantidade de ouro e de prata; outra, que eles aumentam o preço do trabalho e, conseqüentemente, estragam o comércio estrangeiro. Hume acredita que essa nova invenção dos papéis circulantes fecha a entrada aos metais. Pode-se acrescentar às razões do autor das *Características* que a experiência mostra que este é, na verdade, o meio de fazê-las entrar e sair. Em 1763 houve um tão grande descrédito na bolsa de Amsterdã que os

---

9 Mathieu Decker, cavaleiro inglês que teceu teorias sobre impostos na Inglaterra como, por exemplo, retirar todos os impostos sobre bens de consumo. (N. do T.)

10 Charles Davenant (1656-1714), economista inglês, partidário das teorias mercantilistas. Em seus escritos sobre economia, recomendava restrições governamentais no comércio das colônias, ao mesmo tempo em que defendia a liberdade de trocas no país. (N. do T.)

negociantes mais ricos não tinham meios de ter vantagem em nenhum lugar para resolver seus negócios. A venda de seus fundos na Inglaterra lhes foi de grande ajuda. Esse meio foi considerado o mais rápido e o mais fácil para ter grandes somas em espécie, porque o proveniente dessas anuidades foi enviado em ouro e prata. A bolsa da Inglaterra vende frequentemente dessa forma aos holandeses por grandes somas de anuidades.

É verdade que Hume faz mais objeção aos bancos de crédito do que aos fundos públicos, uma vez que ele supõe que, sem as cédulas do banco, a soma teria sido tirada das cédulas circulantes em dinheiro em todos os Estados do mundo. Ele evidencia que há 12 milhões de libras esterlinas em papéis que circulam na praça de Londres. Se você retira, diz ele, esses 12 milhões de libras esterlinas em papéis, o dinheiro nesse Estado fica abaixo do nível em relação a seus vizinhos, e deve imediatamente atrair o dinheiro de todos até que esteja completamente cheio, por assim dizer, e que não possa caber mais.

Essa suposição mal seria possível sobre um objeto de 12 milhões, mas não acredito que Hume queira estendê-la à soma da dívida nacional. Sabe-se bem que é absolutamente impossível que os ingleses, que emprestaram 100 milhões de libras esterlinas ao governo em diferentes épocas em um século, as tivessem em espécie sem esses empréstimos. Só o enunciado dessa proposição mostrará seu absurdo. Não há tanto dinheiro na Europa, assim a objeção que faz Hume não cai diretamente sobre os fundos públicos. Pode-se encontrar no autor das *Características* a solução em relação ao papel circulante pelos bancos de crédito. A outra objeção de Hume é que “multiplicando o dinheiro corrente aumenta-se o preço dos trabalhos e das mercadorias, por consequência, colocamos as nações mais pobres, nas quais o

trabalho e as mercadorias têm preço mais baixo, em situação de trabalhar num preço melhor que o nosso e de vender a preço mais baixo no mercado estrangeiro. Esse até é o resultado necessário de um grande comércio, seja qual for a maneira que se faça, e é uma consequência inseparável de uma grande abundância de ouro e de prata. É por isso que o comércio circula necessariamente, e as nações mais pobres devem retirá-lo pouco a pouco das nações mais ricas. Entretanto, é um consolo, diz-se, perder nosso comércio pela abundância e pelas riquezas. Mas é insensato perdê-lo por uma opulência imaginária e aumentar artificialmente as desvantagens naturais da abundância.”

O autor das *Características* acha ilusória essa objeção contra o crédito do papel. Ela não pode acontecer em relação à dívida nacional, e eu a refuto mais amplamente e de uma nova maneira no meu ensaio. Cabe ao leitor julgá-lo. Mostro que é aumentando a indústria e o consumo que o preço do trabalho aumenta, e que os fundos públicos favoreceram todos os ramos do comércio e da indústria. Não se pode perder de vista que a objeção de Hume tem menos força sobre os fundos públicos do que sobre o papel do banco ou do crédito, ainda que esses dois objetos tenham muitas coisas em comum, porque será sempre igualmente verdadeiro que o papel do banco, assim como os fundos, é um efeito do crédito, que ele aumenta a circulação e que o comércio se expande com o crédito: é seu elemento. Não é possível que um comércio expandido se faça com dinheiro vivo. A abundância das espécies e uma circulação próspera protegem a indústria, e o papel circulante como uma moeda deve realmente ser considerado espécie, uma vez que executa precisamente suas funções. Tudo o que serve para tornar mais fácil a troca de mercadorias e para fixar seus diferentes valores relativos deve ser considerado

como se fosse dinheiro, uma vez que não tem outro uso, exceto realizar um dia essa estrofe da Ode de Rousseau ao Marquês de la Fare:

*Ah! Si d'une pauvreté dure  
Nous cherchons à nous affranchir,  
Rapprochons-nous de la Nature  
Qui seule peut nous enrichir;  
Forçons de funestes obstacles,  
Réservons pour nos tabernacles  
Cet or, ces rubis, ces métaux;  
Ou dans le sein des mers avides  
Jettons ces richesses perfides,  
L'unique élément de nos maux.*

*Ah! Se de uma dura pobreza  
Buscamos nos desprender,  
Aproximemo-nos da Natureza  
Que sozinha pode nos enriquecer;  
Forcemos funestos obstáculos  
Reservemos para nossos tabernáculos  
Este ouro, estes rubis, esses elementos;  
Ou no seio dos mares ávidos  
Joguemos estas riquezas pérfidas,  
O único componente de nossos tormentos.*

O autor tem razão em dizer que não fica à vontade para atribuir limites ao uso do crédito e para decidir quanto uma nação pode tomar emprestado. Jamais será uma boa política ir tão longe quanto se possa, é melhor manter-se bem abaixo do limite seguro sem nunca esticar muito o crédito público. Veremos isso que digo no decorrer desta obra.

Se exportarmos dinheiro, diz nosso autor, para comprar mercadorias estrangeiras, ganhamos bens pelo valor desse dinheiro, que durante o comércio rendem juros. Essa afirmação me parece arriscada ou no mínimo problemática, ela deveria ser mais desenvolvida.

Todos os sinais da opulência, repete ainda o mesmo autor, são evidentemente aumentados, o alto preço das terras, a redução dos juros, o luxo mesmo, mostram o crescimento das riquezas.

Segundo o próprio Hume, o juro baixo do dinheiro é um sinal quase infalível da prosperidade de um povo. Prova, diz ele, quase demonstrativamente, o crescimento da indústria e a pronta circulação de dinheiro em todo o

Estado. Porém, o aumento dos títulos de crédito contribui infalivelmente para o baixo preço do juro do dinheiro: como esses títulos podem então causar os maus efeitos que Hume lhes atribui adiante?

Nosso autor alega ainda que é mais útil fertilizar terras estéreis pelo valor de 1 milhão que ganhar somente meio milhão pelo comércio exterior. A questão mais importante não é se ganhamos ou perdemos pelo comércio estrangeiro, mas se ficamos mais ricos ou mais pobres no fim das contas.

O projeto de reduzir a dívida nacional com a baixela de prata substituindo a porcelana não é um meio digno de um escritor tão sensato como é o autor das *Características*. Veremos nesta obra como as notas de crédito produzem e mantêm uma grande indústria, o que faz mais bem aumentando as riquezas de uma nação do que pode fazer de mal elevando o preço da mão de obra. Além do mais, não é somente da quantidade de espécies correntes que dependem os preços; eles dependem mais da proporção que existe entre o número de compradores e o de vendedores. Tudo isso é bem detalhado no estado político da Inglaterra pelo autor das *Características*. Ele alega também que há locais na Grã-Bretanha e na Irlanda em que as mercadorias são tão baratas quanto na França. É um artigo essencial para as manufaturas, sobre as quais diremos algumas palavras.

Não se poderia negar que não haja manufaturas que definham na Inglaterra. Todos os ramos da opulência não podem prosperar da mesma forma. A decadência das fábricas de seda e de lã é um mal, se for real. O luxo muito grande faz declinar as últimas, o alto preço da mão de obra e das matérias-primas pode ser prejudicial às primeiras. Com isso, as manufaturas se multiplicaram na Europa e a França terá sempre vantagem sobre a Inglaterra em

relação às manufaturas. Reclama-se também que se colocaram muitas terras agricultáveis para o pasto, o que prejudica as manufaturas de lã por um efeito colateral. Duvido, entretanto, que a decadência das fábricas seja tão grande quanto parece frequentemente ser. Muitos fabricantes, às vezes em todo o tempo, acabam vendendo sua mercadoria por um preço muito baixo. Acontece, então, que as fábricas definham pelo excesso de produto manufaturado de uma só vez, o que deixa um grande número de artesãos ociosos por um tempo, os quais se dizem miseráveis e exageram uma decadência da qual eles mesmos são a causa.

Dois mil artesãos ociosos, o que é uma pequena parte do todo, fazem um tumulto assustador. Não se trata de saber quantos deles existem, seria necessário verificar quantos deles têm ainda ocupação e se a massa total da venda dos tecidos de lã e de seda diminuiu, assim como o lucro sobre o total. É aí que está o critério.

Em relação às pessoas, elas podem, por acaso, arruinar-se em um ramo de comércio útil ao Estado, enquanto outras podem ter feito fortuna em um comércio do qual o Estado não se aproveita. Os ingleses têm indiscutivelmente muito mais fábricas de seda do que antes, o escoamento da produção na América deve ser mais considerável, paga-se mais caro, o que vem do estrangeiro não é tão importante, é preciso então que se debite mais da fábrica do país. Se elas se multiplicaram muito, não é de se espantar que a parte que exceda o consumo diminua. É verdade que se usa na Inglaterra muito tecido de seda da Índia mas nenhuma nação da Europa tem tão grande escoamento de seus produtos na América e mesmo na Índia quanto os ingleses. Não nego por isso que as manufaturas não tenham sofrido na Inglaterra com os impostos. Não se poderia dar muita isenção às matérias-primas, não seria possível ter muito

cuidado para estabelecer as manufaturas nos locais em que a mão de obra tem melhor preço. A França deve em parte esta vantagem ao fato de que o dinheiro ali é mais caro, o que parece inicialmente um paradoxo. Um autor inteligente e sensato levou-me a fazer esta observação: quanto mais caro é o dinheiro, mais barata é a mão de obra. Assim são compensadas as vantagens e as desvantagens recíprocas dos grandes Estados.

Com isso, as manufaturas inglesas são muito reforçadas, muito ricas, seus tecidos duram muito tempo e acredita-se que são muito caros. O luxo e a moda querem mudança. Encontrou-se na França o segredo de como fazer tecidos de seda com melhor preço. É verdade que eles não são encorpados, gastam-se em pouco tempo, mas eles só são desejados por uma estação, a moda muda, e pelo mesmo dinheiro fica-se muito feliz em comprar dois vestidos ou trajes novos, o que favorece muito as manufaturas francesas. Aí estão pequenas reflexões que me parecem essenciais. Suponho que o objeto das manufaturas na Inglaterra é suscetível de muitas melhorias. Para o escoamento seria necessário, sobretudo, fabricar tecidos mais vistosos e menos caros.

Encontrei ainda nas mesmas *Características* meu princípio favorito: saber que uma nação, possuindo um grande território, pode ser grande e próspera e também alcançar aumento de potência pela indústria e comércio domésticos, sem um comércio estrangeiro muito amplo, uma vez que as terras podem ser bem melhor cultivadas, assim como as manufaturas, para manter o dobro e talvez o triplo do número atual de seus habitantes.

Mas o autor se deixa levar no fim pela torrente de preconceitos sobre as dívidas públicas e não percebeu suficientemente a analogia desses dois assuntos. As dívidas

públicas não podem jamais ser úteis por si mesmas, diz ele, ainda que possam ser às vezes necessárias e acompanhadas de vantagens acidentais. Não me orgulho de imaginar que se um dia ele ler meu ensaio pensará como eu, partindo dos próprios princípios que estabeleceu e combinando-os com aqueles que lhe escaparam num primeiro instante.

Ele acrescenta numa nota: “Então não é geralmente verdade que uma nação não deve jamais pedir emprestado, mas que ela deve sempre obter em um ano o necessário para o serviço corrente.” É uma boa regra geral, talvez se deva afastar dela apenas raramente, mas pode haver vários casos em que isso não seria nem possível, nem oportuno. Veremos nesse tratado que da maneira como se faz a guerra atualmente, e segundo nossas constituições, é quase impossível evitar empréstimos, e eles são sempre oportunos, quando forem feitos com ordem e julgamento.

O autor em questão apresenta ainda sobre a dívida nacional uma proposição que me parece mais engenhosa que sólida. “Suponhamos”, diz ele, “que devíamos 80 milhões; essa soma não excede, ou se o fizer é por muito pouco, talvez nem mesmo se iguale, à renda do povo da Grã-Bretanha e da Irlanda. Seguindo o cálculo de Davenant para o ano de 1688”, continua ele, “havia na Inglaterra mais de 5 milhões e meio de almas, das quais cada uma<sup>11</sup>, uma carregando a outra, gastava 7 libras, 9 soldos e 3 denários<sup>12</sup> por ano. Seja considerando a quantidade da população, ou a despesa que ela supõe, esse cálculo não era muito alto. Conta-se que hoje há 10 milhões de habitantes na Grã-Bretanha e na Irlanda, e como reclama-se tanto do nosso luxo, podemos contar que a despesa de cada um chegue a 8 libras e 10 xelins ou

---

11 A despesa de uma nação não é a renda de uma nação. (N. do A.)

12 Ver nota 83. (N. do T.)

85 milhões para a despesa de todo o povo. Supondo ainda que a quarta parte, ou seja, 20 dos 80 milhões, é devida aos estrangeiros, e que exportamos todos os anos 1 milhão para pagar os juros de 5% (no momento, ele é de 3%). Nessa conta, a renda do povo da Grã-Bretanha, depois de ter pago o que é devido ao estrangeiro, não chega a menos de 84 milhões de libras esterlinas. Com tal fundo de riquezas, podemos nós ser levados a encontrar meios convenientes para pagar, no todo ou em parte, a dívida pública quando achemos necessário? Um homem que só deve um ano de sua renda”, continua o autor, “não pode ser considerado um homem arruinado.”

A aplicação desse cálculo para provar a facilidade de pagar a dívida nacional é ilusória, porque essa soma não existe coletivamente. Há somente a circulação e o crédito, que lhe dão uma existência rápida, momentânea, revigorante, regenerante, enquanto o crédito e a circulação existem. Mas ele confirma todos os meus princípios em outros aspectos. Acredito mesmo que a despesa atual de todos os indivíduos ingleses vai bem mais além dessa soma. Encontraremos a chave desse enigma no corpo desta obra.



# TRATADO DA CIRCULAÇÃO E DO CRÉDITO

Com uma *Análise racional dos fundos da Inglaterra* e do que se chama comércio ou jogo no mercado acionário, seguido de um exame crítico de vários tratados sobre os impostos, as finanças, a agricultura, a população, o comércio e outros assuntos políticos.



## PRIMEIRA PARTE

*Grandes vantagens da dívida nacional mantida até certo ponto. Quanto o comércio ou o jogo no mercado acionário contribui para o crédito e para a circulação de fundos públicos e quais vantagens a Inglaterra tirou dele.*

A dívida nacional na Inglaterra, e os fundos que a compõem, conhecidos sob o nome de anuidades<sup>13</sup>, espécie de comércio e de jogo que se faz deles, tornaram-se há

---

13 As anuidades na Inglaterra são de natureza diferente daquelas da França, ainda que sob a mesma denominação. As da França encontram-se extintas no fim de alguns anos pelo reembolso de uma parte do capital que se faz todos os anos pagando os juros, enquanto para as da Inglaterra ocorre somente o pagamento de juros. O reembolso depende da vontade do governo. O capital não é jamais exigível, mas também os juros só podem ser reduzidos na presença do reembolso do capital. É por isso que nos últimos empréstimos os credores exigiram do governo no início da guerra o juro inicial de 3,5% por um certo número de anos. Quer dizer que o governo não poderá propor reembolso em um prazo estipulado, ao fim do qual as tais anuidades serão primeiro reduzias a 3% de juros e então o governo tem o poder de reembolsá-las. É bom lembrar que todas as anuidades criadas antes da última guerra foram reduzidas em 1750 a 3%, apresentando o reembolso àqueles que se recusaram a isso, e que só há anuidades de 3,5 e de 4%, para os empréstimos feitos depois de 1755, e isso por um certo número de anos. Admiremos o efeito do crédito: os credores entram no negócio para não serem reembolsados por muito tempo, eles querem ter margem para beneficiar de um juro de 3,5 e de 4%, que eles consideram poder ser reembolsado e depois reduzido em tempos de paz. É preciso observar ainda que, mesmo que as anuidades não sejam ações, chama-se genericamente todo o comércio que se faz nos fundos de jogo no mercado acionário. (N. do A.)

algum tempo objeto de atenção dos países e também da especulação dos indivíduos. Várias pessoas, tanto na França como em outros lugares, se envolveram nisso sem conhecer a fundo a natureza desse comércio, nem seu objeto, relacionando-se com seus correspondentes. Consultaram-me muitas vezes sobre isso, e vi com espanto que as pessoas que têm mais bom senso têm também mais dificuldade para conceber o detalhe desse comércio que aqueles mais desprovidos de sagacidade, que o compreendem perfeitamente na Holanda e na Inglaterra. Já se observou que, na gestão de um lugar humilde, frequentemente os homens nascidos para o grande são inferiores aos espíritos mais comuns. Além disso, há coisas que jamais concebemos bem na teoria. Só a prática ensina a base dos negócios. É preciso conhecer o caminho das pedras. Mas, contanto que consiga atrair a atenção, espero fazer-me suficientemente claro para me fazer compreender. Eu mesmo fui surpreendido pela quantidade de detalhes desse assunto e pelo quanto parece abstrato até mesmo para aqueles que estão acostumados com estudos infinitamente mais complexos. Um estômago robusto, habituado a digerir os alimentos mais sólidos, muitas vezes acha insípida uma comida leve que parece de fácil digestão. Outro inconveniente são os termos consagrados a esse comércio, dos quais alguns não são conhecidos e outros devem ser tomados numa acepção diferente daquela que apresentam de início, o que demanda muita atenção. A exposição, portanto, do quadro desse comércio ou jogo no mercado acionário levou-me a uma discussão mais importante sobre o crédito e a circulação. Além do mais, ficaria honrado se fossem encontradas aqui as luzes que se buscam sobre esse importante assunto, e se minhas ideias, tocando o crédito em geral e também a circulação, pudessem ser de

alguma utilidade. Se me engano em minhas ideias é com a melhor intenção do mundo, mas não me engano sobre os fatos, dos quais não apresento nenhum que não seja indiscutível e quase de notoriedade pública.

A rigor, há somente metais como o ouro, a prata e o cobre que, reduzidos em moeda, sejam aceitos, por convenção unânime, como medida comum e como permutador geral e universal. São a chave e o instrumento para atender quaisquer necessidades. A circulação real da moeda é extraordinária no gasto diário e doméstico que chamamos negócios. O mesmo escudo<sup>14</sup> pode *serpenteiar*<sup>15</sup> em 24 horas em cinquenta mãos diferentes, e terá representado cinquenta coisas durante o caminho que percorreu<sup>16</sup>. Então, se essas cinquenta pessoas se juntassem à noite, pensariam ter gasto e pago 50 escudos quando só há, entretanto, um único escudo efetivo que, pela circulação, representa cinquenta. É preciso considerar que não há em todo o universo nem a metade do dinheiro equivalente à despesa que se faz em um

---

14 Antiga moeda francesa. (N. do T.)

15 Nota original do autor: *cascade* não é francês, mas é mais enérgico que *circular*. Na tradução, optou-se pelo verbo *serpenteiar* como tradução de *cascade* (seria algo como *cascatear*) para tentar aproximar-se do mesmo sentido e força de significado do texto original. (N. do T.)

16 Citemos um exemplo: Paul pagou segunda-feira de manhã um escudo que devia a seu padeiro, o padeiro compra lenha por um escudo, o lenhador vai pagar um escudo que devia ao cabaré, o dono do cabaré o entrega à sua mulher, que compra um leque, a modista paga qualquer coisa com o mesmo escudo e ele pode encontrar-se à noite no bolso de Paul, que o terá ganho no jogo, e assim por diante. Uma pessoa de condição muito esclarecida forneceu-me o seguinte fato prático que confirma esse princípio: durante o cerco de Tournai, em 1745, e algum tempo antes, a comunicação estava cortada e ficava-se sem saber como fazer, por falta de dinheiro, para pagar a guarnição. Comunicou-se à caserna o empréstimo da soma de 7 mil florins. Era tudo o que havia. No fim da semana, os 7 mil florins tinham voltado à caserna, onde a mesma soma foi tomada emprestada ainda uma vez. Isso foi repetido em seguida até a rendição durante sete semanas, de forma que os mesmos 7 mil florins tiveram o efeito de 49 mil florins. (N. do A.)

ano, somente na cidade de Paris, se contar o que se gasta em dinheiro desde 1º de janeiro até o último dia de dezembro, em todas as Ordens de Estado<sup>17</sup>, desde a casa do rei até os mendigos que consomem um vintém de pão por dia.

Essa circulação é imensa pela multiplicidade de operações simultâneas e repetidas em toda parte a cada instante, mas, de maneira geral, há outra circulação que se faz em favor do crédito e do papel, que representa o dinheiro, como o dinheiro representa as coisas. O exemplo do escudo mostra que um negociante em particular que tem crédito pode, independentemente dos prazos que lhe concedermos para os pagamentos de suas compras, fazer circular seu papel e se prevalecer daquele dos outros, multiplicando dessa forma a força do seu comércio e facilitando a circulação. Uma letra de câmbio tem com frequência dez endossos e representa, na maior parte das vezes, o mesmo valor para dez pessoas diferentes. Aí estão coisas importantes, ainda que razoavelmente conhecidas, elas não merecem o nome de triviais.

Mas o que é menos conhecido, e talvez o que nunca tenha sido bem examinado, é a análise dos fundos públicos e das ações de companhias do ponto de vista político e como homem de Estado.

Gostaria de examinar quantos desses fundos aumentam a circulação e as riquezas em numerário, pesar os prós e contras de sua criação para o interesse do Estado, saber se é bom que um Estado tenha dívidas e, em seguida, examinar o uso e o abuso que se faz disso no comércio que chamamos jogo no mercado acionário.

---

17 A sociedade no Antigo Regime (regime social e político que prevaleceu do início do século XVI ao fim do século XVIII na França) dividia a população em classes, ou Ordens de Estado ou condição. Assim, havia o clero, a nobreza e o terceiro estado. Cada ordem possuía ainda subdivisões. O pertencimento a uma determinada ordem garantia privilégios, como isenções de impostos no caso do clero e da nobreza. A expressão *Ordem de Estado* aparecerá várias vezes no texto de Isaac de Pinto, sempre nesse sentido de classe social. (N. do T.)

Sei que houve grandes homens que falaram vagamente sobre isso e, ousado dizer, sem conhecimento de causa. Milorde Bolingbroke<sup>18</sup> e Montesquieu<sup>19</sup> pensaram nos rentistas, os quais eles supunham viver ociosamente desses fundos à custa das pessoas laboriosas, como membros nocivos ao Estado que, sobrecarregado, aliás, pela facilidade de contrair dívidas, debilita-se e se enfraquece. Apesar dessas reflexões demonstrarem que resultaram vantagens da criação desses empréstimos, e também do comércio ou jogo que se faz nos fundos, quando se conhece a natureza e quando se aprofunda na matéria, combinando todos os resultados. Mas as ideias vagas e imperfeitas que existem sobre esse assunto deram origem a várias obras cujos autores se equivocaram sobre os fundos da Inglaterra, sobre sua natureza, sua circulação e seu crédito, e por isso prestaram um mau serviço à França, induzindo-a ao erro nesse assunto que lhe é muito importante conhecer. Acreditou-se muito facilmente naquilo que se desejava com ardor e, quando se parte de um princípio falso, todo o sistema o sente.

Quem não seria seduzido encontrando em um livro estimado e muito bem escrito<sup>20</sup>, e isso afirmado como um fato indiscutível, que o Banco da Inglaterra reuniu em si, como em um único ponto, todo o crédito da nação e toda a confiança das pessoas? O Banco da Inglaterra não tem nada em comum com a dívida nacional. É um banco de circulação, que é para o governo o que o é uma pessoa rica para o Estado. Um montepio ou uma casa de penhores

---

18 Henry St John, Visconde de Bolingbroke (1678-1751), político e filósofo britânico. (N. do T.)

19 Charles-Louis de Secondat, Barão de La Brède e de Montesquieu (1689-1755), conhecido sob o nome de Montesquieu. Político, filósofo e escritor francês da época do Iluminismo. (N. do T.)

20 Observação sobre as vantagens e desvantagens da França e da Grã-Bretanha. (N. do A.)

bem estabelecida poderiam talvez, com o tempo e com uma boa administração, fazer na França mais ou menos o que o Banco da Inglaterra fez naquele reino. O governo administra tão pouco esse banco que no começo da última guerra dispensou-o completamente, os títulos do tesouro faziam essa função. O exagero que o mesmo autor faz dos alarmes e da aflição em que se encontrou em 1745 não tem melhor fundamento.

Acredita-se de maneira geral que quando os fundos baixam é por descrédito. É um erro, seria absurdo e ridículo dizer que o crédito falta quando se está em condição de tomar empréstimos de vários milhões de libras esterlinas. Mas é esperado que os fundos baixem no momento em que se exige novos empréstimos de somas bastante consideráveis, e quando parece que isso se repetirá durante vários anos pela continuação de uma guerra. Quando o dinheiro se torna mais raro e mais precioso, aumenta de preço, como toda mercadoria pela qual há muita demanda. O Estado que precisa disso, então, é obrigado a fornecer mais juros, o que faz com que naquele momento todos os fundos antigos baixem, cada um encontrando sua forma de venda, para investi-los no novo empréstimo (ou subscrição), cuja taxa de juros é mais vantajosa.

Há ainda outros acasos que tornam o dinheiro raro por algum tempo e causam uma baixa nos fundos, sem que isso seja de forma alguma uma marca de descrédito. Quando o crédito falta, não se encontram grandes somas para empréstimo a qualquer taxa de juros que seja e, então, quanto mais se oferece, menos se encontra. A Inglaterra nunca esteve nessa situação nem nessa guerra, nem na precedente. Meio por cento a mais ou a menos de juros fazia toda a diferença. Jamais o crédito, isto é, a capacidade de encontrar fundos, ainda que exorbitantes para a despesa da campanha, vacilou ou oscilou por um momento sequer, nem em 1744, nem recentemente.

Por sinal, o banco tinha antes a precaução de dar pequenos subsídios aos ricos, que se obrigavam a fornecer, nas situações de emergência, as espécies que faziam circular em outros locais. O banco tinha então sempre certeza de encontrar os fundos para o pagamento das notas com as quais era bombardeado e quando estivesse a ponto de afundar, o que é impossível, isso não tem nada a ver com a dívida nacional que é inexigível e que não se pode jamais reclamar, como toda a França e vários autores que escreveram sobre isso acreditaram impropriamente. Quando se pagam os juros, tudo está certo.

De resto, as ações do banco são muito diferentes das notas do banco. As ações da Companhia das Índias, e aquelas da Companhia do Sul, são ainda de outra natureza, ainda que essas três corporações (é o nome consagrado na Inglaterra para esses estabelecimentos) tenham todas crédito no governo, que lhes deve em anuidades vários milhões de libras esterlinas, cujo fundo não é exigível, o que faz parte da dívida nacional.

Assim, essa pretensa bancarrota da Inglaterra foi sempre ilusória, uma vez que as dívidas, não tendo vencimento algum, são como se fossem inexistentes, não tendo qualquer momento crítico. O objeto dos juros pode se tornar um fardo para o Estado, mas jamais uma preocupação do momento.

Além disso, há, para cada empréstimo, hipotecas sólidas, separadas e distintas para o pagamento de juros, pelos quais toda a nação responde e afiança, tudo feito com a sanção do Parlamento. Todas as diferentes Ordens de Estado são muito interessadas nesses fundos que, fazendo uma parte de seus bens, fazem valer o outro. A nobreza, que tem muitas terras, tem também anuidades, os proprietários de terras são até muito interessados nas anuidades, os negociantes têm anuidades, os mercadores têm anuidades, até mesmo o artífice as tem. É pura grandiloquência representar os possuidores de fundos públicos “como contabilistas

financeiros<sup>21</sup>, como vespas que devoram o mel das abelhas, raça inimiga do arado, proprietários de terras, raça, enfim, que em um Estado é sempre uma peste pública, no qual, porque vive em uma avareza sórdida, busca dia e noite somente acumular dinheiro ou para engordar sua carteira e aumentar o fardo do Estado.”<sup>22</sup>

Todo esse quadro não é só carregado, mas totalmente utópico e abusivo. Se existisse tal raça separada do resto da nação que pudesse dar ao Estado, ano após ano, 12 milhões de libras esterlinas, primeiro a 4% de juros, depois a qualquer coisa mais, mereceria mais deferências que insultos. Mas é todo o corpo da nação inglesa assistida por seu crédito no estrangeiro e por um pequeno número de especuladores<sup>23</sup> que contribuem muito para manter a circulação e o crédito desse volume imenso de anuidades. É o que desenvolverei na sequência. Só examinarei nesse tratado as anuidades da Inglaterra como a massa mais volumosa, na qual há mais comércio e cujo objeto foi desde pouco tempo matéria de grande especulação, tanto por interesse de pessoas quanto por aquele das nações.

---

21 Veja o *Balanço geral e comentado da Inglaterra*. (N. do A.)

22 Quando o autor do *Balanço* trata esses pretensos contabilistas financeiros de maus cidadãos, esquece o texto do Evangelho que diz que, onde está seu tesouro, aí também estará seu coração. Ora, um tesouro de mais de 100 milhões de libras esterlinas liga bem os corações à pátria, ainda mais que todo esse ouro se converteria em fumaça se o Estado fosse abatido, o que não acontece às propriedades em terra, o solo não se destrói. Um juro nos fundos públicos é, portanto, mais capaz de levar a uma espécie de patriotismo do que de anulá-lo. Ele liga até mesmo os interessados estrangeiros à conservação de um país no qual eles têm grandes juros. Por razões ainda mais fortes, liga aqueles que são naturais do país, cujo interesse particular é tão intimamente unido à causa pública. Essa pretensa classe de pessoas, que deve ser bem numerosa, bem rica e bem poderosa, não parece, então, em nada com o retrato que faz deles o autor do *Balanço*. (N. do A.)

23 *Especuladores* não são de forma alguma *acionistas*. Os últimos possuem ações para gozar rendimentos, enquanto especuladores são aqueles que fazem comércio ou jogo das ações por compras e vendas a prazo e por subsídios. (N. do A.)

Começarei por explicar mais particularmente o que são anuidades. Quase<sup>24</sup> toda a dívida nacional na Inglaterra é, como acabo de dizer, composta de anuidades provenientes de empréstimos diversos que o governo fez. Viu-se que essa dívida não é exigível, que o governo jamais fixou qualquer prazo para o pagamento, que ele hipotecou um fundo sólido e permanente para pagar os juros de maneira imperturbável no momento do vencimento, que tudo foi feito com a sanção do Parlamento, ainda que toda a nação concorresse, por assim dizer, para a criação dessas anuidades e lhes garantisse e caucionasse os juros. Não se pode perder de vista que o Estado tem a prerrogativa de pagar quando bem entende, exceto os últimos empréstimos, que só poderiam ser reembolsados em alguns anos. Não se pode jamais encontrar-se no embaraço de ser obrigado a não pagar nada ou reembolsar como alguns estrangeiros imaginaram abusivamente. A exatidão escrupulosa e inviolável com a qual esses juros sempre foram pagos, e a ideia que se tem da garantia do Parlamento, estabeleceram o crédito da Inglaterra, ao ponto de permitir empréstimos que surpreenderam e confundiram a Europa. O fundo de amortização ou *Sinkingfond* contribui muito para o crédito<sup>25</sup>, mas o crédito sozinho não teria podido operar esse milagre se ele não tivesse um impulso *facultativo*<sup>26</sup> e contributivo para

24 Digo *quase* porque se encontram na dívida nacional alguns fragmentos de rendas vitalícias, impostos e anuidades, no gosto daqueles da França, que foram criadas pelo Rei William III e pela Rainha Ana. Mas como tudo isso só chega a alguns milhões e só forma a menor parte da dívida nacional, não merece detalhamento e não entra de forma alguma no comércio que chamamos jogo no mercado acionário. Todas essas antigas dívidas se extinguem gradualmente e aumentam o *Sinkingfond* ou fundo de amortização. (N. do A.)

25 O *Sinkingfond* ou fundo de amortização na Inglaterra provém dos excedentes de renda de taxas e impostos que foram hipotecados para pagamento dos juros de diversos empréstimos. Esse fundo tornou-se muito considerável por alguns reembolsos e por várias reduções voluntárias que foram feitas, apresentando sempre o reembolso do capital para aqueles que não queriam concordar com a redução. O *Sinkingfond* rende aproximadamente 2 milhões de libras esterlinas. (N. do A.)

26 Em itálico no original, refere-se a *obrigação facultativa*, ou seja, aquela que confere ao devedor a faculdade de substituí-la por outra. (N. do T.)

fornecer a esse crédito. É essa capacidade facultativa, é esse impulso que vou desenvolver. Esse desenvolvimento trará, se não me engano, nova luz sobre esse assunto e retificará ideias bem confusas que as pessoas mais esclarecidas têm sobre esse importante assunto.

Não são somente os estrangeiros que ignoram a natureza da dívida nacional da Inglaterra. Os próprios ingleses se enganam sobre isso. Há entre eles, como entre os estrangeiros, aqueles que veem essa dívida como um equilíbrio de todos os seus sucessos. Apoiados pela autoridade de Milorde Bolingbroke, de Walpole, do Cavaleiro Jean Bernard e de outros grandes homens, eles olham a dívida nacional como um fardo tirânico que esmaga o reino e debilita as forças do Estado. Aí estão, acredito, os princípios sobre os quais se fundaram esses receios.

Quanto mais o governo estiver endividado por vários empréstimos, mais é necessário sobrecarregar a nação de impostos para pagar somente os juros desses empréstimos. Esse já é, diga-se de passagem, um grande inconveniente. O segundo, que dele resulta, é que o aumento dos impostos encarece a mão de obra e traz prejuízo às manufaturas. O terceiro é o tributo que se paga ao estrangeiro interessado nesses fundos. O quarto, sobre o qual se insistiu bastante e por muito tempo, é esse espírito de indolência, de jogo e de agiotagem que o comércio que se faz nesses fundos públicos introduziu na nação inglesa. Esses quatro itens parecem justificar a princípio todas as reprimendas que foram feitas contra a dívida nacional. Entretanto, acredito poder demonstrar pela especulação e pela experiência que tudo o que se disse sobre isso é mais enganador do que sólido, falou-se disso sem aprofundar-se no assunto.

Demonstrarei, antes, que a dívida nacional aumentou muito o numerário da nação; que ela é necessária para a circulação que a produziu e para o comércio distante que a

Europa, principalmente a Inglaterra, fez nas outras partes do mundo, em resumo, que ela é muito útil até certo ponto; que os impostos voltam em grande parte para as mãos das quais partem e favorecem a indústria mais do que a prejudicam; que o bem que a agiotagem produz é bem maior do que o mal que ela causa; que, sem o jogo no mercado acionário, jamais a Inglaterra teria tido os meios de fazer os esforços que fez; que esse assunto nunca foi bem compreendido por aqueles que se meteram com ele: viram-se os efeitos, sempre se ignoraram as causas. Eu os desenvolverei. A Inglaterra encontra-se na condição de um homem que se comporta bem, que goza de saúde brilhante, que tem a respiração livre, mas que não conhece o suficiente a anatomia para sentir quais são os princípios da saúde de que goza. Se alguém lhe diz que sua opulência poderia bem esconder uma doença, ele tem medo, alarma-se, perturba-se e a inquietude o ganha.

Venhamos ao fato: digo que a dívida nacional enriqueceu a nação por meio do crédito, aqui está como o demonstro. A cada empréstimo, o governo da Inglaterra, cedendo uma parcela das taxas que são hipotecadas para pagar os juros, cria um capital artificial e novo que não existia antes, que se torna permanente fixo e sólido e circula para vantagem do público, como se fosse um tesouro efetivo em dinheiro do qual o reino foi enriquecido. Tome-mos como exemplo os 12 milhões que a Inglaterra tomou emprestado em 1760. Vejamos no que se tornaram: não é verdade que foram gastos em grande parte na própria nação? Somente os subsídios e uma parte do que foi gasto na Alemanha representaram pura perda. Digo uma parte: porque mesmo na Guerra do Continente<sup>27</sup> a nação inglesa

---

27 A guerra da qual a Inglaterra fazia parte em 1760 era a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). (N. do T.)

se beneficia na forma de fornecimentos e de ingleses que ali foram empregados, e quando financiam a Alemanha eles apenas fertilizam um terreno do qual aproveitam para o comércio. As riquezas da Alemanha voltam sempre em proveito das nações comerciantes. Mas me limito somente a observar que é incontestável que uma grande parte desse empréstimo foi empregada e circulou na própria nação. A Inglaterra, portanto, terá conservado grande parte desses 12 milhões que se encontram distribuídos e absorvidos na própria nação, e as riquezas em dinheiro de seus credores que são, na maior parte, ingleses, serão ainda aumentadas de 12 milhões que não existiam.<sup>28</sup>

Se alguém quiser ainda uma prova mais concreta de que o numerário de aproximadamente 130 milhões de libras esterlinas que a nação inglesa tem em anuidades e outros fundos artificiais não existiriam em grande parte sem a criação desses fundos, só o que se tem a fazer é imaginar onde esse grande numerário estaria caso não houvesse esses fundos. Seria em prata? Há tanta prata assim em toda a Europa, excetuando as baixelas? Seria em terras? Não seria possível afastar os limites da Grã-Bretanha, o preço das terras já aumentou muito e sem aumento de população estas não poderiam ser melhoradas. Estariam em barcos e no comércio? Esses dois objetos têm também seus limites

---

28 É, portanto, claro que em 1762 deve necessariamente existir, na nação inglesa, uma quantidade de pessoas que fizeram fortuna e que enriqueceram pela despesa que o governo fez dos 12 milhões que tomou emprestado em 1761 e que, consequentemente, estão em condições de emprestar por sua vez a esse mesmo governo que os enriqueceu, o que acontece efetivamente. Eles lhe devolvem as mesmas espécies que receberam, e os investidores do ano anterior têm um fundo novo de crédito, em favor do qual eles podem ainda encontrar novas espécies, seja do estrangeiro, seja dos nacionais, para se interessar novamente nos novos fundos, o que prova: 1.º – o aumento do numerário para os empréstimos; 2.º – que os empréstimos se fazem sempre quase com o mesmo dinheiro; 3.º – que os antigos empréstimos favorecem os novos; e 4.º – que eles enriqueceram a nação. (N. do A.)

relativos aos habitantes, não se poderiam recolher mais mercadorias do que aquelas que o consumo exige e comerciantes em excesso prejudicam com frequência o comércio. Uma vez saciado do dinheiro de que precisa, o resto se lhe torna inútil, não é natural que o comércio de uma nação aumente continuamente e que leve sempre a somas maiores em uma gradação perpétua. Onde estariam então esses milhões que fazem uma grande parte da riqueza da nação? Eles deveriam necessariamente estar no estrangeiro. Isso seria perigoso se fosse possível. Mais ninguém fará tal proposição, ainda mais porque foi demonstrado que as espécies que produziram esses fundos ficaram em parte no reino e serviram sucessivamente a cada empréstimo.

Se fosse possível acrescentar esses 100 milhões de libras esterlinas, que só existem por causa desses mesmos empréstimos, às espécies atuais, o Estado sofreria uma verdadeira opulência de dinheiro, o que atordoaria sua economia. Porque esse dinheiro, se existisse, se encontraria espalhado na nação e não no fisco. Perderia então totalmente sua qualidade de símbolo, as mercadorias triplicariam seu preço e qualquer proporção de comércio seria destruída. Mas essa suposição é absurda e a solução só se encontra nos meus princípios.

A enorme soma de que é composta a dívida nacional nunca existiu de uma só vez. A magia do crédito e da circulação produziu essa massa de riquezas várias vezes com as mesmas moedas. Aí está o que evita os inconvenientes que resultariam de tal soma em espécie. A porção que existe realmente em espécie é suficiente para dar alternadamente a cada porção dos fundos públicos o valor intrínseco, sem exceder os limites de uma circulação fácil e útil. Os fundos públicos são ainda ímã de dinheiro, digo-o ao pé da letra. Aqui estão como os proprietários dos fundos antigos

fizeram quando se comprometeram a fornecer novamente ao governo: não só eles encontraram o dinheiro na nação vendendo algumas anuidades consolidadas por um percentual mais baixo, mas, hipotecando essas anuidades aos estrangeiros, eles ficaram em condição de se prevalecer pela negociação de somas maiores que o crédito particular comportava. Dessa forma, eles levaram à privação por algum tempo quase todo dinheiro estrangeiro, até que a circulação tivesse tido tempo de atingir o equilíbrio e que os novos empréstimos tivessem tido aquele de se dividir em várias mãos. Aí está a solução desse grande problema ou fenômeno de finança. Todo mundo ficou surpreso e até espantado em ver por vários anos consecutivos se fazerem empréstimos de 12 milhões de libras esterlinas. Eles foram feitos unicamente em favor dos antigos fundos, por meio deles, sob a proteção do crédito e da circulação.

O dinheiro não aumenta, ele transmite suas qualidades aos fundos pela renda que a eles está ligada. O numerário encontra-se duplicado, os fundos adquirem consistência e, ousado usar esse termo, uma *fixidez* que o dinheiro não tem. O dinheiro circula, ele se dissipa, ele passa de uma mão à outra, ele é o Proteu das riquezas, ou melhor, as riquezas são o seu Proteu. Mas nos fundos, uma vez criados, o numerário permanece, a capacidade contributiva aumenta, assim como a circulação, sem aumentar muito as espécies. O dinheiro corrente é universalmente um objeto para o gasto. É quando transfere sua qualidade a uma propriedade que seu numerário aumenta e se conserva. Esse aumento é produzido pela criação do crédito, hipotecando uma parcela da renda do Estado proveniente de um leve imposto que é tirada da nação e devolvida, por assim dizer, à própria nação para seu benefício em geral.

Peço ao leitor para digerir bem esse princípio. É uma verdade demonstrada, concreta, incontestável, ainda que à primeira vista difícil de conceber. É também evidente e da mesma natureza que o princípio que estabeleci antes, que um mesmo escudo pode em um único dia circular em vinte mãos diferentes representando vinte vezes seguidas o valor numérico de sua face. É sobre esses dois princípios que passa todo o meu raciocínio e de onde decorrem as verdades importantes que apresento, que estão tão pouco de acordo com os preconceitos que combato.

Para tornar essa verdade ainda mais clara por outro exemplo, só o que se tem a fazer é imaginar toda a Europa de forma coletiva. Será possível perceber que o dinheiro real que é gasto nas guerras que os países travam ali fica e certamente não se destrói. Que os empréstimos que os mesmos países fazem sobre seu crédito são um excedente de numerário que não existia, excedente que, criado pelo crédito, adquire por ele e pelo discernimento um valor real e artificial, intrínseco e de convenção, circulante, enquanto o crédito subsiste e operando parcialmente as mesmas funções que as espécies reais, por mais utópica e impossível que seja a realização da totalidade. O que fazer se não está aí a razão pela qual as destruições e devastações que as guerras causam são às vezes reparadas tão logo?

Ainda um exemplo. Há de maneira indiscutível uma centena de senhores na França e na Inglaterra que têm numerário em bens que formam seu estado, o qual excede o dinheiro em espécie que existe no reino. Mas a circulação o valoriza e os bens de cada pessoa são reais e sólidos, embora abstratos, ainda que o conjunto, isto é, o equivalente em dinheiro, pareça não existir. Os empréstimos sucessivos se fazem então sempre com as mesmas espécies, identicamente

as mesmas que, por esses mesmos empréstimos, transmitem seu valor aos novos fundos ou papéis criados pelo crédito, circulando novamente no público, onde aumentam a força para fazer outros empréstimos.

Todos os milhões que se pagam na França ao monarca são despejados novamente nos gastos excessivos da nação, o oceano de onde saíram os recebe por sua vez, ainda que possa haver aí alguns lagos deslocados entre essas cascatas que desviam uma correnteza mais útil. Mas, mesmo estagnados na fonte, eles circulariam ainda mais em benefício da nação. O produtor é aquele que sofre realmente por conta das taxas, os trabalhos pesados destroem na França uma das fontes de sua opulência, porque essa parte da nação é aquela que abastece na verdade todas as outras e que, valorizando as terras, aumenta também o numerário. A população é a riqueza real do Estado. As outras Ordens de Estado são indenizadas pelas taxas que pagam. O luxo devolve o que retira. Aliás, o vício nasceu tributário e é uma homenagem que ele presta à virtude.

Que se medite então sobre esses princípios, assim como sobre a natureza, a essência e os efeitos dos empréstimos quando são feitos e usados convenientemente. Veremos que eles enriquecem efetivamente o Estado em vez de empobrecê-lo, que eles duplicam o numerário e, conseqüentemente, a força de aumentá-lo. Os impostos voltam na maior parte para as mãos de onde saem. São sempre os ricos, os que fazem a despesa, que pagam os impostos e, em última instância, fazem o mesmo para aquela despesa que colocam os outros em condição de fazer. O mercado e as ordens inferiores lhes fazem pagar mais caro tanto seus serviços quanto seus trabalhos, e é frequentemente um pretexto para aproveitar ainda mais. Essa circulação volta

então necessariamente em favor do mercado, que se encontra sempre compensado dessa pretensa carga. Aqui está a prova e a demonstração<sup>29</sup>: 4 milhões de libras esterlinas por ano que se recolham em impostos para pagar as rendas dos fundos pertencentes aos ingleses produzem pelo menos 15 ou 20 milhões na circulação que se gastam em proveito do mercado. Será possível compreender facilmente essa verdade pelo mesmo exemplo do escudo que acabei de citar, pelo qual demonstrei que a circulação podia acontecer vinte vezes num só dia. Ela pode então repetir-se 365 vezes por ano na mesma proporção, assim há margem para a parte não circulante, em favor daquela que circula continuamente. Aquilo que os ricos gastam permite certamente que ordens

---

29 Quando os impostos não são muito violentos e quando não ressecam as mãos que os fornecem, então a sua coleta momentânea ao fisco e a saída pela distribuição de rendas, pensões e outras despesas forma valores novos que não existiam. Esses valores criados causam também nova circulação, em favor e em proveito daqueles que os pagaram, porque cada parcela de imposto, antes de ser coletada, é dividida e espalhada em tantos milhões de pessoas que dificilmente seria percebida sua existência, de modo que a parte que cabe a cada pessoa (é necessário sempre atenuar esse princípio em relação ao trabalhador) ficaria provavelmente no seu bolso ou na sua caixa, a parte resultante do mercado não existiria de maneira alguma, quase nada entraria na circulação. Aqui está um exemplo. Se fizéssemos com que o 1 milhão de almas que existem em Paris pagasse, um só dia, 2 vinténs cada uma, os abastados pagando pelos indigentes, é evidente que ninguém perceberia essa coleta que, entregue a um só comerciante, seria sua fortuna e o deixaria em condições de aumentar a circulação, o consumo e o comércio muito mais do que o gasto desses 2 vinténs aumentaria os mesmos itens se fosse feito pelos mesmos indivíduos que os forneceram, só que de maneira individual. Outro exemplo. Se sobre toda a superfície da Terra viessem a cair 20 ou 30 gotas de água, essa irrigação imperceptível secaria e não poderia fertilizar nada nem saciar a sede de ninguém. Mas se essas 20 ou 30 gotas fossem todas recebidas em um jarro, reunindo-se, elas formariam uma torrente capaz das operações mais revigorantes. É preciso haver lugares para concentrar e reunir os seres que, separados, não podem nada, e juntos tornam-se muito ativos. Acredito que esse exemplo não deixará indiferente principalmente aqueles que têm um tato necessário para a meditação sobre esses tipos de objetos. Ele satisfaz perfeitamente à sutil objeção que se poderia fazer à minha afirmativa. E será mais fácil conceber o benefício e o progresso do efeito dos impostos no público, em favor do mercado, depois da consistência que as somas provenientes receberam nas suas respectivas origens. (N. do A.)

inferiores possam fazer outros gastos menos consideráveis com as mesmas espécies. Suprimir, então, 1 milhão de renda, seria retirar esse valor da circulação de muitos, e a força contributiva das ordens inferiores diminuiria pelo menos em 20 durante um ano. Observe que estabeleço um ano para a totalidade, ainda que o exemplo que citei e demonstrei seja possível e atual em um só dia e talvez mais. Isso me parece incontestável e a salvo de qualquer objeção. Entretanto, aqueles que não compreenderem bem esse princípio não conseguirão me seguir em meu sistema.

Passo ao segundo inconveniente, ele nos levará a reflexões que pulverizarão ainda mais o primeiro e darão nova força a meu sistema. Digo antes que o enriquecimento da mão de obra e das mercadorias de primeira necessidade tem outras causas que não os impostos. Esse custo, os próprios impostos, é consequência necessária de uma massa de homens agrupados em formigueiro nas grandes cidades pelo comércio, pelo luxo e pela opulência. É a natureza do imenso comércio que a descoberta da América produziu que é sua verdadeira causa. O ouro que foi trazido mantém necessariamente esse pretense inconveniente, que seria ainda maior se o aumento do numerário e a circulação da dívida nacional não o remediasse.

De um lado, a desvalorização do valor intrínseco dos metais e, de outro, o tributo imenso de mercadorias que a América exige da Europa, produziram efeitos que foram atribuídos a outras causas. As minas do Peru tiveram dois efeitos opostos, que parecem contraditórios à primeira vista. O ouro e a prata tornando-se tão abundantes e, conseqüentemente, desvalorizados em relação ao seu valor intrínseco, deram origem a tantas novas necessidades e a um comércio tão estendido que, pela desvalorização do próprio dinheiro, foi preciso uma quantidade extraordinária

dele para ser suficiente aos objetos que tinha produzido. Foram necessários, por sua vez, novos títulos de crédito para acelerar sua circulação, e a multiplicidade de títulos tem maiores vantagens que a desvalorização do metal tem desvantagens.

Sustento que a potência facultativa ou as riquezas metálicas da nação inglesa não poderiam ser suficientes para os objetos que a descoberta da América produziu progressivamente, e que o governo inglês não teria jamais podido fazer empréstimos tão grandes sem a circulação que a criação desses mesmos fundos produz. O crédito protege o crédito, a circulação favorece a circulação e os fundos públicos e o papel sustentam o papel e os fundos públicos, fornecendo, pela força da circulação e pelo jogo que há nos fundos, quase sempre as mesmas espécies sucessivamente para os diversos empréstimos. E com o numerário se encontrando sempre multiplicado, a dívida nacional tornou-se alimento do comércio, o sustento e o remédio do luxo que ela faz nascer às vezes. Ela enriqueceu a nação e lhe permite pagar os impostos. Resulta desses princípios que são as dívidas antecedentes que permitiram à nação aumentá-las ainda mais. O efeito da potência tornou-se sua causa. São o ouro e a prata, desvalorizados enquanto símbolo, que triplicaram o preço de todas as mercadorias e, quando dizemos que tudo está mais caro, queremos dizer que o dinheiro é menos precioso. Ele é menos precioso porque há muito mais dele.

Pode-se dizer que um homem com 3 mil escudos de renda não é mais rico do que se era antes com mil. Mas há na Europa vinte pessoas que têm 3 mil escudos de renda, contra uma que tinha mil há 250 anos.

Aí está o que a princípio encareceu a mão de obra, os produtos da terra destinados à alimentação de primeira necessidade. Mas, por outro lado, o ouro e a prata, ainda

que prodigiosamente aumentados e mais comuns na Europa, tiveram, entretanto, necessidade de novos títulos para representá-los por uma circulação artificial, a fim de adaptar-se a tantos objetos que a abundância das espécies fez surgir. Essa é provavelmente a verdadeira origem da existência e da facilidade que se encontrou para criar bancos, ações, papéis de crédito, fundos públicos, todos os meios que, aumentando o numerário, fixam e interrompem as riquezas das pessoas, as quais não existiriam em grande parte sem a criação dos fundos que formam a dívida nacional, assim como as ações de bancos. Em resumo, tudo o que chamamos fundos públicos. Digo que eles fixam e interrompem as riquezas das pessoas. Na verdade o dinheiro em espécie se dissipa e se perde, mas tendo comunicado sua propriedade a esses títulos, executará sua função em outra parte e, em favor do crédito, conserva sempre essa qualidade comunicativa tão frequentemente repetida na Inglaterra, sem que a soma das espécies cunhadas aumente na mesma proporção, ainda que as riquezas ou seus representantes ali tenham aumentado extraordinariamente.

Para compreender o vínculo entre todas essas verdades, é preciso voltar um pouco mais no tempo e observar atentamente as revoluções que aconteceram progressivamente na Europa, desde que a bússola estendeu o universo pela descoberta da América. As matérias de ouro e prata aumentaram tanto desde essa época que elas primeiro perderam seu valor intrínseco. A indústria tentou empregá-las de todos os lados. O luxo exterior da América compensou as nações comerciantes da Europa do luxo interno que se tornou excessivo. Ele enriqueceu a mão de obra de duas formas, primeiro pela desvalorização do dinheiro e, em seguida, pela quantidade de produtos manufaturados que foram enviados para a América. Esse comércio distante deixou ao mesmo tempo esse enriquecimento menos sinistro.

Seria desejável que houvesse a mesma compensação para os costumes, que desde essa época mais perderam do que ganharam. Alega-se que há menos simplicidade, menos verdade em cada sociedade em particular, ainda que a sociedade em geral esteja mais aprimorada. A virtude política pode crescer pela extensão do vício moral? O que quer que se conclua a partir dessa reflexão, é óbvio que a descoberta do novo mundo causou no antigo uma notória revolução no físico e no moral. Novos alimentos, novas doenças, novos remédios, novos interesses deram, por assim dizer, nova forma às paixões. O gosto pelo comércio, as colônias, a marinha, a navegação, novas descobertas tornaram-se o sistema universal. A cultura das artes e das ciências aliou-se ao gosto pelo comércio e acrescentou novo verniz à educação da Europa. A facilidade de fazer fortuna estabeleceu uma espécie de liberdade e de igualdade que aproxima as diferentes condições e fez desaparecer a escravatura e a degradação em que parecia ter sido mergulhado todo um povo pobre, diante de um pequeno número de ricos. É talvez o maior bem que a descoberta da América tenha trazido para a Europa. A fortuna dos Médici era exclusiva e imensa, de simples pessoas que eram, passaram a soberanos e escravizaram a própria pátria. Os súditos de Carlos V e de Filipe II, ao contrário, buscaram nos recursos do comércio os meios para se tornarem mais livres. O universo, que parecia se estender sob a potência do monarca espanhol, mudou de forma sob vários aspectos. A opulência tornou-se mais generalizada pelo ouro e pela prata do novo mundo,<sup>30</sup> tantos braços ocupados em abastecer as novas necessidades e o luxo da América forneceram novos meios.

---

30 O número de ricos e de abastados aumentou consideravelmente na Europa desde a descoberta da América. Há mais meios de ganhar a vida. Não examino agora se os necessitados, os pobres, os indigentes o são mais. De maneira abstrata, as necessidades físicas são, de certa forma, mais difíceis de adquirir. A miséria é mais sensível e contrasta mais com a opulência fútil. (N. do A.)

Tanto as máquinas políticas como os elementos do comércio, tornados dessa forma mais abrangentes, mais amplos, mais complicados, as motivações tiveram de ser mais fortes e mais numerosas. Foi necessário multiplicar a circulação do papel pelo crédito, aumentando o numerário. Isso se fez, por assim dizer, por instinto, mas com medo, quase tremendo, sem saber muito o que se fazia nem por que se fazia. Com o ouro e a prata tendo perdido três quartos de seu valor, foi preciso grande quantidade deles para representar tantas coisas e movimentar tantas máquinas que eles colocaram em jogo. Todos os meios precisaram ser triplicados, e sem o aumento dos títulos de valor, que formam uma riqueza artificial, nem o comércio nem o luxo teriam podido sobreviver. Foi a descoberta da América que, aumentando prodigiosamente a massa de ouro e de prata, aumentou ainda mais o comércio, o luxo, a navegação e as manufaturas. A circulação tinha necessidade de mais rapidez, e por um paradoxo singular, o dinheiro também precisou de mais representantes, à medida que se multiplicava ou se tornava mais comum. E os fundos públicos, papéis e ações tornaram-se necessários, tanto para absorver os excedentes de espécies quanto para representá-las, por sua vez, como esponjas que são espremidas. Isso fixa, aumenta, interrompe o crescimento do numerário das espécies em um lugar, enquanto elas circulam em outros. A nação se encontra realmente mais rica porque ela assim parece, e o Estado tira daí grandes auxílios nos momentos essenciais e decisivos, exceto quando precisa encontrar, em seguida, expedientes para remediar a dificuldade que resulta de uma dívida nacional grande demais.

Provei acima que a cada empréstimo o numerário das espécies aumentava. É sempre com o mesmo dinheiro que se pagaram os diferentes empréstimos, dobrando o

numerário pela criação de um bem artificial, e o Estado se encontrava mais rico. O governo da Inglaterra, cedendo várias vezes 4 milhões de libras esterlinas por ano aos seus súditos e ao estrangeiro para auxílios essenciais, enriqueceu o reino em mais de 100 milhões de libras esterlinas, das quais nem a décima parte existiria sem a criação dos fundos. Os impostos que se tiram do público para pagar os juros são novamente depositados com juros no mesmo público, uma vez que esses impostos são afetados e hipotecados pelos pagamentos de juros ou rendas. É muito justo quando se diz que é a mão direita que dá à mão esquerda, é exatamente como se o Estado recolocasse uma parte dos impostos coletados da nação na própria nação, e a desigualdade da distribuição não altera a vantagem que ela tira em bloco<sup>31</sup>. Essa desigualdade se repara ainda pela despesa que fazem e permitem fazer aqueles que têm os fundos, dos quais uma grande parte das rendas é empregada em favor do mercado. Assim tudo é compensado, o fantasma numerário da riqueza artificial subsistindo sempre opera seu efeito, sustenta seus proprietários, favorece os outros. E essa massa de títulos de crédito age como um bem sólido e real, que cada pessoa converte em espécies quando necessário, mesmo que fosse impossível que todos o fizessem ao mesmo tempo. Isso jamais aconteceria. Seria possível dizer o mesmo das terras, casas e todos os mobiliários que não têm, nem de longe, uma circulação tão fácil e rápida quanto a dos fundos públicos.

Entre os povos comerciantes, diz Montesquieu, não é aquele que tem mais dinheiro que é o mais rico e o mais forte, mas aquele que tem mais dinheiro circulante por

---

31 Os proprietários dos fundos, confesso, se tornaram na França, na Holanda e na Inglaterra os cousufrutuários de sua renda territorial, e de certa forma os coproprietários do solo. Mas, longe de ser um mal, vejo como um bem que enfraquece o que os impostos e as taxas poderiam ter de onerosos. (N. do A.)

bens e mercadorias reais, por meio de títulos de crédito. O dinheiro real sendo representado por alguma coisa que não o é, seu numerário aumenta. Esse excedente, favorecido pela circulação, causa uma espécie de transbordamento e é rapidamente reabsorvido pelo magnetismo do comércio e do crédito, e volta para as mesmas mãos com crescimento de força, para repetir todos os anos a mesma ajuda. A capacidade distributiva não se gasta. Ela adquire novos crescimentos em vez de enfraquecer. É então muito provável, e estou convencido disso, que, sem a antiga dívida que circulava, jamais o governo da Inglaterra teria podido fazer tão grandes empréstimos quanto aqueles que fez recentemente. Quanto mais se pensar sobre esses princípios, mais sentiremos deles sua verdade<sup>32</sup>.

Passemos ao terceiro inconveniente, que é o maior. É fato que os países devedores tornam-se tributários do estrangeiro a quem devem. Mas esse inconveniente, muito real, entretanto, não é nada comparado às vantagens sobre as quais acabamos de falar. Tudo tem inconvenientes. Mas este, inferior em si mesmo às vantagens que dele resultam por outro lado, é ainda atenuado por aqueles que o estrangeiro obtém fornecendo, oportunamente, o dinheiro de que se precisa e do qual uma parte é frequentemente gasta no

---

32 O resultado de todo esse raciocínio sobre a América e as revoluções que sua descoberta causou é que o encarecimento da mão de obra é uma consequência necessária das riquezas, do luxo, do comércio, da opulência e do grande consumo produzido por um aumento da necessidade (identificando aqui a população da América com aquela da Europa) e da população de uma nação habilidosa. As taxas e os impostos contribuem para isso. Mas como são também consequência da opulência, da facilidade e da liberdade, seu dano é mais do que compensado por outras vantagens. O número de ricos tendo aumentado pela criação de fundos postiços dá origem a novos valores, dobram-se os meios para favorecer a indústria, as artes, as manufaturas, a agricultura e o comércio. Os 4 milhões de libras esterlinas que se coletaram em impostos e que de um lado atravancam a indústria fazem, por sua circulação, empregar 20 milhões em favor dessa mesma indústria, como já provei e demonstrei. (N. do A.)

reino. Mas o que merece mais atenção é que, sem o suplemento do estrangeiro que faz o complemento da potência, contribui muito para o jogo e, conseqüentemente, para a circulação, a Inglaterra não teria encontrado tão grandes meios e a falta desses suplementos teria talvez impedido e enfraquecido todos esses esforços. É o que vou desenvolver na resposta à quarta objeção em relação ao espírito de agiotagem e o jogo no mercado acionário, a solução dessas duas objeções é a mesma.

Já observei que frequentemente proprietários de fundos são considerados como meros contabilistas financeiros que vivem no ócio à custa das pessoas laboriosas<sup>33</sup>. Essa ideia está errada, porque a dívida nacional é tão volumosa que está espalhada por toda a nação. Todas as Ordens de Estado participam dela e não há classe separada que faça o que se chama em outro país a finança. Isso está longe de criar maus cidadãos, mostramos que esse é um interesse a mais que os liga à pátria, todo mundo é obrigado a sustentar e favorecer esse crédito. E, em relação aos agiotas, é fato que eles são as alavancas que movimentam a máquina. A circulação não poderia acontecer sem eles. E sem o jogo no mercado acionário, jamais o governo teria podido fazer tão grandes empréstimos. O gosto generalizado pelo jogo, que os acionistas introduziram, favorece muito a facilidade dos empréstimos. Na Holanda, a Companhia Oriental

---

33 Pode muito bem ser que no fim do século passado, quando o crédito da Inglaterra não era prodigioso a esse nível, os grandes juros dos fundos públicos tenham desviado algumas pessoas do comércio e do trabalho e as tenham jogado na preguiça de um *rentier*, que é ocioso. Isso aconteceu realmente, mas, desde que os fundos não rendem mais do que um juro módico, isso não aconteceu mais. É ainda verdade que a facilidade de aplicar seu dinheiro nos fundos, de comprar a prazo, de dar subsídios, de ganhar muito em pouco tempo, causou a ruína de várias pessoas. Isso acabou com grandes fortunas, mas reconstruiu tantas outras, além do fato de que seria possível arruinar-se igualmente em outro comércio. (N. do A.)

tem ações nas câmaras ou departamentos em que não há comércio de ações, ou melhor, jogo no mercado acionário. As ações dessa câmara, que são da mesma natureza daquelas da câmara de Amsterdã, valem bem menos. A mesma coisa acontece com um fundo chamado *Million's Bank* em Londres, é um fato incontestável. Os acionistas ou agiotas fazem escoar todo o dinheiro que há nos cofres e o fazem circular pelo serviço do governo da Inglaterra na ocasião de novos empréstimos. Aqui está como isso acontece: 1.º – a facilidade de vender seu fundo a prazo e de dar e tomar subsídios sobre esse mesmo fundo atrai a princípio muita gente para investir seu dinheiro, que eles não investiriam sem essas vantagens; 2.º – há um grande número de ricos, tanto na Inglaterra quanto na Holanda, que não querem investir definitivamente seu dinheiro em novos fundos para não correr riscos durante a guerra. Mas o que fazem? Investem, entretanto, 10, 15 ou 20 mil libras esterlinas em anuidades, que vendem a prazo aos agiotas, por meio do que eles recebem um grande juro do seu dinheiro, sem estarem sujeitos às variantes, que ficam por conta do especulador. Esse carrossel continua por anos e isso se faz aos milhões. É em favor dessa prática que o governo da Inglaterra pôde tomar tão grandes empréstimos que, sem o jogo no mercado acionário e os meios engenhosos que os agiotas colocaram em uso, teriam sido absolutamente impossíveis. De forma que o governo da Inglaterra, por meio desse jogo, recolheu não só o dinheiro daqueles que queriam esses fundos, mas ainda todo o dinheiro até mesmo daqueles que não o queriam. Acredito que é um segredo que ele mesmo ignorava e que fico bem à vontade para lhe revelar.

Portanto, a vantagem que o governo da Inglaterra obteve dos acionistas é certamente imensa. Se alguém me

pergunta depois disso o que penso dessa profissão, confessarei francamente que evitaria que meus filhos, meus próximos e meus amigos se envolvessem nisso, porque é um trabalho muito perigoso e do qual se abusou de maneira surpreendente nos últimos tempos. Ele exige um homem muito inteligente nessa área e que cuide somente desse único assunto. Quando alguém se envolve nisso, como acontece muitas vezes, para corrigir a fortuna ou para fazê-la rapidamente, torna-se um jogo ainda mais perigoso que qualquer outro. Ele acelera a ruína que se tenta evitar por seus meios. Aquele que se acredita arruinado pelo jogo no mercado acionário só recorreu a ele porque começava a arruinar-se por outros motivos que muitas vezes teria podido evitar se, em vez de empregar este meio sedutor e perigoso, tivesse antes decidido por uma economia sensata, mudando sua condição, controlando e dominando o pensamento. Esse ponto poderia fornecer matéria para um amplo raciocínio e para outro tratado.

O comércio de ações tem vários ramos, é um assunto muito complicado. Pode-se fazê-lo com prudência e com vantagem segura, fazendo valer seus fundos sem quase correr os riscos do jogo. Quando as especulações nos fundos acontecem na esfera da força do especulador, e quando ele não se deixa dominar pelos agiotas, nesse caso é um negócio menos arriscado que qualquer outro. Toquei de leve nesse assunto no quadro que se encontrará no fim desta obra sobre o tema do jogo no mercado acionário.

Sem o jogo no mercado acionário, a força da Inglaterra para os empréstimos só teria atingido dois terços, e ela teria perdido provavelmente esses dois terços. As vantagens dos ingleses não teriam acontecido então, e eles teriam sofrido tantas perdas quanto tiveram sucesso. Quando temos a ne-

cessidade de uma força igual a 10, mas não temos mais do que 5, a proporção não é como de 2 para 1, mas frequentemente como de 10 a zero, porque perdemos tudo o que empregamos, porque os esforços fracos tornam-se inúteis, até mesmo perniciosos, e voltam-se contra seu agente. A lentidão causa lentidão ainda maior e a fraqueza, fraqueza ainda maior. Se os ingleses tivessem enviado um terço a menos de navios e de tropas para fazer a conquista de Havana, teriam fracassado, e toda a despesa teria não apenas sido perdida, mas essa perda lhes teria causado várias outras e, em vez de tesouros e de outras vantagens que foram o fruto desse sucesso, tudo teria sido o inverso para eles. Não exagero então no que apresento de desigualdade da proporção. Que se possa tudo o que for necessário, ou que se possa somente dois terços do que for necessário, os efeitos na política, em vez de ser como de 3 para 2, são às vezes como tudo ou nada. É então de um pequeno suplemento que depende o sucesso do todo, e se o jogo no mercado acionário e o estrangeiro contribuem para isso e são até necessários para obtê-lo, não seria demais valorizá-los e encorajá-los. Porém, demonstrou-se que, sem a circulação que o jogo alcança no estrangeiro e no reino, jamais os ricos ousariam se comprometer tão fortemente quando de um novo empréstimo, ou encontrariam fundos com a rapidez necessária e surpreendente nos momentos em que se precisa deles. É essa descarga rápida que encoraja as empresas e favorece a circulação, aquela que o jogo traz é surpreendente, não se pode imaginar o quanto facilita os meios para se desfazer a todo e qualquer momento de seus fundos, e isso por somas consideráveis. É por essa facilidade que as pessoas têm de se desfazer desses fundos que a Inglaterra está em dívida, em parte pela mesma facilidade que teve para fazer

esses enormes empréstimos que lhe trouxeram tão grande sucesso. A vantagem, então, que resulta dos agiotas e dos credores estrangeiros é muito maior do que as desvantagens. Uns e outros foram essenciais e de grande utilidade para a Inglaterra, e não contribuíram pouco para o sucesso dos empreendimentos militares. O que seria necessário provar.

Vê-se por tudo o que se acabou de dizer que a dívida nacional, longe de ser um fardo massacrante, enriqueceu o reino e favoreceu o comércio, e que o prejuízo dos impostos e das taxas é em parte ilusório. Viram-se as verdadeiras causas do encarecimento da mão de obra e dos gêneros de primeira necessidade. Demonstrou-se quanto o interesse que os estrangeiros têm nos fundos e no jogo no mercado acionário são necessários para o crédito e para a circulação. Os inconvenientes particulares que disso resultam, e com os quais concorda-se facilmente, não poderiam jamais equilibrar tão grandes vantagens.

Entretanto, não se deve ir além dos meus princípios, estendendo-os muito longe a dívida nacional poderia acumular muito e, dessa forma, arremessar o reino em grande dificuldade. Há duas espécies de *maximum* que se deve evitar: um tem relação com o objeto dos juros baseado sobre os impostos; o segundo tem a ver com a massa do papel circulante. Acredito que se está mais longe do primeiro que do segundo. Veremos no corpo desta obra que a Inglaterra não esgotou seus recursos em relação aos impostos. Quanto ao segundo, acreditou-se que os títulos de crédito em papel só poderiam circular em razão de sua proporção com as espécies correntes. Cálculos especulativos os tinham limitado a 3 por 1. A experiência firme provou e demonstrou na Inglaterra que essa proporção se estendia a bem mais longe. Mas ela deve ter limites.

Um inconveniente que já se enfrentou por causa de sua massa enorme é que o preço das anuidades varia mais sensivelmente que antes ao menor receio de eventos políticos. Essas convulsões são maiores e sempre prejudiciais ao público. Não é falta de crédito, mas a massa, sendo tão grande e em tantas mãos, aparecem mais vendedores que especulam sobre o mesmo evento. É um dos maiores inconvenientes do volume da dívida nacional. Há um *maximum* de força para a circulação que não se poderia passar. Os fundos públicos são uma alquimia concretizada, mas não se deve exagerar a mistura. Tudo precisa ser balizado, tudo tem necessidade de limites, mas não conheço aqueles que se deve dar à dívida nacional na Inglaterra. Talvez toquemos a borda, talvez estejamos ainda longe. Gostaríamos, entretanto, de saber qual é esse *maximum*, o ponto que seria perigoso ultrapassar. Acredito que é um problema difícil de resolver. Aqui estão, entretanto, os princípios que podem conduzir à solução.

Seria preciso combinar exatamente vários princípios e observar os resultados. Não falo somente da Inglaterra, cada um pode depois disso fazer as aplicações a outros países. É preciso primeiro comparar a massa de ouro e de prata com os quais a América enriquece anualmente a Europa com aquela que vai se perder na Ásia. Se a balança pende para o lado da Europa por um aumento de espécies, afastamo-nos do *maximum*. A segunda combinação é o crescimento do comércio, principalmente daquele da América para o escoamento dos produtos e das mercadorias da Europa. Quanto mais os ingleses aumentam esse ramo, menos sua dívida nacional é dependente deles. O terceiro ponto essencial é a população e a agricultura, que formam sempre a força natural de um Estado qualquer. Todo mundo conhece as

vantagens físicas e morais que os ingleses têm para manter a população<sup>34</sup>. O resultado de todas essas combinações nos

34 As causas físicas vêm do clima mais frio que temperado da Inglaterra, que faz com que as mulheres ali sejam mais férteis e por mais tempo do que nos países mais quentes. Do solo, que produz alimentos mais substanciais e torna os homens mais robustos. É só observar os cavalos e o gado daquele país, a agilidade de um cavalo inglês, a materialidade do gado irlandês assim como a estrutura do corpo humano. Um irlandês, um escocês, um inglês, sem ter a figura colossal dos alemães, tem estatura avantajada. Em relação às causas morais, elas poderiam levar-me a uma longa dissertação. As mais perceptíveis são aquelas que resultam da religião dominante do país e da constituição do governo. Há uma grande desproporção entre o número de solteiros dos países protestantes e aquele dos países católicos. Montesquieu chama os conventos de moças de abismos nos quais são sepultadas as raças futuras, e não sei qual autor moderno vê todos os monges como um corpo ocioso e voraz que consome sempre, sem jamais se reproduzir. O estado militar, outro corpo que devora seus próprios membros, não é excessivo na Inglaterra. A tolerância também restaurou neles as devastações que o novo mundo causa à população do antigo. A todos esses motivos morais pode-se acrescentar que o culto das mulheres ou a idolatria do sexo não chegando para os ingleses ao ponto a que chega para uma potente nação vizinha, essa simpática metade do gênero humano cumpre mais exatamente as funções para as quais a natureza a destinou. As mulheres não temem a multiplicidade dos filhos à custa da beleza. Elas não se voltaram ainda contra a procriação, a intenção é no sentido de favorecê-la, os homens não acreditam também que estragam seus filhos jogando-os no comércio, não ficam atrapalhados com uma família numerosa. Um luxo excessivo poderia afastá-los dos costumes tão favoráveis à procriação. O camponês e o trabalhador estão confortáveis, e não estando incomodados, eles se multiplicam e fornecem ao Estado os agricultores, os marinheiros, os artesãos e os trabalhadores. Poderíamos ter em toda parte a mesma vantagem. Desde que a Europa tratou de se despovoar para povoar a América que ela devastou, não seria demais encorajar a procriação. As colônias e os celibatários, antigamente úteis e necessários para o sistema político, tornaram-se nocivos. Um amontoado muito grande de necessitados, pobres e sujos, tornava-se perigoso para nossos ancestrais e causava revoluções, rebeliões, tumultos, epidemias e pestes. Os homens não são mais feitos para ser amontoados em formigueiros, diz um autor moderno, mas para ser dispersos pela Terra que eles devem cultivar. Assim, apesar do grande número de religiosos celibatários, a população era muito grande antes da descoberta da América. As Cruzadas fizeram na época o que as colônias fazem agora. Acrescente a isso as guerras civis na França sob os Valois, aquelas das casas de York e de Lancaster na Inglaterra, conhecidas pelos nomes de Rosas Brancas e Rosas Vermelhas. Incluamos aí as guerras entre países, aquelas da Itália, esse cemitério e essa enorme vala comum da Europa, e nós veremos que a Europa era mais povoada antigamente do que o é no presente. Imaginemos a massa, ou melhor, o volume do gênero humano nos tempos dados, comparemo-lo ao tempo presente, e ficaremos espantados com o buraco que a América, os numerosos exércitos, o luxo e as colônias fizeram aí. Será possível objetar que não se vê da mesma forma

revela se a Inglaterra está ainda suscetível a um aumento de renda do Estado pelas taxas e pelos impostos, sem pressionar a nação, nem ir além da força intrínseca, a fim de que a harmonia do crédito e da circulação subsista. Esse equilíbrio não é tão rigoroso que não comporte carga suficientemente grande antes de romper. Mesmo que se reclame dos impostos na França e na Inglaterra, paga-se bem mais na Holanda, sem falar de outros artigos, como o pão, que é artigo de primeira necessidade de consumo generalizado, paga um imposto exorbitante. Entretanto, isso não atrapalhou muito a motivação do comércio e das manufaturas. Eu jamais aconselharei nenhum país a recorrer a esse recurso, mas quero somente mostrar que o *maximum* o qual parecemos às vezes tocar pode ainda ser imaginado numa perspectiva muito distanciada, uma vez que a Inglaterra, com essa única taxa, a exemplo da Holanda, poderia tomar emprestadas

---

esse enxame de godos e de vândalos que saíam do norte para inundar tantos países, e que, entretanto, eles não estão em situação de ser despovoados para passar para a América. A isso respondo que esses povos se estabeleceram antes no país que eles conquistaram e devastaram, que a poligamia era comum entre eles e que o norte sempre foi e é ainda o depósito das nações. Nem ingleses nem holandeses teriam podido jamais manter sua marinha sem seus recrutas de marinheiros do norte. Esses países são talvez ainda hoje mais populosos proporcionalmente que qualquer outro. Acredito que poderíamos ainda encontrar razões, tiradas da física e da medicina, que contribuem para a decadência do gênero humano, ou pelo menos para o progresso do despovoamento. Mas descobriremos sempre que a origem vem em parte da América e dos vários exércitos que mantivemos desde o fim do século passado. Uma nova doença que ataque a fonte de nossa existência influencia a posteridade. O uso sem moderação e cotidiano de bebidas quentes, que enfraquecem o sexo, lhe dá vapores que gastam mais o temperamento do que as enfermidades, obriga sempre a fazer remédios, corrompe o sangue e produz frequentemente crianças já misturadas a um fermento patológico. Os excessos das crianças se acrescentam àqueles dos pais. O uso de licores fortes e destilados que os árabes inventaram por primeiro e que se introduziu gradualmente na Europa depois que eles invadiram a Espanha enfraqueceu muito o gênero humano. Esses venenos açucarados arrancam o vigor e a força, e destroem as constituições mais robustas. Eles devastam o mundo mais que o ferro e o fogo. Acredito que uma grande parte do gênero humano está enfraquecida e que se não prestarmos atenção, poderia haver uma decrepitude na espécie, como há no indivíduo. (N. do A.)

vários milhões de libras esterlinas, isto é, ela teria com o que pagar juros disso. É ainda fato que uma parte das rendas ou juros dos fundos é anualmente reinvestida nos mesmos fundos, donde resulta que o aumento da massa absoluta da dívida nacional sustenta mais o preço relativo dela do que lhe causa prejuízo, como se acredita vulgarmente<sup>35</sup>. Ninguém acumula riquezas mais em seus cofres fortes como no passado, todo dinheiro circula. O avaro é tão útil para o Estado quanto aquele que gasta. Há somente os pródigos, ou antes, o luxo excessivo, que são nocivos. O fruto que dali se retira é momentâneo, é como cortar a árvore pelo tronco. O avarento, assim como o econômico, semeando para o futuro, fazem circular seus bens, amparando o crédito público, os fundos e os papéis, porque o excedente das espécies necessárias à despesa diária, às negociações e ao comércio volta para os fundos públicos. E essa irrigação se perpetua pela circulação das mesmas espécies, que voltam ainda periodicamente com o crescimento dos tesouros do novo mundo. É por isso que é de se presumir que a taxa de juros diminuirá ainda na Holanda e na Inglaterra e, como o luxo das pessoas não se ajustará de maneira geral a um juro tão módico, vai-se tentar investir em outros locais o excedente dos tesouros da América, da poupança das rendas e do excedente do comércio. A França teria podido tirar partido disso pelo pouco que ela tivesse apoiado seu crédito nas operações de suas finanças.

Acredito, entretanto, ser muito essencial para a Inglaterra, assim como para qualquer outro Estado, aproveitar a paz e fazer bom uso do *Sinkingfond* para liberar um terço da dívida nacional e *exonerar* a nação de uma parte dos impostos. O fundo de amortização cresce à medida que se

---

35 Essa vantagem diminui todos os dias pelo luxo excessivo. (N. do A.)

faz uso dele e os juros aliados a crescimentos multiplicados em alguns anos produzem uma grande força para pagamentos. Mas a equidade exige uma época para fazer cessar as taxas, que só existiram para pagar os juros dos fundos que se reembolsam. É um assunto ao qual não dou muita atenção, uma vez que nunca teve também atenção na Inglaterra e que merece, entretanto, a atenção de qualquer país devedor diante de seus súditos. O fundo de amortização na Inglaterra, sendo formado somente pelo excedente dos impostos hipotecados para pagar os juros de diversos empréstimos por várias reduções, não pode exonerar a nação dos impostos relativos. Mas se o objeto do pagamento é satisfeito, a abolição da taxa criada durante o empréstimo é justa e necessária, seria até mesmo injusto continuá-la.

Sustento então que, pela dura necessidade que temos, às vezes, de entrar em guerra, é absolutamente indispensável liberar durante a paz, tanto quanto possível, as dívidas do Estado. Ainda que uma liberação muito forte seja inútil e até perigosa, principalmente quando o crédito for apoiado em bases sólidas. A estabilidade inabalável do crédito na Inglaterra prova a solidez desses princípios. Três guerras sustentadas desde o começo do século com brilho e vigor são a prova disso. Não é um esplendor efêmero que nasceu e morreu em um instante. Esse crédito sempre foi crescente, parece ser como o fogo, se não aumenta, diminui. Tudo pode conspirar para mantê-lo, para aumentá-lo, em Estados ricos e cheios de recursos como a França e a Inglaterra, mas também, como um nada o sustenta, um nada o destrói, é por isso que não se deve negligenciar esses pequenos nada, cujo desprezo se torna a maior consequência. Um nada é com frequência a causa dos maiores eventos. Acionistas, agiotas, jogadores podem contribuir às vezes com os sucessos das maiores operações de finanças, que decidem muitas

vezes a sorte das nações. Não é o carregamento de um navio que o faz naufragar, é às vezes um pequeno problema de equilíbrio, um pequeno excedente de peso do qual ele está sobrecarregado. Não se pode construir um grande prédio nem sem pregos e nem sem vigas. Não sabemos sempre quais são os pregos dos quais precisamos, nós os desprezamos e os negligenciamos, nem chegamos a suspeitar que eles sejam necessários.

A experiência, a combinação de fatos, em resumo, todas as coisas que os ingleses fizeram desde o começo do século e os meios que eles empregaram provam de maneira incontestável todas as ideias especulativas que acabaram de ser apresentadas. As observações do *Balanço* sobre essa nação são paradoxos dos quais se deve buscar a solução, porque os resultados são contrários aos fatos existentes. Jamais a especulação e as conjecturas teóricas poderiam destruir fatos manifestos e uma prática visível. Devo ainda observar que o autor do *Balanço* e outros que escreveram depois dos autores ingleses acreditam fora de propósito se apoiar em suas autoridades. Os críticos na Inglaterra são mais exagerados, mais passionais do que aqueles de outras nações. A parcialidade deles chega aos excessos mais ridículos, e é uma autoridade muito equivocada a deles para aprender sobre as forças e rendas do reino. Concordo que há vícios na administração inglesa. Nem tudo o que reluz é ouro. Suas vantagens não são talvez tão consideráveis quanto parecem, mas querer representar a Inglaterra nesse momento como um Estado que está em decadência, enfraquecido, à beira da ruína, é um paradoxo insustentável, cujo absurdo salta aos olhos.

Não devo omitir um ponto essencial, absolutamente necessário e indispensável para favorecer a circulação dos fundos, garantir o preço e, conseqüentemente, manter a

taxa de juros a um valor mais módico, o que é o objetivo da finança e o sintoma de um crédito próspero. Desenvolvemos o partido que a Inglaterra tira do jogo que há nos fundos. Porém, esse jogo não poderia acontecer se não se pudesse comprometer esses fundos com facilidade. Isso parece proibido na França por extensão da lei que impede o empréstimo com penhora. Seria então necessário explicar e limitar essa lei, cujo juízo não poderia jamais se estender sobre esse assunto. Não avalio aqui se uma loja de penhor ou um banco lombardo não seriam úteis para a França, e o meio mais eficaz de evitar as usuras gritantes que arruinam tantas pessoas. Basta-me deixar claro que os inconvenientes que a legislação supõe não se encontram no comprometimento que proponho dos fundos públicos, porque nem os roubos domésticos nem a desordem que pode reinar nas famílias pela facilidade de emprestar com penhora acontecem aqui. Os sábios na Holanda, os mais ricos administradores, são aqueles que emprestam as maiores somas sobre os fundos a um juro módico, o que contribui tanto para sustentar o preço deles quanto se eles comprassem por sua conta. Todo mundo sabe que quando somos forçados a vender imediatamente um fundo qualquer, o comprador se prevalece e o preço baixa. Porém, por meio do comprometimento, evitamos as vendas forçadas, aqueles que têm os fundos podem voltar atrás, nunca ou raramente são obrigados a vender imediatamente, abaixando o preço frequentemente com um objeto escasso e fraco<sup>36</sup>. Por outro lado, há várias

---

36 Esse recurso de hipotecar os fundos, que antes favorecia a circulação, tornou-se pernicioso desde algum tempo na Inglaterra pelo abuso que dele se fez. Aqui está o caso: vários daqueles que davam dinheiro sobre os fundos foram notificados para vender, a princípio, a prazo por altos preços por conta própria. Depois por causa de novas altas, para as quais há em Londres manufaturas inesgotáveis, eles intimidaram o público e venderam os fundos que tinham em hipoteca, 5% e, depois, 10, abaixo

pessoas que, sob uma especulação, gostariam de comprar grandes partes dos fundos, mas que, não tendo tido retorno do dinheiro ou não podendo utilizá-lo nesse objeto, renunciam aos fundos da França. Em vez disso, naqueles da Holanda ou da Inglaterra basta ter em dinheiro líquido 20 mil libras para comprar 100 mil libras, considerando que há sempre um pequeno juro a empenhar. De modo que, em vez de pagar juros excessivos, estes são retirados do próprio fundo, isto é, do excedente de 20% que se tem para além do que se tomou emprestado. Há aqueles que investem nos fundos por um tempo necessitando de seu dinheiro em outra parte, outros para desfrutar pura e simplesmente de um grande juro do excedente, sem qualquer risco, vendendo seu fundo a prazo. São três classes numerosas que atraem bastante dinheiro para os fundos, dinheiro este que não entraria sem isso. Assim, por comprometimento, impedem-se muitos papéis de se apresentarem na praça, o que evita um grande inconveniente e traz grande vantagem. O número de compradores aumenta surpreendentemente e aquele dos vendedores diminui. Que se julgue sua utilidade, não seria demais atenuar na França as leis sobre os empréstimos com penhora para o bem público, para o bem do comércio, do crédito e da circulação.

---

da praça. Ganhando o espanto, continuaram o mesmo manejo, até obrigar aqueles que tinham comprometido esses fundos a vendas forçadas a preço mais baixo. É o que se fez depois de um ano e meio nas Índias e no banco, destruindo o crédito público e a fortuna das pessoas. Procedimento indigno e destrutivo. Há meios para evitar essa trama malvada, sem atrapalhar a circulação. Esse assunto merece a atenção do governo. E, pelo que sei, o Parlamento acabou de condenar semelhantes procedimentos em um caso em que houve reclamação. Mas isso não é suficiente para evitá-los na sequência, deve-se, sem atrasar a circulação, empregar meios mais eficazes que nos abstermos de indicar em tempo e lugar. (N. do A.)

## ALGUMAS PALAVRAS SOBRE OS FUNDOS DA HOLANDA

É preciso observar em primeiro lugar que todos os fundos se confundem na França sob o nome de papel. Dizemos comumente: o papel na Inglaterra abaixou ou aumentou. Essa expressão é viciosa, os fundos na Inglaterra não são em papel, muito menos as ações na Holanda. É por isso que não se pode perder as ações na Holanda, nem nenhum fundo público na Inglaterra, como se perde na França ações de fazendas ou das Índias. Mas na Holanda pode-se perder obrigações ou contratos sob a responsabilidade do Estado, que são papéis, alguns ao portador, mas o maior número em nome do último possuidor, com atos anexados para provar os títulos. Há obrigações sob a responsabilidade do governo geral, isto é, das sete Províncias Unidas<sup>37</sup>, que rendem 3% de juros. As outras províncias fizeram empréstimos a juros mais altos, mas não têm grande crédito, exceto a Holanda. É a província da Holanda que tem o maior número de obrigações sob sua responsabilidade, até várias centenas de milhões de florins, e, entretanto, esse papel vale o par ou mais, ainda que só renda 2,5%. Várias coisas concorrem para esse crédito enorme.

A primeira é que as grandes riquezas dos holandeses estão em dinheiro. E é o país do mundo, depois da Inglaterra, em que há a circulação de dinheiro mais forte, tanto em espécie quanto em papel. Eles o têm mais do que o comércio mais amplo possa absorver. Com isso, as especiarias que eles fornecem sozinhos a toda a Europa, à América e à África mantêm e aumentam periodicamente essa abundante circulação. Não há qualquer nação que tenha emprestado tanto para a Inglaterra, a França, a Saxônia e outros países quanto a nação holandesa.

---

37 Estado europeu antecessor ao que hoje são os Países Baixos, que existiu entre 1579 e 1795. (N. do T.)

A segunda causa que faz com que o papel chamado obrigação seja tão procurado é que há uma lei na Holanda que diz que um tutor ou administrador dos bens de menores só pode usar seus fundos em obrigações sob a responsabilidade do Estado. Há em Amsterdã e em outras cidades da Holanda uma câmara que chamamos de Órfãos, na chefia da qual estão os principais administradores. E assim que alguém morre *ab intestat* (sem testamento), eles tomam conta da direção dessa sucessão, cujos bens são investidos em obrigações. Essa prática tem muita coisa boa e muita coisa ruim. Mas é sempre um fermento que contribui para sustentar o preço e o crédito desse papel.

Há também holandeses mais tradicionais, que não acreditam em fundos que não podem ver e que querem ter em seus cofres todos os seus bens em papéis sob a responsabilidade do Estado, que eles acreditam ser simplesmente tudo o que há de mais sólido no universo. Os tabeliães e corretores fazem ainda uma espécie de agiotagem sobre o assunto de títulos em diversas transferências. Mas isso é muito complicado para detalhar.

As ações da Companhia Oriental e da Ocidental<sup>38</sup> na Holanda, todos os fundos reais na Inglaterra, assim como as ações, são transferíveis nos escritórios respectivos, no nome e na conta daqueles que os compram, de modo que não se tem papel a guardar. São os livros desses escritórios que constituem a propriedade. Um estrangeiro não confia nada a seu correspondente, na Inglaterra há até mesmo listas impressas em que os nomes de todos os interessados nas

---

38 A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e a Companhia Holandesa das Índias Orientais foram companhias de mercadores neerlandeses ditas majestáticas, ou seja, uma companhia privada que recebia autorização ou concessão do governo para administrar as colônias e também certos privilégios comerciais. A primeira ficou responsável pelas colônias neerlandesas nas Américas (incluindo o nordeste brasileiro) e a segunda, pelas colônias na Ásia. (N. do T.)

ações do banco e da Companhia das Índias e do Sul estão marcados com uma estrela se eles têm 500 libras esterlinas de capital, duas estrelas se eles têm mil libras esterlinas, três, se eles têm 1.500 libras e não mais. É um tipo de incentivo a certas pessoas para que se interessem por esses fundos, que se chamam corporações na Inglaterra. Todas essas práticas, que não parecem nada vistas isoladamente, em conjunto contribuem mais do que se pensa para a circulação e, conseqüentemente, para a grandeza e o esplendor de um Estado. O que contribui ainda mais para isso é a exatidão em pagar os juros no vencimento, mesmo as rendas vitalícias. O atraso que acontece na França sob pretexto de pagamento por ordem alfabética causou muita contrariedade para o estrangeiro em prejuízo do crédito. Não sei se esse método é absolutamente necessário na França, mas não se pratica em Londres, e não vejo que seja impossível fazer às margens do Sena o que se faz facilmente às margens do Tâmis, em circunstâncias iguais, porque se sabe, sem dúvida, que se fazem os fundos de maneira adequada, tão escrupulosamente quanto em Londres. E há somente os encarregados dos pagamentos que causam esse atraso tão prejudicial para o crédito. Voltemos às ações.

Uma ação da Companhia da Holanda era originalmente de mais ou menos 500 libras, sabendo-se que 3 mil florins de Banco<sup>39</sup> valem 100%, isto é, 100 vezes 30 florins de Banco. Os dividendos se recebem sempre sobre o primeiro 1%. Assim, quando se diz que a Companhia decretou 15% de dividendos, compreendem-se 15 vezes 30 florins, dos quais se pagam 190 ao Estado. O dividendo é arbitrário e sujeito a variações. Por seis anos seguidos

---

39 O Banco de Amsterdã foi a primeira instituição bancária a emitir o que hoje se chama nota bancária ou bilhete de banco. (N. do T.)

foram dados 40% e vários anos 12½, 15 e 25%. Entretanto, paga-se sempre o mesmo imposto ao Estado. As ações que valerem mais de mil e que por muito tempo oscilaram entre 21 e 24 mil florins só valem agora (em 1761) 380. Em 1752 elas estavam ainda em torno de 600. A baixa do preço dessas ações mexeu com fortunas de muitas pessoas e diminuiu aquelas de muitas outras. Cada 100% corresponde a 64 tonéis de ouro<sup>40</sup>, cujo bem dos interessados na Companhia, que são quase todos holandeses, encontra-se diminuído. Os portugueses foram os maiores interessados e conseqüentemente sofreram muito com a decadência da Companhia. É preciso observar ainda que quando se diz que as ações das Índias da Inglaterra valem 160, isto é, 1.600 libras esterlinas, cada percentual dos fundos da Inglaterra é de 10 libras esterlinas. Assim, cada percentual das ações orientais de Amsterdã é de 30 florins de banco, de maneira que quando se diz que as ações dessa câmara valem 400, isso quer dizer 400 vezes 30 florins de banco. E quanto às ações da Companhia Ocidental, cada percentual é de 60 florins de banco, assim quando se diz que elas valem 34, isso quer dizer 34 vezes 60 florins de banco. Há muita gente que ignora isso. Li há algum tempo na gazeta de Utrecht: *as subscrições na Inglaterra estão a 96 libras esterlinas*. É um erro: as subscrições estão cotadas a 96, isso significa 960 libras esterlinas, que fazem 96%, cada 1% sendo de 10 libras esterlinas, por isso valia 960 libras e não 96 como parece pelos jornais. Encontrei também vários absurdos nos escritos que se fizeram sobre o assunto do comércio das Índias.

---

40 No original, *tonnes d'or*, expressão francesa da época em que foi escrito o texto que segue a maneira de contar da Holanda e de alguns outros países e que significa uma soma de 100 mil florins. (N. do T.)

Nem a Companhia Britânica das Índias Orientais, nem qualquer outra, envia em tempos de paz 20 milhões de *tournois*<sup>41</sup> todos os anos em espécies de ouro e prata às Índias, como o supõe o autor do *Balanço*. Em 1762 a companhia inglesa não enviou quaisquer espécies para a Índia, isso pode ter acontecido enquanto ela esteve em guerra na Costa de Coromandel e em Bengala, e ainda não estou convencido de que ela tenha enviado uma soma tão grande. Isso foi exagerado em pelo menos metade e veremos que, em tempos de paz, a companhia não envia, ano após ano, 6 milhões de *tournois* em prata para as Índias. Tudo o que se diz desde os romanos até nossos dias sobre esse assunto confirma muito. Duvido que o comércio da Índia tenha arruinado os romanos como supõe o autor do *Balanço*. Montesquieu, em seu excelente tratado sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência, só atribui isso à Índia de maneira muito superficial e acessória a outras causas bem mais importantes.

Para mim, basta observar: 1.º – que, segundo o próprio Montesquieu, os romanos não tiravam tanta quantidade de ouro e prata de suas minas quanto nós tiramos da América. Esse metal é para nós mercadoria e moeda, devemos exportar mais dele como mercadoria para conservar seu valor enquanto moeda; 2.º – os romanos não tinham estabelecimentos na Índia, onde as pessoas fazem fortunas imensas que trazem para a Europa; 3.º – os romanos entesouravam e tudo conspirava para congestionar a circulação da qual eles não tinham a menor noção. Eles não conheciam nem letras de câmbio, nem anuidades, nem papéis reais que rendem juros. Tudo se fazia com espécies, os impostos só

---

41 Libra *tournois*: moeda de referência utilizada no reino da França no período conhecido como Antigo Regime (do Renascimento até a Revolução Francesa). (N. do T.)

difícilmente voltavam para as mãos de onde tinham partido, é por isso que mesmo com tantos recursos ainda lhes faltava o necessário. Os empréstimos nos momentos críticos eram desconhecidos e tornavam-se impraticáveis; os bárbaros os mantinham como reféns ou os destruíam. Não havia qualquer expediente de crédito para enfrentar os acidentes imprevistos. Aí estão as razões de sua decadência que vêm também apoiar o meu sistema.

Não nego que o comércio da Índia não seja realmente um comércio de luxo para alguns países, mas é fato demonstrado que é uma fonte de riquezas para a Inglaterra e o que ela tem de mais precioso. É preciso antes reduzir a menos da metade a exportação desastrosa das espécies. Acrescente a isso que a companhia inglesa suga novamente do estrangeiro infinitamente mais do que o autor do *Balanço* diz. E há uma terceira coisa à qual ele não presta atenção e que aprimora uma parte da perda que a nação pode ter pelo envio de seu dinheiro às Índias. São as fortunas imensas que diversas pessoas e todos os empregados da companhia fazem naquele país. Essas esponjas asiáticas, *per fas et nefas* (por todo e qualquer meio), trazem periodicamente para a pátria uma parte dos tesouros das Índias, caso contrário, desde os romanos até hoje em dia, a Ásia teria já esgotado não somente todo o dinheiro da Europa e da África, mas até aquele da América.

O enunciado dessa proposição faz sentir a evidência disso. Se a afirmação do autor do *Balanço* fosse verdadeira, a Ásia teria já o dinheiro de todo o universo. Todo sistema que leva ao absurdo é falso. Ora, esse sistema leva ao absurdo. A Companhia das Índias na Holanda enriquece ainda o próprio Estado, empobrecendo os acionistas, e esse paradoxo só pode se conciliar pelo princípio que acabo de desenvolver. As fortunas prodigiosas e rápidas que as pessoas fazem nas

Índias fecham os buracos que esse comércio, aliás, destrutivo pelo envio de dinheiro, pode causar ao Estado ou mesmo à Europa, que seria talvez mais feliz se fosse possível ficar sem o chá e outras drogas exóticas daquele país, assim como sem os tecidos e outras inutilidades de um luxo excessivo e perigoso. Mas esse luxo está estabelecido e seria ainda mais desastroso ir buscar seus elementos no estrangeiro. Acredito que a Europa cedo ou tarde retirará uma parte do dinheiro que gastou na Ásia, depois de tê-lo arrancado com tanta dificuldade da América pelas mãos africanas. Esperando esse grande evento, afirmo que as pessoas estabelecidas na Índia recolheram todo o tempo uma parte do que os comerciantes da Europa enviaram para lá. É ainda verdade que resultaram vários inconvenientes por conta da multiplicação das Companhias das Índias na Europa. O primeiro é que sai muito mais dinheiro do que é necessário para manter o valor da moeda, que teria se desvalorizado muito se não fosse o escoamento na Ásia. O segundo é que a concorrência das compras das manufaturas indianas e outras mercadorias exóticas as encarecem na Ásia, isto é, é preciso mais dinheiro para uma mesma quantidade de mercadorias, e a mesma concorrência militante nas vendas na Europa faz baixar o preço do que custou tão caro para sua fonte. É por isso que as companhias não têm mais os mesmos lucros de antes e os empregados nas companhias, que selecionam a melhor parte do comércio, fazem mais progressos por lá.

O autor do *Balanço* alega que a nação inglesa compra mais do que vende e isso há muito tempo. Se isso fosse verdade, o governo não poderia enfrentar um comércio tão estendido que se sustenta com uma facilidade admirável. A velocidade dos equipamentos dos ingleses, o número de suas embarcações, a rapidez com a qual eles vencem os

trajetos e a opulência de suas cargas desmentem tudo o que o autor apresenta, segundo certos ingleses passionais ou mal informados. Acredito ver um homem robusto, a quem se quer convencer de que está doente.

O autor do *Balanço* baseia suas declarações no câmbio, que parece desvantajoso para o comércio dos ingleses<sup>42</sup>. Mas, para que o câmbio fosse termômetro do balanço do comércio das nações, seria necessário que todas as mercadorias fossem trocadas ou negociadas uma por outra e que, depois dessa operação, o quociente fosse devolvido à parte vencedora. Mas é uma quimera e isso só acontece na teoria. Há cem incidentes e acidentes momentâneos que tornam esse sinal um equívoco, e a maior prova disso seria a falsidade dos resultados que o autor apresenta, mesmo no caso em que essas observações fossem supostamente verdadeiras. Todo mundo sente, pelo mais leve conhecimento político da Europa, que o autor se engana. A metafísica que se baseia no cálculo é mais ilusória e mais enganadora do que qualquer outra. Perdemos o bom senso de tanto que o temos, e não sabemos mais nada porque sabemos muitas coisas. É preciso ainda observar que o comércio é um jogo, que só se poderia fazer com aqueles que também têm algo a perder. Não é possível lucrar sempre exclusivamente sobre os outros, é por isso que o comércio universal é uma utopia. Há uma taxa que faz a partilha das nações industrializadas situadas de um modo vantajoso para o comércio. A opulência delas não é mais durável que a sorte do jogador, a menos que as riquezas da terra e a administração política contribuam para favorecer a indústria e para sustentar o comércio da nação. A vantagem, na ordem natural das coisas, pode

---

42 Desde a paz, o câmbio, segundo os próprios princípios do autor do *Balanço*, mostra que a balança do comércio está do lado dos ingleses. (N. do A.)

estar do lado da França, mas como é da natureza do ouro e da prata circular, as riquezas que dão origem a um luxo se voltam geralmente para o benefício das nações pobres, e sempre para o benefício das nações comerciantes. Esse filho da riqueza é o pai da pobreza. O excesso de riquezas na Inglaterra a fará talvez um dia negligenciar as suas origens e perverterá seu uso. Isso poderá tornar-se a causa de sua queda, mas o momento atual não parece ainda ser aquele da sua decadência.<sup>43</sup>

A raridade das espécies na praça de Londres, da qual fala ainda o autor do *Balanço*, vem frequentemente de acidentes momentâneos que são logo reparados. Como a moeda é mais forte e de melhor qualidade, fazemos com que ela saia por todos os tipos de meios. O fato de os ingleses fazerem vir uma grande quantidade de dinheiro líquido da Espanha para depois exportá-lo com uma pequena retribuição influencia o câmbio. Mas assim como uma pessoa imensamente rica pode, até mesmo por causa de empreendimentos lucrativos, encontrar-se sem dinheiro, com o caixa vazio, o mesmo

---

43 Há grandes abusos na Inglaterra sobre a moeda, quase toda moeda vai para o cadinho por causa do ganho que aí se encontra, mas isso seria assunto para um tratado separado. O maior inconveniente parece vir da desproporção que há entre o dinheiro cunhado e a matéria metálica. Essa desproporção vem, segundo Karsseboom, por manter-se religiosamente ligado à proporção estabelecida pelo Ato do Parlamento no 43º ano do reinado da Rainha Elisabeth. Locke, por maior homem que fosse, parece ter se enganado sobre isso. Louwndes o refutou. O cavaleiro Bernard e M. Schirtz trataram amplamente a matéria. Parece essencial corrigir a antiga proporção estabelecida, que faz render em torno de 10% a colocar o dinheiro no cadinho, fonte da escassez de dinheiro, escassez ilusória, que não diminui de maneira alguma as riquezas do reino. É verdade que isso é oneroso para o governo, para quem esse abuso custa caro. Poderíamos remediar empregando meios que prevenissem essa escassez aparente, mantendo sempre uma abundância de espécies correntes em circulação. Poderíamos ainda multiplicar mais os trocados, a exemplo de Portugal, mas tudo depende da proporção. Desde Carlos, Duque da Borgonha e Maria da Borgonha, o dinheiro baixou de 30 a 40% de seu valor relativo ao ouro. Pessoas muito inteligentes acreditam que as proibições de exportar a matéria metálica são infrutíferas e inúteis, acontece com o dinheiro o mesmo que acontece com os grãos: a escassez é o efeito natural de tais proibições. (N. do A.)

acontece com uma nação comerciante. Mas a dificuldade não dura, pode-se remediá-la com os recursos do câmbio, prevalecendo-se disso sobre os efeitos. Acontece comumente que uma grande abundância de espécies suceda essa raridade. É o que sempre se observou. Escutemos Montesquieu sobre esse assunto: “No país do comércio, o dinheiro que se evaporou de repente volta porque os Estados que o receberam o devem. Essa raridade, ou essa abundância, de onde resulta a mutação do câmbio, não são a raridade ou a abundância reais, são uma raridade ou abundância relativas. Por exemplo, quando a França tem mais necessidade de ter fundos na Holanda do que os holandeses têm de tê-los na França, o dinheiro é dito comum na França e raro na Holanda, e vice versa.”<sup>44</sup>

O mesmo autor diz antes “que o dinheiro é uma mercadoria a mais que a Europa recebe da América em troca e que envia às Índias. Uma maior quantidade de ouro e prata é então favorável quando vemos os metais como mercadorias. Ela não o é de maneira alguma quando os vemos como símbolo porque sua abundância muda essa sua qualidade de símbolo que é bastante fundamentada na sua raridade”. “O câmbio”, diz ele em outro ponto, “deu aos homens uma facilidade singular para transportar o dinheiro de um país a outro. Quando ele ficava raro em um lugar, vinha daqueles lugares em que era comum. A fixação do preço se forma na razão composta entre o total de coisas e o total de símbolos e varia segundo os acasos do comércio fazem pender a balança para um lado ou para outro.” Segundo ele, os títulos financeiros como o dinheiro, as notas, as letras de câmbio, as ações das Companhias, os barcos, etc., todas

---

44 MONTESQUIEU. *L'esprit des lois*. Livre XXII, Chapitre X – Du change. In: MONTESQUIEU. *Oeuvres Complètes*. À Paris, chez Lefevre, Libraire-Editeur, 1835. (N. do T.)

essas mercadorias, pertencem ao mundo inteiro. O povo que possui mais desses títulos financeiros é mais rico. Esse grande homem conheceu esse princípio, mas não sentiu suas consequências. Quando falou de fundos públicos, enganou-se sobre a natureza deles, esse assunto estava abaixo dele e escapou-lhe. Ele diz ainda em outra parte: “da mesma forma que o dinheiro é um símbolo de uma coisa e a representa, cada coisa é um símbolo do dinheiro e o representa. E o Estado é próspero se, de um lado, o dinheiro representa bem todas as coisas e, de outro, todas as coisas representam bem o dinheiro e que um seja símbolo do outro, isto é, que em seu valor relativo possamos ter um tão logo tenhamos o outro.” É precisamente o caso das dívidas públicas, das quais ele fala de maneira tão diferente em vários pontos de suas obras.<sup>45</sup>

Se o produto do comércio estivesse totalmente compreendido no montante da renda territorial, como o supõe ainda o autor do *Balanço*<sup>46</sup>, o que aconteceria com a Holanda, cuja renda territorial é quase absorvida pela manutenção do território? A manutenção dos diques e das grandes estradas custa mais para o Estado do que rendem as terras. Entretanto, o produto do comércio e do consumo é imenso, apesar da mesquinha dos artesãos, que apostaram todas as fichas na sobriedade francesa, sem ter as mesmas vantagens, porque a mão de obra na Holanda é bem mais cara do que na França. A Holanda é ainda uma prova de que no comércio a vantagem exclusiva é uma utopia. Ela só encontra seu lucro na opulência de seus vizinhos, os quais sofreriam por sua vez se, por uma infeliz revolução,

---

45 Ver *O espírito das leis*, Livro II, Capítulos 5, 6, e 10; Livro XXII, Capítulos 2 e 17. (N. do A.)

46 Encontraremos a refutação desse princípio na terceira parte deste tratado. (N. do A.)

essa República viesse a ser destruída. É um ponto de comunicação, uma espécie de depósito, cuja manutenção é essencial para o comércio dos outros países. Aquele que tem ações, obrigações sob a responsabilidade do Estado, anuidades ou outros fundos na Inglaterra, os converteu em dinheiro a 1%, mais ou menos, dependendo do lugar, seja em Amsterdã, seja em Londres. É uma grande vantagem para a Inglaterra que seus fundos existam nos dois lugares e seria desejável que se estabelecesse esse comércio para os fundos na França, o que não seria impossível.<sup>47</sup>

Afastei-me um pouco do meu assunto para destacar alguns erros em que o engenhoso autor do *Balanço* caiu segundo os autores ingleses e outros que não admiro menos, ainda que tenham se enganado. Não devemos nos envergonhar de perambular por um caminho que Montesquieu tão frequentemente evitou. Essas incursões excêntricas não me pareceram completamente estranhas ao meu assunto e volto atrás para fazer um corolário dos resultados do meu sistema.

Acredito ter provado que o ouro e a prata que inundaram a Europa pela descoberta da América, por um lado, o aumento do comércio para levar ao novo mundo tantas manufaturas e mercadorias do velho, por outro lado, causaram uma revolução no sistema político, civil e moral da Europa. Que esses mesmos metais tiveram a necessidade, por sua vez, de novas representações como símbolo, porque sua abundância multiplicou ainda as coisas que eles representam. Que os fundos públicos colaboram com isso, dobrando as riquezas que eles representam. Que não há nada que contribua mais para a circulação quanto a dívida

---

47 Esse tratado foi escrito em um tempo em que os fundos da França ocorriam mais.  
(N. do A.)

nacional dos ingleses, ela aumentou o numerário e coo-  
 rou para a fixação das riquezas. Que sem a criação desses  
 fundos os três países comerciantes não seriam tão ricos  
 em quantidade de dinheiro e não poderiam fazer circular  
 o dinheiro necessário ao triplo objeto do comércio, das  
 finanças e do luxo. Que os impostos voltam em parte para  
 as mãos de onde saíram e que eles circulam para grande  
 vantagem do público. Que, por consequência, eles não são  
 tão nocivos quanto se alega. Que as dívidas do Estado são  
 muito úteis até certo ponto. Que elas têm limites, a partir  
 dos quais se tornariam muito perigosas. Que um fundo de  
 amortização é essencial para o crédito e necessário para o  
 Estado. Que em tempos de paz seria possível, com muito  
 cuidado, liberar uma parte das dívidas do Estado, mas que  
 uma liberação integral seria perigosa. Acredito que se deve  
 sempre conservar uma massa proporcional de papel cir-  
 culante nas taxas menos onerosas para o Estado. Que do  
 crédito dependem as maiores operações e que, se ele não  
 for muito próspero, é completamente inútil e não se faz  
 mais do que recorrer às jarras das Danaides<sup>48</sup> (a experiência  
 mostra que o jogo no mercado acionário contribui muito  
 para o crédito e para a circulação dos fundos públicos e  
 que, sem esse mercado, a Inglaterra não teria podido fazer  
 os empréstimos consideráveis que lhe trouxeram sucesso  
 tão surpreendente). Que, para chegar ao mesmo objetivo,  
 seria necessário tanto quanto possível espelhar-se neles para  
 imitá-los, subordinando, entretanto, as operações aos princí-  
 pios do governo. Mostrei que sem o comércio das Índias o

---

48 Na mitologia grega, as Danaides eram as 50 filhas de Dánao que, cumprindo a ordem do pai, assassinaram seus maridos na noite do casamento, os 50 filhos do irmão gêmeo de Dánao, Egipto. Somente uma delas não cumpriu a ordem e foi punida pelo pai. Em uma das versões do mito, as Danaides que mataram seus maridos foram para o Hades, o mundo dos mortos, onde receberam a tarefa de encher de água jarras que eram furadas, resultando em um trabalho inútil e sem fim. (N. do T.)

dinheiro seria ainda mais desvalorizado como símbolo. Que as pessoas reinvestem uma boa parte, enriquecem e levam de volta suas riquezas para a Europa. Que as observações do autor do *Balanço* sobre o câmbio não são seguras. Que é um termômetro abusivo, uma bússola enganosa, quando não se presta atenção a todas as circunstâncias observadas por Montesquieu. E que, em resumo, a dívida nacional enriqueceu o reino, aumentou seu numerário, favoreceu a circulação, o comércio e a indústria, trouxe grandes sucessos na guerra e que somente seu excesso poderia destruir todas essas vantagens. Que se pode evitar esses excessos por meio dos *Sinkingfond*, o que detalharemos mais particularmente na segunda parte.

FIM DA PRIMEIRA PARTE



## SEGUNDA PARTE

*Novos meios de aumentar o fundo de amortização da Inglaterra e de liberar uma parte da dívida nacional.*

Desde que as luzes se espalharam de maneira tão geral, desde que todo mundo se envolve no comércio, desde que os princípios das finanças não são mais mistério nem segredo para iniciados, podemos reduzir tudo ao cálculo. O crédito, que antigamente era só um ser racional, um ídolo que adorávamos por hábito, tornou-se um ser real, que podemos adquirir por sistema, perder por acidente e restabelecer por princípio. Mas há preconceitos em todos os nossos julgamentos, parece que são como aliados da razão, é preciso respeitá-los ou destruí-los.

A Inglaterra, com menos recursos aparentes que a França, tem um crédito mais brilhante, a forma de seu governo contribui para isso. Mas se a França tivesse seguido os mesmos princípios nas operações de suas finanças, esses preconceitos teriam sido em parte eliminados. No começo da última guerra, em 1755<sup>49</sup>, os fundos na França se com-

---

49 A Guerra dos Sete Anos, que aconteceu entre 1756 e 1763, envolvendo diversos países, entre eles a França, a Inglaterra e a Espanha. (N. do T.)

portaram melhor do que aqueles da Inglaterra, longe de ceder e de baixar, todo papel se susteve maravilhosamente. A simples criação de um fundo de amortização dera consistência e certa coloração ao papel e subjugara todos os antigos preconceitos que tinham destruído o crédito, mas o plano não fora suficientemente pensado, os princípios não estavam bem combinados, não se tinha previsto adequadamente os acasos. Estou convencido de que o crédito se teria sustentado por mais tempo se, criando o fundo de amortização, se tivesse tido a precaução de avisar ao público que as extinções deveriam ser suspensas em tempo de guerra, especificando-se que esse fundo serviria nesse caso, a partir de então, como suplemento de hipoteca, para garantir o pagamento dos juros, cuja exatidão e boa-fé devem ser invioláveis como na Inglaterra. Tudo deveria ter sido feito com a concorrência e a sanção do Parlamento. A falta dessas formalidades e dessas precauções foi causa, pode-se dizer, de se ter sido impedido por riachos, quando havia rios a atravessar.

Na Inglaterra, o fundo de amortização teve uso mais amplo. Essa máquina de cera moldava-se ao bel-prazer do governo e era empregada à custa da guerra. As hipotecas para os juros da dívida nacional seguiam seu curso, permaneciam imperturbáveis, sólidas, suficientes e sagradas, nada de dívidas exigíveis. Navegava-se por um riacho tranquilo no meio da tempestade, enquanto na França era-se levado pela correnteza.

O fundo de amortização na França desapareceu como um fantasma e o crédito se destruiu quando mais se precisava dele. Isso não teria acontecido se tivessem sido distribuídas hipotecas sólidas e invioláveis para pagar separadamente os juros de cada empréstimo sobre uma taxa ou sobre um imposto separado e criado, como se faz na

Inglaterra no momento do empréstimo. Na França, todos os juros dos empréstimos são misturados e distribuídos nas ajudas<sup>50</sup>, nas gabelas<sup>51</sup> e nas concessões do Estado<sup>52</sup>, que se pode imaginar como um mar sem costa, no qual não se vê nenhum porto.

Pode-se dizer, depois dos fatos que acabo de expor, que o fundo de amortização deve ser sempre suspenso em tempos de guerra, como uma operação contraditória e incompatível com os novos empréstimos que se deve fazer? Não, de maneira nenhuma. Pelo menos, eu não acredito nisso. Pode-se atenuar esse princípio e tirar dele as maiores vantagens. Somente a forma foi viciada na França e esse vício reinou em todas as operações de suas finanças. Aconselhei muito na França a utilidade de um fundo de amortização permanente em tempos de paz como em tempos de guerra e não se rejeitaram completamente meus princípios, até mesmo deles se fez uso. Mas eles não foram todos seguidos, e afastou-se muito deles em outros pontos. Presumo que se teria podido salvar na França todas as aparências, fazendo-se extinções igualmente fortes pela redução de juros supostamente livres, apresentando o capital.

Em 1750, a Inglaterra, a favor da paz, da abundância de dinheiro, do crédito e de uma boa administração, chegou a reduzir a 3% todas as anuidades de 4%, as quais existiam

---

50 As ajudas eram impostos indiretos cobrados em todos os níveis da sociedade sobre bens, mercadorias, meios de transporte, etc. (N. do T.)

51 Gabela é um imposto sobre bens industrializados que vigorou na França na Idade Média, no Antigo Regime. Extinta logo após a Revolução Francesa, voltou a vigorar em períodos históricos intermitentes posteriores, até ser definitivamente extinta em 1945. (N. do T.)

52 As concessões do Estado consistiam numa espécie de arrendamento da arrecadação tributária que o rei concedia por tempo fixo a algumas pessoas sobre cinco itens: as gabelas, taxas sobre mercadorias básicas como óleo, açúcar, vinho, etc., imposto sobre circulação de mercadorias, venda do tabaco e os impostos das colônias do Quebec e das Antilhas. (N. do T.)

em quantidade, e isso se apresentando para devolver o capital àqueles que não queriam prestar-se a esse acordo. O governo até mesmo puniu aqueles que se recusaram ou que hesitaram, declarando que os que não se conformassem em um prazo relativamente curto seriam em primeiro lugar reembolsados, ao passo que os contribuintes gozariam ainda de 3,5% de juros durante sete anos. Por causa disso, poucos foram os que pediram reembolso. O momento era favorável, as medidas foram bem tomadas e havia alguns milhões em caixa. Com isso, as três corporações, ou seja, o banco, a Companhia das Índias e aquela do Sul, estavam influenciados pelo governo, assim como alguns ricos que não sabiam o que fazer com seu dinheiro, de forma que essa operação, que na teoria parecia impossível, ou pelo menos difícil, foi feita com grande facilidade e sucesso estupendo.

Há, portanto, coisas mais fáceis de fazer do que de conceber. É indiscutível que se pode, com apenas 5 milhões, quando o crédito é bem administrado, operar a redução dos juros em 50 sem, no entanto, forçar ninguém, oferecendo pagamento e mesmo fazendo alguns deles. Tudo depende do momento e da forma de fazê-lo. A França esteve a um passo de poder aproveitar esse momento, mas ela o negligenciou e foi obrigada em seguida a substituir meios menos plausíveis ou menos gloriosos. O exemplo que cito é um fato evidente, conhecido por todos e do qual se teria podido aproveitar. Mas o momento passou, não se poderia fazê-lo retornar.

Voltemos à Inglaterra, onde o fogo de Vesta<sup>53</sup> jamais se apagou. A boa-fé ali ainda não foi violada e não sofreu

---

53 Vesta, para os romanos, ou Héstia, para os gregos. Deusa virgem do lar, símbolo da fidelidade, responsável por guardar o fogo que protege e que não se apaga, protetora do lar, da família, das cidades, das colônias e da serenidade religiosa. Em Roma, o fogo de Vesta era guardado em um templo permanentemente vigiado pelas Vestais, sacerdotisas virgens de Vesta. (N. do T.)

qualquer golpe sobre a questão do crédito dos fundos públicos. Mostrei os meios pelos quais o crédito foi mantido por muito tempo. Provei que a dívida nacional tinha enriquecido a nação aumentando seu numerário. Desenvolvi os princípios da circulação, a utilidade e a necessidade desses fundos, mas reconheci que havia um *maximum* que deveria ser evitado e que se as guerras se sucedessem, sem que nos intervalos de paz fosse liberada uma grande parte dessas dívidas, a máquina entraria em colapso e poderia levar à ruína do reino. É por isso que sustento que a Inglaterra precisa de um *Sinkingfond* auxiliar e permanente, que exista tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz. Disso resultariam grandes vantagens para tanto o público quanto para o governo.

Suponhamos por um momento que, depois de alguns anos de paz, chegássemos a diminuir em vários milhões a massa da dívida nacional, e que estando reduzida, por exemplo, a 70 ou 80 milhões somente, o que é bem possível, uma guerra acontecesse, e que, durante essa guerra, continuássemos a pagar proporcionalmente (*pro rata*) todos os anos 1 milhão e meio das antigas anuidades de 3% ao par (*au pair*), ou capital. Não é claro como o dia que isso fortaleceria a taxa de juros que não poderia encarecer? Essa operação dando grande elasticidade à circulação, todas as engrenagens do crédito conservariam sua atividade, e os novos empréstimos se fariam com ainda mais facilidade e a um juro menos caro.

Peço ao leitor que preste bastante atenção ao fato de que em relação ao rendimento do *Sinkingfond*, uma vez que não é suficiente para os subsídios extraordinários dos quais se tem necessidade em tempos de guerra, e não podendo evitar um novo empréstimo, é bem mais útil empregá-lo no seu verdadeiro destino, em que ele sustenta necessariamente o preço dos antigos fundos e que, conseqüentemente, os

juros sobre o dinheiro permanecem a uma taxa mais baixa, favorecendo dessa forma bem mais os novos empréstimos, do que os fazendo de um milhão a menos pelo uso do *Sinkingfund*. É uma reflexão, para não dizer uma verdade, que submeto às luzes de todos aqueles que conhecem a magia da circulação e do crédito e deixo-os desenvolver as vantagens infinitas para a nação inglesa que disso resultariam. Mas talvez seja uma teoria utópica, vejamos se ela não poderia se realizar na prática.

Para proceder com método, imaginemos ainda uma vez de maneira mais analítica a dívida nacional e o *Sinkingfund*. Pesemos esses dois objetos, restrinjamo-los às suas justas dimensões. Demonstramos que só havia, rigorosamente falando, o objeto dos juros que estiveram sob a responsabilidade do governo, considerando que o capital, não sendo exigível, é quase inexistente para o governo, mas muito útil para o público que dele enriqueceu. Se, no entanto, abusássemos desse princípio, os impostos se tornariam eternos e ainda se multiplicariam depois, a massa dos fundos poderia, com o tempo, deformar as engrenagens da circulação, o crédito poderia vir a faltar e todo o edifício cairia em ruína. Reafirmo que essa época está ainda distante, se ela estivesse próxima o mal seria talvez inevitável. Dessa forma, partindo do ponto atual, é preciso ainda observar que é evidente que os 130 milhões de libras esterlinas que a nação deve neste momento não lhe são mais caros do que os 80 milhões que ela devia quando da morte da Rainha Ana<sup>54</sup>, ou no fim da Guerra da Sucessão<sup>55</sup>, considerando que os juros eram bem

---

54 Ana da Grã-Bretanha (1665-1715) foi rainha da recém-formada Grã-Bretanha e Irlanda a partir de 1702 até sua morte. Sucedeu a irmã Maria II e o cunhado William III. (N. do T.)

55 Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1714). Teve participação de vários países da Europa. A participação da Inglaterra aconteceu com o objetivo de frear o poder que a França teria caso assumisse o trono espanhol também. (N. do T.)

mais altos, e é indiscutível que os atrasos no pagamento desses 130 milhões chegam mais ou menos à mesma soma que os 80 em 1714.

É ainda conveniente observar que, desde 1728 até 1738, quando começou a guerra da Espanha<sup>56</sup>, o *Sinkingfund*, criado a partir dos excedentes das hipotecas para os juros e das reduções voluntárias devolvendo o capital, já diminuiria a dívida nacional, se não me engano, em mais de 20 milhões de libras esterlinas. O *Sinkingfund* aumenta, à medida que é utilizado, pela progressão dos juros anuais acumulados por novas extinções, e, incluído no crescimento do capital, produz em poucos anos um fundo fabuloso, por mais fraco que fosse no início, isto é, o rendimento das primeiras extinções. A progressão geométrica que disso resulta é imensa e assombra a imaginação, é um pequeno riacho que se torna rio durante o caminho. É ainda verdade que, para gozar dessa progressão, os ingleses foram obrigados a conservar sempre os impostos afetados para servir de hipoteca aos juros dos antigos empréstimos já inativos e pagos. É um inconveniente. Falarei a seguir sobre os modos de atenuá-lo.

É preciso observar ainda que o *Sinkingfund* era bem mais considerável e chegava a mais de 3 milhões de libras esterlinas, mas ele foi encarregado de cobrir 700 mil libras

---

56 Guerra da orelha de Jenkins ou Guerra do Asiento (1739-1748), envolveu Espanha e Grã-Bretanha, com participação da França também. A origem da guerra foi uma disputa sobre o *asiento*, monopólio do tráfico de escravos que tinha ficado sob domínio da Grã-Bretanha depois da Guerra da Sucessão Espanhola e também por causa do comércio de mercadorias inglesas em colônias espanholas, que era duramente restrito e acabou gerando forte contrabando. Em 1731, um navio de contrabando britânico comandado pelo capitão Robert Jenkins foi abordado e a orelha de Jenkins foi cortada como um recado para o rei inglês. Esse fato gerou, oito anos depois, a declaração da guerra e também deu origem ao nome como ela ficou conhecida. Isaac de Pinto cita o ano de 1738 como início da guerra, mas ela começou efetivamente em 23 de outubro de 1739. (N. do T.)

da lista civil<sup>57</sup> e todas as hipotecas vencidas, assim como os juros e extinções de dívidas correntes chamadas *unfounded debts*, o que é justo. Deixo para os ingleses calcular a quanto chegaria o *Sinkingfond* atual claro e líquido. É indiscutível que se, depois do primeiro ano, ele tivesse sido aumentado com os juros dos fundos inativos, e assim sucessivamente, de acordo com a natureza de sua criação, seria possível ver ao fim de doze anos um crescimento fabuloso de sua potência. Se nesse caso (falo sempre hipoteticamente) continuassem os pagamentos proporcionais dos antigos fundos, o preço não poderia jamais cair, uma vez que a massa estaria já muito diminuída e em menos mãos e que não se teria a chance de um próximo pagamento ao par, o que só poderia facilitar muito qualquer outro empréstimo a uma taxa baixa, com a menor vantagem para os que emprestam. Mas essa operação seria muito longa por meio do *Sinkingfond* atual, já muito enfraquecido. A incerteza da duração da paz, as falas dos críticos, a massa enorme da dívida nacional apresentada sem parar como um espantalho deixam impressões muito vivas para superar tanta lentidão: seria necessário, parece-me, uma operação brilhante, de efeito rápido, como aquela de 1750, para espantar todos os fantasmas que sabotam o crédito e trazem inquietude.

Aqui está, por exemplo, uma operação pela qual se poderia, parece-me, consumir a princípio 12 milhões e meio da massa da dívida nacional, isto é, convertê-los em um fundo próprio a se extinguir por si só, e isso empregando somente 425 mil libras esterlinas por ano do *Sinkingfond* por um certo número de anos, dos quais se recuperaria

---

57 Soma atribuída anualmente ao rei para cobrir as despesas ocasionadas por sua função oficial como soberano, incluindo salários. Teve origem na Inglaterra a partir de 1688. Na França foi adotada no reino de Luís XVI, em 1790, com base no modelo inglês. (N. do T.)

sucessivamente uma parte a cada ano. Tudo o que se teria de fazer é abrir uma subscrição na Inglaterra pra criar pensões a 7,5% e receber indistintamente o dinheiro ou anuidades de 4% reembolsáveis de 1761 e anuidades de 3%<sup>58</sup>. Porém, as anuidades de 3% estando ainda com 10% de desconto<sup>59</sup>, a pensão torna-se mais vantajosa, a confiança que se tem no governo e a segurança parlamentar, o grande luxo que leva quase todo mundo a aumentar suas rendas, a grande massa de anuidades, a ideia de vários pais de família de que devem garantir uma pequena pensão a seus filhos para lhes formar um pé de meia, tudo isso faria em pouco tempo, se não me engano, converter a princípio 12,5 milhões de libras esterlinas de anuidades nessa pensão a fundo perdido e eliminaria muito esse fantasma da dívida nacional. Os juros desses 12 milhões de anuidades inativas, conservando as hipotecas, aumentam o *Sinkingfond* em 410 mil libras por ano, então, com 425 mil somente do *Sinkingfond*, sem nova taxa ou novo imposto, seriam pagos os 7,5% de pensão<sup>60</sup>. E o *Sinkingfond* permaneceria ainda suficientemente forte para continuar outras extinções todos os anos, adquirindo a cada ano novas forças pelo crescimento dos juros das extinções ordinárias e pensões que acabam pela morte de quem as desfruta. Esse suplemento de juros pago ao público entra no fim do ano nos antigos fundos em que os *rentiers* investem seu dinheiro, a massa diminuindo, os preços dos antigos fundos se sustentam, o crédito adquire nova força e sua circulação torna-se menos sujeita a ser atrapalhada pelo menor volume da antiga dívida da qual se tem tanto medo.

---

58 Essa segunda parte foi escrita em 1763, quando essas anuidades de 1761 não tinham ainda sido pagas. Poderíamos aplicar o projeto a outro fundo análogo a este. (N. do A.)

59 Elas estavam próximas de 90 em 1763. (N. do A.)

60 3,5 milhões de 1761 a 4% custam 140 mil libras. 9 milhões a 3% custam 270, juntos 410. 12,5 milhões a 7,5 fazem 835. Faltam 425 que os fundos de amortização devem fornecer durante alguns anos. (N. do A.)

Essa operação poderia ser repetida com sucesso, imaginando, um ano ou dois após a primeira conversão em fundo perdido, e chegar a convencer os mais obstinados de que se pode chegar a domar o colosso da dívida nacional e reduzi-la ao ponto em que seria imprudente e perigoso não conservá-la, uma vez que demonstrei que era absolutamente necessária uma circulação suficiente dessas riquezas artificiais que o crédito criou, sustenta e das quais o crédito precisa tanto.

Aí está, então, um meio possível que acabo de indicar para extinguir, com uma parte do *Sinkingfond*, 25 milhões que foram convertidos em pensão, que se extinguem por si mesmas. E conservam-se as raízes do mesmo *Sinkingfond*, que se reproduz novamente de ano em ano e se restabelece ao seu antigo estado pela extinção de pensões. É preciso observar ainda que, desde que a massa da pensão é extinta, as 425 mil libras do *Sinkingfond* se encontram recuperadas. Recuperação muito sensível desde os primeiros anos pelo grande número de indivíduos sobre os quais elas passam, considerando que a massa é grande. Não se deve temer que ela seja muito, tanto pelas razões que acabo de listar quanto porque ela só representa em princípio 10% da dívida nacional, o que não chega com certeza a um décimo dos bens das pessoas, dos quais ficamos bem confortáveis em colocar uma pequena parcela em pensão. A operação poderá provavelmente repetir-se duas ou três vezes depois da primeira conversão. A pressa em colocar pensões na França em circunstâncias difíceis confirma minhas conjecturas.

Essas operações estando feitas, poderíamos buscar meios para aumentar o *Sinkingfond* e separá-lo em dois, atribuir uma parte para extinções perpétuas e permanentes que não fossem interrompidas em tempos de guerra. A outra parte, incorporada aos crescimentos das pensões que viessem a se extinguir, só aconteceria e subsistiria pelo

tempo necessário ao pagamento de certo número de milhões. Depois de sua extinção, a nação deveria ser *exonerada* do imposto colocado quando da sua criação. Haveria assim épocas para diminuir as taxas, o que é um ponto essencial e com o qual jamais se sonhou na Inglaterra. Deve-se ao profundo talento dos ingleses o desenvolvimento desses princípios para torná-los mais praticáveis.

Em minha opinião, nada seria ainda mais eficaz e menos caro para criar um fundo de amortização auxiliar e permanente que um imposto sobre herança. Alguém poderia refutar dizendo que isso seria faltar com a fé pública responsabilizando os fundos. Parece-me que essa objeção é sem fundamento. Esse imposto colateral: 1.º – é adotado universalmente desde os romanos; 2.º – é o mais suave e o menos injusto; 3.º – desde que ele se faça com a ajuda e o consentimento da nação pela sanção do parlamento, não há nada a dizer; 4.º – deve-se atenuá-lo e não se deve de forma alguma aplicá-lo aos estrangeiros que têm fundos públicos, porque isso poderia atingir o crédito e, além disso, seria uma injustiça. Um imposto sobre herança, empregado unicamente para uso do *Sinkingfond*, diminuiria consideravelmente o colosso da dívida nacional. Poderíamos ainda limitar a duração do imposto sobre herança até a redução da dívida a 70 milhões de libras esterlinas, ou conservá-lo perpetuamente, abolindo as taxas respectivas criadas para os juros dos fundos inativos, o que agradaria muito à nação, aliviaria todas as Ordens de Estado inferiores e favoreceria as manufaturas. Essa perspectiva seria das mais agradáveis<sup>61</sup>.

---

61 Há um imposto mais justo do que qualquer outro que a Inglaterra poderia usar e que seria de grande utilidade para o reino. É uma taxa sobre cada empregado doméstico à exemplo da Holanda. O luxo excessivo que multiplica o número de empregados domésticos ociosos, desocupados e inúteis é prejudicial a todo o corpo do Estado. É um exército insolente que faz continuamente guerra contra a virtude e os costumes. Os empregados domésticos são os instrumentos e os desordeiros do

Não ignoro que haveria um meio ainda mais simples para criar um novo fundo de amortização, ou para aumentar consideravelmente aquele que existe, que seria taxar as terras em pé de igualdade. É relativamente indiscutível na Inglaterra que, se o imposto sobre as terras fosse em pé de justiça e igualdade, renderia o dobro. Mas existe patriotismo suficiente para chegar a esse ponto? Duvido. No mínimo a necessidade, o medo, a política poderiam trazer a isto os corações menos patrióticos. A mim basta mostrar, para apoiar a força das minhas declarações, que os recursos não faltam de maneira alguma e que com boa administração, um sistema pensado e boa economia, que é o maior artigo ainda muito negligenciado na Inglaterra, essa dívida nacional, contra a qual se protesta tanto, pode ser consideravelmente diminuída e que ela é de natureza muito diferente daquela como é representada. Que só compete à nação inglesa não somente evitar suas más consequências, mas também torná-la ainda mais útil à circulação e ao crédito, impedindo um excesso de crescimento que com o tempo poderia tornar-se pernicioso.

---

vício, da libertinagem e da devassidão. É um monte de inúteis retirados do cultivo da terra, das manufaturas, da Marinha e do Exército. Portanto, aqueles que por fausto, ostentação e vaidade querem alimentar e vestir esses desertores da ordem, devem indenizar o Estado dessa perda por uma espécie de equivalente. Gostaria, então, que os que tivessem apenas dois ou três empregados domésticos, o que é honesto e necessário, pagassem somente 10 xelins por cabeça. Mas aqueles que tivessem quatro pagariam 1 libra esterlina por cabeça; aqueles que tivessem cinco, 2 libras esterlinas por cabeça; aqueles que tivessem seis, 3 libras esterlinas; e assim sucessivamente, dobrando sempre a taxa sobre cada indivíduo que excede o número dado. Haveria grandes vantagens da criação dessa taxa. Os grandes, as pessoas muito ricas, aumentariam consideravelmente a renda do fisco, que receberia somas imensas das mãos de Pluto, do orgulho e da vaidade. É recorrer à verdadeira fonte dos impostos. As ordens inferiores refletiriam, abandonariam a loucura de multiplicar os inimigos domésticos e devolveriam ao Estado um grande número de indivíduos que a necessidade empregaria de maneira mais útil, seja na agricultura, seja na indústria. Esse imposto deveria também ser consagrado inviolavelmente ao *Sinkingfond*. (N. do A.) Pluto, na mitologia grega, é o deus da riqueza. (N. do T.)

As fortes advertências que os parlamentos na França fizeram sobre os impostos durante a guerra, ainda que repletas de coisas sublimes e dignas desses veneráveis corpos, contribuíram, entretanto, para o descrédito público e para o preço desprezível em que caíram todos os papéis reais, o que não podia deixar de incomodar muito a finança e as operações do ministro nas expedições militares.

Os escritos dos críticos na Inglaterra sobre a dívida nacional são causa de seus fundos públicos estarem atualmente 10% mais baixos do que estariam de outra forma, e atrapalham também dessa forma as operações de finanças. Esses escritos são, no entanto, de natureza completamente diferente daquela das advertências dos parlamentos. São na maior parte apóstolos sem missão, e para cada um que escreve de boa-fé, para esclarecer a nação e adverti-la caridosamente do perigo em que ela se encontra, dez escrevem por capricho. Os primeiros são seguramente desculpáveis e até dignos de louvor. Os outros só se divertem em descobrir a pretensa fraqueza de sua pátria e não têm escrúpulos em desonrar inutilmente e levianamente essa pátria que é sua mãe comum.

Os críticos antiministeriais reclamaram muito sobre se haver desnaturado o *Sinkingfond* e que nesses últimos anos tinha-se de certa forma afastado do movimento invariável de atribuir as hipotecas separadas para os juros dos novos fundos, alocando-as ao *Sinkingfond* o que eles chamam *interest of the unfounded debt* (juros da dívida infundada). Essa censura não é completamente infundada, mas os objetos, não sendo ainda bem consideráveis, as consequências disso são exageradas pela malícia daqueles que falam disso. Os atrasos de pagamento da guerra chegavam a uma soma bastante alta durante a paz. O último empréstimo de 1761, que não era suficiente para resgatá-los, encontrou apesar

disso tantas contradições no imposto da cidra, o partido da oposição foi tão poderoso, que o ministro acreditou que o *Sinkingfond*, em favor da paz, devia resgatar pouco a pouco essas *unfounded debts*, como efetivamente isso acontece de ano em ano<sup>62</sup>.

Acredita-se ainda que é ruim que se tenha encarregado esse *Sinkingfond* com a lista civil e com os *déficits* ou vencidos. O que não me parece baseado no sistema atual, ainda mais que de outro lado consolidou-se esses fundos de amortização com artigos que nele foram incorporados e que em pouco tempo o tornarão ainda mais considerável.

Apesar de tudo isso, os clamores dos críticos parecem merecer alguma atenção, porque não se deve negligenciar nada para tornar o *Sinkingfond* mais eficaz, consolidando-o por todos os meios possíveis. Aqueles que indico não me parecem que devem serem rejeitados. Insisto sobre a necessidade de criar um fundo de amortização auxiliar e permanente que surta efeito tanto na paz quanto na guerra.

Um fundo de amortização permanente, que aceita novos crescimentos pelas extinções correntes, o imposto sobre herança, um imposto de transmissão e épocas para o alívio de impostos são meios eficazes.

---

62 Repetiu-se mil vezes, e há muita gente que acredita, que a Inglaterra, desde a paz, tomou emprestado sempre de novos fundos para pagar os juros dos antigos. Nada é mais falso. O governo negociou ou emprestou quase todos os anos a 3%, para converter as cédulas da Marinha da dívida não estabelecida e outras anuidade de 4 a 3% em favor de uma loteria. Independentemente dessa conversão, o governo tem ainda cada ano reembolsado, amortizado e resgatado uma parte dessa dívida, a tal ponto que, desde a Paz de Fontainebleau até 1770, inclusive, a dívida nacional diminuiu de aproximadamente 11 milhões de libras esterlinas, que foram efetivamente pagas, sem contar as reduções. No corrente ano (1770) foram reembolsados 1 milhão e meio de anuidades de 3,5% criadas em 1756, e ainda 100 mil libras esterlinas de um outro objeto, sem contar a conversão de um número de anuidades de 4 em 3%. Pode-se encontrar na página 58 a *Tabela autêntica* dessas operações. É um fato indiscutível que quase todo mundo ignora. (N. do A.) Tratado de Fontainebleau assinado em 1762 entre Espanha e França pelo fim da Guerra dos Sete Anos. (N. do T.)

Meu sistema não foi bem compreendido na França, onde o indiquei. As reduções de juros deveriam ter sido feitas sem mexer formalmente nos capitais, parecendo livres e feitos do consentimento dos interessados. Isso seria possível depois da paz se se tivesse agido com método. Mas as primeiras infrações aos contratos primitivos estando feitas, não se podia mais remediar. Devo, entretanto, dizer que os impostos de transmissão sobre o patrimônio que foram tentados na França teriam podido ser úteis se tivessem sido tomadas precauções para não atrapalhar de forma alguma a circulação. Esses impostos são muito altos e eles rendem menos do que renderia um imposto módico pela multiplicação das transferências. Ninguém para por 1% a mais ou a menos, mas 5% são um objeto que colocará entraves ao comércio<sup>63</sup>.

---

63 Não posso dissimular uma ideia que tive sobre o imposto de transmissão sobre o patrimônio. Vi na França todo tipo de aversão sobre essa questão, e prevejo o que aconteceria na Inglaterra se tocássemos nesse assunto. Mas peço a todo inglês sensato para seguir um pouco meu raciocínio. Supondo que o primeiro financeiro que introduziu empréstimos em anuidades tenha imaginado o seguinte método, pergunto se ninguém condenou e se o crédito e a circulação não se teriam sustentado com mais facilidade ainda. Aqui está minha proposta: suponho que o governo só tenha exigido a princípio 99% dos credores para dar, entretanto, juros sobre 100, na condição que quando se vendessem esses fundos só se poderia também transferir 99, e os juros do segundo adquirente só seriam sobre 99, com a mesma responsabilidade de perder ainda 1% na transferência do transporte. Ninguém teria prestado a menor atenção a esse miserável 1% que se teria visto como essencial para a natureza do fundo e como meio infalível de assegurar o crédito. Tal instituição anexaria a amortização à essência do fundo, que pouco a pouco se encontraria inativo e aniquilado pelas frequentes transferências ou transportes. A dívida nacional não teria jamais podido chegar ao excesso de volume que ela tem atualmente, as inquietudes pelo futuro desapareceriam, todos os outros meios auxiliares e análogos a esse objeto se tornariam mais fáceis e mais eficazes. Aí está, acredito, uma verdade palpável, simples e ao alcance de todos. Mas, dirão, aí estão arrependimentos do passado, em que isso nos ajuda? Deixo a resposta ao leitor. Sente-se bastante a importância e a utilidade do meio. Um tempo pode chegar no qual a necessidade obrigará a nação a sacrificar uma pequena parte para a conservação do todo. Cedo ou tarde chegaremos a isso, é sobre a forma que se deve trabalhar. Enquanto isso, pode-se garantir que se, durante dez anos de paz, um pequeno imposto de transmissão sobre o patrimônio do reino fosse empregado para o pagamento da dívida nacional, essa dívida seria reduzida a um ponto em que haveria receio de diminuí-la ainda mais e, nesse caso, se poderia garantir a paz à vontade

O imposto sobre herança poderia ser mais alto, na proporção dos graus mais ou menos distantes de parentela das famílias. Mas, por razões muito poderosas, os estrangeiros não deveriam estar sujeitos a ele. As mesmas razões não se aplicam ao assunto das transferências.

Teria sido bom se a França tivesse deixado as tontinas<sup>64</sup> isentas do décimo, porque o objeto das pensões e tontinas sempre foi visto como inviolável, tanto que quando o crédito faltou e que não se conseguia encontrar dinheiro a preço algum, todo mundo rendia-se às pensões e tontinas e abandonava seu capital a fundo perdido, quase à mesma taxa de juros que os fundos públicos tinham na praça, sobre os quais havia ainda a esperança de ganhar consideravelmente com a paz, como efetivamente aconteceu. Deveríamos respeitar e conter esses preconceitos para um caso extraordinário. A existência de um Estado não é coisa do presente, é preciso pensar no futuro. Não é um sintoma que se precisa curar, é preciso ir até a fonte do mal e tentar conservar os princípios da vida. O empirismo é tão perigoso na política quanto na medicina.

---

fora e diminuir os impostos e as taxas que são demais sob a responsabilidade da nação. Mas aviso que, se por acaso a necessidade ou o patriotismo propõem tal meio, é essencial, no meu ponto de vista, jamais fazer pagar esse 1% sobre as anuidades como um imposto para o transporte do capital a 100, esse dinheiro poderia nesse caso ser empregado em outros assuntos, o remédio torna-se empírico. É preciso transportar 1% menos ao possuidor sucessivo da anuidade, e isso a cada transferência, o que é mais essencial do que se pensa. Se fosse possível fazer com que a nação experimentasse esse meio, da mesma forma que o imposto sobre herança e a conversão de uma parte das anuidades em pensão, garanto que a paz poderia tornar-se mais estável pela sensatez do governo, e que antes de dez anos estaríamos em condições de diminuir consideravelmente os impostos. (N. do A.)

64 Espécie de associação em que o capital dos sócios que morreram passa para os sócios sobreviventes. (N. do T.)

Nos editos de 1763, insinuou-se na França, com a melhor intenção do mundo, que o sistema de liberar as dívidas do Estado era tão sério que se queria estendê-lo até mesmo às pensões e às tontinas. Isso teve um efeito contrário. As pensões não são de natureza a serem reembolsadas. Esse reembolso é: 1.º – contra o interesse do Estado; 2.º – contra a intenção e o interesse daqueles que delas desfrutam, o que parece paradoxal, mas não é. É contra o interesse do Estado porque é uma responsabilidade que diminui todos os anos, e as *Parcas*<sup>65</sup> são financeiras implacáveis. É ainda o senso comum de Paris, dizia-me uma pessoa respeitável, e uma parte dessas rendas circula em benefício das finanças. Além disso, o Estado, tocando nesse assunto, renuncia ao único recurso ao qual ele pode recorrer em tempos de descrédito e de aflição. Esse reembolso é ao mesmo tempo contra o interesse e a intenção daqueles que abandonaram seu capital a fundo perdido. Eles investiram seu dinheiro a fundo perdido no auge da guerra, quando podiam tê-lo investido a um juro de mais que o dobro do que em tempos de paz, com grandes chances de desfrutar da paz, o que não poderiam mais fazer agora se fossem reembolsados. Eles só abandonaram seu capital para ter uma renda inviolável da qual precisavam e sobre a qual liquidaram sua despesa, e muitos sua existência. Outros quiseram prudentemente garantir a seus filhos um pé de meia. Um reembolso dessas rendas de pensão anularia o princípio de sua criação, alteraria de maneira surpreendente as capacidades de várias pessoas e o público seria afetado por isso. Não ignoro tudo o que se diz sobre o preconceito das pensões, que alegam

---

65 Na mitologia romana, as *Parcas* (ou *Moiras*, na mitologia grega) eram as deusas que cuidavam do destino humano. Eram três: Cloto, que tecia o fio da vida; Láquesis, que cuidava da sua extensão; e Átropos, que o cortava. (N. do T.)

ser prejudicial ao futuro<sup>66</sup>. Há muito de enganador nesses raciocínios. Tudo tem inconvenientes, tudo tem seu lado bom e mau. Mas o mundo tal como é, o tom do século em que vivemos, nosso luxo, nossos usos e costumes, tornam todos esses males inevitáveis. Tornemo-nos espartanos, vamos para Esparta, fundemos novamente nossos costumes, adotemos aqueles dos antigos gregos e, nesse caso, concordarei com a realidade de certos princípios contrários àqueles que estabeleço.

Volto aos ingleses: basta-me fazer observar agora que se na Inglaterra a necessidade tornava-se urgente, antes de chegar a essa bancarrota nacional da qual se ameaça sem fundamento o público, haveria certamente recurso aos meios que indico: o *Sinkingfond* atual, uma recuperação econômica das taxas sobre as terras, um imposto sobre herança, um leve imposto sobre transmissão, uma capitação<sup>67</sup>, uma pequena taxa sobre os bens de consumo, sobre cargos e empregos, uma operação de finanças em favor do

---

66 Aqueles que investem seu dinheiro a fundo perdido pelos motivos que acabo de citar fazem um bom negócio para eles e para seus herdeiros. Isso pode ou não dar certo, segundo a sorte daqueles para os quais são as pensões. Não se poderia jamais dizer que essas pessoas sacrificam os bens de seus herdeiros à vontade. É um objeto de especulação e de conveniência, como qualquer outra maneira de investir seu dinheiro. Os outros, solteiros ou libertinos, perderiam igualmente seus bens sem desfrutar desse recurso nem mais nem menos, é ainda um desses assuntos de teoria e de especulação que a prática desmente. As reprovações do parlamento contra as pensões são obras-primas de eloquência e de patriotismo. Entretanto, as pensões sustentam dez famílias contra uma a quem eles prejudicam essencialmente. Pelo menos o bem que sua criação produziu sobre o geral da nação é bem maior que o dano que algumas pessoas sofreram. A grande massa se forma de pessoas que investem seu dinheiro para o bem de sua família e de seus herdeiros, e é a menor parte que compõe a classe reprovada e que o parlamento censura com razão. (N. do A.)

67 Surgido pela primeira vez em Roma, a capitação era um imposto pessoal pago em dinheiro por todos aqueles que não eram cidadãos romanos. Tornou-se em 287, com Diocleciano, um imposto predial. Na França, no Antigo Regime, a capitação era um imposto direto que Luís XIV criou em 1695. Teoricamente era um imposto a ser pago por qualquer francês, mas o acabava sendo somente pelo Terceiro Estado por causa das isenções dadas ao Clero e à Nobreza. (N. do T.)

*Sinkingfund* para converter uma parte das rendas de imóveis em pensões. Todos esses meios, digo, que não foram ainda abordados, devem provavelmente estar esgotados antes que se esteja no caso que foi profetizado quando da morte do Rei William, quando o reino só devia 20 milhões de libras esterlinas. Diógenes, para provar o movimento contra os sofismas de Zenão que o negava, começou a andar. O que se tem a fazer é seguir a história dos fatos para refutar, pela experiência, o que se disse desde o começo do século sobre a dívida nacional. Tudo contribui para provar meu sistema por fatos indiscutíveis e para demonstrar o erro daqueles a quem o pânico deu origem a fantasmas. Se meu tratado da circulação tivesse sido escrito no início do século, cada ano teria trazido uma prova prática para confirmar minha teoria. A experiência, de acordo com a especulação, demonstra a evidência de meus princípios.

De todos aqueles que se enganaram sobre a dívida nacional da Inglaterra, nenhum me surpreendeu mais do que o célebre Hume. Tive a honra de conhecê-lo em Paris e reconheci com um prazer infinito que seu caráter era ainda superior a seu bom senso, é à verdade que ele deve esse elogio<sup>68</sup>. Esse grande homem escreveu antes da última paz um *Essai sur le crédit public*<sup>69</sup> que não tinha lido quando compunha a primeira parte do meu *Tratado sobre a circulação*. Indicaram-me depois e eu fiquei, a princípio, zangado por perceber que meu texto pareceu exatamente uma refutação do seu. Ele veio algum tempo depois a Paris,

---

68 Favores essenciais que ele me prestou depois em Londres lhe dão o direito mais legítimo ao meu reconhecimento. (N. do A.)

69 Ensaio sobre o crédito público. HUME, David. *Of public credit*. In: HUME, David. *Essays & Treatises on several subjects*. Em dois volumes que contêm *Essays, moral, political, and literary a new edition*. Londres. Impresso por A. Millar, em Strand e Kincaid e A. Donaldson em Edimburgo. MDCCLXIV. 1. ed.: 1752 (N. do T.)

ficou muito contente com meu ensaio e a modéstia não me permite repetir o que me disse, assim como sobre a carta que se encontra no fim desta obra para provar que a inveja do comércio é mal entendida e que os verdadeiros interesses dos países não se sobrepõem. Esse gênio sublime também tocou levemente no assunto da inveja no comércio, se ele tivesse desenvolvido mais os princípios eu teria suprimido minha carta, mas a esperança de que ele o fará um dia, e os elogios com os quais ele honrou esse pequeno escrito, decidiram-me a publicá-lo. Lisonjeia-me saber que Hume corrigirá também algumas de suas ideias sobre a circulação e o crédito público. Ele pode ter razão em certo sentido quando anuncia que a nação destruirá o crédito, ou o crédito, a nação. Isso aconteceria sem dúvida se não se tivesse cuidado. Acredito tê-lo tranquilizado quanto a isso, mas não poderia impedir-me de lhe mostrar ainda, com toda a submissão que devo às suas luzes, que ele apresenta outra declaração cujas consequências poderiam ser tão perigosas quanto os princípios me parecem arriscados. Aqui está.

Hume diz que se passássemos a esponja sobre a dívida nacional, sacrificaríamos algumas centenas para salvar vários milhões. Não examino agora se devemos em qualquer caso sacrificar o honesto ao útil, afirmo somente que milhares se ressentiriam por muito tempo pelo sacrifício dessas centenas. Hume não prestou atenção ao fato de que, se suprimíssemos 3 milhões de libras esterlinas de rendas que se pagam no reino, esses 3 milhões suprimidos parariam a circulação representativa de 30 milhões de despesa. Que todas as Ordens de Estado, até o mendigo, se ressentiriam disso. Que a fonte das taxas, dos impostos sobre o consumo e de outros impostos desapareceriam. Vejam o exemplo da circulação de um único escudo na primeira parte desta obra. Se isso acontecesse, nos colocaríamos de joelhos,

como se diz por aí, diante de um guinéu<sup>70</sup>, vimos o exemplo na França, ainda que não se tenha jamais chegado a esse extremo. Os fundos na França, entretanto, jamais tiveram circulação fácil, a constituição desse reino é muito diferente. Seus recursos são infinitos e, apesar disso, quando da queda do sistema de Law<sup>71</sup>, vimos que a desolação era quase universal, não se havia, entretanto, nem de longe passado a esponja sobre toda a dívida nacional. O comércio pararia, a bancarrota pública acarretaria aquela de uma grande parte dos negociantes, cujos talentos e o crédito se encontrariam destruídos, a indústria seria, por um tempo, nula e obrigada a se exilar, a agricultura se ressentiria disso também, o incêndio se tornaria geral e a desordem, universal. O Estado e o governo se encontrariam sem recursos e uma convulsão perigosa conduziria essa época fatal, em que o sopro de uma criança pode derrubar Estados. É então que se poderia dizer como Montesquieu que o quadro do Estado não conservaria mais do que a moldura, fácil de romper pelo menor esforço estrangeiro.

---

70 Primeira moeda britânica em ouro feita à máquina. Cunhada entre 1663 e 1813. (N. do T.)

71 Sistema econômico desenvolvido pelo escocês John Law. Ele recomendava a utilização do papel-moeda em vez da moeda em metal pelo fato de o papel-moeda ter a vantagem de circular mais facilmente entre as pessoas e essa circulação criar a riqueza real de uma economia. Esse sistema foi utilizado na França de 1716 até 1720, primeiro com grande sucesso, a ponto de permitir ao Banco Geral (organismo estritamente financeiro) crescer até absorver as companhias e a atividade colonial francesa de sua sociedade-irmã, a Companhia do Ocidente (criada em 1717), que se tornou depois a Companhia das Índias (em 1719). Mas a dependência do Estado francês, que assumiu a responsabilidade sobre as dívidas das finanças francesas e a especulação que se fez sobre as ações da companhia de Law, arruinaram o sistema. Quando os acionistas, em 1720, quiseram de uma hora para outra recuperar seu ouro, este já havia desaparecido para socorrer os cofres do Estado e as riquezas coloniais não tinham ainda chegado: o sistema teve de admitir a bancarrota. (N. do T.)

Estou convencido de que Hume, quando escreveu esse ensaio, não tinha feito ainda uma análise exata e comerciante da circulação, da natureza dos fundos e das rendas, ele tinha visto algumas verdades desvantajosas para as notas de crédito, que lhe retinham outras próprias para corrigir os inconvenientes, assim a verdade nos conduz com frequência ao erro e o erro à verdade. Deve-se consumir o que for falso, afastar as ilusões, para chegar ao verdadeiro. Hume vira que a multiplicação dos títulos de crédito desvalorizava a moeda, mas ele não tinha prestado atenção à necessidade desses títulos para representar tantas coisas que a abundância de ouro e de prata tornou necessárias, por assim dizer.

Recriemos nossos costumes, voltemos uns vinte séculos, reduzamos o gênero humano ao seu estado primitivo, façamos desaparecer nossos falsos requisitos que se tornaram necessários, sejamos todos filósofos, rejeitemos com Diógenes o pote de argila para beber no côncavo de nossas mãos, sejamos pobres e virtuosos, nesse caso, os princípios de Hume aconteceriam. Mas como parece que isso não vai acontecer, sigamos nossa rotina e tratemos de corrigir os abusos. Façamos como Sólon, que dava aos atenienses as melhores leis de que era capaz. É preciso com frequência viver com seus inimigos e habituar-se às suas enfermidades. A imperfeição faz parte de nós, os pequenos inconvenientes devem ceder aos grandes. Não nos calemos pelo medo de morrer, ainda que estejamos certos da chegada desse fim.

Qualquer Estado, por melhores que sejam suas constituições políticas, traz em si o germe de sua destruição. Se Esparta e Roma pereceram, diz um autor moderno, qual Estado pode esperar durar para sempre? O regime das pessoas sãs, diz o mesmo autor, não é próprio para os doentes. Não se deve querer governar um povo corrompido pelas mesmas leis que convêm a um bom povo. A expressão é

dura, mas o princípio desse filósofo austero pode ser aplicado ao nosso assunto. A Inglaterra sofrerá aparentemente a sorte dos Estados que a precederam, mas não usurpemos a Providência, esse fim parece estar bem longe: *Tu ne quæsieris, scire (nefas), quem mihi, quem tibi finem di dederint, nec Babylonios temtaris numeros, ut melius quidquid erit, pati*<sup>72</sup>.

Aqueles que fizeram a apologia do luxo caíram no outro extremo: imaginaram incompletamente essa circulação multiplicada, que favorece a indústria e o comércio, mas não observaram que é a despesa contínua, permanente, segura, estável e diária que mantém essa circulação, enquanto o luxo excessivo, confundindo as múltiplas motivações das habilidades das pessoas, esgota a fonte. A circulação e a indústria sofrem com isso. O numerário de um grande número de pessoas arruinado por um luxo forçado não se encontra espalhado no público como erroneamente se imaginou. É o grande ponto da questão. Não condeno a despesa ou o luxo relativo que é proporcional às capacidades e à condição das pessoas, mas aquele que confunde essa condição, que torna tantos cidadãos vítimas da opinião mal compreendida, que os faz brilhar durante um tempo, para relegá-los em seguida à obscuridade de onde eles não sairão, é aquele que sustento ser nocivo e destrutivo. Veja meu *Ensaio sobre o luxo*.

Há ainda outro vício na Inglaterra que é o efeito do luxo excessivo que ali reina e a verdadeira causa do enorme aumento de sua dívida nacional. O caráter dessa nação é de levar tudo ao excesso. O extremo é seu lema. Virtude, vício, tudo ali é levado ao extremo. Os ingleses fazem pouca economia em suas despesas públicas em tempos de guerra, eles fazem por mais o que podem fazer por menos.

72 “Tu não indagues (é ímpio saber) qual o fim que a mim e a ti os deuses tenham dado, nem recorras aos números babilônicos. Tão melhor é suportar o que será.”  
Horácio (65-8 a.C.), *Odes* (I, 11). (N. do T.)

Acredito que ninguém ousaria negar que com um terço a menos de despesa eles teriam podido fazer as mesmas coisas, as rápidas e imensas fortunas que seus empresários fizeram na Alemanha ultrapassam tudo o que os financeiros faziam antes na França. Os desperdícios, o banditismo e os roubos foram, ao que parece, levados ao auge. Como seria possível de outra forma se a despesa anual chegou a perto de três vezes o montante da guerra de 1744? Os empréstimos anuais eram então de 3 milhões a 3 milhões e meio. Eles chegaram a 12 durante os últimos anos dessa guerra. Confesso que os esforços foram mais vigorosos, os sucessos mais brilhantes, mas não muito perto dessa proporção. Uma economia equilibrada é, entre todos os meios, o mais essencial para consertar as finanças.

A moderação, a economia e os costumes dos suíços fazem com que o cantão de Berna seja muito rico, apesar de um terreno ingrato e de o país ser privado de portos de mar, de manufaturas e de minas. Um embaixador de Veneza disse um dia ao Cardeal Richelieu que não faltava nada à França para ser rica e próspera a não ser encontrar um meio de gastar o que ela desperdiçava e dissipava. O mesmo pode se aplicar à Inglaterra.

O inglês é naturalmente pródigo, chega facilmente ao excesso, não conhece a moderação. A legislação terá mais dificuldade em estabelecer limites à ganância, e restabelecer a economia tão necessária para o bem de seus negócios. É por isso que acredito que eles serão necessariamente obrigados a recorrer cedo ou tarde aos meios que indico para aumentar seu *Sinkingfond*, para criar outro fundo auxiliar e permanente, para estabelecer uma administração mais econômica, e para adotar um sistema pacífico conforme os princípios que estão na carta que vem na sequência desta obra.

ESTADO DAS FINANÇAS NA INGLATERRA NO FIM DA SESSÃO  
DO PARLAMENTO EM 1770 (ORIGINALMENTE EM INGLÊS)

Cada ano desde a paz, o Parlamento da Grã-Bretanha, depois de ter distribuído um subsídio suficiente para a despesa do ano, fez uma coisa considerável em relação à diminuição da dívida nacional. Começaram por pagar o que se chamava dívida não fundada, isto é, tais dívidas das quais os juros a ser pagos não estavam atribuídos a um fundo especial. No ano que seguiu a paz, esse tipo de dívida subiu a mais de 9 milhões de libras esterlinas e essa questão foi encarregada na sequência de várias outras demandas. Tais partes dessa dívida que, por sua natureza, podiam e deviam ser pagas, o foram depois. Quanto à dívida da Marinha, que faz parte dela, essa não pode jamais ser inteiramente paga por razões que não precisam ser detalhadas aqui. Entretanto, ela é reduzida agora mais do que nunca tinha sido desde a última paz. O objeto que atraiu imediatamente depois desse a atenção do Parlamento foi pago ou, pelo menos, a redução a 3% de toda a dívida de 4%, resgatável. Essa espécie de dívida chegava imediatamente depois da paz a próximo de 7 milhões. O Parlamento procedeu de maneira gradativa nessa operação, sem usar a menor ressalva diante dos credores e sem infringir minimamente a boa-fé nacional. Pagou-se dessa dívida 1.841.776 libras e, por meio das loterias, o resto foi reduzido de 4 a 3%. Durante essas operações a lista civil de sua Majestade tinha-se endividado em mais de 500 mil libras, o que se deve imputar principalmente às despesas extraordinárias que ocasiona sempre o começo de um reino. No ano passado o Parlamento fez os fundos para pagar também essa dívida.

Tal é, em resumo, o estado das operações de finanças neste país desde a conclusão da paz até 1770. O ano presente encontra-se o mais feliz e o mais importante de

todos, não somente em relação ao produto do rendimento público, mas principalmente tendo em vista o uso que se fez dele. O produto do rendimento foi tão grande que o Parlamento encontrou-se na situação, depois de ter distribuído mais amplamente do que de costume ao subsídio anual, de empregar até 1 milhão e 600 mil libras para o reembolso do capital da dívida pública. Ele aplicou de maneira tão oportuna essa soma que 1 milhão e 500 mil libras a 3,5% tornaram-se resgatáveis em fevereiro último. Votou-se então uma soma suficiente para sua quitação e as 100 mil libras restantes serviram para diminuir igualmente a dívida da Marinha. Tudo isso se fez sem a ajuda de uma loteria, espécie de subsídio ao qual só se recorreu há poucos anos neste país, com o mesmo sucesso que teve em outros. O Parlamento acreditou então ter de continuar a se prevalecter disso e a usá-lo para convencer em especial, se fosse possível, aqueles a quem pagava 4% durante certo número de anos, a consentir que esse juro fosse reduzido a 3%. Os bilhetes de loteria que o governo tinha o hábito de vender com lucro de 1 libra e 10 soldos por bilhete venderam-se no ano passado com um lucro de 3 libras por bilhete e neste ano esse lucro chegou a 4 libras. O número desses bilhetes foi de 50 mil. Assim, a loteria valeu esse ano para o governo 200 mil libras. Julgou-se então oportuno antes de tudo empregar essa soma para reduzir o que era necessário dessa dívida de 4 a 3%, para que isso tenha rendido ao governo uma anuidade de 25 mil libras, e como havia um lucro adicional a fazer sobre esses bilhetes, independentemente daquele que era devido ao governo, acreditou-se que era honesto apresentar essa vantagem aos proprietários dos 4%, para comprometê-los a dar as mãos para a redução acima mencionada. Vantagem que

os ministros desse Estado, nos anos precedentes, tinham distribuído a seus amigos. Esse plano, apesar de tudo, só teve sucesso em parte. Muitos desses proprietários dos 4% não viam a vantagem oferecida como suficientemente grande para fazê-los aceitar a proposta, e a subscrição só foi cumprida até a metade da soma necessária. Isso não impediu os bilhetes restantes de serem vendidos na razão de 4 libras de lucro para o governo, e aqui está o resultado de toda a operação. O Parlamento reembolsou 1 milhão e 500 mil libras do capital da dívida e, dessa forma, ganhou-se uma anuidade de 53.343 libras. Ele pagou 100 mil libras de bilhetes da Marinha, a 4%, em troca do que ganhou uma anuidade de 4 mil libras. Ele reduziu 1.250.000 libras de 4 a 3% e isso rendeu uma anuidade de 12.500 libras, enfim, venderam-se os bilhetes restantes por 100 mil libras e essa soma foi reservada para o subsídio do ano seguinte.

O Parlamento da Grã-Bretanha efetuou tudo isso sem sobrecarregar o povo de nenhuma nova imposição. E não é tudo. Se a Grã-Bretanha tivesse sido obrigada, para diminuir sua dívida, a reduzir suas despesas, a reformar seu Estado, teríamos podido dizer com bastante razão que esse decréscimo da dívida não revelava nenhum crescimento do poder. Mas estamos realmente numa situação de abundância de força. A Grã-Bretanha gastou por ano 500 mil libras a mais para sua Marinha durante a paz presente do que durante a última paz, a mesma soma anual a mais no curso essa paz que no da precedente foi empregada pelo Exército. Seu subsídio anual excedeu em mais de 1 milhão o subsídio de um ano qualquer da paz precedente, e poderíamos mostrar, se fosse necessário, que essas despesas adicionais não foram feitas em vão, mas que as forças desse Estado aumentaram na proporção das despesas. Não há razão também para temer

qualquer diminuição dessas vantagens das quais desfrutamos até aqui. Os rendimentos da Inglaterra parecem aumentar e, como eles rendem mais este ano do que em qualquer um dos precedentes, podemos estar mais ou menos certos de que o produto do ano seguinte ultrapassará aquele do presente ano e que, enquanto a paz durar, o Parlamento da Grã-Bretanha estará em condições de reembolsar a cada ano pelo menos 1 milhão e 500 mil libras do capital de sua dívida, o que fará entrar 45 mil libras por ano no *Sinkingfund*.

Aí está o quadro fiel de nossa situação presente.

Subsídios para o ano 1770			
	Libras*	Soldos	Denários
16 mil homens para o serviço de mar, incluídos 4.287 barqueiros	832.000		
Ordinários da frota, incluídos os semissoldos** dos oficiais de mar	406.380	1	11
Extraordinários idem, construções, reconstruções e reparações dos navios	283.687		
17.666 homens para o serviço de terra, incluídos 1.522 inválidos	624.992		2
Tropas e guarnições nas fazendas, incluindo a África, Minorca e Gibraltar, e provisões para as tropas na América Setentrional, Nova Escócia, Terra Nova, Gibraltar, ilhas cedidas na África	383.248	1	11

Subsídios para o ano 1770			
	Libras	Soldos	Denários
Diferença de soldo entre os estabelecimentos britânicos e irlandeses de 5 batalhões e 5 companhias de Infantaria servindo na Ilha de Man, em Gibraltar, Minorca e nas ilhas cedidas	4.533	12	8
Pensionistas externos do Hospital de Chelsea	112.423	4	7
Despesas extraordinárias do Exército	235.264	10	9¾
Oficiais gerais e de Estado maior na Grã-Bretanha	12.203	18	6½
Soldos integrais para o ano de 1770 dos oficiais reformados com as 103 Companhias de diversos batalhões reduzidos de 10 a 9 Companhias restando a semissoldo, 24 de dezembro de 1765	4.513	16	8
Pensões às viúvas dos oficiais reformados, mortos com semissoldo e casados antes de 25 de dezembro de 1756	664		
Oficiais reformados das tropas de terra e de mar de Sua Majestade	123.233	2	6
Oficiais e civis das duas Companhias de Guarda a cavalo reformadas e antigos civis das 4 Companhias idem	1.289	1	3

Subsídios para o ano 1770			
	Libras	Soldos	Denários
Despesa do Escritório de Ordenança, serviço de terra	166.984	11	5
Serviço de Ordenança, o qual não foi abastecido em 1769	40.933	10	8
Para pagar todas as dívidas da Marinha	100.000		
A Barbados para tornar o porto mais seguro	5.000		
Para os fortes britânicos nas costas da África	13.000		
Para reembolsar as somas gastas em locais	13.000		
Museu Britânico	2.000		
Para terminar a passagem à Câmara dos Comuns	2.000		
Para quitar as dívidas em cargo das terras confiscadas na Escócia	72.000		
Para bonificar os vencidos dos 5 milhões emprestados no 31.º ano de George II para o ano 1758	46.463	12	8
Vencidos dos subsídios de 1769	55.011	7	5½
Para pagar as Letras do Tesouro	1.800.000		

Subsídios para o ano 1770			
	Libras	Soldos	Denários
Lista civil do Senegal	5.550		
da Nova Escócia	4.239		5
da Flórida Ocidental	4.800		
da Flórida Oriental	4.750		
da Geórgia	3.086		
Agrimensura geral na América	1.885		
Para pagar os 3,5% de 1756	1.500.000		
Para pagar todas as dívidas da Marinha	100.000		
<i>Hospital Foundling</i> ***	13.000		
Despesa para as rotas de comunicação e para construir pontes nas regiões altas	6.998		
Compensação a François Dalby, mercador de Londres	6.195	8	11
A diversas pessoas em Hampshire, por perdas sofridas em consequência das ordens do conselho para evitar o progresso da doença do gado	797	7	6
Libras	6.992.226,14		<sup>3</sup> / <sub>4</sub>

Recursos em 1770			
	Libras	Soldos	Denários
Imposto de terras a 3 xelins por libra	1.500.000		
Imposto do malte	750.000		
Letras do Tesouro	1.800.000		
Companhia das Índias Orientais	400.000		
Para o excedente do <i>Sinkingfond</i> de 5 de janeiro de 1770	299.375	6	6¼
Para o excedente do supracitado de 5 de abril	773.240	16	½
Item, excedente do supracitado até abril	1.700.000		
Para uma soma restante na Tesouraria	55.495	15	8¼
Rendimentos americanos	20.000		
Soma restante no tesouro em 5 de abril último, além e acima do excedente do <i>Sinkingfond</i>	13.596	5	10½
<i>Balanço</i> do Conde de Kinoul, último tesoureiro das tropas	3.948	3	7
Para a loteria de 50 mil bilhetes a 4 libras por bilhete	200.000		
Libras	7.515.656	7	8½

Obs.: Levaram-se em conta nas somas supracitadas os vencidos de terras e do malte, e as 200 mil libras levantadas pela loteria não são apropriadas, a não ser pelo projeto proposto pela Tesouraria de reduzir os 4% a 3%.

- \* Unidades monetárias baseadas no valor da prata, cujas subdivisões variaram bastante de acordo com a época e o país. No tempo de Isaac de Pinto, na França, a equivalência era a seguinte: 1 libra = 20 soldos = 240 denários e 1 soldo = 12 denários. (N. do T.)
- \*\* No Exército e na Marinha da Inglaterra, entre o século XVIII e o início do século XX, os oficiais aposentados ou à disposição recebiam metade do salário (*half pay*). (N. do T.)
- \*\*\* Abrigo para crianças abandonadas fundado em Londres em 1739 pelo Capitão Thomas Coram. (N. do T.)

## TERCEIRA PARTE

*Finanças, impostos e agricultura considerados principalmente em relação à França. Refutação do princípio que reduz tudo ao produto territorial.*

Mirabeau diz, na sua *Teoria do imposto*, que seria a pedra filosofal para o Estado passar por canais regulares a máquina da finança, não somente sem exigência, sem rigor, sem despesas, mas ainda por imitação. Ele acredita tê-la encontrado, mas eu acho que se engana. Seu coração ofuscou seu juízo. As obras desse virtuoso cidadão, desse amável filósofo, são cheias de bom senso, de coisas sublimes e de visões novas e profundas, o verdadeiro patriotismo, a humanidade e a amizade pelos homens passam por tudo. Mas me parece que em sua *Teoria do imposto* ele cria ilusões sobre um sistema impraticável. Primeiro, acreditou ver monstros devoradores, uma ruína próxima e infalível, onde não havia mais do que desvantagens e grandes abusos. Ele parte às vezes de princípios verdadeiros, mas me parece que se perde na aplicação desses princípios quando deduz as suas consequências. Há outros, dos quais cria axiomas, que são desmentidos pela experiência. Não se lhe contestará, por

exemplo, que a agricultura não seja a ação orgânica de um Estado agrícola, que lhe colocar entraves não seja debilitar suas forças e desacelerar a ação que anima sua existência próspera. Concorda-se com ele que a coleta de impostos na França é muito complicada, muito custosa, muito dura e por isso muito alta e até destrutiva em certos momentos. Deve-se simplificá-la, suavizá-la, diminuí-la, corrigir seus abusos. Mas representar-nos a França como se estivesse à beira da ruína e acreditar que os impostos atuais ultrapassam muito a esfera da capacidade contributiva é um exagero que a experiência desmentiu e desmentirá por muito tempo.

O resultado da *Teoria do imposto* é: 1.º – que um Estado agrícola, como a França, só tem rendimento real pelo produto territorial; 2.º – que se deve estabelecer os impostos na fonte das produções; 3.º – que é necessária imunidade integral para qualquer trabalho e indústria, que se deve abolir todas as taxas e impostos e proscrever até os termos de finança e fazenda; 4.º – que se deve estabelecer uma capitação geral que produza mais e custe menos para a supressão das despesas de coleta que, segundo ele, absorvem um terço dos impostos e causam a destruição geral; 5.º – que os administradores municipais devem ter esse cuidado; o autor afirma, enfim, 6.º – que o rendimento real atual da França quase não chega às taxas que aí se recolhem e que os empréstimos são desastrosos. É mais ou menos o mesmo sistema que aquele do autor do *Balanço* em relação à Inglaterra. Assim, só farei sobre esse assunto um raciocínio geral examinando sumariamente algumas máximas isoladas deste tratado, o que confirmará meus princípios precedentes e propagará nova luz sobre as duas partes anteriores desta obra.

A *Teoria do imposto* insiste ainda muito sobre o custo dos objetos de consumo. Já observamos que a quantidade de metal desvalorizou o dinheiro como símbolo. Um homem

hoje com muito mais numerário não é, proporcionalmente, mais rico do que o era com menos há um século. Mas fez-se de tudo para tentar retratar que o marco<sup>73</sup> de prata vale o dobro do que no tempo de Henrique IV<sup>74</sup> e que Luís XV<sup>75</sup>, com mais numerário, é menos rico que seus predecessores. Há alguma ilusão nessa afirmação porque tudo não vale o dobro, o soldo dos soldados está como no tempo de Henrique IV, o pão mais ou menos o mesmo, assim como vários outros objetos importantes. Além disso, não custa mais hoje para estar agradavelmente bem instalado, diz Voltaire, quanto custava no tempo de Henrique IV. Um belo espelho de nossos fabricantes embeleza nossas casas a um preço bem menor do que o dos pequenos espelhos que recebíamos de Veneza. Nossos belos e vistosos tecidos são menos caros, diz ele, do que aqueles que comprávamos no exterior e que não valiam tanto. Além disso, não se poderia negar que o número de ricos e de abastados não seja bem maior que no tempo de Henrique IV e que não haja vários cujas rendas sejam o dobro ou o triplo, o que deve dobrar e triplicar também aquela do monarca.

É preciso observar, aliás, que as primeiras necessidades, que são as mais altas, retiram-se da primeira metade dos rendimentos. A outra metade pode não dobrar, mas quadruplicar a potência. Explico-me por um exemplo. Um homem que tem 50 mil escudos de renda é numericamente o dobro mais rico do que aquele que só tem 25 e que está

---

73 No original, *le marc d'argent* ou marco de prata. *Marc*, nesse caso, indicava o peso de 8 onças (1 onça pesando entre 24 e 33 gramas) e servia como medida para pesar o ouro e a prata. Posteriormente, uma moeda com essa quantidade de metal foi chamada *marco* nos países germânicos. (N. do T.)

74 Henrique IV ou Henrique de Bourbon (1553-1610), rei de Navarre (1572-1610) e depois da França (1589-1610). (N. do T.)

75 Luís XV (1710-1774), rei da França e de Navarra de 1715 a 1774. (N. do T.)

na mesma condição. Mas o primeiro tem força de escolha e de contribuição proporcionalmente maior, tanto para os objetos supérfluos quanto para obras de caridade e despesas de decoração e fausto, porque aquele que tem 25 mil escudos somente encontra seu rendimento absorvido pelas necessidades básicas da vida de um homem que atua e que tem sua casa montada de acordo com certo nível, e não lhe resta muito para atender suas fantasias. Assim, se Luís XV não é exatamente o dobro mais rico e mais poderoso do que Henrique IV, tendo mais que o dobro do numerário em rendimento e um maior número de súditos ricos, ele é ainda assim mais rico. Quanto ao espírito de fiscalização que se atribui ao nosso século, ele reinou em todos os tempos, sempre enfraqueceu mais ou menos por uma má administração uma parte da capacidade das pessoas. É que a febre dos Estados e os germes dessas doenças são tão inevitáveis quanto aqueles que minam a saúde do homem. É preciso, entretanto, buscar os remédios e usar paliativos quando não se encontra aquele que é específico.

Mas ousou insistir sem medo sobre o raciocínio confirmado pela experiência de que o projeto que seduziu tanta gente a reduzir todas as taxas a uma só pela via da capitação, abolindo todos os outros impostos e despesas de gestão, é uma utopia em países como a França, a Inglaterra e a Holanda. Isso foi tentado na Holanda em 1749 e sentiu-se o erro, verificou-se que era totalmente impossível ir buscar no público as somas das quais o Estado precisava, por outra via que não os objetos de consumo, que se confunde com o preço das coisas. É o meio menos perceptível e o único possível, e as desvantagens que dele resultam, por maiores que pareçam, não são tão fatais como se diz. É o que demonstrei na primeira parte deste ensaio e que provarei ainda na sequência.

A Holanda é a prova e a demonstração de que os princípios de Mirabeau são sem fundamento. Se os impostos só fossem cobrados imediatamente na fonte dos rendimentos, como alega Mirabeau, e se não pudéssemos nunca exigir mais do que uma parte do produto territorial, há muito tempo a Holanda não existiria mais. Ela tem pouca produção de alimentos, ela é quase inteiramente privada de terras cultiváveis: vinhedos, madeira, alguns campos são todo o recurso nesse sentido. Entretanto, essa República paga tropas, tem uma Marinha e apareceu com frequência na Europa ao lado das grandes potências. As taxas e os impostos que ali se cobram são bem mais altos, em todos os sentidos, que na França e na Inglaterra e, entretanto, isso não causou a ruína do Estado: ele está até numa grande opulência. Se a inveja de seu comércio não lhe tivesse atraído tantos concorrentes, o Estado não se ressentiria das taxas exorbitantes que ali se pagam. O pão, que é um artigo de primeira necessidade, paga um imposto que quase dobra seu preço, todos os bens de consumo ali são mais taxados que na França. Os bens patrimoniais como casas, ações, contratos, terras o são ainda mais e, apesar disso, a Holanda floresce e a máquina das finanças segue seu próprio caminho, pela magia da circulação e do crédito que opera esses efeitos salutares. Esse crédito e essa circulação, na prática, não são então tão nocivos quanto suspeita Mirabeau. Devemos nos render à evidência de uma experiência comprovada, embasada e não equívoca. A opulência do rico dá ao pobre e ao mendigo, pela circulação, dinheiro para pagar uma taxa ao Estado pelo consumo de comida para sua subsistência. O mendigo obtém o necessário físico em Paris, em Londres e em Amsterdã, mais facilmente que em Montauban, em York ou em Overissel. A circulação e o crédito são duas

engrenagens das quais ainda não conhecemos todo o funcionamento. Todo o ouro e a prata da Europa e da América que vai se perder no Hindustão não torna os habitantes ricos, os indianos são pobres, os príncipes entesouram e interrompem a circulação, não há crédito que a favoreça. As taxas sobre o consumo tornam, pela circulação, não só os mendigos, mas até mesmo os animais, úteis ao fisco, e consequentemente, ao Estado.

Aqueles que foram seduzidos pelo imposto único e pela supressão das ramificações dos impostos ignoram o quanto, nos Estados mais ricos e mais opulentos, o número de pessoas que têm bens patrimoniais é pequeno (compreendendo dessa forma as pessoas tributáveis por capitação, que se chamam, na Holanda, capitalistas) na proporção do resto dos habitantes, em vez disso, as pessoas abastadas que não têm quaisquer bens e que têm, entretanto, uma despesa mais do que burguesa, são em grande número. Mas são seu trabalho, suas responsabilidades, seus empregos, seus talentos que são seus verdadeiros bens, eles gastam como se fossem ricos, e eles não o são. Eles não estariam na situação de ser taxados na proporção necessária para chegar ao equivalente da supressão dos arrendamentos. Achou-se que isso era impossível. Falo a partir de um fato: esse ponto foi examinado a fundo pelos mais hábeis financeiros da Holanda. Mas a taxa sobre alimentos faz com que o dinheiro que circula volte, em parte, para os cofres do Estado de onde saiu, multiplique-se pelo caminho e, circulando sucessivamente por vinte mãos diferentes, coloque cada uma daquelas pelas quais passou em condições de fazer as mesmas despesas que no ano precedente e sempre com as mesmas espécies. Um proprietário de terras que gasta 100 mil florins por ano a princípio faz entrar nos cofres do

Estado 20 mil do capital dessa primeira despesa, mas isso não é nada em relação à proporção da reverberação das despesas que sua grandiosidade deixa em condições de fazer, com esse dinheiro, as ordens inferiores que se subdividem ainda em subordens, de maneira que no fim do ano quase todos os 100 mil florins podem ter passado pelos cofres do Estado e dali sair para abastecer os canais da circulação. Os *rentiers* contribuem muito para essa feliz circulação, apesar de tudo o que se possa dizer em contrário. Os impostos só são na verdade uma inversão momentânea de parcelas de propriedade, que as pessoas fazem passar anualmente pelo fisco para sua conservação e que voltam, no todo ou em parte, para as mãos de onde saíram. Esse círculo se perpetua pela retribuição do soberano aos súditos, e dos súditos ao soberano. Todas as reprimendas contrárias a essa definição refutam demais, e levam ao absurdo.

Repetem-nos sem parar que a França e a Inglaterra estão arruinadas, e a experiência nos mostra que esses dois reinos estão ainda num estado muito florescente. Há, confesso, abusos enormes, mas mesmo esses abusos provam ainda o vigor de sua constituição, o patrimônio protege a configuração. Mas não os corrigiremos nunca por meio da taxa universal, ainda menos pela talha real<sup>76</sup>, outra utopia nas nossas constituições europeias. Elas poderiam acontecer em um governo sacerdotal, em um povo concentrado em um pequeno país, em que um décimo real das produções da terra, com uma pequena capitação, poderiam tomar o lugar de tudo.

---

76 Talha foi um imposto de origem feudal surgido no século XI. A talha real era cobrada sobre propriedades, enquanto a talha pessoal era cobrada sobre as pessoas. (N. do T.)

Mas desde que os países pagam o soldo das tropas em tempos de paz e de agitação para conservar a tranquilidade dentro e a segurança fora, tal meio seria ineficaz. Além disso, não há mais na Europa, exceto na Polônia, Estados puramente agrícolas. O comércio, a pesca, o luxo, os títulos de crédito, os fundos públicos, as manufaturas diversas de todos os tipos, as riquezas artificiais compõem a massa dos bens e, no sistema geral, é na combinação desses objetos diversos, sem que se sobreponham, que consiste o segredo da administração. Querer bani-los, aboli-los, condená-los, é botar abaixo o edifício. Mas como esse sistema é, por assim dizer, novo<sup>77</sup>, estamos ainda em sua base, tateamos no escuro. Daí os erros de tantas pessoas de bom senso quando tratam dos fundos públicos, do crédito e da circulação, quando aplicam os antigos princípios às finanças, aos impostos, às taxas, à população e à agricultura. Um grande gênio encontrará um dia a justa proporção desse novo sistema de política, analisando todas as motivações e desenvolvendo todo o jogo de engrenagens. Enquanto isso, como diz Mirabeau, o que acontecerá é que, querendo imprimir movimento à roda, sua atuação muito forte sobre certas partes atrapalhará as outras, e interromperá, às vezes, a marcha. No estado em que estão as coisas, o objeto mais importante de toda a ciência política é o recebimento das finanças, uma vez que disso depende seguramente toda a força e a harmonia de um Estado. Trata-se de encontrar regras claras, exatas e seguras: *hoc opus, hic labor est* (aí está a dificuldade).

Há uma grande desvantagem que torna a taxa universal por capitação perigosa, quando não impossível. Tal taxa retiraria grande quantidade de dinheiro da circulação em uma

---

77 Os empréstimos só começaram a tomar forma próximo do fim do século passado. (N. do A.)

mesma data, tornando-o muito raro, o que não acontece quando ele passa sucessivamente pelos canais múltiplos do consumo. Os intervalos entre a receita e a despesa estão dessa forma em equilíbrio. Isso é tão verdadeiro que na Holanda, onde o dinheiro é, por assim dizer, mercadoria, de tanto que é abundante, tornou-se muito raro em 1747, por conta de um acaso dessa natureza. Aqui está o que aconteceu: tinha-se imaginado, por necessidades da guerra, um meio de encontrar em dado momento uma grande soma de dinheiro sem empréstimo. Levaram-se todas as pessoas da República a fazer uma espécie de doação do 50.º dinheiro dos seus bens<sup>78</sup> em quatro datas. Essa soma devia ser alta. Para evitar a desvantagem da qual falo, o Tesouro emitiu obrigações na forma de comprovantes pelos quais várias pessoas podiam assumir os respectivos prazos do pagamento do 50.º dinheiro, a fim de evitar a estagnação ou o congestionamento que aconteceria na circulação depositando de uma só vez uma soma tão alta nos cofres do Estado. Esse papel deu mais desenvoltura à circulação, sem o que a raridade das espécies teria sido ainda maior. Querer reunir uma grande quantidade de dinheiro nos cofres do Estado tudo de uma só vez em uma determinada data, por mais curta que fosse, só congestionaria a circulação e traria grandes desvantagens, o que não acontece pelo método das taxas sobre o consumo, que é imperceptível, diária, sucessiva

---

78 No original, *le 50e denier de leurs biens*, literalmente o 50.º dinheiro de seus bens. A palavra *denier*, na época em que foi escrita a obra, tinha, entre outros significados, o seguinte: “Juro de uma soma principal. Nesse sentido, diz-se *Colocar seu dinheiro (argent) no dinheiro (denier) vinte*, para dizer deixá-lo render para retirar dele a vigésima parte todos os anos.” *Dictionnaire de l’Académie Française*. Quatrième Édition. Tome Premier. A = K. Paris, Bernard Brunet, Imprimeur de l’Académie Française, 1762. No caso do texto de Isaac de Pinto, ele informa que os holandeses foram convidados a doar o 50.º *dinheiro de seus bens*, ou seja, a quinquagésima parte, ou, em termos percentuais, 2%. (N. do T.)

e por isso dá tempo às espécies de sair dos cofres do Estado para circular ainda no público, como mostrei no curso desta obra. Com observações, que a experiência confirma, provam as verdades que apresento.

Nada mais instável que a fortuna das pessoas. Uns enriquecem, outros empobrecem. Seria necessário corrigir a cada ano essa capitação ou taxa universal, que deveria ser muito alta para poder abarcar todas as outras. Seria uma máquina que estragaria toda hora. Que preocupação! A impossibilidade de tal projeto passa por todos os lados e uma capitação só pode ser um meio suplementar, que jamais renderá a décima parte do consumo. Poderíamos, no máximo, resgatar os impostos que impedem e interrompem o trabalho do agricultor. Esse único objeto seria talvez possível e muito útil.

No mais, a experiência deve ser nosso guia. É evidente que antigamente os *fermiers généraux*<sup>79</sup> na França faziam fortunas rápidas e indecentes, mas esse abuso é bem menor hoje do que era então. Não há mais essa opulência passageira, não há mais exércitos de uma parte da nação que correm para arruinar a outra. Há, entre os coletores de impostos, verdadeiros patriotas, pessoas de bom senso e bons cidadãos. O trabalho deles é odioso, mas parece necessário. Seus subalternos cometem às vezes violências atrozes, mas são abusos como aqueles que acontecem sob o comando de um bom general no campo militar. Vários desses coletores de impostos e de seus partidários, quando não se arruinam por um luxo excessivo e insultante, são ainda, evidentemente, muito úteis ao Estado. Eles podem favorecer a circulação

---

79 A Ferme Générale, ou Fazenda Geral, era uma espécie de concessionária de serviço público, uma empresa privada que tinha autorização do rei para cobrar alguns impostos. Um *fermier* era, portanto, uma espécie de coletor de impostos autorizado. (N. do T.)

e o crédito, e esses dois agentes combinados são a máquina das finanças, independentemente do que dizem aqueles que não compreendem esses princípios.

Na Holanda aboliram-se os responsáveis pela cobrança de impostos arrendados, mas não as concessões do Estado<sup>80</sup>. Substituíram-se os coletores de impostos. Mudando de nome, tentou-se contentar o povo, que jamais pode ser contentado. Mas a sabedoria, o patriotismo do Estatuder<sup>81</sup>, amparado pelos cuidados dos administradores municipais, melhorou as finanças, corrigindo, em parte, os abusos que havia, sem abolir, entretanto, as concessões do Estado. Aí está o que se deve fazer na França, onde os abusos são maiores e talvez mais difíceis de corrigir, pela complicação das leis e dos privilégios de cada província e pela distância que estas se encontram do centro da administração. Tentei aprofundar a coleta das concessões do Estado na França e me pareceu que se imputam com frequência aos responsáveis pela cobrança dos impostos arrendados as infelicidades as quais eles não saberiam remediar e que se exageram sempre. Seria desejável, no entanto, para o bem deste reino, que se encontrassem ainda meios próprios para remediar essas desvantagens que não são menos pavorosas por parecerem inevitáveis. Arrecadam-se grandes impostos na Inglaterra de maneira mais simples e menos cara. A constituição do governo e o local podem favorecer esse método. Resta saber se ele seria praticável na França assim como esse cadastro do qual todo mundo fala e que ninguém compreende.

---

80 Ver nota 61. (N. do T.)

81 No original, *Stadhouder* (em holandês). Nos Países Baixos, o Estatuder era o chefe político com poder executivo de uma ou mais províncias. (N. do T.)

Mirabeau alega que os administradores municipais, os oficiais municipais, são os coletores natos dos tributos que os súditos de suas jurisdições devem a seu soberano. Isso parece sedutor: talvez esse meio seja bom, mas não sei se, na prática, as dificuldades não seriam insuperáveis e se, depois de um lapso de tempo, não se diria deles o que se diz agora daqueles que são encarregados do recebimento dos impostos. Nem todo mundo está de acordo com a vantagem que têm na França, sobre as outras, as províncias que estão em *pays d'États*<sup>82</sup>. Não estou suficientemente a par desse tipo de administração para julgá-la. Mas o ministro não pode ignorá-la e sabe provavelmente o que esperar. Ele a adotará se for tal qual é representada. A sequência de degraus e de jurisdições hierárquicas que Mirabeau quer abolir parece quase indispensável no recebimento de impostos, e essa sobrecarga será sempre a pedra no caminho em qualquer parte.

De resto, confesso que admiro e respeito algumas ideias sublimes que se encontram na *Teoria do imposto*. Tudo o que o autor diz sobre o sal e sobre o tabaco parece merecer a atenção do ministério na França. Observou-se frequentemente, antes de Mirabeau, que um imposto rende na medida do seu peso. Um imposto módico parece acabar com o contrabando e economizar despesas caras com a administração do Estado. A sobrecarga dessas despesas cai sobre o uso da mercadoria, ela diminui o consumo. Essas verdades parecem incontestáveis, entretanto, viu-se mais de uma vez na Holanda que a diminuição dos impostos de importação não produziu esse efeito nem impediu o contrabando. As nações da Europa, ainda que cristãs, não seguem sempre

---

82 *Pays d'États*, no Antigo Regime, províncias que possuíam estados provinciais, isto é, assembleias compostas de representantes das três Ordens de uma província (Clero, Nobreza e Terceiro Estado). (N. do T.)

o Evangelho, não se dá sempre a César o que é de César. Toda taxa, todo imposto, é pago de má vontade. É preciso tentar evitar esse abuso, porque os princípios citados acima parecem essenciais. Não é o mesmo, na minha opinião, que os outros princípios desta obra, tal como a necessidade que ele supõe de um tesouro público, coisa nociva, perigosa e inútil, como provarei na sequência. Penso o mesmo de seu projeto de abolir toda imposição sobre bens estéreis, sobre as propriedades, sobre as casas, sobre a subsistência, sobre os encargos, sobre os atos, sobre o luxo. É um entusiasmo patriótico, baseado em uma metafísica ideal que não poderíamos jamais aplicar a nossas constituições atuais, a nossos costumes, nem à forma dos nossos governos. Tal é ainda seu discurso contra os fundos públicos, o crédito e a circulação: tudo isso se encontra refutado acima.

Façamos ainda uma observação. Os monarcas na Espanha, com seus tesouros do Peru e do México, e em Portugal, com o ouro do Brasil, jamais imaginaram criar esses fundos públicos para lhes transferir o valor das espécies, fixá-las enquanto circulam em outros lugares e atraí-las novamente, em caso de necessidade, pela magia da circulação e do crédito transferido a esses fundos. Quem sabe se essa não é precisamente a razão pela qual as minas não enriqueceram esses reinos? Não havia nada que escorasse o edifício nos tempos difíceis em que se trabalhava na sua reparação. Esses reinos, devastados por causas morais, teriam, acredito, reparado em parte a população e a agricultura se as riquezas numerárias de convenção tivessem realizado a passagem momentânea de ouro e de prata em suas minas. Os meios simulados teriam produzido a indústria e os fundos para valorizar o solo e os bens ao sol nos climas felizes. O comércio, a opulência e a circulação teriam talvez atraído os habitantes que o país comporta, quero dizer, aqueles da

religião romana, a intolerância se opondo ao estabelecimento dos outros. O interesse teria podido atravessar essa barreira terrível, esses dois reinos seriam mais ricos e mais potentes, enquanto no presente os habitantes são mais pobres do que aqueles da França e da Inglaterra, ainda que paguem menos imposto.

Não faço essa conjectura como a única causa da desproporção que há entre o estado atual da Espanha e de Portugal e as fontes de riquezas metálicas que esses dois países possuem, mas como uma observação da vantagem que a circulação produz nos lugares onde os metais são mais raros. A miséria em que os espanhóis se encontram no Peru e no México é uma prova bem mais forte de que o ouro e a prata não são nada em si mesmos, a não ser quando esses metais podem trazer rapidamente, pelas trocas, os objetos de necessidade e de desejo requeridos. Condamine<sup>83</sup> atesta que aqueles que lhe mostraram as minas do Peru não tinham sapatos nos pés e estavam na miséria.

A Espanha e Portugal não estão nesse caso. Com um solo muito fértil e um clima ameno, se esses reinos tivessem a população necessária, os produtos da natureza e da indústria tornariam, independentemente de suas minas, esses países os mais abundantes do universo e as trocas de suas mercadorias poderiam lhes gerar uma balança comercial mais vantajosa do que aquela que as minas lhes dão. Mas as coisas não sendo assim, e não o podendo ser por muito tempo, devemos, enquanto isso, olhar os metais como mercadoria na sua origem, e sua exportação é necessária e útil, até certo ponto. Acredito mesmo que se todas as vantagens da agricultura, do comércio e das manufaturas estivessem

---

83 Charles Marie de la Condamine (1701-1774), geodésico e naturalista francês. Comandou uma expedição ao Peru em 1735 com diversos objetivos geodésicos. (N. do T.)

em atividade na Espanha e em Portugal, e que com isso eles tivessem a posse do ouro e da prata do Peru, do México e do Brasil, nesse caso esses metais, por causa de sua abundância, poderiam nesses dois reinos fazer suas funções quase sempre por si só, sem ter necessidade de símbolos artificiais nem da circulação de papéis de crédito. Mas estou convencido, ao mesmo tempo, de que dessa abundância de espécies resultariam desvantagens prejudiciais aos costumes, ao comércio mesmo, e à prosperidade desses reinos, e que não é por acaso que a Providência deu a essas duas nações a guarda, ou melhor, a distribuição desses tesouros.

Se Portugal tivesse conservado as Ilhas Molucas e o Ceilão, os quais possuía antes de descobrir o ouro do Brasil, a harmonia do comércio da Europa teria sido abalada. Mas se a Holanda tivesse conservado o Brasil, essa harmonia teria ainda sido mantida. Esse país, como observamos frequentemente, não tem nada a dar em troca. A indústria, o comércio e as espécies fazem toda sua opulência, a qual se sustenta pelos fundos artificiais que circulam pelo crédito e que estendem a capacidade contributiva para pagar impostos. As taxas e os impostos seguem a opulência e a riqueza, assim como o custo dos víveres, pela concorrência das compras e pelo grande consumo. Não se deve, entretanto, multiplicar as taxas sem grande necessidade, e deve-se tentar, com a maior segurança de que se dispuser, evitar, se possível, o preço muito alto dos víveres. Volto à circulação dos fundos públicos e dos papéis de crédito.

Sempre se buscou calcular a proporção que deve haver entre as espécies correntes e os papéis de crédito e há muito tempo isso havia sido fixado em 3 para 1, isto é, pode haver, sem perigo, três vezes mais papéis na circulação do que há de moeda. A experiência mostrou evidentemente que essa proporção se mantém facilmente sobre uma massa bem

maior. Querer chamar isso de desproporção é querer inventar monstros para combatê-los, é ir contra a experiência, ainda mais que essa mesma pretensa desproporção poderá ser vista entre o dinheiro e outras riquezas quaisquer como terras, casas, navios, diamantes, etc.

Não de deve, no entanto, confundir de maneira alguma o papel do banco e do crédito, que representa a moeda, com os papéis que formam os fundos públicos e que rendem juros, ainda que sua analogia seja muito grande em alguns aspectos. Pode-se criar muito mais fundos que papéis de crédito. Os fundos públicos não representam exatamente as espécies, mas aumentam o numerário pela sua simples criação, eles se tornam bens patrimoniais, exatamente como uma terra e uma casa, eles rendem juros sem exigir nem reparação, nem cultivo, sua maior vantagem é a de fazer circular o dinheiro e o que ele representa com mais rapidez e é por isso que se pode imaginá-los parcialmente, em certo sentido, como dinheiro vivo, eles com frequência executam essa função. Pode-se, na praça de Londres, converter em 24 horas 100 mil libras esterlinas de anuidades em espécies correntes, isso acontece sempre quase sem alterar seu preço, isso se faz com milhões a prazo. São fatos que não se poderia contestar. É de todos os tipos de bens o único que participa, por assim dizer, na qualidade de moeda, sendo essencialmente por sua natureza um bem patrimonial. É uma observação importante que não acredito que ninguém tenha feito ainda.

Só acrescentarei uma reflexão, é que o ouro e a prata cunhados têm um valor arbitrário e de convenção, e não há nenhuma razão física para que eles sejam os representantes de todas as mercadorias, assim como de objetos de primeira necessidade, mais do que os papéis de crédito que os

representam. Os indianos têm pequenas conchas das quais fazem o mesmo uso, e todas as objeções aparentes que se podem fazer sobre a criação desses símbolos artificiais caem igualmente sobre os metais, que não podemos nem comer, nem beber. Mas a troca de mercadorias sendo impossível nos nossos costumes, precisamos de um permutador geral que seja a medida de tudo, e o metal não tem mais essa qualidade do que os fundos e os papéis quando o crédito e a boa-fé os sustentam pela circulação e por um juro anual que eles produzem.

Os princípios de Mirabeau são mais ou menos os mesmos que aqueles do *Balanço da Inglaterra*, de reduzir tudo ao produto territorial, mas me parece que mesmo a verificação minuciosa que ele oferece do rendimento territorial da França, combinada com a experiência, mostra a ilusão desses princípios. Seu sistema dá margem às objeções pelos fatos que o contradizem. Como seria possível que a França pudesse por tanto tempo exceder suas forças nos impostos sem que as convulsões políticas não fossem ainda mais prejudiciais e, por assim dizer, mais concretas? Mostrarei na sequência que os incômodos pelos quais se passaram na França não são tanto efeito dos impostos quanto de longas guerras e da falta de crédito nos empréstimos. O crédito e a circulação podem sozinhos corrigir e atenuar o rigor das taxas, como já provei na primeira e segunda partes desta obra, e veremos ainda novas provas no fim desta terceira parte. Essas observações, essas pesquisas, esses cálculos do rendimento territorial poderão ser úteis, aplicando-os convenientemente, sem exageros, e sem nos conduzir a consequências contraditórias aos fatos conhecidos nem a meios que parecem impossíveis na prática e cujos resultados não são em nada conforme a experiência. Mas como,

sem Galileu e Kepler, Newton não teria talvez analisado a luz nem aprofundado os princípios da gravidade, é preciso esperar que esses tipos de obras façam também desenvolver, com o tempo, os verdadeiros princípios da administração das finanças, pelo bem e pela felicidade do gênero humano.

Somos ainda crianças. Nossas crianças se tornarão, talvez, homens. Não entendo como Mirabeau pôde fazer cair o fardo da taxa sobre o produto territorial depois de ter tão bem demonstrado que as vexações causadas aos produtores destroem as riquezas que, sem isso, seriam sempre renascentes; que mais terras permanecem improdutivas, desertas e ociosas; que a população sofre e, por consequência, o consumo, que ele deve ver como a fonte do rendimento do príncipe. A espoliação, diz ele, resseca o território: a talha<sup>84</sup> arbitrária, a corveia<sup>85</sup> e outras vexações devem ser abolidas. Mas ele substituiu a mesma carga sob outra denominação: ele não alivia o fardo para essa parte da nação. Parece-me que ele contradiz a si mesmo, uma vez que quer que se estabeleçam impostos na fonte das produções. É seu princípio favorito. Talvez seja erro meu, mas confesso minha ignorância: não compreendo seu sistema. Ele me parece contraditório.

Outro princípio que ele apresenta me parece, de maneira abstrata, mais verdadeiro e mais essencial. Seria necessário, diz ele, que nem província, nem cidade, nem ninguém pudesse alegar, em virtude de algum privilégio ou imunidade, ser dispensado de uma contribuição geral. Isso é justo, mas é impossível ou insuficiente buscar, como

---

84 Ver nota 91. (N. do T.)

85 Trabalho gratuito que os camponeses deviam prestar ao senhor feudal. Existiu até o final da Idade Moderna. (N. do T.)

ele quer, em uma capitação ou em um imposto pessoal proporcional às casas de moradia. Essa capitação só pode ser um meio suplementar. Os impostos sobre a comida, sobre o luxo e sobre o que é de uso cotidiano que ele rejeita, podem, sozinhos, fornecer essa proporção. Já provei e provarei ainda na sequência. Esses meios foram ainda uma vez tentados inutilmente na Holanda em 1748 para substituir uma taxa geral aos impostos sobre o consumo. Quanto mais acalentarem no povo a esperança dessa teoria, mais as finanças ficarão atravancadas e mais esse povo pagará de má vontade os impostos dos quais dependem a sua conservação e o seu bem-estar.

O primeiro princípio estabelecido na *Teoria do imposto* e no *Balanço da Inglaterra* é que um Estado agrícola só tem como rendimento o produto de suas terras, que tudo está englobado no rendimento territorial. Isso poderia ser verdade se existisse na Europa um Estado puramente agrícola. A França é, como a Inglaterra, um Estado agrícola, pecuário, pescador, caçador, comerciante, manufatureiro, artista, militar. Por que, então, reduzir todos os rendimentos de seus setores às produções originárias dos rendimentos territoriais e representar dessa forma o colosso da França sob a imagem de um esqueleto? Esse princípio de imaginar o produto territorial como a única fonte de riquezas seduziu muita gente e é absolutamente falso, assim como o segundo que dele resulta, de que é preciso estabelecer os impostos na fonte das produções: máxima destrutiva do cultivo e oposta ao objetivo de seu autor.

Entretanto, para provar ainda mais evidentemente o que afirmo, façamos um quadro simples, analítico, de todos os gêneros de bens que formam um Estado. Dessa forma, descobriremos as fontes às quais podemos recorrer para formar

um Estado justo de finanças de um reino e encontraremos a princípio os artigos sobre os quais podem cair os impostos com menos desvantagens e em qual classe está cada Estado.

O primeiro bem é aquele das terras. Ele é indestrutível, mas seu valor depende de maior ou menor cultivo. Ele é ingrato sem o trabalho, suas produções não são nem gratuitas, nem espontâneas, elas exigem cuidados e até despesas, elas ocupam o homem e o alimentam. Mas os frutos sempre renascentes que a terra produz se consomem e não existem mais no fim de um ano. Quando o consumo falta, eles apodrecem. O Estado só enriquece com o consumo interno e com o excedente desses frutos que exporta ao estrangeiro. Assim são as terras cultiváveis, as florestas e os vinhedos.

O segundo gênero de riquezas são os animais e os campos que os alimentam. Esse gênero, que Mirabeau quase esqueceu, é muito considerável. As criações dão mais à terra do que dela retiram, há aqueles que produzem leite duas vezes por dia, e disso, o queijo. O boi trabalha a terra, ele nos alimenta com sua carne, ele nos calça com sua pele e nos serve de várias outras formas. A ovelha nos dá o leite, o queijo e fornece os primeiros elementos de nossas manufaturas mais úteis. As lãs são uma fonte de riquezas na Inglaterra e na Espanha.

Terceiro gênero de bens são os pescados. O mar alimenta os habitantes da terra tanto quanto ela mesma com ainda menos despesa. E as grandes pescas são um objeto considerável de comércio. Objeto importante, omitido ainda na *Teoria do imposto*.

Quarto gênero de bens, as casas, cujo aluguel ou desfrute é um produto real. Objeto realmente precíval, mas que a necessidade e o luxo reparam continuamente. O trabalhador, o artesão e o artista desfrutam disso.

Quinto gênero de bens, os navios, mercadorias e lojas e, enfim, a quantidade incontável de objetos de comércio e de trocas comerciais que fazem sobreviver um mundo estupendo e que produzem todos os anos somas imensas, multiplicando a função do dinheiro pela circulação. É um outro rendimento bem considerável, diferente do produto territorial ao qual se quer reduzir tudo.

Sexto gênero de bens, todos os papéis, fundos públicos, ações, papéis reais que rendem juros e cujos frutos, isto é, os juros, não são destruídos pelo consumo como os frutos da terra, mas são indestrutíveis e permanentes, multiplicam-se pelas mãos pelas quais passam sempre com a mesma fertilidade sob a proteção da circulação e do crédito. Aí está por que, sem ofensa para aqueles que ignoram esses princípios, se gasta em Paris e em Londres com tanta facilidade um numerário que excede o dinheiro que há na Europa e o Estado pode cobrar tantos impostos sem arruinar a nação. Paradoxo que os financeiros teóricos não compreendem porque não têm a verdadeira noção da circulação e do crédito. Tudo se multiplica, se anima, age, preenche, produz e se reproduz pela circulação e pelo crédito. Nada definha, nada para, nada se bloqueia, tudo circula.

Há um sétimo gênero de bens, são os honorários, os encargos e os empregos, que permitem que muitas pessoas gastem, sobrevivam e ainda favorecem a indústria e a circulação, aumentando esse mesmo fisco que lhes fornece os meios sob a responsabilidade de quem eles estão.

Oitavo gênero de bens, todas as lojas, os imóveis, as joias, pedras preciosas, diamantes, ouro e prata, ourivesaria, baixelas, curiosidades, quadros, livros, que aumentam o numerário e têm uma circulação muito lenta, mas que contribuem, entretanto, para o crédito e para sustentar o edifício.

Nono gênero de bens, as manufaturas, principalmente aquelas cuja exportação atrai a contribuição estrangeira e enriquece os súditos. Aquelas de Lyon e outras na França, longe de destruir a agricultura, favorecem-na. Seria assunto de outra dissertação, que me levaria muito longe. Encontra-se no elogio de Sully, uma das obras-primas de Thomas<sup>86</sup>, um raciocínio sobre esse assunto que me parece arriscado.

Décimo gênero supranumerário dos bens na França, a multidão de estrangeiros de todas as nações que a curiosidade atrai a Paris e que a volúpia aí retém. Eles gastam em Paris um numerário real que não só faz crescer aquele do reino como também aumenta a matéria e a circulação das espécies ao mesmo tempo. As despesas deles, e aquelas daqueles por quem essas despesas circulam, aumentam o rendimento do Príncipe, que é sempre momentâneo e se encontra sempre na nação. O aluguel exorbitante dos hotéis decorados em Paris e na estrada, os carros de aluguel pagos pelo estrangeiro, são uma espécie de produto territorial fornecido pelo estrangeiro sem despesas de exportação.

Décimo primeiro gênero de bens, as minas de carvão nos países em que existem, aquelas de estanho, de ferro, que escaparam a Mirabeau. Aí está o verdadeiro quadro das riquezas de um país, bem diferente do Estado pobre que nos oferece a *Teoria do imposto*.

Esse quadro concilia as contradições aparentes entre os objetos dos impostos e seus produtos, entre as capacidades dos súditos e as necessidades do Estado. A gradação dos impostos, segundo o quadro fiel que exponho, estaria

---

86 *Eloge de Maximilien de Bethune, Duc de Sully, surintendant des finances, & principal ministre sous Henri IV: discours qui a remporté le prix de l'Académie françoise en 1763.* Thomas (Antoine Léonard, M.), Académie Française. Chez Regnard, imprimeur de l'Académie Française, 1763. (N. do T.)

na razão inversa do sistema da *Teoria do imposto*. A fonte de produções, a terra, as primeiras colheitas, devem ser menos imputadas, e a marcha das taxas deve seguir o ritmo do consumo e aumentar para os objetos do luxo. A maneira de fazer o recebimento disso é outro assunto do qual não sou capaz de examinar os abusos. Mas os impostos voltam quase todos para as mãos de onde saem e presumo que é dessa direção que depende o verdadeiro segredo das finanças e que poderá aperfeiçoar-se com o tempo.

Quanto ao presente, basta-me tornar claro que o produto dos rendimentos da França, sob a proteção da circulação, chega pelo menos a dez vezes mais do que o que se diz na *Teoria do imposto* e que é absurdo dizer que quem tem só 400 milhões de rendimento paga 600. Se o recebimento disso custa próximo de um terço, como se alega, é seguramente uma grande depredação. Resta saber se Mirabeau não se engana ainda nessa afirmação. Não existem nos meus princípios, baseados em fatos e na experiência constante do que acontece na França, na Inglaterra e na Holanda, essas contradições que saltam aos olhos, que adulam os povos, sem consolá-los, nem socorrê-los, pela impossibilidade do alívio do qual lhes damos esperança, mas que não se pode jamais colocar em prática. É o remédio universal, é a pedra filosofal que se busca sempre e que não se encontra nunca. Uma nação sobre a qual se impusessem grandes impostos sem indispor o súdito, que os pagaria por zelo, como alega o autor que refuto, e em que o uso desses impostos chegaria sempre ao bem público sem qualquer desvio, tal nação, digo, seria uma nação de anjos, para não dizer de deuses, e isso não existirá jamais sobre esse monte de lama que habitamos.

O resultado do meu sistema se reduz então a isto:

- 1.º que o princípio alegado de reduzir a capacidade contributiva dos impostos unicamente ao produto territorial é abusivo; esse objeto, ainda que muito importante, só integra, como vimos, a menor parte da capacidade dos súditos;
- 2.º que o estabelecimento dos impostos na fonte de sua produção seria nocivo à agricultura, que deve ser protegida, encorajada na fonte, por todas as imunidades e recompensas imagináveis;
- 3.º que os objetos de consumo e de luxo são aqueles que podem, sozinhos, produzir um rendimento proporcional às necessidades do Estado e que a prática e a experiência provam que a circulação corrige, em grande parte, as desvantagens que podem resultar disso;
- 4.º que o recebimento se deve fazer da maneira menos custosa, com a menor responsabilidade da nação e, principalmente, sem vexar o produtor, mas esse ponto é muito difícil;
- 5.º é preciso acrescentar ainda que a exportação aduaneira é o termômetro de um comércio florescente em uma nação agrícola e manufatureira; esses impostos devem ser leves, é preciso até, às vezes, dar subsídios sobre certos artigos.<sup>87</sup>

---

87 Enquanto essa obra estava em preparação, caiu-me entre as mãos um livro novo, cujo título é *Diálogos sobre o comércio de cereais* (GALIANI, Ferdinando. *Dialogue sur le commerce des bleds*. Londres, 1752). Ali encontrei coisas excelentes, úteis, luminosas, profundas e instrutivas. Ali o importante assunto do cultivo e exportação de cereais é colocado na sua verdadeira luz, sem entusiasmo. Apesar do estilo, muito familiar, do diálogo, tudo ali é tratado de maneira analítica. Ali encontrei ideias análogas às minhas e outras que corrigem aquelas que eu ainda via muito confusamente. Leem-se as seguintes palavras sobre os impostos: “Desde o grande Colbert (ver nota 126) conhecemos a natureza do imposto. Distinguimos entre o imposto de lucro e

A importação é de outra natureza, é um tributo que se paga ao estrangeiro. Há menos desvantagens para imputar na França e na Inglaterra, exceto as matérias-primas das manufaturas, que não devem pagar nada. Não é assim na Holanda, potência exclusivamente comerciante, que compra para revender e para quem a cabotagem é essencial e necessária. Esse país tem uma constituição particular e única, ele deve ter suas regras, que são exceções às outras, é um fenômeno político. A história não fornece modelo de sua constituição. O termômetro da exportação e da importação aduaneiras na Holanda está frequentemente na razão inversa daquele dos outros países.

Devo inferir aqui uma bela observação que li faz pouco tempo em um autor inglês. Acredita-se que o subsídio de exportação para grãos que o governo da Inglaterra concede está sob responsabilidade do Estado, que diminui o rendimento do fisco da soma de 150 mil libras esterlinas às quais ele chega. É um erro, diz esse escritor, porque a aduana ganha novamente com juros essa soma pelo aumento do imposto de importação proveniente dessa forte exportação de grãos, uma vez que grande parte se dá em troca de mercadorias de luxo, das quais a nação precisa e que pagam altos impostos à aduana. Assim, favorecendo a agricultura, até a aduana se aproveita disso. Outra observação, não menos curiosa, que também encontrei em outro escrito,

---

o de encorajamento. Conhecemos a virtude, a eficácia, da tarifa. Sabemos que, por meio de certos impostos, que são apenas verdadeiras eclusas políticas, dirigimos os níveis dos canais do comércio. Sabemos que é preciso cobrar sobre a entrada dos produtos estrangeiros, se queremos encorajar os nacionais, para o bem das manufaturas internas.” (N. do A.) Obra publicada pela Segesta Editora: GALIANI, Ferdinando. *Diálogos sobre o comércio de cereais* (1770). Tradução de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba: Segesta, 2003. (N. do T.)

é que o preço do grão não aumentou na Inglaterra desde a instituição desse subsídio, até mesmo voltando a épocas mais antigas, até Eduardo III<sup>88</sup>, estimando a diferença de preço do marco de prata daquele tempo. Demonstrei que a França poderia seguir esse exemplo para proteger a agricultura, sem que a Inglaterra fosse, entretanto, menos opulenta.

O imposto por cabeça, diz Montesquieu, está mais para a servidão, o imposto sobre mercadorias está mais para a liberdade, porque ele se relaciona de maneira menos direta à pessoa. O imposto por cabeça não pode jamais englobar todos os outros por causa do pequeno número de pessoas imputáveis em proporção àqueles que, pouco a pouco pelo consumo, engordam os impostos com o próprio dinheiro que lhes é fornecido em último caso precisamente por aqueles sobre os quais sozinhos se queira fazer cair os impostos. Mas o consumo físico e mesmo aquele de luxo pode, por uma circulação multiplicada por vários canais, fornecer sozinho somas tão altas quanto, sem esgotar as fontes nem interromper a circulação.

- 6.º Resulta ainda do que disse que os cofres do Estado restituem ao público o dinheiro que dele foi retirado aumentando, pelas rendas e pelas pensões, a capacidade contributiva, ainda que a retribuição não seja sempre igualmente justa sobre objetos em particular, mas recupera-se na totalidade.
- 7.º Que os fundos públicos e o crédito aumentam as riquezas, o comércio, a indústria, o consumo e a capacidade contributiva, eles são necessários e de natureza muito diferente daquela que se tinha acreditado até agora.

---

88 Eduardo III da Inglaterra (1312-1377), conde de Chester, conde de Ponthieu e de Montreuil e depois Rei da Inglaterra e Duque da Aquitânia. (N. do T.)

- 8.º Que se deve, entretanto, liberar o quanto for possível a dívida do Estado para poder diminuir os impostos, que parecem ser sempre um mal que a opinião das pessoas torna ainda maior, pois, de outra forma, se eles se multiplicam muito, a dificuldade será muito grande durante as horríveis guerras que acontecem com muita frequência.
- 9.º Que a verdadeira e justa distribuição de todos os ramos das finanças é uma ciência da qual não se conhecem ainda todos os princípios.
- 10.º Fazer contribuir à massa pública todos os homens que não possuem nada em fundos e que vivem somente do pagamento pelo seu trabalho não é uma inversão de ordem: o rico, o abastado, até mesmo o Estado lhes pagam. Esse trabalho torna-se um pouco mais caro, é uma desvantagem, mas acaba caindo naqueles sobre os quais queremos fazer pesar essa quotização do imposto geral. Nesse caso a coisa seria igual e dá no mesmo. Querem mudar somente a forma e essa forma que querem introduzir é impossível na prática. São os pequenos riachos que criam os grandes rios, é o grande número de subdivisões de classes que pode por si só fornecer altas taxas, são as coisas e não os indivíduos que pagam, confundindo-se com preço das mercadorias o excedente do imposto. É, na verdade, a ordem e não a inversão dela.

A potência, diz o autor da *Teoria do imposto*, não pode se estender para além das forças, e as forças excedidas levam à impotência: isso é verdade. Mas esses mesmos princípios demonstram que Mirabeau os aplicou mal. A prova é que a França, a Inglaterra e principalmente a Holanda sobrevivem ainda e o fazem há muito tempo

por esse método tão desacreditado. Elas sobrevivem numa situação bem próspera, apesar dos sonhos dos extravagantes. Isso não impede, repito, que não se deva trabalhar perpetuamente com cuidado, com zelo e com ardor, para o alívio dos povos, por todos os meios possíveis, e abolir para sempre a detestável máxima que existia na França no século passado que a vexação e a sobrecarga faziam trabalhar o povo, que a facilidade tornava indolente e preguiçoso. Só as guerras civis das quais saíamos podiam ditar esse princípio bárbaro.

- 11.º As manufaturas devem ser consideradas como uma das principais artérias do rendimento do Estado. A imunidade das matérias-primas aumenta seu produto para o próprio fisco.
- 12.º Querer negar, como faz Mirabeau, que as vantagens sucessivas que o crédito e a circulação trazem a todos os indivíduos com as mesmas espécies, ou o que as representa, sejam reais e tratar essa verdade de hipótese sedutora e ilusória é declarar que não há outros bens além do pão e da água, sob pretexto de que todo o resto é redundância de convenção e de opinião. Pode-se dizer igualmente que um homem que possui mil acres só possui dois pés de terra quando está de pé e dez quando está deitado, porque ele só poderia ocupar um espaço igual ao seu próprio tamanho. É um sofisma do mesmo tipo. O ouro e a prata não têm qualquer vantagem física e real sobre os objetos que os multiplicam pela circulação e os representam pelo crédito.
- 13.º A capital é, em todos os países, o lar central do consumo e do luxo. Isso faz prosperar a vizinhança dessa capital, traz alguns bens, mas alega-se que ela muitas

vezes causa também grandes males. Se a população da metrópole não tem a mesma proporção do resto do reino, ela pode fazer definhar as províncias e ressecar os membros do corpo. Veremos o que penso disso na quarta parte. A administração que corrigir os efeitos desse mal, animando as províncias, prestará um grande favor ao Estado.

- 14.º A despesa acumulada de todos os súditos do Estado pela energia da circulação é a fonte dos impostos. Se o total é, como Mirabeau alega, de 1.625 milhões que circulam no Estado, é sobre esse bloco que se dividem as taxas. Ele diz ter provado em outro lugar que a massa do pecúlio em um Estado só deve estar no nível da totalidade dos rendimentos, o que é uma verdade com a qual todos os homens instruídos nesse assunto concordam há muito tempo. Todo o resto, continua, é só circulação. Não sou suficientemente instruído nesse grande princípio, que bem poderia ser falso. Mas provou-se que a totalidade dos rendimentos era bem maior que o produto territorial, o reflexo da circulação, da qual ele forma a condição de despesa, é infinitamente maior do que a massa das espécies e existe igualmente por sucessão na sua passagem momentânea pelos cofres do Estado. As espécies não definham e sua circulação dissipa as consequências perniciosas que só existem na imaginação.
- 15.º Por tudo o que acabo de dizer, não se deve acreditar que nego de qualquer maneira que a agricultura seja um grande tema que nunca poderemos proteger suficientemente, mas sustento que fazer dela o objeto único, o instrumento universal, o agente geral, é uma ideia fixa, uma *agricultoromania*, um ser ideal, uma abstração

mental criada por um patriotismo mal compreendido, que degenerou em entusiasmo e que poderia destruir o verdadeiro princípio das finanças, esse mal tão necessário ao corpo do Estado quanto a necessidade de comer o é ao homem, ainda que, de tanto comer, ganham-se indigestões, azias e outras doenças.

- 16.º Uma longa paz, seguida de uma boa economia na administração das finanças e em seu destino, é a única coisa que pode aliviar os povos. A paz levanta as barreiras que interrompem a abundância e aumenta o consumo que uma população maior produz necessariamente. Ela aumenta ainda o comércio e o cultivo, esses aumentam os rendimentos, e os impostos podem, nesse caso, ser diminuídos sobre os súditos, sem diminuir os rendimentos do fisco, que não terá dele também grande necessidade.
- 17.º Uma capitação não poderia jamais ser praticada a não ser como imposto suplementar.
- 18.º O princípio ilusório da *Teoria do imposto* de que a ociosidade é responsabilidade do Estado e de que o trabalho não o é é um axioma vazio de sentido. São grandes palavras que dizem muito e não significam nada. Um homem desocupado, que faz uma despesa honesta, que paga os impostos, que dá garantias, cujo dinheiro circula, que tem um consumo útil e dá aos outros o que fazer disso, esse homem, digo, não está sob a responsabilidade do Estado. É um sofisma sob a máscara de uma sentença. O trabalho é útil e necessário, mas não libera sempre o Estado, a não ser que seja um tipo de trabalho análogo ao bem público, e útil. É a engenhosidade honesta, mais do que o trabalho, que é uma mina para o Estado. Há um grande

número de homens que arruinam a si e ao Estado pelo seu trabalho. Tanto isso é verdade que frases ilusórias, quando analisadas em profundidade, não passam de grandes palavras! Pode-se colocá-las na mesma classe de outro aforismo da *Teoria do imposto*, de que todo trabalho é receita para o fisco e que toda desocupação é despesa. Belas palavras sem realidade.

- 19.º Repetirei ainda que a circulação e o crédito devem, em nossas constituições, ser colocados no primeiro lugar dos elementos da prosperidade.
- 20.º As contradições eternas que enfrentam os impostos mais necessários os tornam mais caros e menos úteis.
- 21.º De todos os tipos de bens de um reino, as manufaturas sofrem mais pelos impostos porque, por pouco que a mão de obra ou os elementos de fabricação encareçam, a exportação torna-se impossível em concorrência com o estrangeiro. Entretanto, há casos em que uma nação agrícola com grande extensão territorial pode prosperar e tornar-se tão potente quanto sua condição comporte por obra de um comércio doméstico sem que ele seja de grande extensão fora.
- 22.º Onde há mais riquezas tudo é mais caro, independentemente das taxas e dos impostos. É o que me faz conjecturar que a Inglaterra é mais rica que a França. Acredito que a pequena nobreza é bem mais rica na Inglaterra do que na França. A grande nobreza o é, se não me engano, mais na França, incluindo os príncipes de sangue. O estado médio na Inglaterra é, sem dúvida, mais rico. O camponês, o artesão, o trabalhador lá são bem mais abastados, as riquezas em geral são mais esparsas e mais distribuídas no povo inglês do que no povo francês. Isso não impede que em casos

particulares não possa haver ali exceções. Uma manufatura pode cair. Duzentos artesãos desempregados e miseráveis gritando miséria fazem um barulho e uma algazarra como se todo mundo morresse de fome. O eco se repete por todos os lados, os críticos fazem coro e tudo parece perdido para as pessoas que escutam esses clamores. Mas é sobre a massa total que se deve voltar os olhares.

- 23.º A política econômica, diz Mirabeau, consiste em que o povo pague o máximo possível e pense pagar o mínimo. Isso só se pode fazer com os objetos de consumo, desde que se lhes confundam com o preço.
- 24.º Arruinar o trabalhador é, diz ele, arrasar a política alimentar. As relhas do arado devem ser tão sagradas quanto o turíbulo, só se deve colocar a mão com respeito. *Sed est modus in rebus* (mas em tudo deve haver meio termo).
- 25.º A devastação que resulta das vexações feitas aos produtores e do despovoamento que causa a intolerância é com certeza a mais desastrosa. As desolações da guerra às vezes são passageiras e pouco a pouco o solo renasce de suas próprias ruínas. Um assalto fiscal pode aniquilar seu valor e acredito que isso aconteceu algumas vezes na França. Mas a sabedoria do governo se preocupou em remediar esse abuso.
- 26.º É ainda um grande princípio, diz Mirabeau, vender as matérias-primas brutas do que fazê-las desvalorizar em favor das manufaturas, que não têm outros objetos para o lucro a não ser o preço da fabricação, lucro que, na verdade, é só o retorno do preço que ela custou. Isso merece atenção.

27.º O poder indefinido de criar taxas, diz Mirabeau, extinguiria toda propriedade e subjugaria a si mesmo depois de ter arruinado a nação. Não se pode ir além de suas forças. Se um imposto arbitrário existisse, ele só poderia aniquilar a si mesmo. É preciso que haja uma proporção entre o imposto e a natureza da coisa sobre a qual ele recai, assim como sobre os súditos que se utilizam dele, seja por sua necessidade, ou por seu luxo. O produto da terra vem seguramente de dois agentes combinados: do trabalho do homem e dos dons da natureza. Mirabeau diz que separá-los é a grande obra das finanças. Ele acredita, pelo seu método, poder distinguir o grupo que pertence à exploração daquele que pertence ao rendimento. Mas sua metafísica sobre a finança não parece praticável.

28.º A guerra, observa Mirabeau, é o pior e mais nocivo acontecimento em um Estado. O rendimento da nação diminui e suas despesas aumentam. É preciso que ela contribua mais, justo quando mais precisa. Evitá-la tanto quanto possível é o único remédio. Ter um tesouro público, como indica o autor, para os casos imprevistos, aumentaria o mal pela obstrução que um monte considerável de espécies reservadas causaria à circulação, cuja proporção não está na mesma razão do total, como vimos, mas de sua atividade. Esse tesouro deveria ser muito grande, ou seria inútil. Ora, se ele fosse capaz de enfrentar apenas dois anos de guerra, faria sem dúvida mais mal à nação do que o mal que se tenta evitar.

A história prova ainda que os tempos de dissipação que sucedem os tempos de economia causam grandes males no Estado. Mirabeau não alega nenhuma razão válida

contra essas objeções. Ele afirma que essas desvantagens existem sem utilidade pela fortuna dos financeiros e suas depredações. O que não é verdade, porque a alegada fortuna deles circula sempre no público.

- 29.º Os meios e canais desviados por onde passam os impostos devem ser simplificados para evitar as despesas de recebimento, mas não é virando a casa de cabeça para baixo que se sustenta sua fundação.
- 30.º Não foi o crédito que arruinou as finanças na França, como afirma Mirabeau. Ao contrário, foi a falta de crédito na ocasião que lhe causou grande dano e parece ter sido a causa principal de seus últimos contratempos. Se o crédito tivesse sido apoiado como se devia, a França teria se endividado menos. No começo do ano de 1715, o Rei foi obrigado a negociar 32 milhões de bilhetes, diz Voltaire na sua *História do Século de Luís XIV*, para ter 8 em espécies. Se a fé dos empréstimos tivesse sido tão sagrada na França quanto o foi na Inglaterra, a metade das dívidas não teriam sido necessárias, a taxa de juros teria ficado em menos da metade e o Estado teria lucrado infinitamente mais do que lucrou com todas as operações forçadas que aniquilaram o crédito. As operações custosas das finanças e os juros exorbitantes que o descrédito sozinho criou produziram muitas dívidas que foram contraídas a pura perda, considerando que, de um lado, os fundos para a guerra tinham juros mais altos e os objetos que se compravam com essa finalidade eram, pela falta de crédito, também mais caros. Aí está uma desvantagem dupla da falta de crédito, sem contar a perda de tempo, que é consequência do descrédito e que torna todas as operações infrutíferas. Encontrar os fundos no

momento decisivo ou no momento seguinte decide o sucesso de uma campanha. O crédito é seguramente uma das principais causas das outras vantagens que a Inglaterra teve sobre a França nessa última guerra, porque ele fez valer todos os outros, colocando-os em atividade. Vimos na primeira parte deste tratado outras provas que confirmam essa verdade. Coube somente à França restabelecer esse crédito. Tomara que a paz, da qual toda a Europa precisa muito, se tenha consolidado.

Pode-se estabelecer como princípios certos que a base do crédito dos fundos públicos depende dos regulamentos e das circunstâncias seguintes: 1.º – que os empréstimos devem ser nacionais, isto é, que todo o corpo da nação deve responder por eles, como na Inglaterra; e ainda que o Parlamento na França não tenha nem de longe o mesmo peso no Estado do que tem na Inglaterra, entretanto, a criação parlamentar dos fundos e a garantia desse augusto corpo contribuiriam muito com o crédito; 2.º – que se deve hipotecar de uma maneira imperturbável os fundos para pagar os juros sobre uma parte das taxas e dos impostos separadamente para cada empréstimo; 3.º – que o fundo de amortização seja empregado exatamente para a liberação, que sua marcha seja constante e imperturbável; 4.º – que todos os objetos sejam públicos e que seja banido todo mistério para ganhar a confiança; 5.º – que, para inspirar essa confiança, trata-se de tranquilizar o público e o estrangeiro sobre as operações futuras, a fim de que não se possa mais ter medo de que, sob qualquer pretexto que possa haver, aconteça outra vez a redução dos juros sem apresentar o reembolso do capital e que os capitais não

possam, no futuro, ser reduzidos e cortados como no passado, que se procederá a partir de então a exemplo dos ingleses, e que um fundo que foi criado a 100 será sempre reembolsado a 100, por mais astuciosas que pareçam ser as razões de redução. Quando esse artigo essencial não depender mais da maneira de pensar de um ministro, mas estiver intimamente ligado ao Parlamento, então a confiança poderá se restabelecer. Com o crédito e a confiança restabelecidos sobre bases tão sólidas, poderemos lucrar incomparavelmente mais na França seguindo inviolavelmente esse método do qual lucramos pelas operações contrárias. A taxa de juros diminuirá muito e encontraremos com facilidade o dinheiro a um juro módico quando dele tivermos necessidade. Só falo pelo futuro. Tudo o que digo está baseado na experiência, não é uma teoria especulativa. É simplesmente a história do crédito que exponho com zelo e boa intenção. Sem esse método, poderemos até chegar a liberar uma grande parte das dívidas, a restabelecer por um tempo o crédito, mas ele não se sustentará nas ocasiões essenciais e importantes. Acredito que a França teria tido vantagens sobre a Inglaterra que teriam podido equilibrar, em parte, a constituição do governo para ter um crédito e uma circulação quase tão grande quanto a dos ingleses, se se tivessem empregado seriamente os meios análogos a um sistema tão salutar e que se conservasse a paz por tempo suficiente para executá-lo. Mas isso não é negócio para um dia, considerando as desordens enfrentadas no passado.

- 31.<sup>o</sup> Mostrei mais de uma vez que um luxo excessivo é tão desastroso para uma nação qualquer quanto a despesa proporcional às riquezas das pessoas é útil, por seu estado representativo. Um homem arruinado é uma planta

fértil ressecada para o público. Seu numerário não se encontra integralmente na nação, como acreditam aqueles que não concebem as leis da circulação e a natureza dos bens artificiais. O luxo excessivo parece proteger a indústria por um momento, e a abandona para sempre. Com isso o luxo corrompe os costumes, enfraquece o corpo e foi em todos os tempos uma das principais causas da ruína dos Estados. Seria ainda um grande segredo da legislação encontrar esse termo médio para impedir o luxo excessivo sem que por leis suntuosas se atrapalhasse a despesa honesta que deve ser permitida a cada cidadão na razão composta das suas capacidades pecuniárias e da posição que ele ocupa no mundo.

Encontramos ainda no *Espírito das leis*<sup>89</sup> o seguinte artigo como regra geral: “Pode-se cobrar tributos mais altos na proporção da liberdade das pessoas, e é imperativo moderá-los na medida em que a dependência aumenta. Isso, diz-se, sempre foi assim e o será sempre. É uma regra tirada da natureza que não varia. Nós a encontramos em todos os países: na Inglaterra, na Holanda e em todos os Estados em que a liberdade vai diminuindo, até na Turquia. A Suíça parece derogá-la porque lá não se paga tributo, mas fazemos disso a razão particular e até ela confirma o que digo. Nessas montanhas estéreis, os víveres são tão caros e o país tão povoado que um suíço paga quatro vezes mais à natureza do que um turco paga ao sultão.”

Se o princípio do *Espírito das leis* é tão evidente quanto o autor o garante, poderíamos tirar daí as consequências que confirmariam meu sistema sobre os impostos.

---

89 MONTESQUIEU. *L'esprit des lois*. In: *Oeuvres complètes*. À Paris, chez Lefevre, Libraire-Editeur, 1835. (N. do T.)

Segue-se de tudo o que acabo de dizer que, se a Inglaterra pudesse, em favor de uma longa paz, de seu *Sinkingfond* e do aumento de seu comércio, chegar a reembolsar quase toda a dívida nacional, não se deveria fazê-lo e que seria muito nocivo a esse reino não conservar pelo menos 60 milhões de libras esterlinas de seus tesouros artificiais, dos quais demonstrei a utilidade e a necessidade. Se por acaso chegássemos a esse ponto, o Parlamento deveria antes desobrigar a nação dos impostos que parecem mais dependentes e empregar o resto do *Sinkingfond* para favorecer as manufaturas, as colônias e outros assuntos úteis. Acredito que liberação total é absolutamente contrária aos interesses da nação. Pensarei a mesma coisa da França assim que ela tiver tornado os papéis reais mais circuláveis e restabelecido a confiança e o crédito desse papel a uma taxa de juros mais moderada, o que poderia muito bem acontecer em poucos anos se nas operações de finanças seguíssemos um procedimento mais análogo a meu sistema.

O ministério na França é muito ajuizado para ignorar as capacidades intrínsecas do reino e muito humano para exigir delas mais do que o que comportam. Parece que há um meio muito simples para formar, tanto quanto possível, um quadro ou termômetro de suas capacidades trabalhando sobre o plano que Luís XIV definiu em 1698 para a instrução do Duque de Borgonha. Aqui está o que se lê na história do século desse monarca: “Ele ordenou que cada administrador fizesse uma descrição detalhada de sua província. Dessa forma se poderia ter um panorama exato do reino e uma contagem justa dos povos. A obra foi útil, ainda que todos os administradores não tivessem tido a capacidade e a atenção do Senhor de Lamoignon de Basville<sup>90</sup>. Se cada

---

90 Nicolas-Lamoignon de Basville, nascido em 1648, foi administrador de Montpellier durante 33 anos. (N. do T.)

província tivesse feito o mesmo trabalho desse administrador do Languedoc, essa compilação de memórias teria sido um dos mais belos monumentos do século. Houve alguns bem feitos, mas faltou o plano, uma vez que nem todos os administradores foram restringidos às mesmas ordens. Teria sido desejável que cada um tivesse indicado por coluna um estado do número de habitantes de cada província, os nobres, os cidadãos, os trabalhadores, os artesãos, a mão de obra, os animais de todo tipo, as terras boas, as medíocres e as ruins, de todo o clero regular e secular, de seus rendimentos e daqueles das cidades e das comunidades. Todos esses objetos estão misturados na maior parte das memórias que foram feitas. As matérias são pouco aprofundadas e pouco exatas. É preciso buscar muitas vezes com dificuldade os conhecimentos e os recursos de que se precisa e que um ministro deve ter à mão. O projeto era excelente, e sua execução uniforme teria sido de grande utilidade.”

Acredito, como Voltaire, que esse plano bem executado teria sido de grande ajuda. Mas não devemos nos gabar de ser possível levá-lo tão longe para saber o estado das pessoas ricas e abastadas de cada cidade. A condição de um negociante e de um cidadão deve sempre ser um mistério para o povo, assim esse cadastro de que se fala tanto só pode ser feito de maneira imperfeita e por sua natureza está sujeito a muitas restrições.

Como percorremos nesta obra toda a esfera das finanças, devemos dizer uma palavra sobre o clero. Não poderia fazer melhor do que incluir aqui o que Voltaire disse sobre esse assunto em sua história universal<sup>91</sup>.

---

91 VOLTAIRE. *Oeuvres complètes de Voltaire. Histoire générale*. De l’Imprimerie de Faïn, Place de l’Odéon. Paris, chez Th. Desoer, Libraire, Rue Chirstine. 1817. Tome quatrième – Seconde partie. A citação encontra-se na página 1.418. (N. do T.)

“Espantam-se”, diz ele, “na Europa e na França que o clero pague tão pouco, parece que ele tem um terço do reino. Se possuísse esse terço, sem dúvida deveria pagar um terço dos encargos, o que chegaria, em anos comuns, a perto de 30 milhões, independentemente dos impostos sobre o consumo que ele paga como os outros súditos. Mas criam-se ideias vagas e preconceitos sobre tudo. Dizem que a Igreja possui um terço do reino, como dizem ao acaso que há 1 milhão de habitantes em Paris. Se se dessem ao trabalho de verificar o rendimento dos bispados, veriam pelos preços dos contratos de aluguel, feitos há aproximadamente 50 anos, que todos os bispados só foram avaliados na época nos termos da renda anual de 4 milhões, e as Abadias Comendatárias<sup>92</sup> chegavam a 4 milhões e 500 mil libras. É verdade que o enunciado desses preços de contratos estava um terço abaixo do valor. E, se se acrescentam ainda o aumento dos rendimentos em terras, a soma total das rendas de todos os Benefícios Consistoriais<sup>93</sup> chegará a aproximadamente 16 milhões, e não se pode esquecer que desse dinheiro é enviado à Roma uma soma considerável que não volta mais e que é desperdiçada. É uma grande liberalidade do rei em relação à Santa Sé. Ela onera o Estado no espaço de um século em mais de 400 mil marcos de prata, o que mais tarde no tempo empobreceria o reino se o comércio não corrigisse amplamente essa perda.”

“A esses benefícios que pagam anatas<sup>94</sup> à Roma é preciso acrescentar as casas paroquiais, os conventos, as

---

92 No original, *Abbayes Commandataires* (sic). Uma *Commende* significava a administração temporária de um benefício até que o titular fosse nomeado. (N. do T.)

93 Benefício cuja nomeação é proposta ao rei pelo consistório, ou assembleia, dos cardeais. (N. do T.)

94 Taxa especial paga à autoridade eclesiástica superior por todos aqueles que recebiam um benefício, e que era proporcional ao rendimento anual do beneficiado (*Dicionário Houaiss*). (N. do T.)

igrejas, as comunidades e todos os outros benefícios juntos. Mas se eles são avaliados em 50 milhões por ano em toda a extensão atual do reino, não se está muito longe da verdade.”

“Aqueles que examinaram essa matéria com olhos tão severos quanto atentos não puderam alcançar os rendimentos de toda a Igreja Galicana<sup>95</sup>, secular e regular, além de 80 milhões. Não é uma soma exorbitante para a manutenção de 90 mil pessoas religiosas e aproximadamente cento e 60 mil eclesiásticos que se contavam em 1700. E sobre esses 90 mil monges, há mais de um terço que vive de esmolas e de missas. Muitos monges nos conventos não custam 200 libras por ano aos seus mosteiros. Há monges abades regulares que gozam de 200 mil libras de renda. É essa enorme desproporção que surpreende e que excita os rumores. Queixam-se de um sacerdote do interior, cujos trabalhos penosos só lhe trazem sua pensão miserável de 300 libras de direito a rigor, e de 400 a 500 libras por liberalidade, enquanto um religioso desocupado, que se tornou abade, e não menos desocupado, possui uma fortuna imensa e recebe títulos suntuosos daqueles que lhes são submissos. Esses abusos vão muito mais além em Flandres, na Espanha e principalmente nos estados católicos da Alemanha, onde se veem os Monges Príncipes.”

“Os abusos servem de leis em quase toda a terra e se os mais ajuizados dos homens se juntassem para fazer leis, onde está o Estado cuja forma sobreviveria inteira?”

O esboço do quadro que apresento a meus leitores os terá, acredito, convencido de que os abusos que existem em toda parte no recebimento de impostos são muitas vezes exagerados, que os meios de corrigir esses abusos não são

---

95 Igreja Católica Francesa. (N. do T.)

sempre aqueles que o público imagina. Insistirei ainda, na quarta parte, sobre a multiplicidade das classes que formam o quadro do Estado e sobre as frequentes guerras que despo-voaram a Europa. Um convalescente que acabou de sair da doença, por mais que vá a restaurantes, se continua a sangrar todos os dias, nem as sopas, nem os ovos frescos, nem o leite de jumenta, nem os licores estimulantes restabelecerão suas forças e sua saúde. É precisamente o caso em que está a Europa em relação à população. Todos os escritos modernos sobre a população, a agricultura, o comércio e os impostos lamentam o mal, indicam os restaurativos, mas esquece-se o regime sem o qual esses remédios não poderiam agir. Esse regime é a paz: é uma verdade que nunca é demais repetir e tornar suficientemente clara.

FIM DA TERCEIRA PARTE

## QUARTA PARTE

*Novas considerações sobre os mesmos assuntos.*

Alega-se há muito tempo que o reino da França, aumentado pela aquisição da Franche-Comté, da Alsácia, da Lorena e do Flandres Francês, não tem mais habitantes do que já tinha antes dessa época. Alega-se ainda que a desigualdade da repartição dos impostos, as desordens que causam as ajudas e as gabelas, a talha arbitrária, a corveia são as verdadeiras e únicas causas do despovoamento da França. É às vexações e aos impostos que se atribui que a quantidade de terras, que antes do reino de Luís XIV rendia muito, é atualmente ociosa. O grito geral da nação não poderia ser sem fundamento. A razão, o bom senso e a experiência nos ensinam que, quando o produtor é vexado e a exploração da terra lhe custa tão caro que o rendimento mal pode alimentá-lo, ele é obrigado a abandoná-la. Reclama-se que todos esses impostos de circulação de província em província, assim como a aduana para a exportação, são ambos entraves ao escoamento e ao consumo, o que deve diminuir o rendimento do fisco pelos próprios meios que se empregam por aumentá-lo durante um tempo.

Não há dúvida de que não haja muito de verdadeiro nessas queixas e que não esteja aí uma das causas que concorreram e contribuíram para a inadimplência de tantas terras, mas não estou convencido de que essas vexações tenham sido a principal causa, acredito mais numa diminuição súbita do consumo, vinda de um violento e contínuo despovoamento. E esse violento e contínuo despovoamento tem sua principal origem nas longas guerras que Luís XIV manteve com os exércitos mais numerosos, coisa que nenhum de seus predecessores tinha feito antes. Uma só campanha, desde essa época, tornou-se mais mortífera do que o eram três delas no tempo de Henrique IV. A Marinha, a navegação e as colônias se opõem ainda ao progresso da população; a revogação do Edito de Nantes<sup>96</sup>, a intolerância, o grande número de religiosos e religiosas e o luxo excessivo fizeram o resto. As guerras e as colônias também despovoaram a Inglaterra, mas em uma proporção menor: 1º – porque os refugiados repararam, em parte, essa falha; 2º – porque o número de solteiros por lá é menor; 3º – porque as Forças Armadas inglesas, muito menos numerosas, eram compostas de estrangeiros. Apesar dessas vantagens, o despovoamento começa já a se fazer sentir por lá. E por mais que se façam projetos para evitá-lo, esse grande mal não poderia ser reparado a não ser com o tempo e em favor de uma longa paz, sem o que todos os outros meios se tornarão impraticáveis, insuficientes e inúteis.

---

96 Edito de Nantes: documento histórico assinado na cidade de Nantes em 13 de abril de 1598 pelo Rei Henrique IV que reconhecem a religião católica como oficial da França, mas concedendo liberdade de culto aos huguenotes e calvinistas franceses. Esse ato interrompeu várias décadas de conflitos religiosos na França, entre os quais o mais notável foi o Massacre da Noite de São Bartolomeu (1572), que deu início a uma série de assassinatos de protestantes franceses com duração de vários meses e ocorrências em várias cidades, vitimando milhares de pessoas. O Edito de Nantes foi revogado 87 anos mais tarde pelo Rei Luís XIV, em 1685, por meio do Edito de Fontainebleau. As perseguições religiosas voltaram a acontecer no país, o que obrigou muitos huguenotes a fugirem da França. (N. do T.)

A França e a Inglaterra são tão ricas em dinheiro e em terras quanto o podem ser, sua potência e suas riquezas só poderiam crescer mais concentrando suas forças em direção do coração do Estado. Um maior número de consumidores causa maior circulação, maior circulação revigora todas as riquezas do Estado e cria novos valores. Um milhão de súditos a mais na Grã-Bretanha aumentaria o rendimento da nação, do fisco e a potência do monarca mais que todo o Canadá e o resto das colônias podem lhe render. A França poderia alimentar 3 a 4 milhões de habitantes a mais. A circulação que produziria o consumo dessa população seria mais lucrativa para o monarca do que a posse do México e do Peru. A circulação das espécies torna-se mais rápida à medida que passa pelas classes humildes. É o grande consumo do pequeno povo que aumenta o fisco. Essa massa está diminuída na França pelas guerras e pela intolerância. Os impostos e as taxas tornaram claro o dano, pioraram-no, mas não foram sua causa. As guerras do século de Luís XIV e a revogação do Edito de Nantes custaram mais homens que as guerras dos dois séculos precedentes. O despovoamento da Alemanha se fará ainda sentir na França e na Inglaterra, tanto pelo comércio quanto pelas manufaturas. Um século inteiro não poderia reparar essas perdas. Aqui está o que Voltaire diz a esse respeito em um artigo sobre a população da Inglaterra em resposta ao autor de um libelo<sup>97</sup>.

“O Cavaleiro Petty<sup>98</sup> provou que são necessárias as circunstâncias mais favoráveis para que uma nação cresça um vigésimo em cem anos e esse cálculo mostra o ridícu-

---

97 VOLTAIRE. *Oeuvres complètes de Voltaire*. Tome XXIV. Mélanges Historiques – Tome I. À Paris, chez Antoine-Augustin Renouard, 1819. p. 496. (N. do T.)

98 William Petty (1623-1687), economista, cientista e filósofo britânico. Um dos primeiros a estudar a economia política, indicou o uso de métodos estatísticos quantitativos para avaliar a riqueza de um país. (N. do T.)

lo daqueles que povoam a terra a golpes de pluma e que cobrem o globo de habitantes em um século ou dois. O libelista pergunta como a Inglaterra teve um terço a mais de cidadãos desde a Rainha Elizabeth? Responderemos a este homem que é precisamente porque a Inglaterra se encontrou nas circunstâncias mais favoráveis, porque alemães, flamengos e franceses vieram em bando se estabelecer naquele país, porque 60 mil monges, 10 mil religiosas, 10 mil padres seculares, contados, foram devolvidos ao Estado e à procriação, e porque a população foi encorajada pela comodidade. Aconteceu a esse reino o contrário do que vemos no Estado do Papa e em Portugal. Governe mal sua granja e vai faltar galinha; administre-a bem e você terá uma quantidade prodigiosa delas.”

A população não é negócio de um dia, podemos protegê-la na paz, mas as guerras contínuas, da forma com que são feitas nos nossos dias, farão fracassar todos os meios que a administração mais perfeita possa implementar para esse importante assunto.

Digamos uma palavra sobre uma obra muito curiosa e muito rara que caiu entre minhas mãos esses dias. Chama-se *Le détail de la France sous le regne présent (Discussão sobre a França no reinado presente)*, impressa em Bruxelas em 1712. Essa obra foi escrita no século passado, ignoro a data, mas tinha já sido impressa em Rouen em 1698 sob o título de *Détail de la France, ou Traité de la cause de la diminution de ses biens, et des moyens d’y rémedier (Discussão sobre a França, ou Tratado da causa da diminuição de seus bens e meios de remediá-la)*. Em 1707 foi feita ainda uma edição bem aumentada. Ela foi reproduzida em 1708 sob o novo título de *Testament politique de M. de Vauban (Testamento político do Senhor de Vauban)*, sem local de impressão. Essa obra, que é atribuída a Boisguilbert, advogado-geral no Parlamento de

Rouen, contém tudo o que se encontra na *Teoria do imposto* e as diversas reprimendas dos Paramentos, assim como em todas essas brochuras de visões de finanças com as quais Paris e a França são inundadas sobre o assunto de taxas e de impostos, de ajudas, de talhas, de aduanas, de cultivo, de corveia, etc. Começarei por uma observação preliminar.

Essa obra, escrita antes do revés pelo qual a França passou nos últimos anos de Luís XIV, nos mostra esse reino como se estivesse à beira da ruína. Passaram-se desde então 68 anos nos quais houve, sob o ministério do Cardeal de Fleury<sup>99</sup>, uma época em que o comércio esteve no seu apogeu, tudo florescia no reino. Das três guerras que se sucederam, a segunda foi desastrosa, apesar do brilhante sucesso, e a terceira foi muito infeliz. Entretanto, estou convencido de que o estado da França, depois de todos os revezes pelos quais passou, não está inferior ao que estava em 1698 quando essa obra apareceu pela primeira vez, ainda que talvez esteja ao que era em 1660, abstração feita das conquistas. Uma parte dos abusos (entre outros aquele das talhas arbitrárias) foi corrigida desde então, mas o fundo das vexações que impedem o progresso da agricultura e do comércio só preocupou seriamente o ministério há pouco. Acredito que haverá, com o tempo, grandes vantagens das medidas que se tomaram, mas sem uma paz longa, que produza uma população maior, também maior consumo e, conseqüentemente, uma circulação ainda maior, afirmo que todos os meios que serão empregados serão inúteis. A forma devorante que as guerras no mar e na terra tomaram desde o fim do século passado é a causa primordial, a fonte do despovoamento, e a falta de consumo diminui o rendimento

---

99 André Hercule de Fleury (1653-1743), entre 1726 e 1743, foi o principal ministro da França no início do reinado de Luís XV. (N. do T.)

relativo do monarca e a força da nação. Acrescento que, sem a circulação artificial que os empréstimos causaram, as devastações da guerra e da intolerância, que tanto prejudicaram a população e a agricultura, teriam sido ainda mais perceptíveis. Examinemos ainda uma vez esse importante assunto, que não poderíamos aprofundar o suficiente, nem analisá-lo sobre todos os vieses possíveis.

Todo mundo conhece, muito bem, o elogio do Duque de Sully. Longe de mim diminuir o mérito eminente desse grande homem. Mas deve-se prestar atenção às circunstâncias que apoiaram suas boas intenções, e que deixaram de existir na sequência. A França saía dos horrores das guerras civis: ela estava na condição de um jovem robusto e vigoroso que, depois de uma doença violenta, sai dos braços da morte com forças renovadas e saúde melhor. O reino não se tinha empobrecido, porque a guerra se fazia quase dentro do país ou próximo das fronteiras, com pequenos exércitos. A Espanha, para apoiar a Liga<sup>100</sup>, tinha despejado tanto dinheiro na França que tinha enriquecido o reino. Os huguenotes tinham tirado muitas baixelas de prata das igrejas e dos monastérios para fazê-las circular em forma de moeda no povo. Os germes da opulência existiam em toda parte. Só faltava uma boa administração e tranquilidade para desenvolvê-los e colocá-los em atividade. Grandes abusos opunham-se a essa obra salutar, Sully os corrigiu, ele comandou. As necessidades eram pequenas, os recursos eram grandes. Ele aproveitou tudo, o esplendor de seu ministério brilha ainda e não se apagará jamais aos olhos da

---

100 Liga Católica, também chamada Santa Liga, foi criada durante as guerras religiosas que aconteceram na França em oito episódios principais na segunda metade do século XVI (entre 1562 e 1598). As guerras opuseram católicos e protestantes e terminaram com a assinatura do Edito de Nantes, para retornar no século XVII com a revogação desse edito. A Liga Católica teve entre seus membros o Rei Filipe II da Espanha e tinha o objetivo de eliminar a heresia protestante. (N. do T.)

posteridade. Mas seria injusto exigir que seus sucessores, em circunstâncias mais difíceis, fizessem os mesmos progressos em tão pouco tempo. A França era como uma bela mulher mal vestida, tudo o que se devia fazer era colocá-la em um belo traje para fazê-la parecer brilhante. Henrique IV não tinha o esplendor que parece essencial hoje para o brilho da coroa. Versailles, Marly, Bellevue<sup>101</sup> e outros abismos de despesas não existiam, as necessidades aumentaram desde então. Quando as doenças e os sangramentos frequentes enfraquecem a constituição, a convalescença é mais difícil.

Que se destaque ainda que o ministério de Richelieu, que seguiu de perto aquele de Sully, teve segundo o *Détail de la France* os mesmos progressos em relação às finanças, o rendimento do rei tendo duplicado sob esse ministério. Longe de mim dizer que Richelieu teve o mesmo mérito de Sully, mas o nervo do Estado estava em seu vigor pleno, Sully o tinha evidenciado. É dele que se deve dizer o que Montesquieu disse sobre Richelieu: “Ele tirou do caos os princípios da monarquia, ensinou à França o segredo de sua força e à Espanha aquele de sua fraqueza.” Apesar dos abusos da administração, o progresso dessas circunstâncias se manifestaram cada vez mais até que Colbert<sup>102</sup> completou o trabalho. Foi a época do apogeu da França. Foi então que o abuso de suas forças enfraqueceu-as gradualmente durante, e até mesmo por meio dos sucessos mais brilhantes. Esses sucessos foram comprados ao preço de tantos homens que o monarca, estendendo sempre o terreno de sua dominação e ampliando suas fronteiras,

---

101 Castelos franceses cujas construções começaram ou se intensificaram durante e após o reinado de Luís XIV, que ocorreu entre 1643 e 1715. (N. do T.)

102 Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) foi controlador geral das finanças da França de 1665 a 1683, Secretário de Estado da Casa Real e Secretário de Estado da Marinha de 1669 a 1683, funções exercidas sob o reinado de Luís XIV. (N. do T.)

não aumentava o número de súditos. As terras ficaram cada vez mais desvalorizadas por falta de produtores e de consumidores. As taxas sobre essa parte se tornaram ainda mais terríveis e, se o comércio e a circulação dos papéis reais não tivessem reparado em parte esse dano, tudo estaria no estado lastimável no qual se pinta o reino, cujos quadros que se faz em tantos textos são tão carregados. A verdade é que a França não teve o crescimento em potência que suas conquistas deviam lhe ter trazido, que as vexações feitas aos produtores e os entraves que se colocaram ao comércio interno e externo aumentam o mal, que a falta de crédito para os empréstimos o pioram, que a circulação que ainda existe repara em parte o mal, que esses abusos podem e devem ser corrigidos, mas que, sem uma longa paz, tudo se torna ineficaz.

Volto ao *Détail de la France*. Ali encontrei o princípio, *Tudo se reduz ao produto territorial*, do qual demonstrei a falsidade. Essa obra contém, aliás, coisas excelentes, mas elas estão quase desfiguradas por exageros e por aplicações deficientes. O autor vê ali todos os assuntos com olhos microscópicos e os erros cujas verdades ele expõe são forjados, por assim dizer, tornam sua obra menos útil.

Pode ser verdade que o modo de cobrar os impostos, tanto para as talhas como para as ajudas e impostos aduaneiros, sejam mais perniciosos do que o são os impostos por si só, e todas essas vexações podem ser vistas como uma das causas que fizeram com que haja hoje terras ociosas que antes rendiam muito. O consumo, o comércio e a população mesma sofrem com isso.

Boisguilbert alega que em 1696 a França já tinha perdido a metade de seus bens, que ela tinha 500 milhões de renda a menos do que quarenta anos antes. Ele observa que desde

a morte de Charles VII<sup>103</sup>, acontecida em 1461, até 1660, os rendimentos do reino tinham duplicado gradualmente a cada trinta anos. Mas desde 1660 não se verá mais, acrescenta ele, que os rendimentos do rei tenham aumentado nem em um terço, mesmo considerando suas conquistas, que são um décimo por todo o reino, e aqueles da nação em menos da metade. Ele afirma que a diminuição dos rendimentos das terras sempre causou a diminuição dos rendimentos da manufatura. Tudo o que se deve fazer é descobrir, diz ele, a causa da ruína do consumo. Há duas que são essenciais: a incerteza da talha, das ajudas e das aduanas e as taxas pagas sobre as saídas e passagens do reino. Os produtos agrícolas destinados à alimentação se estragam nos lugares em que crescem, o consumo interno diminuindo e a exportação tornando-se impossível. Aqueles que por seus cargos são isentos das talhas jogam todo o peso sobre os artesãos e os mercadores, que não têm outros fundos a não ser sua capacidade de trabalho. Ele mostra de maneira engenhosa e sólida que o dano atinge até mesmo aqueles que são isentos de impostos. Não são os impostos que ele culpa, mas a maneira de recebê-los. Ele estabelece, por princípio, que consumo e rendimento são a mesma coisa e que a ruína do consumo é a ruína do rendimento. Isso é verdade, mas ele não aplica sempre bem esse princípio porque não vê nada além do que acontece ao redor de si, e todo o resto não existe aos seus olhos. Tudo o que ele diz, exageros à parte, é exatamente verdade para a parte do cultivo, cujo produto pode ser reduzido à metade sem que essa proporção de decadência se distribua sobre todo o reino. Ele se engana acreditando que esses abusos sejam as únicas causas do

---

103 Charles VII de França (1403-1461), Rei da França a partir de 1422 até sua morte. (N. do T.)

despovoamento, quando as longas guerras são a principal, como demonstrei. Acredito que há ainda exagero no que ele diz sobre um imposto que só rende ao rei 100 mil libras, diminui em 2 milhões o consumo sobre o preço ou sobre a quantidade. Isso significa realmente, e de fato, 2 milhões de diminuição no rendimento. Cada província perde, diz ele, por não poder transferir suas mercadorias de uma a outra, e o consumo torna-se impossível. Esse abuso era, seguramente, dos mais horríveis. Todo o detalhe sobre essa matéria é bem tratado e demonstrado.

Há, aliás, alguns princípios arriscados. Ele diz, por exemplo, que tem certeza, sem dúvida, que a diminuição dos rendimentos das terras causou aquela dos rendimentos da indústria. Esse princípio não é universalmente verdadeiro. Na Holanda e na Suíça, a esterilidade das terras aumentou a indústria e o rendimento dos habitantes. É uma observação que faço, entre parênteses, para mostrar o quanto as regras universais são erradas.

O autor dessa obra viu que a província da Normandia e a cidade de Mantes tinham caído em grande decadência pela ocorrência de várias circunstâncias, as talhas, os impostos de província a província e outras exigências sendo uma das principais causas. Ele viu várias verdades abstratas sobre a circulação, sobre o consumo, sobre o encadeamento dos juros e a harmonia de todas as Ordens de Estado. Imaginou o legado da história do século precedente comparado ao seu. Todas essas ideias, entre as quais cada uma em particular era verdadeira, fermentaram no seu espírito por um zelo patriótico e os assuntos aumentaram de volume, sem aumentar a massa. Ele exagerou tudo, e com os princípios mais seguros e os conhecimentos mais profundos, fez uma obra incorreta. Julgou a condição de todo o reino a partir do que via na cidade de Mantes e na província da Normandia.

A dificuldade, diz ele, de transportar as mercadorias de uma província a outra colocou essas mesmas mercadorias a preço mais baixo, e o imposto de exportação destruiu o comércio e causou grande mal ao reino. Tudo isso pode ser verdade em parte, mas alegar que isso diminuiu pela metade o rendimento do reino causou 1 bilhão e 500 milhões de perda anual, fez perecer milhões de súditos e que tudo isso pode se restabelecer em vinte e quatro horas de tempo e alguns dias de trabalho é ideia da maior extravagância. Aqueles que escreveram depois dele atenuaram muito esses exageros que o tempo tinha desmentido. Mas quase todos aqueles que trataram dessa matéria ainda assim exageraram, não podendo dispor do falso princípio de reduzir tudo ao produto territorial, sem prestar atenção ao fato de que as guerras sucessivas foram as principais causas do despovoamento e que, conseqüentemente, o consumo devia diminuir por falta de consumidores.

De resto, há nessa obra coisas belas e boas, desde que elas sejam reduzidas ao seu justo valor. O autor tinha uma ideia bem clara da circulação, mas exagera também. Ele diz, por exemplo, que 100 escudos retirados de um trabalhador para as despesas de uma coleta causam uma perda de 50 a 60 mil libras ao corpo do Estado. Outra afirmação que ele repete com frequência é que havia na França em seu tempo 1.500 milhões ou mais de diminuição de renda em quarenta anos, e isso para que o monarca recebesse somente 100 milhões. Tudo isso revela muito. Se for verdade que havia na França tanto terreno inteiramente abandonado porque a produção não podia pagar as despesas do cultivo, acredito que haveria meios de valorizá-la novamente por conta até mesmo do monarca, e fico surpreso por ver que ninguém tenha ainda ousado criar um plano bem pensado para executar esse projeto. Talvez isso fosse mais útil e mais praticável do que

podéssemos imaginar. Alguns milhões utilizados primeiro para restabelecer seus próprios súditos, que estão na miséria, e os estrangeiros, a quem faríamos muito, poderiam, em favor da paz, do comércio e desse encorajamento, restabelecer a população, o consumo, a circulação, revigorar todas as partes paralisadas do corpo do Estado e aumentar consideravelmente em alguns anos os rendimentos do príncipe, diminuindo os impostos. A Inglaterra poderia ainda mais prontamente, e com mais facilidade, executar esse plano de agricultura. Na França, haveria mais obstáculos a afastar. Os escombros das antigas ruínas atrapalhariam a princípio a construção do novo edifício. As dificuldades para transportar produtos agrícolas destinados à alimentação de província em província e os entraves da exportação deveriam, previamente, ser anulados. Todas as vexações feitas ao produtor deveriam acabar e as liberdades concedidas, assim como o destino que se deveria dar aos estrangeiros, deveriam ser bem estabelecidos. Esse plano poderá ser colocado na categoria das visões políticas, mas haverá mais de um leitor que sentirá o valor, sobretudo quando vir o feliz sucesso no exemplo a seguir.

Frederico Guilherme II da Prússia<sup>104</sup> criou esse projeto e teve a felicidade de executá-lo. Seu país era um vasto deserto e ele gastou somente 12 milhões de florins para tornar cultiváveis suas terras, para construir cidades e povoá-las. Ele fez vir famílias da Suávia e da Francônia, atraiu emigrantes de Salzbourg, deu a todos o suficiente para se estabelecer e trabalhar, formou-se um novo Estado, ele criou uma nova potência. A Europa sentiu o peso disso e o que aproveitou desse exemplo? Isso vale mais do que cem tratados sobre os impostos, sobre a agricultura, sobre a população, sobre a circulação e sobre o crédito.

---

104 Frederico Guilherme II da Prússia (1744-1797) foi o quarto rei da Prússia e reinou de 1786 até sua morte. (N. do T.)

O que Frederico Guilherme fez em seus estados na Europa os ingleses fizeram em vários locais na América. As vantagens que resultaram disso para a nação são muito grandes. A população inicial de suas colônias, até o momento, não enfraqueceu muito a Grã-Bretanha porque circunstâncias acessórias favoreceram os ingleses. A quantidade de refugiados que depois da revogação do Edito de Nantes se estabeleceu na Inglaterra, o grande número de emigrantes alemães e outros permitiram aos ingleses povoar suas colônias sem despovoar muito o que eles chamam de Pátria Mãe. Acredito, entretanto, que se os ingleses tivessem começado, a exemplo de Frederico Guilherme, a tornar cultivável inteiramente todo seu solo na Europa e a tornar seu país tão povoado quanto a extensão do terreno, as vantagens de seu comércio o permitem, acredito, digo, que sua força teria uma base ainda mais sólida. Os estabelecimentos das colônias teriam seguido depois com um progresso tão mais rápido que esse escoamento de homens se teria tornado tão necessário quanto útil ao reino. Esses tempos podem vir tanto para a Inglaterra quanto para a França, se o divino sistema da paz ganhar as principais cortes da Europa. Enquanto isso, é absurdo querer negar que a Inglaterra não retire já grandes vantagens de suas colônias.

O receio de que os territórios na América se tornem independentes da Pátria Mãe é até o momento totalmente utópico ou, pelo menos, não se poderia imaginar esse acontecimento a não ser de uma perspectiva muito distante<sup>105</sup>. Independentemente do exemplo dos espanhóis, sobre os quais há muito tempo se fizeram gratuitamente esse tipo de profecias, demonstrou-se que os territórios ingleses

---

105 Issac de Pinto começou a escrever essa obra em 1761, publicou em 1771 e os Estados Unidos da América declararam sua independência da Inglaterra em 1776. (N. do T.)

na América não poderiam jamais fazer alianças perigosas para a pátria, tanto pela conexão de seus interesses com a Grã-Bretanha quanto pela rivalidade e pela inveja que reina entre os diversos territórios ingleses na América. Nenhum desses países, separados dos outros, poderiam chegar a essa independência e sua união é quase impossível. Assim, por pouco que o sistema da administração na Europa seja bem acompanhado, a Grã-Bretanha manterá por muito tempo na sua dependência esses vastos territórios que na teoria surpreendem a política, mas os quais um governo sensato pode muito bem dominar. Essa pequena digressão me pareceu essencial, volto ao advogado-geral de Rouen.

A história das finanças no *Détail de la France* é muito curiosa. O autor alega que depois da morte do Rei François I<sup>106</sup>, Catarina de Médici<sup>107</sup>, princesa que amava o fausto e o luxo, mandou vir italianos à França para administrar os rendimentos do rei, e que eles ensinaram a ciência das finanças e dos empréstimos. Sully os expulsou, a Rainha Maria de Médici<sup>108</sup> os chamou novamente, Richelieu os mandou embora, mas depois de sua morte eles voltaram à cena.

Os paralelos que o autor faz entre as várias épocas que precederam os financeiros e, principalmente, o legado histórico do tempo de François I são sedutores e ilusórios. Ele atribui tudo a uma única causa, como Descartes explica tudo pela matéria sutil. Ele diz, como um gracejo, que François I não tinha exércitos tão numerosos como se tem

---

106 François I de França (1494-1547) reinou sobre a França de 1515 até sua morte. (N. do T.)

107 Catarina Maria Romola de Médici (1519-1589) casou-se em 1533 com Henrique II, filho de Francisco I. (N. do T.)

108 Maria de Médici (1575-1642) foi a segunda esposa do Rei Henrique IV, o primeiro da dinastia Bourbon. Foi regente da França durante a minoridade do seu filho, o Rei Luís XIII. (N. do T.)

hoje em dia. Não é ridículo e extravagante comparar as necessidades do Estado e o brilho da coroa no tempo de François I àquele dos nossos dias?

Encontraremos ainda neste tratado tudo o que se pode dizer de mais sensato e de mais profundo sobre a exportação dos cereais. Prova-se aí que quanto mais forem retirados os cereais da França, menos se terá a temer as carestias extremas, que a desvalorização do preço dos grãos é uma espécie de indigestão do Estado causada por sua exagerada abundância, que ataca todas as condições, e é, diz ele, um verme e uma úlcera que lhe corroem e o minam pouco a pouco. Tudo o que ele diz sobre esse assunto me parece profundo e confirmado pela experiência da Inglaterra e da França. Também a sabedoria do ministério, na França, dispensa toda sua atenção para esse importante tema. Acredito que se teria feito isso mais cedo se essas verdades tivessem sido expostas com menos calor e se não se tivessem dito coisas absurdas, afirmando que os abusos sobre esse assunto tinham provocado na França uma perda real de 500 milhões, depois 1 bilhão e 500 milhões e outros exageros dessa natureza que mancharam um quadro, por sinal, nítido e verdadeiro.

O mesmo vício reina nas obras que foram calcadas sobre aquela e é a causa, talvez, que tenha retardado o uso do remédio pela maneira empírica com a qual sempre foi mostrada. Quiseram reduzir a uma só causa um mal que tem sua fonte em uma complicação de males diversos, inclusive as frequentes guerras e o novo método de fazê-las são os maiores. Resulta ainda desse empirismo que, querendo curar a ferida, provocou-se muito a parte lesada para que se chocasse novamente contra o objeto de onde o golpe partiu. Piora-se sempre a causa do mal e torna-se o remédio cada vez mais impraticável. Esse remédio é o regime sem o qual os outros não operam. Esse regime é a paz.

A experiência desmentindo sempre os exageros extremos, até mesmo as verdades arriscam passar nesse caso por visões teóricas que a prática não confirma. Se uma pessoa de uma família espanhola ou portuguesa da nação judaica, estabelecida em Constantinopla ou em Amsterdã, declarasse que a expulsão injusta pela qual passaram na Espanha aqueles de sua religião no tempo de Fernando e Isabel causou grande mal a esse reino, assim como a Portugal, esse homem teria razão. Os judeus na Espanha e em Portugal eram boas pessoas, bons súditos, excelentes cidadãos, úteis àqueles dois reinos. Eles mantinham o comércio e a indústria, eram numerosos, vários deles eram muito instruídos e muito considerados, faziam até parte do ministério. Abarbanel<sup>109</sup> serviu com zelo, fidelidade e capacidade Afonso V, Rei de Portugal, que lhe confiou os empregos mais importantes. Nosso juiz espanhol, ou português, poderia ainda acrescentar que essa expulsão contribuiu para o despovoamento da Espanha e de Portugal, tudo isso seria exatamente verdade. Ele poderia ainda observar que há certa cidade nesses reinos que a retirada dos juízes arruinou totalmente. Isso é bem possível, mas, se a partir de tais verdades, o entusiasmo o levasse a afirmar que essa violência feita aos judeus foi a única e exclusiva causa do despovoamento da Espanha, isso seria de um absurdo insustentável. Aí está precisamente o raciocínio do advogado de Rouen, que julgava todo o reino da França a partir do que via na Normandia e na cidade de Mantes, onde o efeito das vexações fiscais foi mais perceptível. Seu entusiasmo o levou para além da verdade, como seria o raciocínio de nosso bom israelita sobre a Espanha. É o exílio dos judeus, a descoberta da América, a expulsão dos

---

109 Dom Isaac ben Judah ou Yitzchak ben Yehuda Abravanel (1437-1508) foi um estadista filósofo, comentador da Bíblia e financista judeu português. (N. do T.)

mouros, o grande número de monges, as guerras frequentes de Carlos V<sup>110</sup>, de Filipe II<sup>111</sup> e de seus sucessores que se devem considerar como as principais causas da prodigiosa devastação desse reino. Querer reduzi-las a uma única é uma coisa ridícula e falsa. Um refugiado pode igualmente sustentar que o Massacre de São Bartolomeu e a revogação do Edito de Nantes fizeram um grande mal à população, ao comércio, ao consumo e à indústria na França, isso é incontestável. Mas seria também ridículo e igualmente falso alegar que foram as únicas e exclusivas causas disso. As vexações feitas aos produtores, detalhadas na obra que cito, podem ter contribuído muito para isso, mas não tanto quanto a revogação do Edito de Nantes e nem de longe tanto quanto o autor alega. O luxo excessivo tem um pouco a ver com isso, e os religiosos, muito. Mas as guerras mortíferas devem ser vistas como a causa mais próxima e a mais eficiente do despovoamento na França, ainda que esse despovoamento não seja comparável àquele da Espanha e isso porque várias das causas que fizeram despovoar a Espanha nunca existiram na França. Tanto isso é verdade que muitas vezes há várias causas que concorrem para produzir um mesmo efeito, e aquele só vê uma delas, ofuscado por uma verdade na qual ele se obstina, cria uma causa geral, universal e única que o leva a absurdos insustentáveis!

Um leitor sensato, retificando os erros vindos dos exageros do autor do *Détail de la France*, encontrará coisas muito curiosas, muito úteis, até muito profundas; é pena que o entusiasmo tenha afastado o autor partindo de princípios

---

110 Carlos de Habsburgo (1500-1558) foi Rei da Espanha (Carlos I) e Imperador do Sacro Império Romano (Carlos V). (N. do T.)

111 D. Filipe II de Espanha (1527-1598), filho de Carlos de Habsburgo, foi Rei da Espanha a partir de 1556 e também Rei de Portugal, como D. Filipe I, a partir de 1580. (N. do T.)

verdadeiros e de noções sublimes. Duvido que os textos que lhe sucederam sobre esse assunto contenham qualquer coisa de essencial que não se encontre neste tratado. É verdade que muitas vezes as ideias só podem se encontrar quando se trata precisamente das mesmas matérias, e esse texto é, de todos os que chegaram ao meu conhecimento, aquele cujas ideias se aproximam mais das minhas sobre a circulação. Sou até obrigado a dizer que é a única e exclusiva obra em que encontrei noções claras sobre esse assunto. Tudo o que vi em outra parte não me pareceu atingir o objetivo. Isso não impede que não possa haver boas obras sobre essa matéria que me sejam desconhecidas, visto que sempre me mantive ligado a uma prática aprofundada e às minhas próprias meditações. Só foi depois de ter colocado minhas ideias por escrito, na primeira parte do meu ensaio, que busquei me instruir pelos textos análogos ao meu assunto. Lisonjeia-me saber que meu trabalho não será inteiramente infrutífero. O bem do gênero humano é meu único objetivo, a glória e o interesse não têm qualquer parte nisso, chego ao fim da minha carreira e o mundo tem por mim pouca atração, só aspiro à tranquilidade. Retomo meu assunto.

A repartição mais justa das talhas no meio do reino e o cuidado em não colocar grandes receitas em poucas coisas, enquanto um miserável que tem somente seus braços para manter a si e à sua família é prejudicado e reduzido a vender até os utensílios de sua existência, é um assunto tão importante que não acredito que não se tenha trazido remédio depois de tanto tempo que se reclama disso. O autor do *Détail de la France* alega que no seu tempo esse abuso custava todos os anos a vida de 300 mil almas que, era de conhecimento público, morriam de miséria, principalmente na infância, não havendo a metade nessa época, diz ele, que

pudesse sobreviver. Lactentes, nutridos por mães com falta de leite, extenuadas pela penúria de alimentos e pelo excesso de trabalho, e aqueles de idade mais avançada que só viviam a pão e água, sem cama, sem roupas e sem qualquer remédio para suas doenças, não enfrentavam destino menos nefasto. Quando, em vez de 300 mil, como diz o autor, só morriam 20 mil a cada ano, que glória, que prazer, que satisfação, que felicidade para um príncipe, remediar todos esses males! O que pode ser maior do que tornar-se o pai e o Deus tutelar de todos esses infelizes e trazer-lhes alegria! Seria o maior dos atrativos da coroa e o único capaz de tornar mais leve seu peso, *seu fardo só pareceria leve nessa única ocasião*. Aí está como eu pensaria se isso se fizesse unicamente pelas despesas do monarca, por puro amor pela humanidade, a mais forte razão quando seu interesse não o convida a menos. Na verdade, essa operação lhe tornaria infalivelmente mais rico e mais poderoso.

O autor do *Détail de la France*, compreendendo bem as engrenagens da circulação, observa judiciosamente que um escudo retirado de um homem poderoso não teria jamais sido (ele deveria ter dito frequentemente) somente um escudo, tanto do ponto de vista da pessoa quanto de todo o corpo do Estado. Mas retirado do pobre produtor, do pequeno negociante, por um golpe inesperado, destrói 100 escudos de consumo durante um ano. Para essa classe de pessoas, quase tudo acontece ao valor de 1 escudo, pela renovação contínua e diária que enfrenta essa módica soma. Se todos os seus cálculos estivessem tão justos, ele não teria levado a perda anual do Estado a 1 bilhão e 500 milhões, soma que, apesar dos corretivos que acrescenta, é sempre muito exagerada. Se a décima parte do que os países gastam nas guerras que destroem o gênero humano

para fazer a fortuna de 100 ou 200 pessoas fosse aplicada durante dez anos para trazer a felicidade de seus próprios súditos e cidadãos estrangeiros, que gostariam de empregar seus braços e sua habilidade para valorizar o solo, essa soma repararia sensivelmente o despovoamento, valorizaria as terras, favoreceria as manufaturas e até as rendas do fisco, diminuindo os impostos, que só poderiam aumentar consideravelmente pelo crescimento surpreendente do consumo e pela circulação em todas as Ordens de Estado.

Enquanto a Europa estiver presa à sua origem mítica, o despovoamento se fará sentir. Por mais que Cadmo<sup>112</sup> semeie os dentes do dragão para fazer virem os homens, enquanto eles se destruírem entre si, esse mal existirá. Os príncipes, assim como as pessoas, buscam a felicidade e o crescimento longe deles, quando frequentemente um e outro se encontram às suas portas. Viver em paz com seus vizinhos, e manter a ordem e a tranquilidade interior, é o único meio de aumentar a potência.

Acaba de aparecer uma nova obra que tem por título *O filósofo rural*<sup>113</sup>, na qual há belas coisas ofuscadas pelo entusiasmo da lavoura. A base dessa obra peca pelo mesmo princípio que combati no tratado que acabo de resumir. Tudo se reduz à produção territorial, é o grito ou o lema do autor: todo o resto, segundo ele, é ilusório e destrutivo. Os *rentiers* são sempre os lobos devoradores, fazem-lhes a honra de colocá-los na classe dos pedintes, as manufaturas são nocivas, o dinheiro é uma utopia. Em

---

112 Herói da mitologia grega. Durante sua jornada que acabou culminando na fundação da cidade de Tebas, Cadmo matou um dragão e, a conselho de Atena, semeou seus dentes. Destes nasceram guerreiros totalmente armados e de aspecto ameaçador. (N. do T.)

113 Victor de Riqueti Mirabeau. *Philosophie rurale ou Économie générale et politique de l'agriculture*. À Amsterdam, chez les Libraires Associés, 1763. (N. do T.)

resumo, é um verdadeiro entusiasmo pintado com espécies de encantamentos de cálculos. Esses cálculos arbitrários, sobre matérias que não são adequadas, tiram o bom senso da própria razão. Quando Mirabeau parece atrapalhado em seu sistema, por exemplo, pelos fatos e pela experiência de nações como a Holanda, ele diz que esse país, que se quer chamar nação, é um armazém livre onde os compromissos do dinheiro são apenas momentâneos. É tratar de maneira bastante incompatível uma nação que defendeu anteriormente sua liberdade contra a primeira potência da Europa, que no antigo e no novo mundo retirou da Espanha, sob o reinado de Filipe II, quase todas as Índias Orientais e o Brasil, e que com certa frequência balançou o destino da Europa. A República, sem os empréstimos e as riquezas artificiais, não teria podido fazer um comércio tão grande, nem tantas despesas fora. A Inglaterra também não. Os fatos e a experiência se encontram sempre em oposição às regras gerais de Mirabeau e, se a dívida pública, diz ele nesse novo tratado, fosse levada ao excesso em que viver de renda fosse a escolha e a preferência, adeus despesa, *rentiers*, comércio, terras, tudo seria desequilibrado, tudo seria confundido, tudo cairia em ruína. Observe, no entanto, que as terras na Inglaterra aumentaram de preço e são melhor cultivadas desde que a dívida nacional aumentou o número de *rentiers*, ou melhor, daqueles que têm rendas. São, na maior parte, grandes proprietários que também cultivam a terra, grandes negociantes e até mercadores. Ele pretende alegar como uma prova de fato que as rendas são em benefício de quem as recebe e em detrimento de quem as paga.

“Qual é a casa honesta, diz ele, em que não se considera como prioridade do negócio pagar as dívidas que pesam sobre ela? Qual é o pai de família, desejoso de fortuna independente em relação à despesa e de uma vida folgada,

que não ouviu dizer, desde o desenvolvimento desse uso infeliz, que para ficar tranquilo é preciso ter ao menos um terço de seus bens em contratos? Prova, então, de que cada um gostaria de ter rendas e de que ninguém gostaria de pagá-las, prova de que as rendas estão em benefício daquele que as recebe e em detrimento daquele que as paga, prova, então, de que o dinheiro emprestado a juros é desvantajoso para aqueles que o tomam emprestado. O que choca o interesse de uma família, choca o interesse de todas. Um Estado nada mais é do que uma grande família, composta de várias outras reunidas. O que arruína as famílias arruína o Estado e a nação. O universo nada mais é do que um Estado composto dessas várias grandes famílias que chamamos nações. O que arruína uma nação arruína o universo e a humanidade inteira.”

Aí está um belo sermão que, infelizmente, é falso. O princípio não é universalmente verdadeiro e a aplicação é viciosa. Um dinheiro emprestado a juros, longe de ser desvantajoso àqueles que o tomam emprestado, é muito vantajoso para os negociantes e para o comércio. Na Holanda, na Inglaterra e em todas as praças de comércio, grande número de negociantes e até de mais ricos tomam emprestado dos *rentiers* dinheiro a 3 e 4% para fazer valer seus fundos no comércio e tirar deles o dobro e o triplo. Essa vantagem que os negociantes encontraram a princípio na Holanda não contribuiu pouco para facilitar o comércio, para a glória e para o bem do Estado. Mirabeau não tem verdadeira noção desses assuntos. As cartas de câmbio, os juros que se pagam aos adiantamentos dos parceiros, são também empréstimos particulares muito vantajosos para quem os faz. É só quando um pai de família entra para a classe de simples *rentier* (o que é muito raro) que ele renuncia aos negócios, que se torna desejoso de fortuna independente, que considera pagar os

contratos dos quais a casa está encarregada. Aí está o quanto esse princípio precisa ser corrigido mesmo para as pessoas. Quanto à sua aplicação ao Estado, ele é absolutamente falso. O que arruína uma pessoa não arruína sempre o Estado. Todas as despesas que alguém faz para além de sua família, para sua sobrevivência e para seu luxo não voltam mais para sua casa. Todas as despesas que o monarca e o Estado fazem na nação, voltam para ela, protegem-na e lhe trazem lucro. A nação em bloco as paga, ou melhor, as empresta para seu próprio benefício, ela sustenta as despesas de uma guerra com pequenos impostos, em comparação com aqueles que seria obrigada a pagar de outra forma, e duplica seu numerário, como já se provou. A circulação é aumentada, como se demonstrou. E se outros obstáculos não se opõem à população e ao cultivo, uma e outra serão favorecidas pelo movimento pronto e confortável que os empréstimos imprimem às engrenagens de uma boa administração. Só há esses empréstimos sensatos e bem empregados que podem, em favor da paz, restabelecer esses dois importantes assuntos, a população e o cultivo das terras.

Não é verdade que, na Lei revelada, o Pai universal dos humanos condene absolutamente como usura todo juro do empréstimo de dinheiro. Essa parte das Santas Escrituras nunca foi bem compreendida e deu lugar a calúnias atrozes contra os judeus, sem notar que em vez de atacar os judeus blasfema-se contra a palavra de Deus. Há dois termos em hebraico: *nesseg* e *tarbit*. Um é juro e o outro, usura. Quantas vezes Voltaire<sup>114</sup> não afirmou que nas maldições que Moisés pronuncia contra os judeus ele os ameaça dizendo que pedirão emprestado com usura e que não estarão em condições de emprestar da mesma forma. Isso é falso e

---

114 Voltaire seguiu uma versão errada. (N. do A.)

calunioso, o texto hebraico diz, no capítulo das bênçãos, *tu emprestarás às nações diversas, e tu não pedirás emprestado*; e, no capítulo das maldições: *Tu pedirás emprestado a povos diversos, e tu não emprestarás a ninguém*. Não há uma só palavra de usura, nem de juros. Devo esclarecer aqui esse erro grosseiro. De resto, é verdade que era proibido para os israelitas ricos cobrar juros dos pobres. Moisés não parece defendê-los entre os abastados. Além disso, o governo deles era teocrático, realmente agrícola, em que verdadeira igualdade era observada na partilha das terras. A legislação tinha estabelecido um jubileu<sup>115</sup> para a abolição das dívidas e para o retorno de cada família às terras alienadas. Mas também os credores falidos pagavam com a própria liberdade essa vantagem até essa data. A constituição desse governo não é de maneira alguma aplicável à Europa. É nesse mesmo espírito que Moisés permite o juro tomado do estrangeiro, mas é absurdo dizer que a usura tenha alguma vez sido ordenada. *Lanochry tassig*. A palavra *tassig* vem de *nesseg*, que só pode significar provavelmente um juro legal, que era permitido tomar do estrangeiro, e *tarbit* significa aumento, usura, o que jamais foi ordem de Deus a seu povo. Tal censura é uma blasfêmia na boca de um cristão e uma loucura no espírito de um filósofo. Voltemos ao nosso assunto.

Partilha igual de bens era bem o espírito da legislação, mesmo entre os gregos e entre os romanos. Sabe-se o quanto a lei *agraria*<sup>116</sup> agitou esses últimos. Renunciou-se a um sistema utópico em nossas constituições e as diferentes classes novas que a indústria, o comércio e a abundância cria-

---

115 Na antiguidade hebraica, solenidade pública celebrada a cada 50 anos, quando as dívidas e penas eram perdoadas e os escravos libertos. (N. do T.)

116 *Lex agraria*. A lei agrária estava ligada à distribuição das terras tomadas dos inimigos. Essa lei foi semente de grandes divisões no império romano durante a República. (N. do T.)

ram, estabeleceram uma espécie de partilha desconhecida dos antigos. Os empréstimos nacionais são, em parte, essa partilha cousufrutuária territorial muito útil, muito vantajosa para o Estado, quando é bem compreendida. Multiplicando o numerário e a circulação, favorece o comércio, as manufaturas, a agricultura, as finanças e a população, como parece pelo conjunto de toda essa obra.

O ouro e a prata, em um deserto, são inúteis. Mas esses metais e o que os representa em um país povoado, em que há nações vizinhas e policiadas, trazem tudo e revigoram tudo por uma convenção universal. É por isso que o sábio disse que *o dinheiro responde a todas as coisas*. Negar essas verdades é abusar do espírito e da verdade, e misturar as noções mais simples. Não é possível que todo mundo seja proprietário. Banir todas as outras classes é de um absurdo insustentável, tão injusto quanto ridiculamente condenado pelo filósofo rural. Os *rentiers* são bem pouco numerosos. Sua pretensa ociosidade não é alimentada pelo trabalho dos outros, uma vez que, pelas suas despesas, eles alimentam esse trabalho. E esse *rentiers* ociosos, não proprietários, sem cargo ou outro emprego civil ou militar, são muito raros. Os juros pelo dinheiro são úteis e necessários para todos. A usura é destrutiva e horrorosa. Confundir esses dois objetos é como querer proibir e banir o uso útil do fogo porque ele queima e consome aqueles que se aproximam demais.

O filósofo rural maltrata muito os manufatureiros. É verdade que o manufatureiro, o fabricante, o mercador, o negociante, o banqueiro, podem mais facilmente se deslocar de um lado a outro, considerando que seus bens não estão tão intimamente ligados ao Estado, ou melhor, ao solo, como aqueles dos proprietários de terras. Seus bens são, diz ele, dispersos e desconhecidos. Toda riqueza de mente e de bolso, continua ele, não dá ponto de apoio à soberania.

Entretanto, essa regra não é totalmente verdadeira. Ela só poderia acontecer para o indivíduo, e de maneira nenhuma para o corpo. Explico: um, dois ou dez fabricantes de Lyon, alguns negociantes de Marselha, de Saint Malo ou do Havre, um banqueiro de Paris, podem, de um dia para o outro, abandonar sua pátria sem inconvenientes para se estabelecerem em outra parte. Da mesma forma, um agricultor pode vender sua terra e comprar outra em outro país. Mas é absurdo acreditar que toda fábrica de Lyon, que todos os negociantes de Marselha ou de Bordeaux, que todos os banqueiros de Paris possam encontrar local no qual exercer seu comércio, seus talentos e seu trabalho.

Infeliz do agricultor se o negociante, o fabricante, o *rentier*, os grandes senhores de terras, até os artesãos das belas formas, não aumentassem a circulação e o consumo, para dar um valor venal ao excedente do produto da terra. Para decidir essa questão ou reduzi-la a termos sensatos, gostaria que esses profundos e eternos calculadores que alegam conhecer tão bem a arte da agricultura fizessem uma conta simples, exata e sem exagero de quanta gente seria necessária para valorizar e explorar todo o solo da França, isto é, a parte que é própria para produzir grãos e aquela que é própria aos vinhedos. É preciso deixar os bosques, tão necessários para diversos usos e que não ocupam muita gente. A limpeza das terras para o cultivo nos campos de Bordeaux não deve ser levada em conta enquanto tantas boas terras são abandonadas. Sei de antemão que será espantoso descobrir o quanto um pequeno número de produtores pode tirar de um bom solo a fim de alimentar um grande número de consumidores. A terra é tão fértil, a natureza é tão fecunda, que poucos braços são suficientes para trazer subsistência a vários homens. O comércio, o

transporte, a exportação sem entraves, podem dar um valor venal a todo esse excedente, e tudo o que se opõe a isso prejudica o corpo do Estado e a população em geral das outras classes. O comércio, o transporte e essa exportação se tornarão menos necessários quando o consumo interno de um Estado for maior pela multiplicidade das classes banidas e condenadas por Mirabeau. Quanto mais os manufatureiros prosperarem, mais o comércio será livre, mais os *rentiers*, banqueiros, negociantes e outros cidadãos farão circular o dinheiro e empregarão pessoas na atividade mercantil sobre esse pretensu pavimento estéril, mais a população aumentará e a população resultante dessas classes protege bem mais a agricultura do que a agricultura protege a população. Volto ao cálculo. Veremos, a partir daquele que indiquei, que se as guerras, as colônias e certas causas morais não tivessem despovoado a Europa, as terras seriam de maneira geral melhor cultivadas e mais valorizadas, que esse consumo e esse valor viriam do grande número de cidadãos úteis e hábeis que dariam o primeiro impulso a tudo pela despesa e pela circulação. A Inglaterra é proporcionalmente mais povoada do que a França, o solo bem mais cultivado. Faz, entretanto, a exportação imensa de seus grãos. Seu consumo interno e sua população poderiam ser ainda maiores. Essa população, que aumentaria aquela da classe do produtor, só cresceria multiplicando proporcionalmente todas as classes banidas e condenadas pelo entusiasmo dos apóstolos da agricultura.

Eu concordaria de bom grado se eles exaltassem a imensa utilidade desse tema, sem excluir aqueles que são igualmente úteis e necessários ao próprio cultivo. Um calculador hábil poderia ainda demonstrar que se não aborrecêssemos a Holanda sobre os privilégios de sua produção, seu verdadeiro patrimônio, Amsterdã, Roterdã, Middelburgh,

Dort e Horn poderiam conter o dobro de seus habitantes. Tudo seria mais opulento nessa República. A população, que é proporcionalmente a maior da Europa, o seria ainda mais e os países agrícolas lucrariam com isso de maneira surpreendente. Essa única reflexão corrige os exageros que combato e reduz a questão aos termos políticos e sensatos que tento estabelecer.

Não nos iludamos, a harmonia de um Estado depende do acordo entre várias partes. Elas se ajudam mutuamente. Querer proteger uma única e banir as outras é dissolver o Estado. O tempo, que consome tudo, destruirá muitos erros. O novo mundo, que, aos olhos do filósofo, nesse momento parece inútil, pernicioso e perigoso para o antigo, poderá um dia tornar-se necessário quando a população na Europa estiver no seu auge. Sabe-se que na China a legislação é obrigada a diminuí-la, e a China e a Holanda provam tudo o que apresento. Estou convencido de que se todas as terras da Europa fossem cultivadas de grãos, uma grande parte desses grãos apodreceria por falta de consumidores e é só multiplicando a população das grandes cidades, municípios e vilarejos que podemos atingir um consumo equivalente a um cultivo amplo. Não pode nem deve haver na França só uma Paris, na Inglaterra só uma Londres, mas poderia haver, como na China, cinquenta cidades mais povoadas do que Lyon, Nantes, La Rochelle e Bordeaux, e todas essas cidades o poderiam sê-lo mais. É isso que aumentaria a potência do príncipe e o valor das terras, situação que só poderia ser atingida depois de uma longa paz e anulando os obstáculos morais que se opõem à liberdade de ser e de agir do produtor e da população. A imunidade da exportação dos bens da terra é essencial, o resto é questão de tempo e de uma boa administração, na qual o comércio, as ma-

nufaturas, a circulação e o crédito público são necessários e concorrem para este fim. Mas cada parte tem limites e proporções relativas entre elas. Enquanto essas proporções forem observadas, elas ajudam-se entre si. De outro modo, elas se destroem entre si.

Aqueles que moram nas cidades, diz Montesquieu, julgam a opulência de um reino pelo brilho do luxo daquelas que o destroem. Essas pessoas se enganam, mas não se deve julgar também a condição de todo um reino pela decadência de uma única província. Alega-se que a opulência estéril da capital nada mais é do que o armazém de despojos das províncias, como era a antiga Roma, mas a diferença é muito grande. Paris e Londres são povoadas de classes hábeis que favorecem o cultivo, o comércio e o consumo. Sua quantidade excede a proporção atual do Estado, despovoado por outras causas. É por isso que Paris parece aos olhos do filósofo uma massa de várias cidades transplantadas, que seriam mais úteis se fossem colocadas em outros lugares. Esse transplante só poderia se fazer, diz Mirabeau, pela extração, considerando a perda de todo o fluxo alimentar que se esvai pelos canais que atravessa antes de chegar à capital. Esse excedente é talvez mal encaixado, precário, variável e fugaz pela concorrência de vários vícios que se opõem à população proporcional da nação e ao cultivo das terras. Mas afirmo que a França poderia ser mais povoada, as terras melhor cultivadas e Paris tão grande e ainda mais cheia de gente do que o é atualmente. E, se a harmonia e a proporção re nassem nas outras partes, a grandeza da capital e a multiplicidade dos seus habitantes só poderiam proteger a agricultura, que é inútil sem um grande número de consumidores nas classes dos cidadãos. Aí está, em poucas palavras, meu sentimento sobre essa importante questão.

Eu poderia citar vários exemplos para apoiar esses princípios, mas precisaria entrar em grandes detalhes sobre as proporções e o equilíbrio que devem reinar em cada classe. Porque a invasão de uma classe sobre outra resulta em prejuízo recíproco e comum. A primeira vantagem é aparente e, por falta de harmonia e de proporção, torna-se fugidia e destruidora. O legado da história que demonstra os inconvenientes políticos de uma população muito grande nos afastaria muito do assunto. A Providência, pelas leis eternas, estabeleceu o germe da perpetuidade e da geração de cada substância, mas ela parece também ter colocado limites à sua multiplicação. Tudo se entredevora por aqui, tudo é tumba ou pasto, e as causas finais são desconhecidas dos pobres mortais. Consome-se uma quantidade enorme de bolotas, perde-se muito e há muito poucas que servem para produzir carvalhos. Tudo tem seu uso. De mil sementes de melão, uma, no máximo, serve para perpetuar essa planta. A atração que o autor da natureza ligou aos atos que perpetuam todo ser vivo é mais frequentemente um sonho de prazer do que uma produção que tenda a imortalizar a espécie. Se a natureza nos parece às vezes muito pródiga, é porque ignoramos as leis imutáveis de sua economia. Essa América, depois de ter despovoado tanto a Europa, servirá talvez um dia para remediar sua população muito grande.

Para mostrar que há um *maximum* tanto na população quanto na agricultura, peço ao leitor para fazer passear sua imaginação pelas observações seguintes. Suponhamos primeiro toda a Europa tão povoada quanto ela é capaz de sê-lo. Ela conterà por estimativa quatro ou cinco vezes mais habitantes do que os que há hoje estabelecidos. Nesse caso, seria urgente que todo seu solo fosse completamente cultivado para alimentar tanta gente. Consideremos ainda que,

por uma legislação e por uma administração superiores, todos os escalonamentos de classes fossem bem distribuídos; em resumo, que houvesse uma proporção e uma harmonia exatas em todas as partes dos diversos Estados e governos.

Quando a Europa chegasse a esse ponto de população e de cultivo, o que aconteceria? Interromperíamos o progresso posterior da população? Como o faríamos? Seríamos forçados a enviar às colônias na América ou em outra parte. Mas esse recurso não seria suficiente, é de se temer que fôssemos obrigados a suscitar cruéis e funestas guerras esperando a peste e a fome. Essa última calamidade não demoraria a fazer estragos, ela chegaria naturalmente por causa dessa grande e universal população que supomos estabelecida. Os frutos da terra seriam, sem dúvida, anualmente consumidos pelos habitantes respectivos de cada país. Porém, é certo que, segundo o curso da natureza, as colheitas faltam em todos os países depois de certo número de anos. Todas as regiões seriam então necessariamente condenadas uma a uma a morrer de fome. Cada país, necessitando de suas próprias produções para alimentar seus próprios habitantes, não poderia fornecer aos vizinhos. Levemos ainda mais longe nossas observações.

Há naturalistas que alegam que nosso globo terrestre não tem mais do que uma crosta vegetal que se esgota pelo cultivo e torna-se, enfim, árida e estéril. Alega-se que os desertos da Arábia em outros tempos foram regiões férteis e as primeiras habitações do gênero humano.

Sem aprofundar essa questão, todo mundo sabe que a terra rejuvenesce pelo repouso, isso lhe é frequentemente necessário para conservar sua fecundidade. Ninguém ignora a impaciente vegetação pela qual uma terra nova se apressa em recompensar os primeiros cuidados do lavrador.

São necessárias, então, alternativas de repouso e de cultivo. São necessários víveres de reserva, terras não cultivadas, regiões desabitadas para a ordem, a harmonia e a conservação do todo. Parece provável que não entre de maneira alguma no projeto da Providência que o globo em que moramos seja igualmente cultivado e povoado em toda parte. Esse estado momentâneo de perfeição e de opulência, se pudesse existir, levaria então às maiores infelicidades. Não conhecemos o bem supremo, as imperfeições aparentes conspiram muitas vezes contra a conservação do todo. Só vemos uma parte do quadro, falsos dias nos ofuscam, a perfeição não é privilégio de uma só parte, mas resultado do todo.

A população excessiva sempre gerou a guerra, que, voltando-se contra sua causa, a diminui e a destrói.

Multiplicar os homens, diz Mirabeau, sem multiplicar as subsistências é relegá-los ao suplício da fome. Esse fenômeno é raro e só pode acontecer por um vício de administração e de polícia, mas, por outro lado, multiplicar as subsistências sem multiplicar os consumidores é uma utopia destrutiva e que nunca pode durar mais de um ano. Os limites físicos da população de um país não são invencivelmente subjugados às produções de seu território quando o comércio e a navegação, apoiados pelo crédito, pela circulação e pelos bens artificiais, estão em bom estado, testemunha disso é a Holanda. É antes o cultivo que é invencivelmente subjugado ao consumo interno ou à exportação precária nacional. Quando a população excede as riquezas, o vício é inerente à máquina do Estado. Quer dizer que toda máquina política está avariada. É preciso nesse caso levar seus olhares por toda parte e remediar tudo de

uma vez. É preciso, então, levar seus olhares a toda parte e remediar tudo ao mesmo tempo. É preciso, então, como Milorde Bolingbroke<sup>117</sup> disse sobre outro assunto, imitar as grandes operações da natureza e não aquelas da arte, sempre lentas, fracas e imperfeitas. Não devemos proceder como um escultor quando faz uma estátua, na qual ele trabalha às vezes a cabeça, às vezes outra parte, mas devemos nos conduzir como a natureza age quando cria um animal ou qualquer outra de suas produções, *rudimenta partium omnium simul parit et producit*<sup>118</sup>. Ela lança de uma vez o plano de cada ser e os princípios de todas as suas partes. Todos os vegetais e animais crescem em volume e aumentam em forças. Mas eles são os mesmos desde o início. É preciso uma força coercitiva que contenha as Ordens de Estado, como a pedra angular contém o corpo do edifício. Em um grande reino, a agricultura, o comércio, as manufaturas, a circulação, o crédito público, a polícia interna, as finanças, o estado de guerra, as colônias, a navegação, a Marinha, o luxo moderado, tudo deve andar em proporção recíproca para conservar a harmonia do Estado, a boa ordem e a prosperidade de uma nação.

A extensão das fronteiras não é a única a fazer a potência de um Estado, mas é uma grande vantagem que comporta um maior número de súditos que podem encontrar aí sua subsistência. Um grande número sozinho, com

---

117 Henri St John, Visconde de Bolingbroke (1678-1751), político e filósofo britânico. O trecho que segue é citação literal da obra *The idea of a patriot King*, de Bolingbroke, que, por sua vez, parafraseia as ideias de Francis Bacon (1561-1626), político, filósofo e ensaísta inglês. (N. do T.)

118 Citação literal do sétimo livro da obra de Francis Bacon intitulada *De augmentis scientiarum* (1623), cuja tradução livre seria: “[A natureza] produz de uma só vez o sistema completo de cada ser e os rudimentos de todas as suas partes.” (N. do T.)

uma subsistência física, não é ainda tudo. É preciso que a riqueza aí se encontre e essa riqueza, na maior parte, exige várias classes e não poderia ser confinada unicamente aos trabalhos de agricultura. Se a população da França estivesse no seu auge, o escoamento exterior, ou a exportação de grãos, seria quase inútil. Ela deve ser vista como um suplemento ou como um remédio à falta de população pelo assunto do cultivo e como um veículo de comércio para sustentar a agricultura e favorecer a população. Mas não é o crescimento da população que é o verdadeiro segredo da administração. É a harmonia de todas as partes e o equilíbrio de todas as classes.

FIM DA QUARTA PARTE

## ANEXO AO TRATADO DA CIRCULAÇÃO E DO CRÉDITO

### DISSERTAÇÃO

*Para a supressão do Belasting, ou imposto sobre as ações da Companhia das Índias Orientais, substituindo um imposto sobre as especiarias das Ilhas Molucas e daquela do Ceilão.*

Encontramos no *Tratado da circulação e do crédito* um desenvolvimento analítico da natureza dos impostos. Ali demonstramos que aqueles que servem para pagar os juros da dívida nacional voltam novamente para as mãos das pessoas, e que, pela circulação que se faz para o benefício do comércio e da indústria, o rendimento do Estado aumenta por sua vez pelas próprias rendas que paga. Que a dívida nacional, quando o crédito está intacto e a circulação bem estabelecida, aumenta o numerário<sup>119</sup> e a massa

---

119 Chamamos aqui numerário o valor artificial dos efeitos e dos fundos reduzidos idealmente em espécies. Se, por exemplo, um homem tem 1 milhão em bens, seja em ações ou em obrigações sob a responsabilidade do Estado, seja em anuidades na Inglaterra, o numerário desse homem chega realmente a 1 milhão, ainda que talvez ele não tenha nem mil escudos em dinheiro líquido. A multidão de capitalistas e de pessoas que passam por milionários encontra-se nesse caso. Na verdade, cada pessoa pode se prevalecer de seus fundos, ainda que fictícios, reduzindo em dinheiro líquido uma parte desses mesmos fundos do tamanho que desejar, ainda que não seja possível todo mundo fazer isso ao mesmo tempo. (N. do A.)

dos valores, donde resultam grandes vantagens para o público, visto o aumento das riquezas das pessoas, o que, no entanto, não deve estender-se para além dos limites designados no *Tratado*.

Ele segue os mesmos princípios, que todo imposto que destrói e aniquila uma massa desses valores, ou que diminui seu numerário, é contrário às finanças, é atacar as raízes das plantas que temos o interesse em conservar, é tirar as penas das asas dos pássaros que destinamos ao voo, em resumo, é cortar a árvore pelo pé para poder colher seu fruto. Este é, no entanto, o efeito do *Belasting*, ou imposto de 180 florins sobre as ações da Companhia das Índias da Holanda; esse imposto diminui necessariamente o valor de cada ação acima de 200 por 100 (o juro das ações tendo sempre sido considerado a uma taxa de 3%). Ora, 200 por 100, sobre cada ação, fazem um valor de 13 milhões de florins de numerário ser destruído, que os acionistas, *rentiers*, comerciantes e outros indivíduos da República tenham a menos, porque, no que diz respeito aos estrangeiros, sabemos que eles não têm nisso qualquer interesse. Porém, esta força ativa estando enfraquecida, todas as capacidades dessa classe diminuem proporcionalmente. As adversidades e as perdas pelas quais a Companhia passou foram mais perceptíveis e mais funestas para a fortuna dos acionistas em consequência desse encargo devastador, no qual não vemos sentido nesses tempos mais prósperos. O capital e os juros sendo tão assombrosamente diminuídos, isso causou a ruína de um grande número de pessoas, das quais várias se viram na triste necessidade de exilar a si mesmas, o que influenciou muito as classes inferiores. É, então, claro como o dia que o rendimento do Estado sentiu tanto o consumo diminuído ou até mesmo totalmente suprimido, uma vez que essa é a fonte das finanças.

O rendimento deste *Belasting* chega, é verdade, a 400 mil florins, mas ele ataca uma parte integrante do rendimento ou da renda real de uma classe. Enganaram-se vendo as ações como um bem patrimonial, sua natureza é bem diferente. Não podemos também ver o *Belasting* como se ele se confundisse com o preço das coisas, uma vez que ele ataca o nervo, o valor do próprio fundo, e que, conseqüentemente, esgota uma das fontes de outros impostos, desacelerando a circulação. Na verdade, se esses 400 mil florins fossem parar nas mãos dos donos de ações, é indiscutível que uma grande parte dessa soma original inundaria anualmente os cofres do Estado, pelos objetos de consumo, de luxo e despesas de todo tipo. Aumentaria ainda o rendimento do fisco, pelo progresso ativo e revigorante que o numerário (quero dizer o maior valor do preço das ações, incluindo juros) produziria no comércio e nos outros assuntos que fazem parte da esfera da atividade dos acionistas.

Aqui não é lugar para examinar o quanto é duro para os acionistas, depois de tantas perdas, pagar o mesmo imposto, tendo apenas um pequeno dividendo, quando ele era o dobro ou mais. É desejável que se compense essa desproporção, tão nociva para o Estado quanto para as pessoas. E é provável que ela seja compensada assim que chegemos ao ponto de sentir os inconvenientes. Uma tarifa proporcional entre imposto e rendimento seria uma coisa tão justa, tão equitativa, que não se poderia fazer objeções a isso. Mas seria ainda melhor suprimi-la totalmente pelas razões ditas acima e, se fosse absolutamente necessária alguma equivalência para compensar o Estado dessa supressão, seria bem mais conveniente cobrá-la tanto sobre o consumo interno das especiarias quanto sobre a exportação da mesma mercadoria. Não é possível imaginar um imposto menos caro que esse. A despesa que cada pessoa faz em sua casa em

especiarias é tão pequena que 1% a mais ou a menos sobre o preço é absolutamente imperceptível, assim o consumo seria sempre o mesmo. Quanto à exportação, não teríamos qualquer razão para temer que ela diminuísse, visto que as especiarias são uma mercadoria exclusiva. Assim o Estado não sofreria nada com a supressão do *Belasting*, que é um encargo tão duro quanto pouco equitativo.

#### ESCLARECIMENTOS

*Sobre a dissertação para a supressão do Belasting, ou imposto sobre as ações da Companhia das Índias Orientais, substituindo um imposto sobre as especiarias das Ilhas Molucas e aquela do Ceilão.*

Não devemos jamais perder de vista, 1.º – que a fonte dos rendimentos do Estado provém das riquezas das pessoas e das despesas que elas estão em condições de fazer, e que um imposto que diminua essa capacidade e essas riquezas só pode diminuir também o rendimento do Estado; 2.º – que um aumento de renda, por exemplo, de 400 mil florins anuais entre os indivíduos de um Estado qualquer e o aumento de seu numerário em mais de 12 milhões deve, pela circulação desse dinheiro, aumentar consideravelmente os rendimentos do Estado pelo aumento do consumo e da despesa das pessoas; 3.º – que um imposto não deve ter outra consequência, para quem o paga, a não ser o próprio imposto; que ele ataque primeiro a massa dos valores e o numerário dos bens dos particulares, ele é nocivo, destrutivo e ilusório; 4.º – é evidente, e a experiência só veio confirmar, que se afastando desses princípios vários proprietários de ações foram obrigados não somente a diminuir suas despesas com objetos de luxo, como aquelas dos empregados, casas de campo, etc., mas até de mudar totalmente de condição;

ora, um acidente que ataca uma grande parte dos bens das pessoas, ou de uma classe de pessoas, influencia todo o resto da fortuna dessa classe; 5.º – um aumento de 400 mil florins de rendimento anual numa classe de cidadãos, que aumenta ao mesmo tempo o numerário, deve, em um país comerciante, produzir em poucos anos um aumento progressivo de riquezas e influenciar o rendimento do Estado.

Fizeram-se objeções ao fato de que se poderia fazer o mesmo dos rendimentos das obrigações sob a responsabilidade do Estado, das terras e das casas. Isso é só aparente, esses objetos, bens patrimoniais, são de natureza muito diferente. Primeiro as obrigações têm um preço intrínseco: seu valor é de cem, o Estado as reembolsa ao par. Não acontece o mesmo com as ações, cujo juro é contingente e o imposto constante: o imposto destrói o preço. Em segundo lugar, é claro que se os contratos tivessem ficado nos juros iniciais, o suplemento de renda que o Estado teria pago voltaria novamente para os cofres pelas leis da circulação. Além disso, é preciso observar que a necessidade indispensável de reduzir as dívidas nacionais em tempos de paz toma sua fonte nos outros princípios desenvolvidos no *Tratado da circulação e do crédito*. Enfim, é indiscutível que, por um efeito colateral, vemos o imposto sobre as obrigações como uma redução, feita em um tempo em que não conhecíamos ainda as leis do crédito, pelo menos em relação às formalidades, e é a causa disso não ter afetado o crédito, nem o preço das obrigações.

Além disso, o crédito do Estado é tão bem estabelecido que a taxa de juros é de 2,5% em tempos de paz. Ele encontraria dinheiro a esse preço, uma vez que os contratos que levam esse juro são ao par, e até alguma coisa a mais, se bem que o numerário dessa massa de valores conserva toda a atividade que ela poderia ter com juros mais altos.

O Estado deve então aproveitar essas circunstâncias que favorecem as extinções e a diminuição da dívida nacional, operação sempre necessária em tempos de paz pela incerteza de sua duração. A taxa de juros aumenta sempre em tempos de guerra, e esse aumento é na razão combinada da massa da antiga dívida e do juro que ela leva.

A experiência, de acordo com o raciocínio, mostra que esses objetos nesse caso não têm nada em comum com as ações. Em relação a terras e casas, poderíamos demonstrar por análise que elas são de natureza totalmente diferente. Seu preço, seu valor, seu numerário, dependem de certas circunstâncias sobre as quais o imposto moderado tem pouca influência. Mas, como tudo isso seria muito longo para desenvolver, para cortar o nó da dificuldade, será suficiente recorrer à experiência, e mostrar que, quanto mais o numerário dos bens artificiais e fictícios das pessoas aumentou, mais o valor das terras e casas também aumentou de preço, o qual depende da população, da riqueza dos cidadãos e do crescimento do seu numerário.

A fortuna que algumas pessoas em Amsterdã fizeram no fim da última guerra fez aumentar consideravelmente o preço e o aluguel das casas, sem que a população aumentasse. É um fato recente cuja causa se encontra nos meus princípios. Segue-se então manifestamente que, aumentando em mais de 12 milhões as riquezas dos cidadãos, o valor das casas deve necessariamente aumentar de preço, assim como o aluguel: *ceteris paribus* (mantidas inalteradas todas as outras coisas). A influência de tal benefício se faz sentir de todos os lados. O rendimento do Estado deve ainda aumentar, pelo imposto sobre a herança, o numerário das sucessões, tornando-se maior. Em resumo, as riquezas do Estado estão sempre na proporção daquelas das pessoas.

A conclusão de todos esses princípios leva a provar que deveríamos suprimir o *Belasting* sobre as ações, e nem proporíamos qualquer equivalente que pudesse substituí-lo, uma vez que o rendimento que vem dele é ilusório e que, se o Estado o recebe de um lado, ele o perde de outro. Resta demonstrar que o imposto sobre as especiarias é de tal natureza que deveria ser criado, mesmo assim ele não existiria para servir de suplemento a outro que é vantajoso suprimir.

É preciso primeiro observar que o consumo da canela aumentou desde o começo do século e que o seu preço dobrou, apesar da quantidade de espécies ilegítimas que se misturaram com a verdadeira. As outras especiarias têm a cada dia também mais demanda e se vendem a preço mais alto, exceto o cravo, cujo consumo diminuiu. Qual é então a causa desse crescimento de débito a um preço duplo, apesar da mistura de espécies ilegítimas, o que deveria ter produzido um efeito totalmente contrário, e ao qual, entre parênteses, voltamos diariamente? É o aumento do luxo que ganhou a Rússia e a América.

Esse luxo das especiarias é tão mais sedutor que com pouco se vai longe. Seu preço, qualquer que seja, visto a pequena quantidade da qual cada lar precisa, é, por assim dizer, nulo e não pode parar ninguém. Ainda que as especiarias valessem 25% a mais, não perceberíamos. É bom observar, a propósito, que o progresso desse mesmo tipo de luxo, que aumenta muito o consumo da canela, diminui um pouco aquele do cravo. Tornamos-nos a cada dia mais sensuais, mais delicados. O cravo tem um gosto picante, o da canela é mais suave. Entretanto, esse mesmo cravo está mais caro do que antigamente.

Acrescentemos ainda, 1.º – que nenhum outro país a não ser o Ceilão e as Ilhas Molucas produzirão um dia essas especiarias, a experiência mostra que elas se degeneraram em

outras partes; 2.º – é mais do que provável que de dez em dez anos o consumo e a demanda dessas mercadorias aumentarão gradualmente; 3.º – pelas razões alegadas acima, o estrangeiro não pode evitar nossas especiarias e, como seu preço não é um objeto, não há nada que deva impedir o Estado de aumentar seu imposto de exportação. Esse imposto não teria nada de ofensivo, ele cairia sobre o maior número possível de indivíduos, sem incomodar ninguém. O universo inteiro, os dois hemisférios, o antigo e o novo mundo, contribuiriam sensivelmente para aumentar o rendimento do Estado.

Um aumento de impostos de exportação das mercadorias de concorrência seria absurdo, assim como sobre as mercadorias cujo alto preço poderia diminuir o consumo. As especiarias não estão em nenhum dos dois casos, assim eu destaco que poderíamos, sem arriscar nada, começar por um aumento de 4% somente, com probabilidade de que, na sequência, por meio de uma administração sensata, poderíamos ainda aumentar sem qualquer prejuízo até 10%. Mas seria muito arriscado fazê-lo de uma só vez. Esse imposto deve acontecer, mas não seria o caso de suprimir outro que só podemos ver como nocivo tanto ao público quanto às pessoas.

Vejamos agora a outra dificuldade: a Província da Holanda perde sozinha, diz-se, o montante de 300 mil florins pela supressão do *Belasting*, enquanto o imposto sobre as especiarias é partilhado com o resto do território.

A isso respondo, 1.º – que se meus princípios são verdadeiros, a Holanda não perde nada pela supressão do *Belasting* e que, ao contrário, ela só pode ganhar com isso, esse imposto sendo não somente uma ilusão, como também desastroso; 2.º – a Holanda é, de todas as províncias, a mais interessada nas ações, de forma que ela sentiria, mais do

que qualquer outra, as vantagens resultantes da supressão do *Belasting*; 3.º – a Província da Holanda tem a maior vantagem para o recebimento do imposto de exportação: ela tem três departamentos aduaneiros, ou almirantados; a Zelândia<sup>120</sup> tem também alguma vantagem e isso é justo, não devemos discutir; 4.º – os habitantes das outras províncias e principalmente os deputados em Haia gastam muito na Província da Holanda; 5.º – quando as outras províncias retirarem do imposto sobre as especiarias uma vantagem um pouco mais perceptível, não haverá grande mal, não deveríamos de maneira alguma sentir inveja, ainda menos cobiça; a política sã está quase sempre de acordo com os verdadeiros princípios da moral, veja a *Carta sobre a inveja no comércio*.

Fizeram-se ainda objeções contra minhas afirmações em relação à abolição do *Belasting*, o exemplo de 400 mil libras esterlinas que a Companhia Inglesa paga ao governo. Isso acontece a título de *Landtax* ou de rendimento territorial e, aliás, isso só seria aplicável precisamente sobre as especiarias que propomos, e ao que a Companhia das Índias da Holanda paga ao Estado sobre outros interesses, como 1.000 florins por dia, etc. As ações na Inglaterra jamais tiveram encargos de impostos, nem retenção e nem devem tê-lo em lugar algum, segundo os verdadeiros princípios das finanças.

Afinal de contas, esse imposto de 400 mil libras esterlinas não foi geralmente aprovado, e ainda que de natureza muito diferente do nosso *Belasting*, não nos afastamos dessa lei eterna de justiça e igualdade de tornar proporcionais os encargos aos benefícios. Só se pagam essas 400 mil libras esterlinas enquanto, em favor do produto territorial, o

---

120 Província dos Países Baixos. (N. do T.)

dividendo puder continuar de 12,5%. E ele será diminuído proporcionalmente até 6%, a partir de quando se estará totalmente isento, porque é o menor dividendo que a Companhia jamais deu. Que façamos da mesma forma aqui, que os pequenos dividendos de 12,5% e de 15% sejam isentos de impostos e, se a Companhia prosperar, que façamos com que ela partilhe o excedente, se quisermos, com o Estado. É uma capitulação que não é totalmente conforme meus princípios, mas que verei com prazer para o bem público e particular, não tendo aí eu mesmo qualquer interesse.

Termino por concluir de tudo o que acabo de dizer que um imposto de importação mais alto sobre as especiarias, que temos com exclusividade em relação a outros países, seria necessário, justo e útil em si mesmo, abstração feita do *Belasting*, da mesma forma que o *Belasting* deveria ser suprimido, mesmo que não se encontrasse nenhum equivalente pelo qual se pudesse compensar sua supressão.

Não vejo também grandes desvantagens em um pequeno imposto sobre o consumo das especiarias, a exemplo daquele que pagamos na Holanda sobre o consumo do café e do chá, do sal e do sabão. Seria análogo à natureza dos impostos na Holanda, e infinitamente menos desastroso do que o imposto sobre as terras. Se ele rende bem menos, é bem mais real, enquanto o *Belasting* é ilusório, perigoso e nocivo.

Este texto estava a ponto de ser impresso quando um homem de juízo, que não tinha lido o *Tratado da circulação e do crédito*, mas somente a *Memória para a supressão do Belasting*, escreveu-me, entre outras coisas, o que segue em uma carta datada de 5 de agosto de 1771:

“O Senhor supõe que, se o Estado elimina o imposto de 400 mil florins, disso resultaria um maior consumo e que o imposto cobrado sobre esse consumo equivaleria ao

abatimento desse imposto. Mas, na suposição de que os acionistas *gastassem abundantemente mais do que o que fazem hoje* os 400 mil florins acima (o que, entre parênteses, não está no espírito da nação), só poderia resultar para o Estado o imposto que pode produzir um consumo de 400 mil florins a mais, que será de 10, 15 ou 20% no máximo, mas jamais a totalidade.”

Aqui está um trecho de minha resposta, de 13 de agosto de 1771:

“Concordo com o Senhor que a despesa primordial de uma soma, por exemplo, de 400 mil florins, só poderia encher, a princípio, os cofres do Estado pelos impostos sobre o consumo e o luxo de 15 a 20%, mas o Senhor não presta atenção ao fato de que o resto passa no correr de um ano por uma infinidade de mãos que incham continuamente o rendimento do fisco pelas leis da circulação, e que essas classes inferiores não poderiam sobreviver, nem fazer essas despesas tão frequentemente repetidas, sem a primeira fonte. Sim, Senhor, uma massa de 400 mil florins gastas do principal de um rendimento primordial faz um circulação de mais de 1 milhão em um país, e pode encher várias vezes seguidas os cofres do Estado, mais ou menos segundo a velocidade da circulação e a natureza dos objetos de despesa.

Um aumento de numerário de vários milhões deve também, por efeito colateral, tornar um Estado cada vez mais próspero. A negação desses princípios levaria ao absurdo, porque se dêssemos um vislumbre da condição individual da despesa de cada pessoa em uma nação, subiria a cem vezes ou mais além do que há de dinheiro nesta nação. A desproporção que parece haver aí entre os impostos e o rendimento territorial desaparece pelo conhecimento desse princípio.

O Senhor acredita, dizendo *entre parênteses*, que não está no espírito da nação *holandesa* gastar suas rendas. Os tempos mudaram bastante sob esse ponto de vista. Sei de maneira segura que muitas famílias ricas se arruinaram imperceptivelmente desde 1736 pela decadência da Companhia das Índias, muitos empregados demitidos, casas e campos vendidos, diminuição de domésticos, exílios sem conta, etc., tudo isso só pode diminuir consideravelmente o rendimento do Estado. Mas ainda assim, como o Senhor o supõe, essas rendas não seriam primeiro gastas. Melhor para o Estado: isso formaria um capital de reserva que renderia com juros para o bem público. É na parcimônia, na frugalidade e na economia de nossos antigos batavos que o Estado encontrou seus maiores recursos. As riquezas das pessoas não poderiam aumentar sem que cedo ou tarde o Estado sentisse e vice-versa. É porque o luxo destrutivo e devorante que absorve o numerário fictício e destrói as massas de valores artificiais é também nocivo ao Estado quanto uma despesa proporcional aos meios e às capacidades das pessoas lhe é útil.

Poucos filósofos financeiros políticos sentem essa distinção, porque eles não conhecem a natureza de nossas riquezas, nem a importância do crédito criador dos valores artificiais que a magia da circulação realiza. Esses filósofos imaginam que o bem de uma pessoa, que consiste em tantos milhões de escudos, deve se encontrar repartido no público quando essa pessoa se arruína, mas eles se enganam. O que se encontra muitas vezes não é nada mais do que um terço, o resto sendo valor fictício, crédito em circulação, cujos efeitos não são menos reais e úteis ao Estado.

Observe ainda que muitas vezes a ruína de algumas pessoas e, às vezes, até mesmo de uma única, influencia o preço dos fundos públicos, e que essa influência não é

momentânea. Aquele que não conhece essa espécie de ligação do público ao privado, e do privado ao público, não pode raciocinar justamente sobre os princípios das finanças. O crédito do Estado e suas riquezas só se formam pela coleção das riquezas das pessoas, de sua reação por um crédito recíproco, o qual mantém e revigora uma circulação não interrompida. Deus sabe quanto o rendimento de um Estado diminuirá pela redução das rendas na França e pela diminuição do numerário que ali havia. O Senhor não o sentirá menos. O rendimento de seus impostos deve diminuir consideravelmente. O que o Senhor ganha sobre as rendas que paga ao estrangeiro é um bem no momento e o alivia. Mas há um empirismo na política como na medicina. É curar um sintoma, o mal aumentará quando houver necessidade do crédito do estrangeiro, e essa necessidade se faz sentir frequentemente.”



# CARTA

## SOBRE

### A INVEJA NO COMÉRCIO

*Onde se prova que os interesses dos países comerciantes não se sobrepõem, mas que eles têm um interesse comum na sua felicidade recíproca e na conservação da paz.*

*Esses tempos em que o homem perde seu domínio, esses séculos de barbárie, durante os quais tudo perece, são sempre preparados para a guerra e chegam com a penúria e o despovoamento. O homem que precisa estar em grupo, que só é forte quando se reúne, que só é feliz quando em paz tem o furor de armar-se para sua infelicidade e de combater por sua ruína. Excitado pela avidez insaciável, cegado pela ambição ainda mais insaciável, renuncia aos sentimentos de humanidade, volta todas suas forças contra si mesmo, busca destruir-se, destrói-se na verdade. E depois desses dias de sangue e carnificina, quando a fumaça da glória se dissipa, vê com olhos tristes a terra devastada, as artes sepultadas, as nações dispersadas, os povos enfraquecidos, sua própria felicidade arruinada e sua força real destruída.*

BUFFON, Tomo XII da Natureza, primeira visão.<sup>121</sup>

---

121 Georges-Louis Leclerc, Comte de Buffon (1707-1788). *Histoire naturelle, générale et particulière avec la description du cabinet du roi. Tome douzième.* (N. do T.)

O Senhor exige absolutamente, Senhor, que eu comente seriamente e por escrito a proposição que apresentava em sua casa outro dia. Mas permita que eu o lembre da correção que lhe acrescentei. Disse que para prová-la seria necessária uma cabeça mais organizada do que a minha. Minhas luzes não são suficientemente amplas e meus conhecimentos são muito superficiais para demonstrar uma verdade tão complicada, que sinto ainda que não esteja em condições de torná-la evidente. Esta é a proposição:

*Os interesses essenciais dos países comerciantes, rivais e vizinhos, não se sobrepõem, pelo menos não tanto quanto se pensa, se o interesse particular não viesse com frequência atravessá-los.*

É o interesse particular que comumente veste a máscara do bem público. Acredito que é possível conciliar os verdadeiros interesses dos países com sua vantagem comum e recíproca e, a partir desse momento, o sistema do Abade de Saint-Pierre não seria mais visto como o sonho de um homem de bem<sup>122</sup>. A felicidade de um Estado consiste na

---

122 Charles-Iréné Castel ou Abade de Saint-Pierre (1658-1743), filósofo francês. Depois de ter participado do Congresso de Utrecht em 1712, concebeu duas obras

riqueza, na quantidade de súditos e na força do príncipe. Essa força está no auge quando se tira todo o partido do que o terreno comporta, para que cada classe ou escala de habitantes aproveite de sua condição, e que todas essas classes se encontrem em proporção política. Se a natureza do terreno ou do clima recusa alguma coisa à riqueza ou à opinião, resta ao comércio e à indústria buscar o suplemento no estrangeiro, local em que se deve também tentar colocar o excedente, tanto do produto que a natureza do solo fornece para a manutenção dos habitantes quanto daquele de sua indústria. É, acredito, a ideia mais clara da origem, da utilidade e da necessidade do comércio.

Primeiro, era a necessidade de receber de nossos vizinhos o que faltasse em nossa casa para atender nossas necessidades, em seguida às nossas preferências e por fim ao nosso luxo. Se de nosso lado temos um excedente que lhes faz falta, tudo o que se faz é uma troca. Mas como essa medida não poderia ser sempre igual, o *surplus* constitui a balança do comércio, pelo dinheiro que a parte mais desfavorecida fornece, no fim da conta, àquela que naquele momento se encontra mais rica. Se a necessidade for recíproca e se as partes ganhadoras só tiverem lucro diante de alguém que lhe fornece o excedente em dinheiro que produz essa vantagem, elas não poderiam destruir esse alguém sem esgotar a fonte da sua própria felicidade. O que diríamos de um homem que cortasse a teta de uma vaca para dali tirar mais leite? Todas as profissões em uma região trabalham umas pelas outras e se mantêm reciprocamente, não só pelo atendimento de suas necessidades, mas por suas próprias existências. Uma profissão arruinada alteraria a harmonia da

---

em que defendia a ideia de uma Europa unificada. Suas ideias foram retomadas e comentadas 40 anos depois por Jean-Jacques Rousseau, o que lhes deu visibilidade. (N. do T.)

sociedade, ou o bem-estar de quase todas. Ninguém compra a mercadoria ou o fruto do trabalho de seu vizinho a não ser sob a condição tácita de saber que o vendedor fará o mesmo com as mercadorias do comprador, diretamente ou pela participação de várias mãos que intervêm na circulação. O dinheiro é a garantia dessa cláusula. Se o interesse ou a utilidade não forem recíprocos em algum sentido, a vantagem é ilusória, é como um meteoro que desaparece e apavora no momento que brilha. Ora, o que acontece entre profissões em um mesmo país aconteceria entre os países vizinhos comerciantes.

O comércio é um jogo e não é com mendigos que podemos ganhar. Se ganhássemos por longo tempo em tudo e com todos, seria preciso devolver de bom grado grandes partes do lucro para recomeçar o jogo. Esse comércio devorante destruiria a si mesmo. Nossos vizinhos, na miséria, não teriam mais como pagar nem nossas mercadorias nem nosso trabalho. Esse princípio mostra que o comércio universal e as vantagens totalmente exclusivas ou excessivas são tão absurdos quanto injustos. Se a harmonia política consiste em uma partilha proporcional, ainda que desigual, de várias vantagens, a maior de cada parte seria possuir aquilo que lhe convém sem prejudicar os outros, e estou convencido de que certas vantagens ilusórias que ambicionamos seriam prejudiciais se fossem arrancadas de entre as mãos de um vizinho de quem temos inveja sem razão, uma vez que muitas vezes o lucro que nos vem indiretamente é bem honesto e talvez maior e menos incômodo do que se o possuíssemos plenamente.

É claro como o dia que a conservação e a felicidade de todos faz a felicidade e a conservação de cada parte. Aí está um princípio incontestável. Outro que não é menos verdadeiro é que tal vantagem de comércio, que é quase

inútil para um país, é necessária e essencial para outro, para sua conservação. A posse das Ilhas Molucas seria tão inútil a Portugal, desde que esse país tem as minas do Brasil, quanto essas ilhas seriam necessárias à República da Holanda. Portugal desfruta já de muito metal. Se o cultivo e as outras vantagens desse reino estivessem em atividade, haveria abundância de metal. O ouro pode ser visto ali como uma mercadoria cuja exportação é útil, enquanto a Holanda, privada de bens territoriais e da concorrência nas manufaturas por causa do encarecimento da mão de obra, estaria logo destruída sem um artigo importante para restabelecer o equilíbrio do dinheiro e por ter uma balança vantajosa, com a qual todos os outros Estados lucram, como veremos na sequência.

Desses dois princípios resulta um terceiro, que ousaria arriscar: o de que muitas vezes é do interesse de todos os países comerciantes que certa vantagem seja o quinhão de um preferencialmente a qualquer outro. E ainda, em vez disso excitar a inveja dos outros países, eles têm, ao contrário, interesse em conservá-la. Um quarto princípio, que me parece ainda evidente mesmo que pouco conhecido, é que possuímos raramente um objeto de comércio na sua totalidade. Somos obrigados a recorrer aos vizinhos e partilhar o bolo, por assim dizer, e aquele que parece ter sua posse, muitas vezes lucra menos. Outro princípio, do qual estou convencido, é que a Europa, sendo uma família ou um corpo composto de vários membros, nenhum pode ser destruído sem que os outros sofram, e a Holanda é, de todos os países, aquele em que a aplicação desse princípio é mais manifesta. É o que espero provar claramente na sequência.

Aviso antes que imagino a Europa tal como ela se encontra constituída e o gênero humano nos costumes atuais,

sem fazer disso crítica. De outra forma, seria necessário examinar filosoficamente se o comércio, que é a ideia fixa do século, é tão essencial à felicidade da humanidade, em qual ponto o luxo é útil, em qual grau ele se torna nocivo, quanto já abusamos disso. Trata-se somente de compreender o espírito do século em que vivemos e de tentar combinar, na mais justa proporção possível, todos os ramos da necessidade recíproca das diferentes nações, para obter a importação das produções estrangeiras e a exportação das nacionais. É indiscutível que, se conseguíssemos obter o que parecemos buscar por toda parte, isto é, uma subsistência integralmente nacional, a partir desse momento esse Estado poderia existir isolado, não fazendo mais parte do todo, o comércio lhe seria inútil. Mas tal Estado é incompatível com nossos costumes, ainda que não contradiga a natureza da qual nos afastamos demais. Porque, na condição primordial, a caça, a pesca e a agricultura davam conta da subsistência de todos. As necessidades artificiais multiplicadas fizeram nascer o comércio e as manufaturas, filhos do trabalho e do desejo. Mas tentamos de tudo, há tal encadeamento nos interesses do comércio que não o poderíamos fazer sozinho, é preciso necessariamente recorrer aos vizinhos, que muitas vezes partilham seus benefícios.

Voltemos a um exemplo particular. A Inglaterra acabou de fazer a aquisição do Canadá. Acredita-se que essa parte do mundo está inteiramente perdida para o comércio da França, eu penso que isso é um engano. Há uma grande quantidade de coisas sem as quais me parece que o comércio dessa colônia definharia e que os ingleses são obrigados a receber da França. Os vinhos, as aguardentes, as quais os selvagens, infelizmente para eles, consomem em tão grande quantidade, devem ser fornecidos pela França. Observarei

entre parênteses que, por maior que seja a opulência da Inglaterra e de qualquer outro país comerciante, essa parte resultante do comércio e do crédito é sempre mais precária que aquela que vem da natureza do solo, ela é mais casual e depende de uma sequência de incidentes felizes, que incidentes contrários podem perturbar.

A base pode tornar-se desproporcional ao resto do edifício: a semente no interior, se ousar me exprimir assim, talvez não pudesse com o tempo fornecer o suficiente à necessidade da casca no exterior. Será preciso muitas vezes recorrer aos vizinhos e partilhar com eles. Os ingleses não poderiam jamais fazer com que seu solo produzisse vinho e, para obter esse objeto de desejo e abastecer suas colônias, eles enriquecerão sempre a França.

Os ingleses provavelmente jamais compreenderão o gosto dessa nação para inventar modas e jamais destruirão aquele dos outros para adotá-las. As manufaturas francesas serão sempre preferidas por capricho, por fantasia, por moda e porque elas são sempre mais baratas, considerando que a mão de obra na França não é tão cara quanto na Inglaterra e o seria ainda menos se por uma longa paz chegássemos a restabelecer as finanças e a população, além de diminuir os impostos. O tributo imenso das frivolidades que o resto da Europa paga à França crescerá à medida que as manufaturas tiverem melhor preço. Basta mostrar que a França recebe já um lucro real das colônias inglesas em geral e daquelas que ela parece ter perdido inteiramente para seu comércio. Os ingleses, sem dúvida, receberão da França a partir de agora mais vinho, mais aguardente, mais sal, mais vinagre, mais óleo de Provença, mais tecidos, fio, tecidos de seda, fitas, até mesmo açúcar e mais anil do que recebiam, uma vez que o Canadá não pode ficar sem todas essas mercadorias. Acrescente a isso a economia que a França faz em

homens (bem mais preciosos do que as mercadorias) que a manutenção dessa colônia lhe custava e descobriremos que a França não perdeu tudo, ainda que a Inglaterra possa ter ganhado muito.

Granada<sup>123</sup> e as Ilhas Granadinas, que com o tempo serão bastante rentáveis para a Inglaterra, mas cuja conquista custou tantos tesouros na guerra, foi comprada uma segunda vez pelos ingleses à custa da paz, uma vez que eles pagaram grandes somas à França para adquirir as plantações e os territórios dos franceses que, saindo da ilha, venderam o solo aos ingleses pelo dobro do que as plantações valiam antes da última guerra. Essa circunstância bem deveria ter curado as nações da fúria das conquistas. A França ganhou um numerário real e sólido, que voltou para o reino, e o lucro dos ingleses era ainda em ervas<sup>124</sup>. É preciso observar que, quando digo que essa possessão custou grandes somas aos ingleses, é porque estimo que as possessões que lhes foram cedidas pela paz devem ser consideradas como o único equivalente de toda a despesa da guerra e da perda de tantos homens. Assim, é preciso colocar de um lado o Canadá, a Flórida, as Ilhas Granadinas, o Senegal, e de outro, toda a despesa da guerra e a perda de homens para depois calcular. Não sei se o governo da Inglaterra obterá por muito tempo um crescimento de rendimento proporcional à carga de juros que deve sobre novos empréstimos, e se a nação em geral terá um equivalente que ultrapasse muito a sobrecarga de impostos e de juros que se pagam ao

---

123 Granada foi descoberta por Cristóvão Colombo em 1498 e pertenceu à Espanha, sem ter sido colonizada por esta até 1650, quando foi invadida e colonizada pelos franceses. Em 1762 passou ao domínio britânico. A ilha ainda voltou ao domínio francês em 1789 para depois ser recuperada definitivamente pela Inglaterra em 1783, na assinatura do Tratado de Versalhes. (N. do T.)

124 Essas ilhas rendem agora muito para a Inglaterra (N. do A.)

estrangeiro interessado nos fundos públicos. De maneira abstrata, o reino perderia se uma parte dos impostos, ou melhor, o todo, não voltasse novamente para as mãos da nação, e se seu numerário não fosse aumentado pelo crescimento da própria dívida nacional, como demonstrei em outra parte. Sem essa compensação e a segurança de seus antigos territórios, a vantagem da Inglaterra nessa paz terá sido muito pequena.

Mas sem resolver inteiramente esse problema, continuemos a examinar o interesse atual dos países. A França lucra *indubitavelmente* no comércio com o Canadá e com as outras colônias inglesas por essa conexão de interesses inseparáveis em um sistema de comércio. Quanto mais as colônias prosperarem, mais a França fornecerá suas mercadorias que se tornaram necessárias. De outro lado, quanto mais a França for feliz, mais suas colheitas serão abundantes, mais ainda ela fornecerá suas mercadorias a melhor preço e a felicidade da França se espalhará ainda sobre a Inglaterra. O interesse essencial dos países comerciantes, rivais e vizinhos, longe de se sobreporem, apoiam-se reciprocamente. A França ainda mais opulenta receberá da Grã-Bretanha mais carvão mineral, couro, cereais, chumbo, estanho, alumínio, sebo, queijo, arroz, tabaco, charque, sabão, etc. Aí está então uma reverberação recíproca de interesses mútuos que coloca em dia meu sistema, o mais útil para a humanidade, se pode ser demonstrado, e o mais feliz, se é seguido. O bem de um gerando aquele do outro, tem-se um interesse mútuo e comum a ajudar-se reciprocamente. Todo monopólio exercido sobre nossos vizinhos sobrecarrega e deteriora os produtos que nos devem ser oferecidos em troca dos nossos. A cobiça cega destrói sua obra, diz um sábio. Passemos a outro ponto.

A pesca, por exemplo, é fisicamente e até moralmente útil e necessária para a França. O francês é ictiófago, não somente pelo prazer, mas ainda pelo princípio da religião, e é essencial fornecer peixe a um povo obrigado com frequência a jejuar. Essa arte alimentícia é ao mesmo tempo uma escola de marujos, é sua ocupação em tempos de paz. Mas exercer a pesca para formar marinheiros para a guerra é um motivo homicida, que tende à destruição da espécie, enquanto que exercê-la para alimentar seus habitantes é um motivo de conservação. Presumo, então, que para a ordem harmônica dos interesses recíprocos que busco, a França deve conservar uma ampla pesca de bacalhau. Ela não poderia ficar sem, não mais do que a Holanda e a pesca do arengue, que é quase tão essencial àquela República quanto o comércio das especiarias. Sua conservação depende disso e, de sua conservação, aquela de quase todo o comércio da Europa.

A Holanda é um país muito rico, no qual quase todas as riquezas artificiais, falsas e de convenção só existem pelo comércio, pela pesca, pelo crédito e pela circulação. O dinheiro líquido que ali existe espalha uma infinidade de riquezas imaginárias em navios, em mercadorias, em papéis e em fundos públicos, e os países comerciantes da Europa estão tão ligados com os holandeses que estes são, por assim dizer, seus vendedores, sócios e, ousado dizer, banqueiros. O numerário artificial da Holanda faz valer o numerário artificial da França e da Inglaterra e se, por alguma infelicidade, a cidade de Amsterdã viesse a degradingolar, o que acontecerá assim que seu comércio, sua pesca e seu crédito caírem, a partir de então todo o numerário da Inglaterra e da França cairia prodigiosamente. Vimos em 1763 que a queda de uma ou duas casas comerciantes levou a perdas

por toda parte. O comércio da Europa parecia, por assim dizer, sacudido. Os fundos na Inglaterra baixaram 10%. A convulsão que esse pequeno acidente causou nas praças de comércio mostrou o que aconteceria se a decadência fosse mais ampla. A República da Holanda não é como os outros Estados. É relativamente indiferente para a Europa, por exemplo, que a Silésia pertença à Áustria ou ao grande Príncipe que soube conservá-la depois de tê-la conquistado tão gloriosamente<sup>125</sup>, mas a perda de tantos homens que a Europa enfrentou nessa guerra pela disputa dessa província não lhe é indiferente. O comércio sentiu: menos habitantes, menos consumo. Se a República da Holanda viesse a ser conquistada, não seria mais o mesmo Estado, o solo é quase nulo, as riquezas da Holanda desapareceriam, Amsterdã, Roterdã e Middlebourgh não seriam mais pontos de comunicação, o depósito da Europa, as lojas universais, seu papel, que valoriza aquele de todos os outros Estados, seria destruído e causaria um congestionamento na circulação. Vários milhares do numerário derreteriam de uma só vez, a metade dos comerciantes da Europa se encontraria arruinada, os países sentiriam o golpe e meio século não seria suficiente para consertar essa desordem. Aconteceria uma grande revolução. Ouso garantir como princípio incontestável que quase todos os países da Europa estão intimamente interessados na conservação da República. A Holanda é seguramente a obra-prima da indústria e do trabalho. Sua condição, entretanto, é muito precária: ela só deve sua conservação ao bom senso interior de seu governo

---

125 A Silésia é uma região histórica dividida entre Polônia, República Checa e Alemanha. Em 1740 foi tomada por Frederico II da Prússia (o Grande) e conquistada integralmente por este em 1748. A Guerra dos Sete Anos, que envolveu diversos países, entre eles a Áustria e a Prússia, que disputavam a Silésia, terminou com essa região definitivamente conquistada por Frederico II. (N. do T.)

e à moderação de seus vizinhos. Digo moderação porque, infelizmente, suponho que ainda não se compreendeu suficientemente meu princípio de que a opulência da Holanda repercute nos seus vizinhos e que o dano que eles sofreriam por sua destruição e sua decadência seria imenso. As causas que fizeram a grandeza da República não existem mais. A concorrência do comércio que se espalhou, Hamburgo que se tornou depósito do norte e outras circunstâncias não só interromperam os maiores progressos da República, mas já causaram sua decadência. A economia que foi germe de sua potência degenerou em um luxo incompatível com sua constituição. As únicas vantagens que lhe restam para sua conservação e para sustentar a concorrência são o comércio exclusivo das especiarias e a pesca do arengue. São os dois pivôs sobre os quais ainda anda o resto da máquina. A cabotagem, tão necessária aos republicanos, perde-se cada vez mais. A Holanda, por seu comércio, estava em condições de comprar em um país para vender em outro, muitas vezes a melhor preço do que se esses países fizessem vir diretamente os produtos. Um grande reino pode ficar sem esse comércio. *Nolo eumdem populum imperatorem et portitorem esse terranum*. “Não gosto”, diz Cícero, “que um povo seja ao mesmo tempo dominador e vendedor do universo.”<sup>126</sup>

Quanto mais a Holanda e seu comércio forem prósperos, mais ela comprará da França vinhos de todo tipo, aguardentes, vinagre, sal, óleos da Provença, açúcar, anil, café, todo tipo de cortinas, artigos de armarinho, ferragens, espelhos, relojoaria, tecidos de seda e de algodão, linhos, rendas, tapeçarias. Toda a Europa estando interessada na conservação atual da República deve, então, concorrer para

---

126 Marco Túlio Cícero (106 a.C.-43 a.C), filósofo, orador, escritor e político romano. Citação de *Da República*, Livro IV. (N. do T.)

mantê-la senhora desses dois objetos. De todos os Estados da Europa, a Holanda é aquele cujo valor e produto excedem mais o produto e o valor territorial, do qual se tira mais partido do que a natureza parece comportar. É uma espécie de criação política. A França e a Inglaterra estão ainda muito distantes de ter cultivado todo seu solo e de ter toda a população que esses dois reinos são capazes de ter e, até que chegemos a esse ponto, o comércio e as colônias distantes são menos necessárias. Verdade pouco conhecida, ou pouco praticada, mas, no entanto, muito perceptível.

Volto à Holanda, que considero como leme do navio do comércio da Europa. Ela providencia ainda as velas. É, por assim dizer, pelo vento do crédito artificial que ela facilita o movimento leve de uma máquina muito pesada. Tudo ficaria paralisado pela sua destruição e ela precisa do apoio e da ajuda dos seus vizinhos. É um velho carvalho cujas folhas parecem ainda verdes, mas cuja raiz, começando a apodrecer, é de se temer que sua queda esmague seus vizinhos. É mais um sócio útil do que um rival perigoso. Um país pouco extenso, que quase não tem terras cultiváveis, nada de florestas, nem vinhedos, nem minas, um solo ingrato, estéril e caro, não deveria ser motivo de inveja. Invejar seu comércio e sua pesca é de uma injustiça gritante. O apólogo do profeta Natã a Davi<sup>127</sup> lhe poderia ser aplicado. Essa injustiça pareceria ainda maior porque ela seria contra o próprio interesse daqueles que a executariam, visto o consumo que se faz na Holanda de suas mercadorias e de seus produtos. O numerário artificial da Holanda sustenta aquele da França e da Inglaterra e vice-versa. Pela harmonia recíproca desses três países, eles participam todos

---

127 Davi desejava construir um templo para Deus. Natã foi um profeta que, depois de um sonho, informou a Davi que o templo seria construído, mas não por Davi e, sim, por seu filho. O filho de Davi que o sucedeu no trono foi Salomão. (N. do T.)

do comércio da Espanha, sua mãe adotiva, que se ressentia talvez por amamentar esses três filhos. A França tira grande vantagem das riquezas da Holanda, ali há grande consumo de seus vinhos, é um grande escoadouro para sua produção de todo tipo e, sem dúvida, a França lucra muito mais com a opulência da Holanda do que teria lucrado se Luís XIV tivesse conseguido destruir a República<sup>128</sup>. A Inglaterra lucra com isso também, ela vende para os holandeses mais do que compra deles. A República lhe fornece fundos em tempos de guerra. A Holanda foi um ponto de comunicação na última guerra e esse ponto de comunicação não foi menos útil à França do que à Inglaterra. É verdade que a Holanda também lucrou, mas é preciso ficar com ciúmes? É um tributo do acaso que lhe era necessário. Sem esses lucros casuais e as especiarias, há muito tempo que o comércio da República teria sido destruído. Se a fortuna dos holandeses vem a cair, isso repercutiria sobre o comércio da França e da Inglaterra e lhes traria um prejuízo considerável. Até o momento, aqueles que concorreram com os holandeses para o comércio muitas vezes tiveram sucesso prejudicando-os, porque os holandeses praticamente não tinham concorrentes e, pela combinação de vários acasos, eles desfrutaram durante um tempo de um comércio quase universal e exclusivo. Mas esses tempos acabaram, se disputarmos o pouco que lhes resta, isso só seria prejudicial para a Europa em geral e particularmente para aqueles que causassem essa disputa.

Por tudo o que se acabou de dizer, parece então bem claro que é do interesse de todos os países que a Holanda conserve sua condição atual, e isso não é possível se nos

---

128 Faz referência à Guerra dos Nove Anos, ou Guerra da Liga de Augsburgo ou ainda Guerra da Grande Aliança, que aconteceu de 1688 a 1697. (N. do T.)

opusermos a ela sobre os objetos que são essenciais à sua conservação. O comércio da República é mais precário do que aquele de qualquer outro país. Tivemos um quadro perfeito nas repreensões bem pensadas que os negociantes hábeis fizeram sobre isso ao Estatuder de gloriosa memória, pouco tempo antes da sua morte. Voltamos às causas primordiais que, em outros tempos, tão prodigiosamente favoreceram esse comércio tão essencial para a constituição do Estado e, ao mesmo tempo, mostramos e distinguimos as causas inevitáveis da diminuição desse comércio, com aquelas as quais podíamos ainda remediar. Aqui está, tanto quanto posso me lembrar, sobre o que se apoiava essa importante memória.

Expúnhamos a mudança total do sistema do comércio na Europa examinando as causas que concorreram em outros tempos para estabelecê-lo com tanta vantagem na República. Entre as causas primordiais, distinguíamos: 1.º – causas naturais e físicas; 2.º – causas morais; 3.º – causas acidentais que tinham concorrido com as precedentes. As causas naturais e físicas são, por exemplo, a situação vantajosa do país. A República, colocada entre os mares do Norte e do Sul, é como o centro da Europa e conseqüentemente encontra-se na conveniência de todos os comerciantes para ser um depósito universal. Vinha-se de todos os lados fazer a troca de mercadorias, fornecendo, com vantagem recíproca, o necessário a uns por conta do excedente de outros.

A esterilidade do país não contribuiu menos, obrigando os habitantes a exercer sua habilidade para obter o necessário para viver. Então eles se tornaram, por isso mesmo, mais hábeis, mais trabalhadores, e foram buscar em outros países o que não encontravam no seu.

A situação da República a colocou ainda na facilidade de aproveitar a pesca nos mares vizinhos, cuja abundância de peixe não somente a deixou em condições de abastecer sua própria subsistência, mas também de fornecer aos estrangeiros e encontrar no produto dessa pesca um equivalente para compensar a penúria de víveres que resulta da esterilidade do terreno e da pouca extensão de seus campos.

Entre as causas morais, podemos ver a liberdade de consciência como um dos meios que mais contribuiu para povoar essas províncias atraindo para lá um grande número de estrangeiros. A proteção que esses estrangeiros encontraram contra as violências dos países perseguidores foi ainda uma fonte de opulência. Aproveitaram-se as perseguições feitas em outras partes e aqueles que encontraram asilo no país trouxeram não somente bens e dinheiro, mas suas habilidades, introduzindo ali várias fábricas, manufaturas, atividades mercantis, artes e ciências e, isso, apesar da dificuldade que encontraram, estando desprovidos de todos os elementos ou matérias-primas de manufaturas que o país não produz e que é necessário fazer vir de fora ao custo de grandes taxas.

A constituição do governo e a liberdade que disso resulta para a vida civil não contribuíram pouco para tornar o comércio próspero.

A administração da justiça no país sempre foi sem mancha, sem privilegiar ninguém. Seria desejável que se pudesse igualmente elogiar a pronta expedição de procedimentos legais, considerando que esse ponto influencia muito o comércio.

Poderíamos ainda acrescentar às causas morais e políticas que fizeram, em outro tempo, florescer o comércio dos holandeses a política sensata e a circunspeção para evitar a guerra e fortalecer a paz, sem imaginar encontrar vantagens utópicas em guerras desastrosas.

Aí estão as máximas políticas que fizeram a glória da República e inspiraram nos estrangeiros a confiança que eles sempre tiveram no governo e, conseqüentemente, o que atraiu um tão grande número de cidadãos úteis que aumentaram seu comércio e suas riquezas.

Entre as causas acidentais e externas que contribuíram para tornar seu comércio tão próspero podemos observar o que segue.

No tempo em que a República colocava em prática as máximas sensatas que tinha adotado para proteger seu comércio, aquele de seus vizinhos era quase inteiramente negligenciado. Tudo o que se tem a fazer é ler a história daqueles tempos, para ver quanto as perseguições em matéria de religião na Espanha, em Flandres e em outros reinos contribuíram para o avanço do comércio da República.

As guerras civis da França, da Alemanha e, na seqüência, aquelas da Inglaterra não contribuíram pouco para o estabelecimento de suas manufaturas.

No auge da guerra que a Holanda sustentou contra Espanha e Portugal, época, aliás, desastrosa para o comércio, esses dois países tinham negligenciado sua Marinha, enquanto aquela da República se tornava formidável e se encontrava em condições de proteger seu comércio e de arruinar aquele de seus inimigos.

Tais são as causas principais que estabeleceram e favoreceram o comércio da República. Antes de falar da condição atual desse comércio, é adequado examinar quais são aquelas entre essas causas que subsistem ainda, e quais são aquelas que desapareceram. É a via mais segura para descobrir os meios de avançar o comércio nos seus diferentes ramos.

Quanto às causas naturais e físicas, é indiscutível que tudo está mais ou menos no mesmo estado, a não ser algumas alterações acontecidas na foz dos rios cujos

leitos, tendo ficado mais elevados pelos montes de areia, tornaram a saída dos barcos mais difícil. E pelos mares os holandeses eram os únicos detentores da pesca, agora eles a partilham com seus vizinhos. É daí que vem a diminuição de sua pesca do arengue, de bacalhau e de baleia.

Mas quanto às causas accidentais e às mudanças acontecidas com os países que circundam a República, não poderíamos deixar de concordar que não aconteceram revoluções fatais para seu comércio, que tinha aumentado pelas perseguições que se faziam em outros países e pelo desprezo que seus vizinhos tinham pelo comércio. A negligência com a qual eles o faziam e a ignorância na qual eles estavam em vista disso, tudo isso mudou sensivelmente.

Os países da Europa adotaram todas as máximas da República: com as vantagens do solo e das produções territoriais, eles disputam ainda com inveja quem melhor protegerá o comércio, as manufaturas, as fábricas e a pesca. O que só pôde ter uma influência fatal sobre o comércio de um Estado tão pequeno que sente muito o progresso de seus vizinhos.

Nossos negociantes holandeses reclamam que antigamente eles proviam os povos do Norte e do Oriente com produtos, frutos e mercadorias da França, da Espanha, de Portugal e da Itália, e também os últimos com as produções dos primeiros. Em vez disso, no presente eles são evitados para gerenciar as taxas de envio e outras despesas.

Há bem pouco tempo ainda a cidade de Amsterdã era um armazém geral de anil e de outras substâncias destinadas à tintura. Não encontramos mais quase nenhum vestígio disso no presente.

A Alemanha começa há alguns anos a fazer vir diretamente da França, da Espanha, de Portugal e da Itália as mercadorias de que precisa e faz passá-las por Altona e por Hamburgo.

Os negociantes observaram que, pelos últimos registros da exportação de açúcar, café e anil de Bordeaux de 1.º de junho de 1750 até 31 de maio de 1751, e pela comparação dessas mesmas mercadorias de Nantes a Amsterdã e Hamburgo desde 1.º de outubro de 1750 até 1.º de agosto de 1751, parece indiscutível que só houve um quarto dessas mercadorias que foi embarcado por este país e que três quartos foram embarcados por Hamburgo. Proporção que pouco tempo antes era invertida.

Onde vamos embarcar agora, dizem eles, o cânhamo, os fios e outras mercadorias do Mar Báltico para enviá-las à Espanha, a Portugal e à França, como se via antigamente? Tudo que se tem a fazer é consultar as listas e os registros de Öresund<sup>129</sup> para ver que todas as nações nos evitam transportando essas mercadorias. Não se veem mais casas holandesas na Espanha, é surpreendente quão pouco interesse a República tem nos galeões e quanto seu comércio diminuiu no Oriente. O grande número de estamparias em algodão, refinarias e outras fábricas que se estabeleceram há pouco tempo em Hamburgo e em Bremen e, mais recentemente, em Flandres e em Brabante são prova da decadência do comércio da República. Antigamente ela fazia sozinha o comércio de toda a Europa. Os estrangeiros pagavam, sem examinar, todos seus impostos, sua ignorância em matéria de comércio não lhes permitia pensar em economizar essas taxas por meio da navegação direta. Mas desde o século passado o sistema da Europa mudou totalmente. As nações

---

129 Öresund é um estreito entre a Dinamarca e a Suécia que liga o Mar Báltico ao Mar do Norte. Em 1429, o Rei Érico da Pomerânia criou um imposto, chamado Imposto de Öresund, que permaneceu em vigor até 1857. Durante os séculos XVI e XVII, esse imposto representava até dois terços da renda do reino da Dinamarca. A documentação dessa barreira alfandegária, com todos os registros do trânsito de navios que pagaram o imposto, constitui extensa fonte de dados sobre o comércio marítimo de vários países, especialmente o holandês. (N. do T.)

estrangeiras observaram que a República só tinha chegado a esse ponto de poder pelo comércio. Essa consideração, acrescida àquela que fizeram em relação às taxas que pagavam para a Holanda, fez-lhes nascer a ideia não só de se dedicar ao comércio, mas de evitar inteiramente os holandeses transportando o excedente de suas mercadorias ou produções diretamente aos locais em que o consumo era maior e, por outro lado, indo buscar na fonte aquilo que lhes era necessário.

Aí estão em geral as causas principais da grandeza e da decadência do comércio da Holanda. As taxas excessivas, os impostos aduaneiros e outros impostos cujas necessidades públicas e urgentes sobrecarregaram o comércio são as causas acessórias que aumentaram e aumentam todos os dias o empobrecimento. É aí que os negociantes alegaram que se devia buscar o remédio, pelo menos que era necessário evitar, pela diminuição dos impostos, o progresso da decadência. O detalhamento aprofundado desses temas nos levaria muito longe e não dizem respeito ao resto da Europa.

Repetirei somente que mostramos que o aumento do imposto de importação aduaneira é ilusório, aqui está a prova. Depois do rigoroso inverno de 1740, todos os bens da terra do país estando arruinados, a mortandade dos animais que se seguiu aumentou consideravelmente o rendimento da aduana, por uma maior introdução das mercadorias de fora e um maior número de animais estrangeiros para suprir o consumo interno. Nós nos enganaríamos muito se atribuíssemos esse tipo de crescimento a um aumento do comércio. Os ingleses dão um *drawback*, isto é, a restituição do imposto de importação às mercadorias de trânsito para favorecer a exportação e o débito nos países estrangeiros, o que é o sintoma de um comércio próspero. A Holanda tem essa diferença em relação aos outros países comerciantes, que infelizmente não tendo

quase nada de produção própria, seu comércio, pelo menos no que diz respeito à navegação, consiste unicamente na troca de mercadorias estrangeiras que introduzimos somente para enviá-las para fora e é essa operação que se deve favorecer e encorajar na República por todos os meios imagináveis. Se um luxo excessivo não tivesse alterado os costumes dos holandeses, esse país seria o único propício a ser esse centro mercantil geral. A economia dos habitantes e os juros baixos do dinheiro são dois meios que colocam os holandeses em condições de fazer seu lucro e aquele de seus vizinhos, sendo seus mascates para certos artigos do comércio, principalmente a pesca do arengue, que só eles sabem fazer com a economia e o esmero necessários.

À situação da República e aos rios e canais que cortam o país, acrescenta-se a economia de seus habitantes, que ultrapassa aquela das pessoas do mar de qualquer outra nação. Eles equipam um navio com 18 homens, enquanto outras nações precisam de 26 a 28. Com isso, a gestão da tripulação, a construção de navios, o longo uso que eles sabem fazer por um esmero detalhista, todas essas coisas reunidas mostram que os holandeses poderiam fazer o transporte e a cabotagem de certos artigos a um preço melhor que qualquer outra nação. Não há razão para invejar essa vantagem, a abundância do dinheiro, o ganho módico que é suficiente aos holandeses, são vantagens com as quais seus vizinhos também lucram por repercussão. É, então, injustamente que os importunam sempre sobre isso, que retirem deles todos os dias as poucas vantagens das quais não lhe restam senão uma pequena parte. Mas sem entrar em maiores detalhes, fico lisonjeado em ver que esse quadro mostra que o comércio da Holanda, longe de ser, no momento, um objeto de inveja para os vizinhos, deve, ao contrário, ser visto como algo necessário à sua própria conservação e prosperidade e que uma decadência maior

no comércio da República poderia levar à sua ruína, a qual causaria por repercussão um dano irreparável para o resto da Europa, cujo comércio lucra muito por esse consumo e essa circulação que a Holanda mantém mais que qualquer outra nação.

É conveniente ainda, se não me engano, que seja a Espanha que esteja na posse, ou pelo menos que seja a guardiã dos tesouros da América. A França é dona de tudo o que pode tornar seu reino feliz e opulento, ela tem forças suficientes para se impor a todos aqueles que gostariam de perturbá-la. A Inglaterra tem todas as posses e todas as vantagens imagináveis para fazer florescer seu comércio, que está no seu apogeu, e um maior crescimento seria mais uma distensão do que uma ampliação. Há uma medida que não poderíamos exceder, e quando a ultrapassamos, afastamo-nos do objetivo. A partir do momento em que o consumo de uma mercadoria chegou a seu período de alta, não poderíamos aumentá-lo sem fazer enfraquecer ou declinar o comércio. Como a natureza, diz um autor moderno, deu limites à estatura dos homens, passados os quais os que existem são gigantes ou anões, da mesma forma, em relação à melhor constituição de um Estado, há limites à extensão que ele pode ter, a fim de que não seja nem muito grande, nem muito pequeno. Há em todo o corpo político um *maximum* de forças que ele não poderia ultrapassar e do qual com frequência ele se afasta de tanto querer crescer. Há seguramente casos em que a metade vale mais do que o todo. O Midas da fábula poderia encontrar-se na história<sup>130</sup>.

---

130 Rei Midas, personagem mitológico. Segundo a lenda, Baco, grato a Midas por este ter salvo seu pai, concedeu-lhe um pedido. Midas quis ter o poder de transformar em ouro tudo o que tocasse. O poder lhe foi concedido, mas Midas percebeu que acabaria morrendo de inanição por não conseguir comer. Pediu, então, a Baco que o poder lhe fosse retirado e o deus orientou que Midas se banhasse no rio Pactolo e aspergisse com a água desse rio tudo o que havia transformado em ouro para restituí-lhe o estado original. Midas assim fez, começando por sua própria filha. (N. do T.)

Uma nação qualquer deve ser, parece-me, dividida em várias classes. É preciso ainda que haja em cada ordem da sociedade certo número proporcional entre eles, isto é, que as ordens inferiores devem ser em maior número, sem o que a harmonia política é perturbada. Essa proporção deve ser como em uma pirâmide, que se torna mais ampla à medida que nos aproximamos da base. Um corpo muito grande para sua constituição verga-se e parece esmagado sob seu próprio peso. Imaginemos, por um momento, um Estado em que todo mundo fosse rico. Ele não poderia subsistir sem fazer vir estrangeiros indigentes para servi-lo. O poder soberano é como o ponto superior que deve ser único, sustentado gradualmente por todas as ordens inferiores cujo povo faz a base. Muita riqueza, muito acumulada ou muito espalhada, seria querer fazer uma pirâmide destruindo sua essência ou querer que corpos existissem sem pés. Deixo aí a desordem que disso resulta na moral, que participa mais do que se pensa em todo sistema político. Uma nação muito rica poderá subjugar uma nação menos rica. Mas as nações pobres subjugarão sempre as nações muito opulentas.

Que a Inglaterra então observe (e as pessoas respeitáveis na Inglaterra têm esse sentimento) que um comércio maior poderia tornar-se nocivo e até nefasto: os ramos gananciosos enfraquecem a árvore. Você tem muito ouro, diziam a Creso, rei da Lídia<sup>131</sup>, mas aquele que usar o ferro melhor do que você, retirará de você todo esse ouro. Muita riqueza extingue a destreza, a corrupção dos costumes espalha-se por todos os lugares e, a partir de então, tudo está

---

131 Creso (560-546 a.C.), último rei da Lídia, decidiu atacar o rei da Pérsia depois de consultar o Oráculo de Delfos e este ter anunciado que se Creso fizesse um ataque destruiria um grande reino. Entretanto, o grande reino destruído foi o seu próprio. Creso ficou famoso pela sua riqueza obtida pela exploração de ouro no rio em que, segundo a lenda, banhou-se o Rei Midas. (N. do T.)

perdido. Lisonjeio-me em saber que a imaginação sublime e profunda dos ingleses, desenvolvendo esses princípios, os fará germinar, eles se tornarão mais férteis e a humanidade será beneficiada. Entrevejo essa verdade, eu a sinto, mas não tenho toda a força necessária na expressão para explicá-la e torná-la realmente clara para os outros.

A mesma operação política pode ser aplicada aos outros países, e reconheceremos que se os homens quisessem viver como irmãos, cada um ficaria satisfeito. Não se poderia discordar que a força política não consiste em um grande número de pessoas abastadas, que têm um grande consumo, que cultivam o solo e usam sua habilidade para evitar o máximo possível o que é estrangeiro, para quem eles fornecem ainda tanto o fruto da terra quanto o trabalho de suas mãos. O trabalho e a destreza de vários são infinitamente mais úteis para o monarca do que as riquezas acumuladas de uns poucos. Assim, há ainda um *maximum* para as riquezas. Uma população muito grande seria até prejudicial: ela produz doenças, epidemias, fome, revoltas e peste. Todo excesso é perigoso.

Frequentemente na política nada é menos verdadeiro do que o provável, uma prosperidade aparente mascara a ruína de um Estado e uma grande infelicidade leva às vezes a grandes vantagens. Aqui está um exemplo. A perda de Mahón<sup>132</sup> que os ingleses sofreram no começo da guerra parecia anunciar os maiores desastres e trazer-lhes muitas desvantagens. De maneira nenhuma. Não somente esse evento extraordinário acordou a nação, cuja feliz constituição torna as falhas curtas

---

132 Mahón, município espanhol nas ilhas Baleares, capital de Minorca. A guerra mencionada é a Guerra dos Sete Anos, que aconteceu entre 1756 e 1763, envolvendo diversos países, entre eles França, Inglaterra e Espanha. Mahón foi perdida pelos ingleses para os franceses na Batalha de Minorca, que deu início à guerra, em 20 de maio de 1756. (N. do T.)

e onde a concórdia nasce muitas vezes da própria desunião, como a harmonia na música resulta das dissonâncias das quais desviamos. Essa perda os tornou ainda mais marinheiros, forçando-os a enfrentar todas as estações no Mediterrâneo. Antes disso, as esquadras inglesas se instalaram em Mahón e os porteiros do Mediterrâneo frequentemente deixavam a chave na porta. Na guerra de 1744, viram-se muitas vezes as esquadras francesas e espanholas se juntar, sair e entrar no Mediterrâneo, enquanto os ingleses estavam em Minorca. Nessa guerra, em 1757 ou 1758, uma divisão da esquadra do Senhor de la Clue<sup>133</sup>, destinada a Cape Breton, com tropas e munições, foi interceptada no meio do inverno diante de Cartagena pela esquadra inglesa, que provavelmente estaria em Mahón numa época tão rude se os ingleses ainda possuíssem essa ilha. Talvez desse único evento tenha dependido quase todos os sucessos posteriores dos ingleses na América. As infelicidades são, então, muitas vezes o germe da felicidade, que pode, por sua vez, trazer os maiores desastres. Lição importante e muito pouco apreciada!

Os sintomas da opulência de um Estado são muito equivocados. O aumento dos rendimentos da aduana é, por exemplo, um termômetro muito falho para julgar se o comércio é próspero. A exportação sozinha é sua bússola. Mostrei que desde 1740 as rendas da aduana, que se chama Almirantado na Holanda, tinham aumentado muito e esse aumento arruinaria o Estado, uma vez que vinha da mortandade dos rebanhos, para os quais se buscava quantidade considerável de animais na Dinamarca, contra dinheiro que saía da Holanda sem volta. Assim, se a Inglaterra compra mais mercadorias para fornecer às suas colônias, o rendimento da

---

133 Jean-François de Bertet de Sabran (1696-1764), Conde de la Clue, oficial da Marinha e aristocrata, comandante da frota francesa do Mediterrâneo durante a Guerra dos Sete Anos. (N. do T.)

aduana pode aumentar e ser nocivo ao reino, a menos que o retorno das colônias traga em troca uma superabundância de mercadorias que serão revendidas ao estrangeiro, que bonifica esse resíduo e o converte em lucro real. É o que o tempo mostrará e o que uma boa administração poderá procurar. As oportunidades de crescimento das manufaturas do país são uma vantagem real porque aumentam necessariamente o número de artesãos, conseqüentemente a população e o consumo. As manufaturas atraem normalmente um maior número de estrangeiros, que compensam a brecha que as colônias abrem na população da metrópole. A combinação de todos esses princípios é necessária para julgar a importância e a utilidade de uma nova colônia.

Se, então, é quase problemático se grandes aquisições, fruto de grandes sucessos na guerra, mal podem compensar os males que ela causa, por razão mais forte não devemos jamais começar na incerteza desse sucesso. Raciocinando dessa forma, esse século deveria ser, a partir de agora, o século da paz, se quisermos, como parece, proteger o comércio nos principais países da Europa, como na França, na Espanha, na Holanda, em Portugal e em todo o norte. Esses países têm um interesse comum em manter uma paz profunda, em adormecer e afastar todas as querelas reais que poderiam instigar uma guerra nos seus vizinhos. Se os países comerciantes estiverem juntos, esquivando-se sempre da guerra, ela poderia ser facilmente evitada.

Por outro lado, confesso que uma grande dificuldade se apresenta: é que a nação inglesa, para sua própria segurança, para conservar seu esplendor e exercer seu gosto pela despesa e essa generosidade natural, assim como esse espírito de liberdade e de poder, acredita ter de conservar uma preponderância na Marinha, que sua situação e a constituição de seu governo parecem exigir, assim como

um comércio muito amplo, do qual ela parece ter mais necessidade do que qualquer outro país. Mas não é tempo ainda de detalhar esse ponto importante. Digamos antes ainda uma palavra sobre o comércio das Índias.

O comércio das Índias é supostamente destrutivo pelo dinheiro que para lá é enviado se grande parte do retorno não for revendida ao estrangeiro. Mas o grande princípio universalmente citado, que diz “que se somos obrigados a comprar as mercadorias indianas de consumo dos estrangeiros, é melhor fazê-las vir por si mesmo”, bem poderia sofrer às vezes exceções. Aqui está a razão: o dinheiro que vai se perder na Ásia é perdido para a Europa. O dinheiro que se traz para os vizinhos aumenta a circulação geral e lucra-se com isso. Quanto mais enviarmos concorrentes para a Ásia, mais aumentamos o preço das mercadorias deles, mais riscos corremos e mais nos prejudicamos mutuamente. Esse comércio, antes tão lucrativo para um ou dois países, tornou-se com o tempo pouco importante, para não dizer mais, aos outros que se envolveram nele. Não é conveniente que todos os países entrem nesse comércio. Digo que isso não é do interesse da Europa em geral. Quase não ousa exprimir meu sentimento sobre isso. Deixo para as pessoas mais hábeis e para a experiência desenvolver e aprofundar esses princípios. Acredito somente poder afirmar que convém a toda a Europa que sejam os holandeses que conservem uma grande parte desse comércio, particularmente aquele das especiarias e da canela. Se a França ou a Inglaterra tivessem as Ilhas Molucas, o Ceilão, o Peru, o México, o Brasil, em pouco tempo eles teriam o dinheiro de toda a Europa e se tornariam infelizes pela desproporção nas classes inferiores, fonte de conspirações e de divisões, e pela inveja de todos seus vizinhos, que seriam ainda mais temíveis quanto mais pobres fossem. Em um grande reino

é preciso que as gradações da opulência até a miséria sejam numerosas e a cada degrau que descemos, o número de indivíduos deve aumentar muito.

A República da Holanda não é mais uma potência ativa perigosa, é um país passivo revigorante. Em seus pântanos ressecados, ela não tem outro recurso a não ser o comércio, outra subsistência a não ser o trabalho. A paz é seu elemento, e a conservação de seu estado, toda a sua ambição. Ela é útil aos seus vizinhos, ela jamais pode lhes fazer sombra quando a deixamos em repouso. Mas ela ainda poderia tornar-se temível se a forçássemos. Entretanto, sem a pesca do arengue, que diminuiu dois terços desde a guerra de Cromwell<sup>134</sup> e de Charles II<sup>135</sup>, e sem o comércio das Índias e a cabotagem, a República não poderia sobreviver por muito tempo. Assim, é do interesse da Europa conservá-la dona desses três itens, para o bem geral e para aquele do sistema atual da Europa, sistema de comércio, sistema de crédito, sistema de circulação, sistema de fundos públicos, sistema de riquezas imaginárias e artificiais, sistema de manufaturas, sistema do luxo. Um dos arcobotantes desse edifício, que poucos conhecem, é a Holanda sustentada em um estado próspero. Se um dia, como parece, as minas do Peru e do México vierem a se esgotar, como aconteceu com aquelas da Espanha, todo esse sistema cai. A partir de então, o comércio das Índias se tornará totalmente pernicioso, empobrecerá a Europa, todo o numerário do crédito em papel desaparecerá, todas as condições e fortunas das pessoas serão anuladas sucessivamente e com precipitação. Haverá

---

134 Oliver Cromwell (1599-1658), militar e político britânico, governou Inglaterra, Escócia e Irlanda com o título de Lorde Protetor depois da Guerra Civil Inglesa, movimento que derrubou Carlos I e instaurou uma república na Grã-Bretanha. (N. do T.)

135 Charles de Inglaterra (1630-1685) subiu ao trono em 1660 como Charles II, logo após a morte de Cromwell. (N. do T.)

nesse caso uma agitação no sistema universal. Mas como isso não aconteceu ainda, é indiscutível que os holandeses, em favor dessa circulação artificial, sustentada por espécies sonantes e em favor da economia, podem trazer para seus vizinhos mercadorias uns dos outros a preços melhores do que se eles as fossem buscar diretamente. Nenhuma nação conseguiu ainda salgar os arengues nem tão bem, nem tão barato. Presumo que seus vizinhos lucrariam mais lhes dando o sal do que salgando eles mesmos. O que prova um dos princípios que destaquei no começo da minha carta.

Na harmonia do quadro político da Europa comerciante, veremos que não é de forma alguma incompatível com o interesse comum dos países que a Espanha possua as minas do Peru, que Portugal tenha aquelas do Brasil, a Holanda, as especiarias e a pesca do arengue, a França, o açúcar e o anil e outras produções de São Domingos, da Martinica e de Guadalupe, assim como uma parte das grandes pescas, e que a Inglaterra possa e deva ao mesmo tempo conservar uma preponderância universal sobre todo o comércio, cuja base é a América setentrional, a Jamaica, as grandes Índias, exceto as Ilhas Molucas e o Ceilão, aquele desse reino com Portugal sofreria, talvez, se as principais colônias de açúcar fossem dos ingleses. Acredito que os ingleses favorecem por seu comércio as mercadorias do Brasil e eles são bem recompensados pelo tributo que recebem dali. Mas não poderíamos negar que seja interesse de toda a Europa que as principais colônias de açúcar pertençam à França para atender o consumo da Alemanha e o comércio da Holanda. Primeiramente, porque ela pode fazê-lo a um preço melhor. A princípio, toda a Alemanha, a Holanda e o norte lucram. Em segundo lugar, se a Inglaterra tivesse todas as produções de açúcar, aquelas do Brasil seriam inúteis para Portugal, que sofreria com isso, e a Inglaterra perderia em seu comércio com esse reino uma grande parte

do lucro excessivo e ilusório que ganharia de outro lado, com prejuízo para toda a Europa. Se eu conhecesse mais em detalhes o comércio, estou certo de que haveria outros exemplos que apoiariam ainda mais meus princípios. A Inglaterra está unida a Portugal por interesses mútuos. Esse comércio recíproco é necessário para as duas nações. Uma consome os produtos da outra e isso não prejudica muito outros países que se beneficiam com outras compensações.

Que não se acredite que eu queira introduzir o otimismo de Leibniz na política. Não afirmo que tudo esteja exatamente bem, há arranjos que poderiam ser melhores. Mas defendo que todos os países comerciantes podem sobreviver de maneira próspera nas condições atuais em tempos de paz e se há qualquer ramo do comércio que não esteja no lugar, e do qual cremos ter necessidade, é melhor deixar para lá do que, para adquiri-lo, se envolver em uma guerra que destrói todos os outros ramos, assim como é melhor sofrer um leve incômodo do que destruir o organismo com remédios violentos.

Citarei um trecho que lemos na história do século de Luís XIV de Voltaire<sup>136</sup>. Diz ele: “As nações, nas monarquias cristãs, não têm quase nunca interesse nas guerras de seus soberanos. Exércitos mercenários, criados por ordem de um ministro e conduzidos por um general que obedece cegamente a esse ministro, fazem várias campanhas desastrosas sem que os reis, em nome dos quais eles combatem, tenham esperança ou mesmo a intenção de roubar o patrimônio um do outro. O povo vencedor não aproveita nunca os despojos do povo vencido, e paga tudo. Ele sofre na prosperidade das armas como na adversidade e a paz lhe é quase tão necessária depois da maior vitória como quando os inimigos tomaram suas fronteiras. Isso é quase sempre verdadeiro e as exceções são raras.”

---

136 VOLTAIRE. *Le siècle de Louis XIV*. 1751. (N. do T.)

J. J. Rousseau confirma meus princípios em seu projeto de paz perpétua. Escutemos este grande escritor<sup>137</sup>. “Se todos os reis”, diz ele, “ainda não voltaram atrás da loucura das conquistas, parece ao menos que os mais sensatos começam a entrever que elas custam às vezes mais do que valem. Sem entrar a esse respeito nas mil distinções que nos levariam muito longe, podemos dizer em geral que um príncipe que, para aumentar suas fronteiras, perde tantos de seus antigos súditos quanto adquire novos, enfraquece-se enquanto cresce, porque com maior espaço a defender, não tem mais defensores. Ora, não podemos ignorar que, pela maneira como a guerra se faz hoje em dia, o menor despovoamento que ela produz é aquele que se faz nos exércitos, ali está a perda aparente e perceptível, mas acontece igualmente em todo o Estado uma mais grave e irreparável que aquela dos homens que morrem, por aqueles que não nascem, pelo aumento dos impostos, pela interrupção do comércio, pela deserção dos campos, pelo abandono da agricultura. Esse mal que não percebemos à primeira vista se faz sentir cruelmente na sequência e é então que nos surpreendemos por estarmos tão fracos pelo fato de nos termos tornado tão poderosos. O que torna as conquistas ainda menos interessantes é que sabemos agora por quais meios podemos dobrar e triplicar sua força, não somente sem estender seu território, mas às vezes diminuindo-o, como fez muito sabiamente o imperador Adriano. Sabemos que são os homens sozinhos que fazem a força dos reis, e é uma proposição que decorre do que acabo de dizer que, de dois Estados que alimentam o mesmo número de habitantes, aquele que ocupa menor extensão é realmente o mais forte. É então pelas boas leis,

---

137 ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Extrait du projet de paix perpétuelle de Monsieur l'Abbé de Saint-Pierre*. Amsterdam, chez Marc Michel Rey, 1761. (N. do T.)

por uma polícia sábia, por grandes visões econômicas, que um soberano judicioso tem certeza de aumentar suas forças, sem deixar nada ao acaso. As verdadeiras conquistas que faz sobre seus vizinhos são os estabelecimentos mais úteis que ele forma em seus Estados. E todos os súditos a mais que nascem são a mesma quantidade de inimigos que ele mata.”

O corolário que resulta dessas observações confirma cada vez mais meus princípios e vem apoiar meu sistema. A devastação da Baviera em 1743<sup>138</sup> se fez sentir em todo o comércio da Europa. Ela se ressentirá por muito tempo daquela que vários países da Alemanha enfrentaram nessa última guerra. Os países que fazem comércio com a Polônia percebem que seu lucro diminui de ano em ano. Esse reino, tendo somente grãos para dar em troca de tantas coisas, empobrece, as fontes de seu comércio se esgotam. Esses antigos sármatas só se tornarão mais temíveis. As nações pobres do norte devastaram e conquistaram toda a Europa e os senhores do México e do Peru perderam uma grande parte de seus Estados. As nações da Europa seriam menos culpadas se elas se colocassem ao lado da África, em lugar de se dilacerarem reciprocamente. Os países berberes<sup>139</sup> os insultam perpetuamente, haveria maior vantagem em civilizar esses berberes e fazer renascer na África o tempo dos cartagineses, dos Sífax<sup>140</sup>, dos Massinissa<sup>141</sup>. Um assunto

---

138 Em 1743, durante a Guerra da Sucessão da Áustria (1740-1748), duas batalhas foram travadas na região da Baviera, no sul da Alemanha. A primeira bastante severa ocorreu em 9 de maio próximo a Braunau (atualmente município austríaco) e a segunda aconteceu em 27 de junho e é chamada Batalha de Dettingen. (N. do T.)

139 Berbéria ou Costa Berberisca é o termo que os europeus utilizaram até o século XIX para se referir às regiões costeiras do Marrocos, Tunísia, Líbia e Argélia, praticamente equivalente ao atual Magreb. (N. do T.)

140 Sífax foi rei da Numídia (atual Argélia) no final do século III a.C. (N. do T.)

141 Massinissa foi um rei berbere, o primeiro rei da Numídia unificada, que viveu no século III a.C. (N. do T.)

ainda menos injusto e mais fácil seria voltar o olhar para a América, não para atos hostis, mas para estabelecimentos de comércio. É lá que os países comerciantes têm trabalho para alguns séculos. Por meio de bons procedimentos, pela suavidade e pela humanidade, quanto mais sensuais e voluptuosos tornássemos os americanos, quanto mais luxo eles tivessem, mais fariamos florescer o comércio da Europa colocando-os na nossa dependência e, por outro lado, mais tornaríamos, talvez, essas nações infelizes. Mas o homem precisa de algo para ocupar sua ambição. Civilizar selvagens subjugando-os parece um bem misturado com um mal. Seria difícil decidir qual vence. É um problema. Rousseau, o poeta, diz que é a razão que nos afasta e é o instinto que conduz o selvagem.

*La Nature, en trésors fertile,  
Lui fait abondamment trouver  
Tout ce qui lui peut être utile,  
Soigneuse de le conserver.  
Content du partage modeste  
Qu'il tient de la bonté céleste,  
Il vit sans trouble et sans ennui;  
Et si son climat lui refuse  
Quelques biens dont l'Europe abuse,  
Ce ne sont pas des biens pour lui.*

*A Natureza, em tesouros fértil,  
fez-lhe abundantemente encontrar  
tudo o que lhe pode ser útil,  
cuidadosa para o conservar.  
Contente com a comunhão pequenina  
que ele herda da bondade divina,  
vive sem problema e sem preocupação;  
E se seu clima lhe recusa  
alguns bens dos quais a Europa abusa,  
para ele bens não são.*

*Couché dans un antre rustique  
Du Nord il brave la rigueur,  
Et notre luxe Asiatique  
N'a point énérvé sa vigueur.  
Il ne regrette point la perte  
De ces arts dont la découverte  
À l'homme a couté tant de soins;  
Et qui, devenus nécessaires,  
N'ont fait qu'augmenter nos misères  
En multipliant nos besoins.*

*Deitado em um covil rústico  
do Norte ele enfrenta o rigor,  
e nosso luxo asiático  
não enfraqueceu seu vigor.  
Ele não sente a perda  
dessas artes das quais a descoberta  
ao homem custou tantas prudências;  
e que, transformadas em necessidades,  
só fizeram aumentar nossas infelicidades  
multiplicando nossas carências.*

Todo mundo sabe esses versos de cor e o coração de ninguém foi penetrado por eles. É que o homem falso e artificial está sempre em contradição com o homem original e natural<sup>142</sup>. Buscamos sempre existir por fora, raramente entramos em nós mesmos para nos reduzir a nossas verdadeiras dimensões, afastando-nos sempre de nós mesmos, não nos reencontramos mais. O que acontece ao indivíduo acontece a uma nação inteira. Uma nação europeia acredita multiplicar seu ser e estender sua existência aumentando suas necessidades e se estabelecendo ao mesmo tempo na América, na África e na Ásia. Donde os resultados contraditórios entre a especulação e a experiência, entre a teoria e a prática. Tudo é contradição no homem. O Bispo de Cloyne<sup>143</sup>, depois de ter feito a enumeração da quantidade prodigiosa de carne, porco, manteiga e queijo que a Irlanda exporta todos os anos, pergunta como um estrangeiro poderá conceber que a metade dos habitantes morre de fome em um país tão abundante em víveres. São ainda dessas contradições próprias do homem que não se deve buscar em outra parte. As ricas minas de estanho da Cornualha não enriquecem esse condado, que é pobre. É que os ricos negociantes de Londres exploram-nas e não moram na província. O homem não está quase nunca onde parece estar e nossa pressa desmedida para nos tornarmos felizes nos impede de sê-lo. Aí está o que é verdadeiro no homem, aí está o que é verdadeiro com respeito às nações. Os países da Europa encontrarão quase sempre na manutenção da paz as vantagens que buscam inutilmente nas frequentes guerras.

---

142 J. J. Rousseau. (N. do A.)

143 Ver nota 16. (N. do T.)

Há ainda hoje em dia uma contradição mais fatal. É que quase todos os príncipes que ocupam os tronos, cheios de sabedoria e de humanidade, amam a paz e, por uma triste fatalidade, foram frequentemente levados a guerras desastrosas. É desejável que isso não aconteça mais com tanta frequência. Aqueles que pensam, diz Voltaire, que os reis e seus ministros se sacrificam sem cessar e sem medida à ambição não se enganam menos do que aqueles que pensariam que eles se sacrificam sempre à felicidade do mundo. Não sei se não podemos nos gabar de que o gênero humano, envelhecendo, torne-se um dia mais sábio sobre assuntos que têm relação com sua felicidade e seu bem-estar. A arte da guerra, tão geralmente conhecida, é levada a um ponto ao qual estamos quase em toda parte a salvo dessas invasões súbitas que agitam os reinos. As despesas de uma campanha se tornam tão grandes, o fruto do sucesso tão pequeno pelos recursos que a parte adversa encontra depois de uma derrota, que a ambição mais forte encontra um contrapeso na avareza que a equilibra ou, antes, na impotência de sustentar as grandes despesas que a guerra exige. Um monarca contemporâneo, não inferior a Alexandre, nem a César, foi obrigado a esgotar como eles todos os recursos da arte e dos trabalhos militares para conservar uma província cuja conquista foi antes facilitada em favor de certas circunstâncias. Esse sucesso é ainda um fenômeno que surpreendeu e espantou a Europa. As despesas da Grã-Bretanha que lhe trouxeram tão grande sucesso não poderiam ser repetidas muitas vezes. Essa balança da Europa, que custou tanto sangue a nossos pais, está bem estabelecida, a ponto de não temer por um bom tempo um país preponderante que preocupe o resto da Europa. O comércio tornou-se como da discórdia, mas quando percebermos que a paz é seu elemento e a guerra seu destruidor, é de se esperar que sejamos mais circunspectos para romper uma a fim de renovar a outra.

A razão e o interesse virão apoiar a impotência em que nos encontraremos cada vez mais para fazer longas guerras. Antigamente a guerra se fazia por taxas anuais, que eram suficientes para sua despesa. Isso se tornou impossível e altos empréstimos mal dão para pagá-la. Sentiremos de uma vez por todas que aumentar o reino ou o terreno do reino muitas vezes não significa aumentar a força do monarca, que consiste no grande número de súditos abastados. A experiência mostra os recursos que a parte adversa encontra depois das maiores perdas e que é sempre recomeçar sobre novas despesas. A fome de 1709 e a ruína geral na França deram a Luís XIV um terrível mas útil recurso para o momento. Com os campos tornando-se ociosos, a pobreza do povo facilitou o recrutamento, ao ponto de permitir que a França aparecesse com exércitos ainda mais numerosos que aqueles de seus inimigos sempre vencedores. Ela ganhou tempo e, acaso que acontecem sempre quando temos tempo, salvaram a França. Mas nenhum monarca queria certamente se colocar em tal situação de crise, ainda que ela se encontre na ordem dos eventos. Vimos em nossos dias mais de um esboço desse quadro. Em resumo, as luzes que se espalham cada vez mais, a humanidade, a experiência, a sabedoria apoiada pelo interesse e pela necessidade, poderão um dia estabelecer uma paz sólida e durável na Europa e o gênero humano poderá tornar-se mais feliz. Os desejos de todas as pessoas razoáveis e humanas devem se reunir sobre esse tema, e eles devem todos empregar seu bom senso, seu crédito e suas luzes para inspirar por toda parte os mesmos sentimentos e estabelecer o mesmo sistema.

Resta-me ainda dizer alguma coisa a favor dos ingleses, que poderiam me acusar de rebaixar nesse sistema. Não, Senhor, sou cosmopolita, não frio e indiferente, mas zeloso e humano. Amo todas as nações porque há em todas elas pessoas amáveis e que pertencem todas à humanidade.

Tenho horror dos ódios nacionais porque não há nada mais injusto. É a causa da humanidade que defendo. Digo então que se a nação inglesa, que está no auge da sua glória, por uma boa administração não abusa disso, tem necessidade de grandes precauções para velar pela sua conservação. Não é então surpreendente que ela seja mais invejosa das vantagens que concordamos ser mais precárias. A França, por sua extensão, pelo número de seus habitantes, pela benevolência de seu solo, pela frugalidade e destreza de seus povos, pela sua situação, será sempre um reino poderoso, mesmo se quase não tivesse comércio expandido, nem colônias. Seu vasto estado tão bem englobado, suas duplas fronteiras, garantem-na contra uma súbita invasão. Mas a Inglaterra, por sua posição física, tendo apenas suas muralhas de bosques e a preponderância de seu comércio, deve tentar conservar uma Marinha superior diante de um país que em todas as outras coisas ganha dela. Ela parece se alarmar com razão, seus medos não são totalmente infundados e é o ponto fatal que sozinho pode atrapalhar essa feliz harmonia e proporção que busco para o bem da Europa, da humanidade e de duas das nações mais potentes, mais amáveis do universo. Convido todas as pessoas honestas a encontrar essa combinação e a desenvolver esse monte indigesto de proposições que exponho com confiança no estado informe em que estão.

Há ingleses que afirmam que sem os preparativos e o aumento da Marinha da França em 1751 e 1752, jamais a guerra teria começado e que as diferenças na América e na Ásia teriam sido resolvidas amigavelmente. Que eles tinham todo motivo para temer sua ruína se tivessem esperado que essa Marinha tivesse adquirido toda sua consistência, que os interesses de sua conservação e de sua segurança exigiam evitá-la. Não analiso a validade desse pensamento, mas por

pouco que, como bom cidadão, examinemos as consequências, veremos quanto importa à humanidade evitá-las no futuro. A França não está menos determinada a pretender ter uma Marinha respeitável para o apoio de suas colônias, cuja posse é precária sem isso. A França, entretanto, parece só ter necessidade disso para a conservação de um acessório importante. A Inglaterra, para o essencial de sua existência. Conclamo os países a prestarem atenção, uma vez que aspiram quase todos às vantagens do comércio, o quanto a longa paz que seguiu a Guerra da Sucessão<sup>144</sup> foi vantajosa para todos, e o quanto a guerra foi prejudicial à população e a vários ramos do comércio, até para aqueles a quem os sucessos surpreendentes tinham ensinado o segredo de suas forças. Se sucessos prodigiosos mal podem compensar os danos que esse problema causa, por que submeter-se tão frequentemente ao acaso? De três flagelos da natureza, a Providência só colocou em nossas mãos aquele da guerra, e ele é o mais comum. O que faríamos se fôssemos os senhores capazes de fazer vir a peste e a fome? Mas se um país vizinho, dizem os ingleses, do qual não podemos recuar a costa, que tem mais que o dobro da nossa população, três vezes mais extensão, mais recursos, viesse a ter uma Marinha superior ou mesmo igual à nossa, nos encontraríamos em perigo iminente de ser invadidos, destruídos ou arruinados. Não é então a inveja de seu comércio, mas o medo justo de suas forças que nos fez agir e a França só perdeu uma parte de suas colônias pelo próprio medo de perdê-las. Não estou em condições de decidir até que ponto a França pode levar sua Marinha para proteger suas colônias sem alarmar um vizinho que teme sempre por sua costa e por seu comércio.

---

144 Provável reverência à Guerra da Sucessão da Áustria (1740-1748), que envolveu, entre outros países, a França e a Grã-Bretanha. (N. do T.)

*Non nostrum inter vos tantas componere lites* (Não me cabe dirimir tão grandes disputas entre vós).<sup>145</sup>

Mas estou convencido de que se a amizade e a confiança pudessem ser bem estabelecidas e baseadas em um acordo e um interesse recíprocos bem entendidos, bem demonstrados conforme meus princípios, esse ponto não seria impossível de encontrar sem, entretanto, estabelecer nada de positivo nem de determinado. Ninguém pode discordar que uma Marinha formidável seja necessária a uma grande ilha que não tem outra defesa contra uma invasão a não ser sua frota. Ela é necessária para defender as colônias e posses distantes e até para fazer a conquista, ainda que com grandes despesas, de colônias distantes em países cuja Marinha é fraca ou inferior. É nesse sentido apenas que podemos ainda dizer que quem é o senhor do mar o é da terra e que *o tridente de Netuno é o cetro do mundo*<sup>146</sup>.

Mas peço a todos aqueles que examinarão essa tese para prestar atenção às restrições desse princípio.

Cada Estado, sendo diferente do outro por sua situação local, por sua extensão, por seu clima, pela natureza de seu solo, por sua religião, por suas relações externas, pela natureza de seu governo, deve ter também uma constituição política diferente. A Marinha dos atenienses, dos cartagineses e dos romanos era de outra natureza, mesmo em relação à parte que faz a força naval do Estado. É preciso por um momento abstrair o comércio, que estava ainda na sua infância. Antes as frotas rivais se buscavam sempre, hoje frequentemente elas se evitam. Em Salamina, em Plateias, em Áccio, navios, ou melhor, galeras, os galeotes, pareciam pavimentar a superfície imóvel do mar, eles se aproximavam infalivelmente por remo,

145 Virgílio, *Bucólicas*, III. 108. (N. do T.)

146 Verso célebre do poeta Antoine-Marín Lemierre (1733-1793). (N. do T.)

se entrechocavam sempre, se destruíam mutuamente pelo ferro e pelo fogo. A vitória deixava o vencedor senhor do mar e da terra, uma batalha ou duas sobre a terra tinham as mesmas consequências. Hoje, quando as fronteiras são guardadas de fortalezas, o vencedor é interrompido a cada passo. Turenne, Condé, Marlborough, Villars, Eugênio, Maurício Marechal de Saxe ganharam mais batalhas do que Alexandre e César. Não há, entretanto, nenhuma proporção entre as conquistas dos heróis antigos e aquelas dos modernos. Que aprofundemos as causas dessas grandes e surpreendentes mudanças e encontraremos na diversidade das circunstâncias a necessidade de mudar as máximas políticas que parecem as mais fundamentais. Quando os meios não são mais proporcionais aos efeitos que devem produzir, devemos retificá-los, corrigi-los ou abandoná-los.

Para julgar a pouca influência das forças marítimas na Europa sobre as conquistas em terra firme, que voltemos os olhos sobre o sucesso que tiveram os grandes armamentos nesses últimos séculos. Deixo aí a frota invencível de Filipe II. Aproximemo-nos de nosso século. As grandes e numerosas frotas da Inglaterra, da Holanda e da França já produziram efeitos proporcionais às suas forças e às enormes despesas que causaram esses armamentos? Os ingleses, nessa última guerra, não fracassaram nas costas francesas? Luís XIV, com uma Marinha formidável, somente conquistou a Irlanda ou o partido do Rei James<sup>147</sup> favorecia seus projetos? Em outro tempo os saxões, os dinamarqueses, os normandos, com menos força, conquistaram a Inglaterra. Concordemos, se o tempo *dos novos céus e de uma nova terra*<sup>148</sup> do qual fala o

---

147 James II de Inglaterra (1633-1701), rei da Inglaterra e da Escócia, sucedeu seu irmão Charles II. (N. do T.)

148 Isaías (65, 17). (N. do T.)

profeta não chegou ainda, pelo menos quanto à parte militar a forma mudou. Bem podemos dizer que é realmente um novo mundo, muito diferente do antigo.

A invenção da pólvora, a arte da engenharia, as pesquisas dos Vauban<sup>149</sup>, dos Coehoorn<sup>150</sup>, as caminhadas inteligentes<sup>151</sup> aperfeiçoadas pelos Turenne, Condé, Montecucculi<sup>152</sup>, etc., prolongaram a defesa multiplicando os recursos. A experiência mostrou que as grandes ações dos Ruitter, Duquesne e Blake<sup>153</sup> eram mais próprias para excitar a admiração do que para trazer vantagens reais. É nas conquistas distantes das colônias, das ilhas, que os ingleses brilharam e tiveram sucessos prodigiosos. Quase renunciaram aos combates navais. Quase não há mais abordagem e duvido muito que se receba, pelo menos na França, de grandes armamentos todo o fruto que se deve esperar de tão grande despesa.

Não pretendo por isso que se negligencie inteiramente a Marinha, mas desejaria que examinássemos de maneira madura até que ponto ela é necessária e útil, assim como o tempo e os meios para formá-la. Desejaria que se comparassem as perdas reais e as imaginárias, o que salvamos pela Marinha e o que ela custa, que se calculassem quais

---

149 Sébastien le Prestre, Marquês de Vauban (1633-1707), foi um arquiteto militar francês, introdutor do chamado estilo Vauban de fortificação. (N. do T.)

150 Menno, Barão de Coehoorn (1641-1704), soldado e engenheiro militar neerlandês de origem sueca. Foi responsável por várias inovações nas armas de sítio e técnicas de fortificação. (N. do T.)

151 No original, *marches savantes*, tática que consistia em evitar o inimigo em vez de abordá-lo. (N. do T.)

152 Importantes militares franceses (Henri de la Tour d’Auvergne-Bouillon, Visconde de Turenne, 1611-1675; Louis II de Bourbon-Condé, 1621-1686) e militar italiano que atuou no exército alemão (Raimondo Montecucculi, 1609-1680). (N. do T.)

153 Dierick Ruitter, navegador holandês; Henri Duquesne (1642-1722) oficial da Marinha francesa; Robert Blake (1599-1657), almirante inglês. (N. do T.)

forças navais convêm a um país que em tempos de paz tem 200 mil homens em pé, se ela não pode deixar de manter uma Marinha igualmente formidável, se as despesas imensas que exige essa manutenção não poderiam produzir maiores vantagens em outros ramos da administração, que se reconhecesse bem o que distingue essencialmente essa nação daquelas que chamamos *potências marítimas*, para não se expor a desastres presentes por receios futuros. Sei que ataco um princípio recebido, um preconceito universal, mas ainda gostaria que examinássemos de uma vez por todas se a França não pode encontrar no seio do reino, em seu solo e em suas entranhas, no trabalho e na multiplicação de seus habitantes, riquezas mais sólidas, menos precárias do que aquelas que se buscam ao longe com tanta dificuldade, tantos perigos e tantas despesas. Se em um país onde há tantas causas que diminuem a população, tanto luxo, tantos celibatários, uma navegação muito grande não é nociva e contrária à sua constituição, assim como um grande número de colônias distantes em terra firme. Nem todo comércio é igualmente bom para todo país. Esse comércio que enriquece algumas pessoas é ruim para o Estado, e aquele que convém a uma nação é perigoso para outra. O ramo mais brilhante do comércio custa muitas vezes mais sangue e tesouros para conservá-lo pela guerra do que o que rende nas tréguas, porque infelizmente a paz normalmente nada mais é do que um intervalo em que as hostilidades manifestas cessam para recomeçar com mais vigor. Cada século teve tanto seu sistema político quanto sua filosofia. Às Cruzadas se sucederam novas descobertas na América e na Ásia, depois as guerras de religião, depois um pretense sistema de equilíbrio e depois de algum tempo trata-se só de comércio, de navegação, de Marinha. Os progressos mais brilhantes de Luís, o Grande, foram feitos antes que a grande

Marinha tivesse sido formada. Ela só pode se estabelecer à custa das forças da terra. Parece que não é muito verdade que não se poderia servir a dois mestres ao mesmo tempo. Os progressos que um monte de pescadores fizeram para o comércio e para sua Companhia das Índias fascinaram a Europa e voltaram todos os olhos para o comércio. Mas que se preste atenção ao fato de que as circunstâncias são muito diferentes. A situação desse povo em um país em que o mar inunda, a necessidade de tirar partido de um elemento que o ameaça sem parar, a impossibilidade de fazer melhor, sua economia trabalhosa, a enriqueceram em um comércio por muito tempo exclusivo. Mas as coisas mudaram bem depois que todas as nações partilharam esse ganho. A massa de ouro perdeu em profundidade o que ganhou em superfície.

A França tem em seu seio um comércio lucrativo e superior, o qual nada pode atingir se foi conservada a mão de obra a um valor mais baixo do que aquele das outras nações. Ela encontra no gosto e na frugalidade de seus artesãos um terreno inesgotável para criar novas manufaturas, para imaginar preciosas ninharias, comodidades desejadas, modas de todo tipo. A Europa inteira, ávida da moda francesa, paga-lhe um tributo, essa filha frívola do capricho e da inconstância que, dominando todas as outras nações, se deixa dominar pela França. Os vinhedos são ainda um verdadeiro Peru para a França. A pesca do bacalhau é um assunto importante, menos porque é um viveiro de marinheiros do que porque é uma arte alimentícia. Mas parece que a agricultura e as manufaturas devem ser o primeiro de todos os impulsos de uma boa administração em um país como a França.

Não poderíamos prestar suficiente atenção a uma coisa que preguei tanto antigamente, saber que uma das causas,

talvez a primeira, da grandeza e do crescimento da potência dos ingleses, é devida aos seus cuidados em aumentar o cultivo das terras. Os grãos foram uma nova mina, à qual o governo primeiro sacrificou impostos ilusórios. Foi o bônus da exportação que contribuiu mais. Dando dinheiro ao trabalhador cidadão para a exportação de cereais, todo o solo foi valorizado, isso foi alimento de seu poder. A metade dos tesouros que um Estado é tantas vezes obrigado a esbanjar na Marinha ou em uma guerra que poderíamos adiar, se fosse empregado nesse item, produziria em dez anos o suficiente para formar e manter uma Marinha sobre princípios sólidos. Donde concluo que os países comerciantes fariam infinitamente melhor em deixar a decisão de seus conflitos, quando tivessem a infelicidade de ter um, à sorte de uma espécie de loteria, em vez de deixá-la à sorte das armas. As guerras sempre horrorosas normalmente só oferecem uma alternativa fatal entre infelicidades humilhantes ou sucessos dispendiosos. Não exageramos quando declaramos que todos os vícios de todas as idades e de todos os lugares não se igualarão jamais aos males que produz uma só campanha, e que o flagelo, o crime da guerra, contém todos os crimes. É uma fúria destrutiva, que faz da terra uma estadia de banditismo, um horrível e vasto túmulo.

De todas essas reflexões vagas, de todos esses princípios, poderíamos talvez tirar consequências que levariam a encontrar o termo médio, para que um país tivesse uma Marinha relativamente considerável para a questão de seu comércio e de suas colônias, sem, entretanto, fazer sombra à outra. A conservação e a defesa não exigem um esforço tão considerável. Assim que os projetos hostis se afastam, podemos economizar muitas penas e despesas de ambas as partes e guardar, no entanto, uma proporção recíproca.

Uma confederação íntima com os países comerciantes, uma garantia solene e recíproca das colônias, posses e privilégios de comércio, baseada sobre o interesse comum e o bem geral, poderiam estabelecer a confiança e um sistema novo que faria a felicidade do gênero humano e a glória do século. Esses países, agindo sempre em conjunto e de boa fé, poderiam contribuir para pacificar os outros, para evitar toda ruptura, e vinte anos somente de paz tornariam todas as nações felizes.

O quadro atual da Europa é tal que, quando for bem compreendido, cada país poderá encontrar aí sua conservação e sua prosperidade, desde que não queira bater-se por conta de interesses utópicos. Cada país comerciante precisa de pelo menos vinte anos para restabelecer e melhorar o interior de sua administração e o comércio que estiver no âmbito de sua força. E, antes que isso seja atendido e que tenhamos tirado dele todo o partido possível, os assuntos distantes, que por sua extensão ultrapassem quase sempre essa esfera, são estrangeiros e prejudiciais ao comércio e ao real interesse das nações. Os resultados de quase todas as guerras provam essa verdade. Não começariamos guerras de hostilidades se prestássemos atenção a tantos temas essenciais aos quais só poderíamos dar a devida atenção em uma longa e profunda paz. Indicarei sumariamente, e por motivos de recapitulação, esses assuntos.

É na paz somente que podemos, por uma boa administração, proteger as províncias que definham, para manter a opulência da capital. Quanto maior e desproporcional for a cabeça em relação ao resto dos membros, mais o corpo político, como o físico, representa a infância e a falta de vigor dessa idade. A agricultura, as manufaturas e o comércio podem restabelecer essa proporção alterada entre a cabeça

e os outros membros. Aqueles que criticaram Colbert por ter protegido muito as manufaturas não prestaram atenção ao tom do século. Uma vez que o luxo se tornou um mal necessário ou inevitável, é preciso tirar dele todo o partido possível. É preciso pesar e calcular as circunstâncias existentes e não as suposições possíveis. Concordamos que as manufaturas formam um corpo ambulante e precário, que pode mudar de lugar por qualquer coisa. É por isso que lhe dou no meu quadro político o segundo lugar, depois da agricultura, que, na ordem econômica de um Estado, tem o primeiro, como indestrutível, como fornecedora de matéria-prima, como protetora da natureza e do solo. Mas as artes e os trabalhos seguem de bem perto a agricultura. Que vejamos, se quisermos, as manufaturas como remédio a um mal. Mas esse mal existe e seria mortal sem esse remédio. Às manufaturas sucede o comércio exterior próximo. Depois dele, o comércio excêntrico, no sentido de estar distante do centro, ou seja, comércio com as colônias, que só é necessário quando uma grande abundância de homens e de mercadorias exige que se busquem mercados para escoamento do excedente e, ainda, que um retorno abundante seja exportado ao estrangeiro para trazer novas fontes de renda para o Estado. Todas as guerras que fizemos por causa desse assunto distante, cuja necessidade mal existia, foram feitas à custa de assuntos mais importantes, mais momentâneos, mais próximos, mais úteis, mais necessários e mais fáceis e que só uma longa paz podia trazer à sua perfeição. Quando a França e a Inglaterra tiverem cultivado todo seu solo, quando todas suas províncias tiverem toda a população que o terreno comporta, quando tivermos estabelecido uma circulação e proporção política entre a capital e as províncias, quando a teoria dos impostos tiver reencontrado o

equilíbrio entre as necessidades e os meios, quando suas manufaturas tiverem todas o escoamento interior e exterior para abastecer a nação, o estrangeiro e as colônias recíprocas que esses dois povos possuem atualmente, quando todos esses assuntos forem atendidos, será então um problema se novas pretensões forem úteis. Mas uma paz de cinquenta anos mal seria suficiente para chegar a esse ponto. Nada me parece mais evidente do que esses princípios. Desafio quem quer que seja a invalidar as provas. Disse o suficiente para aqueles que vão querer me escutar e talvez muito para aqueles que não vão querer jamais adotar esse sistema. Não poderíamos pelo menos condená-los, tudo aí transpira humanidade e bem público.

Tenho a honra de ser, etc.

# QUADRO

OU DISSERTAÇÃO SOBRE

O QUE CHAMAMOS COMÉRCIO, OU MELHOR, JOGO  
NO MERCADO ACIONÁRIO, NA HOLANDA



O comércio ou jogo no mercado acionário na Holanda é como uma espécie de aposta que se faz de três em três meses, sem desembolsar dinheiro a não ser no momento do *rescontre*<sup>154</sup>, isto é, do prazo para o qual compramos ou vendemos as ações ou fundos da Inglaterra.

Chamamos de *rescontre* a época ou o prazo para o qual compramos ou vendemos os fundos e no qual se entregam subsídios a dar ou a receber sobre os citados fundos ou ações.

Há quatro prazos ou épocas no ano em que fazemos o que chamamos *rescontre*, como se fosse uma inversão das partes para acertar, liquidar e pagar reciprocamente as variações ou o excesso do preço pelo qual vendemos ou compramos.

Normalmente pagamos as variações sem nos preocupar com o montante do valor do fundo, a menos que queiramos realmente aplicar o dinheiro nesses fundos ou vender definitivamente um fundo que possuímos. Aquele que comprou paga ao vendedor, então, porcentagem pro-

---

154 *Rescontre*, termo holandês que significa liquidação. O termo é definido na sequência do texto e será utilizado exatamente dessa forma, sem tradução. (N. do T.)

porcional a quanto o fundo diminuiu nesse intervalo, ou recebe do vendedor porcentagem proporcional a quanto o fundo subiu nesse intervalo. E nesse caso podemos recorrer a novos procedimentos para estender ou continuar a operação até o *rescontre* seguinte.

Os quatro *rescontres* que acabamos de mencionar são aqueles de fevereiro, maio, agosto e novembro. A variação do preço estando acertada, pagamos e liquidamos no *rescontre*, ou decidimos prorrogar e continuar a compra ou a venda para o próximo *rescontre*. Essa operação chama-se prorrogação ou continuação.

Aquele que comprou concede normalmente ao vendedor 1% ou mais nas anuidades de 4%, para prorrogar sua compra até o próximo *rescontre*, por meio do que ele tem a oportunidade do aumento ou da alta que pode acontecer nesse intervalo pra esse fundo, sem aplicar efetivamente seu dinheiro nele. Ele só está sujeito a pagar no *rescontre* a variação do que o fundo poderia baixar nesse ínterim.

Essa operação, que chamamos prorrogação ou continuação, não é a fundo perdido porque é baseada sobre os juros ou dividendos do fundo, que são sempre em benefício do comprador. Mas quando há muita especulação para a alta, a prorrogação encarece além da proporção, o que é uma grande vantagem para o vendedor e vice-versa. A prorrogação fica algumas vezes abaixo do par quando há muitos vendedores e, nesse caso, é uma grande vantagem para o comprador.

Essas compras e vendas a prazo em que continuamos se quisermos por prorrogações chamam-se *mercados fechados*, para distingui-las do comércio dos subsídios, do qual falaremos a seguir. Resulta de tudo isso que uma pessoa que no mês de agosto compra mil libras esterlinas em anuidades para o mês de novembro tem três meses à frente de si para

revender as mil libras com vantagem, ou perda, tanto faz. A partida se encontra então em estado de *rescontre*, seja para recebê-las efetivamente em sua conta e nome, aplicando aí seu dinheiro, seja buscando arranjos para comprometer essas mil libras na época do *rescontre* ou, enfim, o que é o mais comum, prorrogando-as ou continuando para o *rescontre* seguinte, como vimos acima.

Não devemos esquecer que por meio da prorrogação temos de acertar a cada *rescontre* somente as variações, isto é, recebemos o excedente do que o fundo subiu, aumentou ou ganhou sobre o preço de compra nesse intervalo, ou então pagamos o que ele baixou, diminuiu ou perdeu desde a época da compra até o *rescontre*.

Voltemos agora aos subsídios a dar e a receber. Chamamos subsídio *a dar* a gratificação que Paulo dá a Pedro para que ele se obrigue a lhe entregar, no próximo *rescontre*, mil libras esterlinas em um fundo da Inglaterra a um preço dado. Se a especulação do dador do subsídio não tem sucesso, ele a perde e tudo está acertado. Se ele chega nesse intervalo a uma grande alta além do preço combinado, desfruta, por meio de seu subsídio, de todo esse benefício, tendo arriscado somente o subsídio.

Chamamos subsídio *a receber* quando Paulo dá a Pedro uma gratificação para que Pedro se obrigue a receber dele, no *rescontre*, mil libras de anuidades ou de outros fundos a um preço dado, por meio do que Pedro torna-se uma espécie de segurador de Paulo e obriga-se a bonificar-lhe tudo o que esse fundo poderá diminuir, baixar ou perder nesse intervalo para além do preço combinado.

Quando o *rescontre* se aproxima, prorrogamos também os subsídios, para limitar sua perda. Essa prorrogação ou continuação custa sempre mais do que aquela do mercado fechado, porque, usufruindo da sorte sobre a qual especulamos, temos aprovação para limitar a perda por meio do subsídio.

Aí estão todas as operações simples do jogo no mercado acionário, cujas diversas combinações produzem cálculos curiosos e interessantes para os especuladores e para os *rentiers*. Exporei um detalhe das operações das quais acabo de falar para o uso daqueles que têm curiosidade para se instruir nesse mercado. Proponhamos um exemplo.

Suponhamos que Pedro imaginou em junho de 1762<sup>155</sup> que a paz aconteceria antes do inverno. Ele sabia que isso faria subir muito os fundos na Inglaterra, mas não tinha dinheiro em espécie suficiente para investir nesses fundos. Ele dá ordem a seu correspondente para comprar a prazo 1.000 libras em anuidades de 4% para o *rescontre* de agosto, o que ele executou, suponhamos, a 82. No *rescontre* de agosto, a anuidade tinha subido efetivamente a 88 por causa dos rumores de paz. Pedro, persistindo sempre nas suas ideias quanto à paz, entra em acordo com aquele que lhe vendeu, ou com outro vendedor (isso é indiferente), e lhe dá uma prorrogação, isto é, 1, 2, ou 3% para só ser obrigado a receber essas 1.000 libras no mês de novembro. Essa prorrogação é mais ou menos alta, dependendo da opinião ou do número de especuladores para a alta ser maior ou menor e de o dinheiro ser mais ou menos raro. Em tempos calmos, a prorrogação tem um valor intrínseco baseado no juro que rende o fundo. Por exemplo, a prorrogação das anuidades de 4% deve valer 1% a cada *rescontre*, o que faz os 4% no ano. As Índias, que dão 6%<sup>156</sup>, devem valer 1,5% a cada *rescontre*, o que faz 6% no ano, porque o vendedor bonifica o dividendo ao comprador. Mas quando a opinião é grande, como nesse momento, paga-se o tempo e a esperança e é por isso que se deu prorrogações exorbitantes de 2 e 3% do que intrinsecamente só vale 1%.

---

155 Isso foi escrito em 1763. (N. do A.)

156 No momento, em 1770, as Índias dão 12%. (N. do A.)

É bom observar que aqueles que há três anos investiram seu dinheiro nos fundos sem correr outro risco que o de vendê-los, o que chamamos prorrogação de *rescontre* em *rescontre* aos especuladores, fizeram 10 e 12% de seu dinheiro sem ser de qualquer forma taxados de usurários, nem sofrer qualquer censura. As pessoas mais austeras e mais rígidas fizeram e podem fazer esse comércio. Aqueles que receberam os fundos por via de comprometimento e que só pagam 4% do dinheiro que tinham pegado nos citados fundos, lucrarão com o excedente de 10 e 12%, ou mais. Houve grande número de pessoas há três anos e na guerra de 1744 que ganharam grandes somas somente fazendo prorrogações.

Para voltar aos jogadores, vemos que um homem que tem somente recursos para enfrentar as variações que podem acontecer nos preços dos fundos de três em três meses pode comprar ou vender por milhares tendo na circulação somente 10 ou 15%, que é a variação mais alta que existe normalmente em um *rescontre*. A menos que aconteça um grande evento, como paz ou guerra, mudança de dividendo ou outra revolução, o que ocasiona muitas vezes quedas de 30% ou mais.

Recapitulemos ainda uma vez todas as decisões a tomar para aquele que comprou as 1.000 libras em questão em anuidades a 82, e que supusemos ter subido a 88.

- 1.º Ele pode pagá-las recebendo-as em seu nome e em sua conta, se tem 844 libras esterlinas em espécies.
- 2.º Ele pode aplicá-las em Amsterdã ou em Londres, basta que tenha somente 200 libras esterlinas para o excedente, porque não damos jamais todo o valor do fundo que compramos ou que hipotecamos quando o comprometemos. Recebemos nesse caso um grande juro do excedente. Essa operação é muito

fácil em tempos calmos, mas era bem mais difícil há três anos<sup>157</sup>, o dinheiro tendo se tornado mais raro pelas altas aplicações que se fizeram, e todo mundo prefere comprar nesse momento por sua própria conta, em vez de encarar fundos com garantia. Essa operação de participar dos fundos é muito perigosa quando não a fazemos com prudência, e quando nos comprometemos para além de nossas capacidades, principalmente em tempos críticos ou durante um evento imprevisto. Mas é sempre segura e lucrativa quando a realizamos para fazer prorrogações sem correr o risco do preço dos fundos, desde que estejamos lidando com pessoas sólidas.

A 3.<sup>a</sup> operação que há a fazer é vender as 1.000 libras que compramos e liquidar seu *rescontre* seja com ganho, seja com perda, pagando ou recebendo as variações e ponto final.

Enfim, a 4.<sup>a</sup> e última operação, que é a mais comum, como vimos, prorrogar suas 1.000 libras para o *rescontre* ou prazo seguinte, pagando a variação e tentando obter essa prorrogação a um preço mais razoável. Esse fato é tão importante que se repete quatro vezes por ano, se a especulação é a longo prazo.

É preciso observar ainda que o preço da prorrogação é arbitrário, sujeito a muitas variações e que a agiotagem tem grande participação. Faremos a seguir uma análise histórica e mais ampla da natureza da prorrogação (que não poderíamos explicar muito) e do que aconteceu em 1748, 1755 e 1762.

Disse que chamávamos as compras e vendas a prazo de *mercados fechados* para distingui-los dos subsídios. Mas antes de deixar de lado o detalhe dessa operação chamada pelos acionistas de *mercado fechado*, é bom observar que, assim como, por meio do recurso das prorrogações, podemos

---

157 É preciso sempre lembrar-se de que isso foi escrito em 1763. (N. do A.)

comprar a prazo pelo valor dos fundos que excedem muito nossas capacidades atuais e potenciais, tendo de pagar no *rescontre* somente a variação, da mesma forma aquele que vende o que não tem, ou, por mais que o possua, tem de seu lado o mesmo recurso. E se o acordo para a baixa não acontece e se ele quiser empurrar sua *contramina*<sup>158</sup> para frente, faz prorrogação de *rescontre* em *rescontre*, com vantagem se a prorrogação é cara e com desvantagem se é pequena. Ele pode também, recomprando sua parte, liquidar seu negócio, e são as duas únicas ações que pode tomar, enquanto o não profissional ou comprador tem quatro, como mostramos, a saber: revendê-lo, recebê-lo, comprometê-lo ou prorrogá-lo.

Dissemos que há subsídios a receber e subsídios a dar que damos de *rescontre* em *rescontre*, isto é, para os prazos específicos de 1.º de fevereiro, 1.º de maio, 1.º de agosto e 1.º de novembro.

Vimos o que é um subsídio para a alta, que se chama *a dar*. Paulo acredita que as ações das Índias da Inglaterra, que valem atualmente 147 para o *rescontre* de novembro, aumentarão muito pela paz que ele acredita próxima, ou por algum outro evento perto de acontecer, mas ele não ousa comprar, entretanto, porque não está seguro disso ou porque não tem crédito suficiente para comprar em *mercado fechado*. Ele arrisca então um subsídio de 2 ou 2,5%, que ele dá a Pedro, que, por meio desse subsídio, obriga-se a lhe dar 1.000 libras das Índias da Inglaterra em 1.º de novembro a 150, se ele o exigir, de maneira que só aquele que recebe o subsídio é quem se compromete. Aquele que dá a ação tem a opção, no dia 1.º de novembro, de requerer ou não

---

158 Chama-se *contramina* quando se vendem fundos que não se tem e se dá subsídios para a baixa, isto é, subsídios *a receber*. (N. do A.) No original, *contremine*, cuja tradução em português tem o mesmo sentido do francês, isto é, uma galeria subterrânea construída sob uma mina inimiga para provocar sua destruição. (N. do T.)

àquele que recebeu seu subsídio de Ihe dar as 1.000 libras no *rescontre*, e aquele que recebe o subsídio faz um contrato pelo qual se obriga a dar 1.000 libras nas Índias ao dador do referido subsídio no prazo combinado.

Analise agora o destino desse subsídio em todos os casos possíveis. Antes é preciso observar que se o prazo do *rescontre* se aproxima e a ação não sobe, o valor do subsídio cai, e em vez dos 2,5% que custou, ela não valerá mais do que 1%, às vezes menos. Nesse caso, se a especulação do dador cessa, ele pode ainda retirar seu subsídio com perda. Há, além disso, outra operação, que é a mais curiosa, que é a de converter esse subsídio *a dar*, que era para a alta, em um subsídio *a receber* para a baixa, e aqui está como fazer isso. Primeiro, acreditando que a ação subiria muito, concedeu-se 2,5% a dar a 150. A ação efetivamente foi favorável, mas há opiniões de que as causas que deviam produzir a alta não acontecerão, ou que algum evento secreto apostaria todas as fichas na boa notícia. Tudo o que se tem a fazer é vender em mercado fechado em favor desse subsídio para o mesmo *rescontre*, 1.000 libras a 150% e converteu-se por esse procedimento o subsídio que era *a dar* em subsídio *a receber*, considerando que, apesar da venda efetiva, tudo o que se poderia perder é o subsídio, entretanto, tem-se a chance de ganhar 10, 20 ou 30 se a ação viesse a ter tal queda no intervalo do *rescontre*. E tem mais, em um tempo de fermentação podemos realizar a alternativa desse procedimento 3 ou 4 vezes no intervalo de um *rescontre* sobre o mesmo subsídio, às vezes vendendo, às vezes comprando, não arriscando nunca mais do que o subsídio original, lucrando sempre por operações sempre vencedoras. Os especuladores experientes que, no fim de cada *rescontre*, dão pequenos subsídios *a dar* ou *a receber* para o *rescontre* seguinte, são sempre beneficiados e têm

sempre colheitas abundantes em favor desses pequenos subsídios, com uma vantagem maior ou menor, segundo as variações e os eventos que acontecem nesse intervalo. Aqueles que estão atentos aos jogadores podem sempre arriscar por diversão enquanto esperam para entrar no jogo para valer. Há ainda outras mediações e outras combinações lucrativas independentes do jogo e dos eventos, isto é, fazendo duas ou três operações simultâneas, pegando ou dando subsídios, comprando ou vendendo sobre esses subsídios. Aqueles que conhecem esses cálculos encontram aí muitas vezes uma vantagem de um quarto, de meio e de 1%, e frequentemente uma possibilidade *a receber* ou *a dar* por nada. A multiplicidade dessas operações, repetidas com frequência, vai mais longe do que se pensa. Está aí a maior arte do especulador experiente, ou melhor, do acionista (porque estaríamos errados em tomar essa palavra totalmente na acepção comum e desagradável).

Voltemos a nosso dador de subsídios por especulação e não por agiotagem. Se antes de 1.º de novembro a ação subiu acima de 150, por exemplo a 155, ele pode liquidar ou retirar seu subsídio de duas maneiras diferentes. Isso merece ainda bastante atenção. A primeira é a forma mais simples, que é vender pura e simplesmente seu contrato por dinheiro em espécie à razão de 5 ou talvez de 6%. Se alguém perguntar por que esse excedente de 5 a 6%, respondo que é porque o subsídio para a baixa *a receber* a 150 vale alguma coisa, principalmente se o *rescontre* está ainda distante e se os eventos são incertos, o que faz com que o subsídio em favor do qual fazemos todas essas operações ganhe além do valor da ação, realizando seu valor de 5%, e além do subsídio *a receber*. Esse simples enunciado nos indica a segunda maneira de realizar o subsídio em questão, fazendo o que o comprador do contrato poderia

fazer, isto é, vendendo 1.000 libras sobre seu subsídio a 155. O que aconteceria? A ação cai a 150? Ele ainda ganhou os 5%. Ela sobe consideravelmente? Isso não lhe diz respeito porque ele requisita àquele que pegou o subsídio para lhe dar, segundo seu contrato, 1.000 libras a 150 e as dá àquele a quem vendeu ele mesmo a 150. Mas se a ação viesse a baixar a 140, nesse caso não se trata mais de seu subsídio, que era como uma âncora para colocá-la a salvo da tempestade, acontece então que ele ganha 15% sobre seu subsídio original, em vez dos 5 ou 6% que ele a princípio podia ter ganho durante a primeira operação. Tal é o andamento da conversão de subsídios. Vimos muitas vezes, com um subsídio de 1 ou 2%, ganhar 20 ou 30 em um *rescontre*, e isso sem nenhum risco, em favor do mesmo subsídio que convertemos às vezes para a alta, às vezes para a baixa.

O mesmo andamento de gradação se encontra vice-versa nos subsídios *a receber*, porque, se demos a princípio um subsídio *a receber* a 145, e caso as ações venham primeiro a cair a 140 por um pânico súbito, o que é muito comum no mundo das ações, e se em favor desse subsídio venhamos a comprar para a realização e, em seguida, como acontece frequentemente, as ações venham a subir a 160, ganhamos 20% e os 5 do subsídio, sem ter nada a arriscar a não ser o subsídio, que convertemos da maneira que acabamos de explicar. O subsídio *a receber* é ainda um subsídio de segurança para aqueles que têm os fundos reais que temem algum evento e que, não querendo se desfazer de seus fundos, ficam a salvo da tempestade nos tempos de crise que temem. Em tempos calmos, aqueles que dão os subsídios por especulação, seja *a receber*, seja *a dar*, as perdem normalmente. Aqueles que têm fundos reais

tomam, às vezes, subsídios *a dar* a um preço bem mais alto que o valor atual de seus fundos e aproveitam por esse procedimento todos os *rescontres* a um juro duplo de seus fundos e, se o fundo sobe, acontece de os terem vendido a um preço mais vantajoso. Nesse caso, se não querem se desfazer deles transportando-os, mudam de tropa, recebem prorrogações e, esperando o momento de uma baixa, pegam subsídios *a receber* sobre a parte deles, o que, junto com a prorrogação, dá um bom juro. Todos esses são recursos muito vantajosos e convidam todo mundo a se interessar por esses fundos, como a experiência demonstra. As vantagens e os recursos que as pessoas encontram aí, tanto para investir solidamente seu dinheiro a um bom juro, quanto para satisfazer a paixão do jogo, favorecem muito o Estado e o governo, que encontram seus fundos quando deles precisam.

DESENVOLVIMENTO DOS INCIDENTES E CAUSAS QUE PODEM  
FAZER SUBIR OU BAIXAR AS AÇÕES NA CRISE DO *RESCONTE*,  
INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER EVENTO REAL E POLÍTICO

Essas variações, ainda que momentâneas, são às vezes bem consideráveis e dignas de atenção. Para ter uma ideia clara do *rescontre*, é preciso analisar primeiro a natureza diversa dos procedimentos que nele acertamos, lembrando-se de tudo o que dissemos acima. Temos observado que há pessoas que vendem realmente seus fundos e o transportam no prazo prescrito no *rescontre*, da mesma forma como há pessoas que compram para aplicar realmente seu dinheiro, seja guardando os fundos efetivamente, seja revendendo-os em prorrogação, como um meio de valorizar seu dinheiro. Há até mesmo um grande número

de pessoas que só investem seu dinheiro nos fundos para desfrutar de prorrogações vantajosas, submetendo-se em todos os *rescontres* diante de especuladores, a liquidar as variações, seja desembolsando o que o fundo bonificou, seja recebendo o que ele perdeu, ainda que isso não lhes diga respeito, uma vez que eles não perdem nem ganham nas variações, isso só influi sobre o juro maior ou menor de seus gastos. Exceto, então, aqueles que recebem e que transportam realmente os fundos, o resto, que compõe a multidão de acionistas e de jogadores, só compra ou vende o que chamamos, em termos do ofício, *vento*, e essas operações se reduzem a uma espécie de aval do qual nos desfazemos da maneira que vimos acima. Porém, o que acontece no *rescontre*? No dia 15 do mês de cada *rescontre* todos os participantes se reúnem numa sala ao redor de uma grande mesa: há aquele que faz o *rescontre* de 10 ou 12 pessoas e tudo funciona como um relógio.

Aqui está o procedimento. O responsável pelo *rescontre* diz: fulano vendeu 1.000 libras a beltrano, que responde por ele. Aquele que está encarregado do *rescontre* do comprador faz o relatório: se o recebe ele mesmo ou se ele pegou a prorrogação, tudo está feito, porque a prorrogação supõe uma compra e uma venda simultâneas. Aquele que obtém prorrogação deveria ter recomprado sua parte em dinheiro e vendido a prazo, o vendedor vice-versa, assim essa parte está extinta, mas como o primeiro comprador pode ter revendido esse contrato a outro, esse outro a outro ainda e assim sucessivamente, até que o vendedor ou o comprador encontrem uma operação final, isto é, uma recepção ou transporte real ou artificial. É essa inversão de partida que chamamos em *rescontre* aliar o vendedor em último caso ao comprador. É um vai e vem, ou um verdadeiro círculo.

Porém, aqui reside o mistério do jogo dos acionistas. Se acontecer em um *rescontre* de haver, entre os vendedores, vários que tenham vendido realmente seus fundos, que o transportam, que não queiram obter prorrogações, isso se chama, em termos do ofício, que há restos, e isso causa uma baixa. Quando é o contrário e há mais que recebem do que os que transportam, diz-se que há falha, penúria ou falta de ações, e elas aumentam. Aqueles que venderam são obrigados a comprar a qualquer preço. Mas quando não há recebedores na mesma proporção, falta dinheiro, nesse caso a prorrogação aumenta muito e as ações baixam, sem outro motivo a não ser o grande número de transportes e a impotência em que estão os compradores para receber proporcionalmente, o que os obriga a vender a qualquer preço para poder liquidar seu *rescontre*<sup>159</sup>. Nesse caso, recebedores ou novos compradores aparecem, seduzidos pelo preço baixo do fundo, ou por aquele da prorrogação exorbitante. Se, ao contrário, há muitos recebedores reais com dinheiro e poucos transportadores efetivos, a prorrogação baixa e os vendedores, não tendo ninguém que lhes dê prorrogações, são obrigados a comprar a qualquer preço. Como essa crise é muitas vezes prevista pelos acionistas, eles fazem o que se chama um jogo de compradores ou de vendedores para, na liquidação do *rescontre*, fazer aumentar ou diminuir os fundos, sem outra causa a não ser a posição do *rescontre* e as capacidades dos vendedores diante dos compradores. Os especialistas julgam o aspecto do *rescontre* de acordo com o clima e segundo as observações sobre as operações feitas, que normalmente são bem conhecidas; enganam-se, entretanto, muitas vezes sobre as aparências mais bem tramadas. Em um *rescontre* ou dois

---

159 Tal acidente foi uma das principais causas da grande baixa nas ações das Índias da Inglaterra em 1769. (N. do A.)

antes da paz de 1748, todo mundo era comprador e, conseqüentemente, dador de prorrogações. Assim foram pagas prorrogações exorbitantes que, entretanto, acabaram muito bem compensadas pela alta causada pela assinatura dos acordos preliminares. Aqueles que se contentaram em desfrutar das prorrogações vendendo seu fundo real ou comprometido lucraram com um grande juro, mas os vendedores de vento, que chamamos também contramineiros, perderam muito, apesar da vantagem imensa da prorrogação alta e usurária.

No começo da guerra de 1755, aconteceu uma espécie de fenômeno no jogo no mercado acionário, e inventou-se na Inglaterra um novo termo para exprimi-lo. Seremos, então, obrigados de constituir um. Aqui está o fato. A contramina, isto é, a quantidade de vendedores principalmente nas ações das Índias, era tão grande, que talvez tivessem sido vendidas mais ações do que havia ou, pelo menos, que se encontravam em circulação no mercado, o que fez com que em vez do comprador dar prorrogações, que chamamos em Londres continuação, ele os recebia do vendedor para recuar na sua compra até o próximo *rescontre*, o que chamamos *Backwardation*, como se diria, *rebaixamento*, ainda que o comprador tenha tido uma vantagem nas Índias de 7 a 8% ou mais, todo o resto igual, durante dois anos e em grande prejuízo dos contramineiros, ou vendedores, que têm sempre uma desvantagem em relação aos não profissionais. Este, com dinheiro ou crédito, pode sustentar a aposta, guardar seu fundo, tirar dele um juro, e esperar um momento favorável, enquanto aquele que vendeu um fundo que não tem, se o sucesso não responde em primeiro lugar, sabota a si mesmo e nem com todo o dinheiro do mundo poderia dar o que não tem sem comprá-lo. Os contramineiros nas Índias em 1755, 1756 e 1757 foram obrigados a tomar emprestadas ações daqueles que as tinham, pagando grandes

juros para sustentar e empurrar sua contramina adiante, tudo pelo medo da expedição do Senhor de Lally<sup>160</sup> e aqueles que aproveitaram da baixa durante a tomada do Forte de Saint David<sup>161</sup> não ganharam nada outra vez, tendo sido destruídos pelos *Backwardations* ou *rebaixamentos*. Quero falar dessas operações antigas porque os mais próximos do *rescontre* devolveram muito, considerando que os subsídios *a receber* que só tinham custado 1,5% valeram 10, 12 e 15%. Aconteceu o contrário depois de dois anos, o dinheiro tendo se tornado mais raro fez aumentar as prorrogações que aumentaram ainda pela esperança da próxima paz, porque essa esperança faz com que haja mais não profissionais, isto é, dadores de prorrogações do que contramineiros.

É preciso ainda acrescentar que o preço de corretagem de cada mil libras de um fundo da Inglaterra qualquer, seja nas anuidades dos diferentes empréstimos de 3, 3,5 e 4%, nas Índias, no banco, no sul é sempre de 15 florins tanto para a compra quanto para a venda, assim como para as prorrogações e para os subsídios que passam de 2%. Quando o subsídio que se dá e que se recebe está abaixo de 2%, só se pagam 3 florins e 10 soldos. Os corretores não estão uns com os outros, eles buscam sempre os acionistas que são intermediários e os depositários de todas as transações. É o que eles têm no caso da corretagem dos dois lados, enquanto, fazendo com o corretor, eles não têm mais que uma simples corretagem e é uma grande desvantagem para a multidão de jogadores que enriquecem os acionistas ainda mais que os corretores.

---

160 Thomas Arthur, Barão de Tollendal, Conde de Lally, chamado Lally-Tollendal (1702-1766), militar e alto funcionário francês, foi responsável por uma campanha desastrosa nas Índias a partir de 1755. Os territórios antes conquistados pela França são perdidos para a Inglaterra em 1761. (N. do T.)

161 Forte próximo a Puducherry, cidade do sul da Índia, tomado por Lally a 2 de junho de 1758. (N. do T.)

É bom observar que antigamente quase todas as operações ou transações nos fundos da Inglaterra, que chamamos jogo no mercado acionário, se faziam nas ações do Banco do Sul<sup>162</sup>, e principalmente nas Índias. É verdade que nesse caso o jogo nas ações da Companhia das Índias Orientais e Ocidentais da Holanda era mais ágil, mal se falava em anuidades. Mas desde a última guerra o espírito do jogo ficando mais amplo, o dinheiro tendo se tornado ainda mais abundante, pensou-se que esse círculo era muito estreito, e mergulhou-se nesse oceano das anuidades em que os jogadores são menos desorientados nos *rescontres*. O jogo nas anuidades tornou-se essencial e necessário assim que o governo, em vez de fazer empréstimos de 3 milhões de libras esterlinas, fez primeiro de 6, depois 8 e enfim de 12: o efeito tornou-se a causa e o jogo veio ajudar a massa que o fez nascer, como desenvolvi acima. É porque acredito que se a paz continuar alguns anos a abundância do dinheiro e o espírito do jogo levarão as ações das Índias a um preço exorbitante. Porque as anuidades estando uma vez no seu valor, depois que não for mais o caso de novos empréstimos, elas não serão objeto cotidiano do mercado e todos os jogadores cairão necessariamente nas Índias pela esperança do aumento do dividendo e dos acidentes variados que podemos esperar de uma companhia comerciante<sup>163</sup>: o volume do fundo será muito pequeno para o número de jogadores, porque há muitas ações em mão forte e em mão morta que não circulam na praça, o que dá um belo jogo àqueles que apostarão na alta, ainda mais do que os imensos progressos que essa companhia está por fazer. Aí estão os principais elementos de um jogo que me parece influir sobre os sistemas políticos da Europa.

---

162 Não foram encontradas referências a esse banco. (N. do T.)

163 Isso efetivamente aconteceu em 1766. As ações das Índias subiram até 280: o autor tinha previsto muito tempo antes essa alta, sobre os progressos que ele previa que a Companhia devia fazer no Híndustão. (N. do A.)

# MÉTODO

*Do qual se serve a Holanda para fazer o recebimento das taxas e dos impostos sobre os bens patrimoniais, e como é depositado o rendimento nos cofres do Estado.*



O recebimento da taxa sobre as moradias se faz na Holanda de maneira muito simples e a custo baixo.

Cada cidade tem uma lista de todas as casas de seu distrito, bairro ou jurisdição. Chamamos isso de caderno de residências. As casas são taxadas pelas províncias por certo número de anos, na proporção do aluguel que rendem ou que poderiam render caso fossem alugadas.

Os proprietários devem levar o dinheiro à prefeitura. Isso é o que se pratica em Amsterdã. Em outras cidades ou distritos, leva-se o dinheiro a um recebedor preposto que o deposita simplesmente nos cofres do Estado.

O imposto comum sobre as moradias (e sobre as terras) chama-se *verponding*. Como se disséssemos *tanto por libra*. E o imposto extraordinário se chama centésimo e ducentésimo dinheiro<sup>164</sup>. Concede-se um bônus de 4% de desconto sobre a taxa para aqueles que pagam o centésimo e o ducentésimo dinheiro no primeiro prazo previsto.

Em Amsterdã aqueles que estão em dívida para o pagamento são notificados duas ou três vezes, depois disso começa-se por lhes retirar a posse da casa, depois ela é vendida por falta de pagamento de impostos, o que chamamos execução e que acontece raramente.

---

164 O centésimo dinheiro corresponde a 1% e o ducentésimo dinheiro corresponde a 0,5%. Para explicação, ver nota 93. (N. do T.)

O imposto sobre as terras recebe-se mais ou menos da mesma forma, isto é, há as tabelas, ou cadernos, em que todas as terras se encontram taxadas por uma avaliação feita pelos estados, a exemplo do que se faz com as casas, isto é, sobre o arrendamento rural ou a relação que se chama na Holanda *louage*, mas as despesas de recebimento são mais altas que aquelas das casas nas cidades. Para fazer a cobrança em todo o país, é preciso certo número de prepostos que o receptor contrata. É sempre o receptor que deposita o dinheiro nos cofres do Estado.

Os grãos de qualquer tipo e outras matérias de consumo são objetos mais complicados, cujo recebimento se faz por coleta ou controle do Estado. O trigo paga um valor por saca quando está moído. Esses objetos, que são muito consideráveis, funcionavam antes em forma de concessão, substituímos os *fermiers*<sup>165</sup> pelos coletores. Esse controle do Estado é um pouco mais lucrativo, menos desagradável e menos sujeito a desvios, mas o número de empregados não diminuiu muito depois dessa mudança. Os artigos dos quais o imposto é cobrado por meio da coleta são os grãos de todos os tipos, o vinho, a cerveja, em resumo, tudo o que for comestível, toda matéria de consumo. Há, entretanto, algumas pequenas exceções. Por exemplo, o imposto sobre o sal e aquele sobre o sabão, antigamente arrendados, recebem-se atualmente pelos coletores por conta do Estado. Mas independentemente desse imposto universal, cada família é ainda taxada ou cotizada sobre o número de empregados domésticos por um consumo ideal desses dois artigos, que já pagaram silenciosamente vários impostos,

---

165 A *Ferme Générale*, ou Fazenda Geral, era uma espécie de concessionária de serviço público, uma empresa privada que tinha autorização do rei para cobrar alguns impostos. Um *fermier* era, portanto, uma espécie de coletor de impostos autorizado. (N. do T.)

sem contar um aumento de imposto nas cidades, que têm ainda os impostos municipais. Paga-se semelhante taxa para o café e para o chá. Paga-se ainda uma taxa pelos coches e outros veículos, pelos cavalos e outros animais. Isso se chama o dinheiro da orelha e do chifre. O recebimento de todos esses artigos se faz a um custo baixo, há somente um recebedor em cada distrito e um número muito pequeno de prepostos para fazer a cobrança.

É para fazer a coleta das matérias de consumo que é preciso empregar um número muito grande de prepostos. Há um coletor-geral para cada distrito que tem um grande número de subalternos, e é o coletor-geral que deposita o dinheiro nos cofres do Estado.

Tudo isso só acontece nas províncias da Holanda e de West-Friesland, as outras províncias têm seus métodos particulares. Há até províncias em que as fazendas existem ainda nas mesmas condições de antes.

Pode-se ver o *Placard*<sup>166</sup> geral e particular para o controle das coletas do Estado.

Quanto aos impostos aduaneiros, que se chamam na Holanda impostos de almirantado, basta consultar o *Placard* de 31 de julho de 1725 que se encontra na Scheltus.

Cada aduana das províncias tem seu cofre particular. O recebimento de impostos de almirantado custa caro, é difícil e muito complicado. Como cada província age como quer, com mais ou menos rigor, acontecem grandes inconvenientes, as despesas de recebimento são sempre inevitáveis nos grandes artigos, trabalha-se inutilmente há muito tempo para corrigir os abusos e para simplificar

---

166 *Placard* (ou Cartaz da Holanda) é uma palavra que se usa na Holanda para indicar os documentos (em forma de cartaz) pelos quais se tornam públicas as resoluções e portarias das províncias, tanto pelo governo quanto pela polícia e pelo comércio. (N. do T.)

o controle do Estado. Mas sabemos que um mesmo homem não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, que quase todos tentam escamotear os impostos que se deve pagar, que o número de pessoas realmente honestas é muito pequeno, tanto entre aqueles que pagam quanto entre aqueles que recebem os pagamentos. Esses abusos não se corrigirão nunca inteiramente e um grande número de empregados é absolutamente inevitável.

Os proprietários das ações da Companhia das Índias Orientais só recebem os dividendos se pagarem previamente ao Estado o imposto ou o encargo de 190 florins sobre cada ação. As ações da Companhia Ocidental têm menos encargos.

Os contratos que chamamos obrigações sob a responsabilidade do Estado foram submetidos a uma espécie de retenção sob a denominação de centésimo e ducentésimo dinheiro. Essa carteira foi vista como um bem patrimonial e tratada da mesma forma. Essa taxa teve sua origem há mais de cem anos. Ignorava-se, então, os verdadeiros princípios do crédito, os fundos públicos jamais deviam ter encargos, é contra a boa-fé e o crédito, que é a base da força de um Estado.

Todo imposto que anula uma massa de valor diminuindo o numerário é destrutivo e contrário às finanças, é atacar as raízes das plantas que temos interesse em cultivar e conservar, é tirar as plumas das asas dos pássaros que destinamos a voar, em resumo, é cortar, como dizemos, a árvore pelo tronco para poder colher a fruta. Assim é, por exemplo, o *Belasting* ou imposto do qual acabo de falar, de 190 florins sobre as ações da Companhia das Índias na Holanda. Esse imposto reduz necessariamente o valor de cada ação acima de 200 para 100 (os juros das ações tendo sempre sido considerados sobre a taxa de 3%). Ora, 200 por 100 em cada ação destroem um valor de 13 milhões de florins de numerário, que os acionistas,

*rentiers*, comerciantes e outros indivíduos da República têm a menos: os estrangeiros não tem aí nenhum interesse. Essa força ativa enfraquecida diminui proporcionalmente todas as capacidades dessa classe. Os infortúnios e as perdas pelos quais a Companhia passou foram mais perceptíveis e até nefastos para a fortuna dos acionistas por essa carga esmagadora que não se tinha sentido tanto em tempos mais prósperos. A diminuição prodigiosa do capital e dos juros causou a ruína de um grande número de pessoas, fez expatriar outras e influenciou as classes inferiores, conseqüentemente, é claro como o dia que o rendimento do Estado deve sentir tanta diminuição e supressão do consumo, uma vez que este é a fonte das finanças.

O rendimento desse *Belasting*, ou imposto, chega, é verdade, a 400 mil florins, mas ele ataca uma parte integrante de um rendimento ou renda real de uma classe. Enganaram-se quando tomaram as ações por um bem patrimonial, elas são de natureza muito diferente. Não podemos ver também o *Belasting* como esses impostos imperceptíveis que se confundem com o preço das coisas. Ele ataca o nervo, o valor do fundo e, em consequência, uma das próprias fontes do imposto, ele o esgota, duplica e triplica os danos, desacelerando a circulação. Primeiro, se esses 400 mil florins fossem para as mãos dos proprietários das ações, é indiscutível que uma grande parte dessa soma primordial encheria anualmente os cofres do Estado pelos objetos de consumo, de luxo e de despesa. Aumentaria ainda o rendimento do Estado pela circulação das classes inferiores por onde esse dinheiro passaria. Enfim, aumentaria o rendimento do fisco pelo progresso ativo e revigorante que o numerário (quero dizer, o maior valor do preço das ações, juros incluídos) produziria no comércio e em outros assuntos que fazem parte da esfera das atividades acionárias.

Aqui não é lugar para examinar o quanto é duro para os acionistas, depois de tantas perdas, pagar o mesmo imposto, tendo apenas um pequeno dividendo, quando ele era o dobro ou mais. É desejável que se compense essa desproporção, igualmente nociva para o Estado e para as pessoas. E é provável que ela seja compensada assim que chegemos a mostrar as desvantagens. Uma tarifa proporcional entre imposto e rendimento é uma coisa tão justa, tão equitativa que não se poderiam fazer objeções a isso. Mas seria ainda melhor suprimi-la totalmente pelas razões ditas acima e, se fosse absolutamente necessária alguma equivalência para substituir o *Belasting*, seria bem mais conveniente cobrá-lo sobre o consumo interno das especiarias e sobre a exportação da mesma mercadoria. Seria muito difícil imaginar um imposto menos caro que esse: a despesa que cada pessoa faz em sua casa em especiarias é tão pequena que 1% a mais ou a menos sobre o preço é absolutamente imperceptível. A mesma razão prevalece no estrangeiro: é uma mercadoria exclusiva, e estou convencido de que isso não faria mal algum ao comércio e renderia quase o equivalente desse encargo, tão opressivo quanto pouco equitativo.

ENSAIO  
SOBRE  
O LUXO

*Publicado em Amsterdã em 1762.*



## ADVERTÊNCIA

O autor deste ensaio, tendo sido interrogado por uma pessoa de consideração sobre a causa da decadência do comércio em certo país, indicou, entre outras razões, aquela do luxo, sobre o que lhe mostraram que talentos de primeira grandeza estavam convencidos de que o luxo era necessário e até útil, principalmente em um grande reino. O autor, não podendo admitir esse sistema sem grandes restrições, foi chamado a colocar suas ideias por escrito, sem consultar nem analisar metodicamente as razões daqueles que escreveram a favor e contra esse sistema. Mas como sua memória pode lhe ter fornecido expressões análogas ao seu assunto, sem estar em condições de citar exatamente as fontes, marcaremos essas expressões por caracteres em *itálico*. Além disso, ainda que normalmente as ideias se encontrem quando se trata do mesmo assunto, veremos, entretanto, que a matéria foi colocada sob nova luz e que há neste ensaio reflexos e perspectiva de prática baseada na experiência dos fatos, que dão a essas afirmações evidência palpável, que os raciocínios abstratos e de pura especulação não produzem quase jamais. O autor conhece muito sua fraqueza para pretender entrar em discussão com os gran-

des homens que parecem ser de sentimento contrário, ele os reconhece como mestres em tudo, mas tem ao mesmo tempo a franqueza intrépida de se afastar de seu sistema em um ponto essencial aos interesses do gênero humano. Ele fala de seu sentimento como filósofo, sem pretender parecer censor. Seria deselegante fazê-lo. Ele é tão severo consigo mesmo quanto indulgente com os outros. Por exemplo, se falando a partir de suas observações e de sua experiência ele mostra o prejuízo que as magníficas casas de campo trouxeram, em um país comerciante, aos negócios de seus proprietários, não é porque ele condena esse gosto, ele não condena ninguém. Depois de Cícero, talvez jamais ninguém tenha amado tanto a vida campestre quanto o autor deste ensaio, ele conhece todos os seus encantos, é seu local favorito, sua paixão dominante, mas ele percebe os defeitos de sua amante. Ele viu as devastações que esse gosto, diferente daquele do qual Cícero tece o elogio, fez em um país comerciante (a Holanda). Ele não culpa por isso essa inclinação naqueles que não estão na situação em questão, aliás, sua intenção nunca foi de tornar público este ensaio. Mas uma pessoa respeitável, a quem o autor não poderia recusar nada, tendo testemunhado que isso lhe agradaria, não quis opor-se, ainda mais porque, se ele não se engana em suas ideias, é muito importante para o público ser instruído sobre elas. *Homo sum: humani nihil a me alienum puto.*<sup>167</sup> (Sou homem: nada do que é humano me é estranho.)

---

167 Terêncio (185-159 a.C.), dramaturgo e poeta romano. (N. do T.)

## ENSAIO SOBRE O LUXO

De todas as pesquisas que exercem os espíritos deste século esclarecido, talvez nenhuma seja tão importante para o bem público e para o interesse da humanidade quanto aquela que diz respeito ao luxo. Ele é visto por uns como um dos maiores problemas e por outros como a fonte da opulência e do trabalho.

Dissemos e repetimos há muito tempo que nos disputamos muitas vezes por falta de entendimento e que cada um dá um sentido diferente às palavras de que se serve, porque elas não são definidas da mesma forma. Isso é verdade às vezes, mas não impede que não haja casos em que, tomando todas as palavras de uma proposição exatamente na mesma acepção, há, entretanto, várias pessoas que pensam de maneira diferente e o resultado de sua combinação encontra-se diametralmente oposto. É, no entanto, bom começar primeiro por definir as palavras que estão no cerne da questão, principalmente quando o sentido delas é complexo. Assim é a palavra *luxo*, que apresenta um sentido vago e indeterminado, o que seguramente contribuiu para a diversidade de sentimentos opostos que há sobre essa importante matéria, quando se trata de examinar se ele é útil ou nocivo para um Estado.

Em todos os tempos tínhamos visto o luxo como a causa da corrupção dos costumes, da ruína dos reinos, e era, por assim dizer, um axioma irrefutável<sup>168</sup>, mas nesse último século, espíritos esclarecidos fizeram ao contrário a apologia do luxo, e afirmaram que ele era necessário para fazer florescer um grande reino, para favorecer o comércio, a circulação, a indústria, as manufaturas, e que

---

168 Melon, Voltaire e Hume. (N. do A.)

o luxo sozinho endireitava, por assim dizer, a desigualdade de condições, colocando em contribuição o supérfluo de uns para atender à necessidade de outros. É ele, diz-se, que cria todos os refinamentos do bom gosto e desenvolve os talentos de tantos artistas cuja arte e gênio são encorajados pela profusão e prodigalidade que o luxo introduz. Aí está o lado bonito da medalha. Mas como frequentemente *o que vemos em um objeto não é tudo o que podemos ver nele*, e que uma verdade nos impedindo a visão de outras verdades nos conduz muitas vezes ao erro, poderia ser que aprofundando mais a matéria percebêssemos que ainda que quase tudo o que acabamos de dizer seja verdade até certo ponto, o mal que o luxo excessivo causa por outro lado é infinitamente mais perigoso, e a especulação confirmará o que a experiência de todos os séculos nos demonstrou. É uma verdade histórica e indiscutível que o luxo muito grande sempre foi arauto da destruição de um Estado. Digamos mais, ele foi quase sempre sua causa. O trabalho e a economia são os princípios da verdadeira prosperidade, e o brilho do fausto e da magnificência sem isso são apenas um falso esplendor, que esconde a miséria.

Mas é aqui que precisamos parar um momento antes de ir além para ter uma ideia precisa do que entendemos pela palavra *luxo*. Se quiséssemos designar por luxo tudo o que excede o necessário físico, faríamos a apologia dos selvagens trazendo de volta, por assim dizer, as leis de *Licurgo*<sup>169</sup>, o que não é minha intenção. Concordo ainda que o que era luxo em um tempo não o é mais em outro, mas é nessa gradação, cujo progresso tende ao infinito, que é preciso compreender com sagacidade o grau da escala em que ele degenera em

---

169 Licurgo é um personagem mítico grego a quem se atribui a criação das leis espartanas, segundo as quais cada cidadão de Esparta era um soldado pronto para a guerra. Toda a vida civil em Esparta era adaptada àquela de um quartel. (N. do T.)

vício. Compreendo um vício político que, longe de ser útil, torna-se nocivo ao Estado. Essa distinção é ainda local, individual e sujeita a diferentes tempos e épocas. O que é um luxo destrutivo em um país seria talvez útil ou indiferente em outro. Um luxo destrutivo e indecente em uma ordem da sociedade é respeitável, indispensável e útil em outra e, enfim, no mesmo país, onde certo luxo é necessário, pode haver tempos em que leis suntuárias seriam úteis.

Se alguém quiser se dar o trabalho de me seguir na análise desse princípios verá que, ainda que de maneira abstrata, o luxo pareça produzir certas vantagens, o abuso é a causa das maiores desordens. Se a despesa ou o luxo de cada pessoa fosse um termômetro de sua fortuna, o grau do luxo seria certamente o sintoma da força, da riqueza, da capacidade e da opulência de um Estado, mas não seria por esse motivo a sua causa e interromperia seu progresso. Mas o que acontece quando a vaidade e o amor próprio, excitados pela opinião, pelo costume e pelo orgulho, às vezes pela necessidade, fazem com que se queira parecer estabelecido para poder se estabelecer, que se aspire a uma consideração acima da sua condição e que se façam despesas, por um tempo, acima dessa condição, enfraquecendo a fundação de um edifício cômodo e necessário, para construir outro maior que não se estará jamais em condições de levantar? O Estado perde a casa e não ganha o palácio. Em um país em que o luxo reina, esse exemplo é repetido milhares de vezes em todas as Ordens de Estado. O luxo de que falo é, então, aquele que excita vários a fazer uma despesa acima do que suas capacidades comportam, pela consideração ligada a esse luxo, pelo desprezo em que se encontram aqueles que não estão em condições de fazê-lo, pela generalização de seu uso, pela opinião dos outros, o que faz com que o supérfluo, o inútil, o frívolo quase se tenha tornado

necessário e indispensável. É nesse aspecto que se pode ter tido razão de dizer que *a felicidade e a potência aparente que o luxo transmite durante alguns instantes a uma nação são comparáveis a essas febres violentas que emprestam durante um tempo uma forma incrível aos doentes que devoram, e parecem multiplicar as forças de um homem somente para privá-lo, no declínio desse acesso, de suas próprias forças e de sua vida*. São os ramos gulosos que secam o tronco e esgotam as raízes. Um jardineiro hábil os poda. Pode-se por meio de esterco, adubo e estufas ter uma colheita precoce e brilhante, mas essa fecundidade que espanta consome-se pelo abuso de suas forças, a letargia e a esterilidade sucedem.

É ainda fisicamente verdade que um luxo excessivo enfraquece o corpo e debilita a coragem, a preguiça enfraquece uns e a necessidade extenua outros. As necessidades multiplicadas tornam-se hábito; esse hábito, diminuindo os encantos da posse, não diminui sempre o desespero da privação. Não é mais do que verdade que *somos frequentemente infelizes por perder coisas que não somos felizes por possuir*. Que não se diga que é um mal individual, que não diz respeito ao público. Quando várias pessoas sofrem, o público sempre sente. Se fosse verdade que os bens daqueles que se arruinam se encontrassem espalhados nos outros indivíduos do Estado, a ruína dos infelizes lhe seria ainda prejudicial, porque é a multidão de abastados que faz sua opulência, mas é absolutamente falso que esses bens se encontram na massa do público. Se os bens de cada pessoa estivessem em estado de dinheiro líquido, isso poderia ser verdade, mas os bens, na maior parte, são bens de convenção, postigos, artificiais. A capacidade de trabalho, o crédito, a opinião, todos atributos imateriais, formam, sustentam e fortalecem uma grande parte das riquezas que se dissolvem, desaparecem e se destroem com a ruína de seus primeiros donos e

são perdidas para o Estado. Até a própria terra, que é concreta, cuja existência parece não poder se destruir e cujos proprietários parecem indiferentes ao Estado, não rende a este, considerando que a quebra dos primeiros proprietários faz negligenciar o cultivo e o valor, e o Estado sente isso. Aliás, as terras nunca são tão bem cultivadas como quando são partilhadas entre várias mãos. Com isso, que se preste atenção ao fato de que cem burgueses abastados são infinitamente mais úteis a um Estado do que cem pobres ou dez ricos poderosos. Essa afirmação é tão evidente que não é necessário prová-la; é a quantidade de lares que faz com o tempo uma despesa honesta, sustentada e permanente, que aumenta a circulação, a capacidade de trabalho, o consumo, o comércio, as manufaturas e todos os ofícios úteis, *que são os primogênitos dos ofícios agradáveis*. Mas quando um luxo excessivo faz com que *os ofícios sejam lucrativos na razão inversa de sua utilidade, os mais necessários se tornam nesse caso os mais negligenciados, e o Estado fica despovoado pela multiplicação dos súditos sob sua responsabilidade*, é então que se cai precisamente no inconveniente dos selvagens do Canadá, *que cortam a árvore pelo tronco para retirar dela o fruto*. O que enfraquece cada membro de um corpo deve necessariamente enfraquecer todo o corpo. Ora, o luxo excessivo enfraquece indiscutivelmente quase todas as ordens de um corpo político no estado físico e no estado moral. Consequentemente, ele deve minar e destruir a constituição desse corpo. Outro inconveniente que resulta do luxo é que, segundo a ordem natural, a procriação da espécie deve aumentar em um país, desde que um vício inerente, físico ou moral, não o impeça. Vimos, nos tempos em que o luxo só reinava entre os grandes, multidões saírem de um país sem despovoá-lo para se estabelecerem em outra parte, mas o luxo dos pais, cujo exemplo desagradável é muitas vezes

toda a herança dos filhos, os coloca necessariamente na condição de celibatários, interrompendo as fontes da vida e da procriação. É claro que pela subdivisão dos bens de um pai aos seus filhos, estes não poderiam viver no mesmo nível em que seu pai viveu, a não ser por uma destreza econômica. Pais econômicos, num comércio ou num negócio lucrativo, poupavam o suficiente para estabelecer, permitir a sobrevivência de cada um de seus filhos em condições tão sólidas quanto a sua e deixavam ao Estado, no momento da sua morte, o dobro, o triplo e frequentemente o quádruplo do que ele perdia, eles só saíam de cena deixando um ou mais substitutos com a mesma força que eles. A economia, a poupança, ousou dizer, a avareza de um homem que entesourou, não é jamais perdida para o Estado, cuja existência não deve nunca ser considerada de maneira abstrata no momento presente, mas a posteridade faz disso uma parte. Os avaros e os econômicos não encerram seu dinheiro nos cofres, eles o fazem circular em benefício dos contemporâneos e da posteridade, com isso as pessoas econômicas, sem outro luxo a não ser uma facilidade e uma comodidade burguesas, podem sobreviver de um comércio e de um negócio honesto e fácil, enquanto, pela devastação que o luxo faz, o menor contratempo, a menor perda, desgraçam a fortuna de um homem, e os meios comuns não são suficientes, eles são obrigados a recorrer a meios violentos e arriscados. O comércio e o negócio degeneram muitas vezes em jogos de azar, o remédio é pior do que a doença, e arruína-se muito<sup>170</sup>. Silêncio sobre o quanto essa dura necessidade de

---

170 Aquele que consome pouco e lentamente, diz um autor moderno, se contenta com pequenos lucros e pode esperá-los, *molti pochi fanno un assai* (“muito poucos fazem muito”, N. do T.), disse a mais econômica das nações, mas, ao contrário, aquele que consome rapidamente e em profusão, quer adquirir e recuperar da mesma forma. Se os provérbios não fossem proscritos, poderíamos citar o provérbio francês, tão enérgico quanto o italiano, *pequenos riachos fazem os grandes rios*. (N. do A.)

ser e de parecer corrompe os costumes, *reduzindo todas as nossas paixões à sede do ouro*, e isso pela honra que disso resulta. O efeito se volta contra a causa. Semelhante a essas infelizes vítimas do amor que, por um sentimento de honra, asfixiam os frutos de suas paixões ilegítimas e os gritos da natureza, vítimas da honra, nos tornamos aquelas da vergonha. Tudo conspira no luxo a corromper os costumes, ele eclipsa, sufoca as virtudes ou, antes, as deprava. Ele só conhece os prazeres, que são tão ilusórios quanto as honras que o luxo atrai. A esperança cria a ilusão e adula sobre o futuro, o espírito deixa-se enganar pelo coração. Quer-se obter a consideração, desfrutar o momento presente, evitar o desprezo atual, qualquer outra consideração desaparece, fica-se atordoado pelas consequências, fecham-se os olhos para não ver, como esses pássaros que, perseguidos pelos caçadores, enfiam a cabeça na areia e se acreditam a salvo do perigo uma vez que não os veem mais.

Para ver por exemplos de fato o mal que o luxo faz para o comércio, tudo o que temos a fazer é passar os olhos sobre o estado de certo porto de mar no Mediterrâneo, em que tudo conspira para a vantagem daqueles que ali se envolvem. Que se faça em seguida a enumeração daqueles que ali se arruinaram e desafio quem quer que seja a encontrar outra causa que não seja o luxo excessivo. Se se tivesse feito nesse porto o comércio com espírito de comércio, essa cidade teria sido um viveiro de ricos, onde a capital teria encontrado os recrutas para aqueles que devem se arruinar ali. Os troncos permanecerão para sempre por lá e se multiplicarão. Há muitas outras raízes que o luxo resseca e impede de se ramificar. Há setenta anos que os maiores negociantes de uma cidade que foi, e é ainda, uma das mais comerciantes da Europa (Amsterdã) não tinham nem jardins, nem casa de campo comparáveis àquelas que seus encarregados possuem hoje. A construção e

a despesa imensa de manutenção desses palácios de fadas, ou melhor, desses abismos, não é o maior mal, mas a distração e a negligência que esse luxo causa, levam muitas vezes a um grande prejuízo nos negócios e no comércio. Primeiro, só frequentamos esses lugares aos domingos e feriados, depois, ali nos divertimos, nos acostumamos, ficamos por mais tempo, nos folgamos nos empregados que cuidam de nossos negócios, perdemos o fio desses negócios, não os vemos mais por nossos próprios olhos e a partir daí estamos quase arruinados. Os empregados seguem o exemplo do senhor, a desordem se intromete e renasce na sequência dos próprios esforços que fazemos para consertá-las. Que se preste ainda atenção, quanto mais ocupamos nosso tempo para ganhar dinheiro, menos tempo temos para gastá-lo. Mas o comerciante econômico não o faz circular menos em benefício do Estado no mesmo comércio. Vinte funcionários em um grande armazém são mais úteis à sociedade do que a manutenção de vinte criados. Um grande negociante, pela gestão de seu comércio, dá o pão a um número maior de pessoas do que o faz o fausto de um grande senhor. As vespas não têm de se alimentar à custa das abelhas trabalhadoras. É pelo comércio e pela economia que as fortunas de uns se fazem sem prejuízo daquela de outros, as origens delas não são suspeitas. Sabemos muito bem que essas fortunas rápidas e imensas que se fazem por outros meios são vistas como não úteis ao público, é, diz-se, um inchaço e não gordura. Espíritos de primeira grandeza veem essas fortunas prodigiosas e imensas como o veículo e o lar do luxo. São os modelos cujas cópias se multiplicam por um tempo e desaparecem para sempre. O luxo dos grandes não desperta a inveja nem a imitação, mas não podemos sofrer uma disparidade tão grande entre os iguais, donde os esforços de imitação. Entretanto, como há mais rãs do que

bois, o número daqueles que explodem é grande. Mas deixemos de lado essa discussão e paremos para mostrar que a falta de economia, ou melhor, do abuso do luxo é a causa da expatriação de muita gente e ataca a procriação por todos os lados. Um pai que tem três ou quatro filhos e que consome toda sua renda, que educou e acostumou os filhos nesse luxo, torna-os infelizes. Eles vão querer continuar no mesmo ritmo de vida sem ter os mesmos meios, o que é a fonte de muitos conflitos. Eles então se exilam, tornam-se celibatários, caem na indigência, adotam vida monástica, abraçam carreira militar e é talvez o único bem que disso resulta, mas é sempre *um corpo que devora os próprios membros*.

Se o luxo fosse mais moderado e se houvesse mais cidadãos abastados, venderíamos em Lyon, por exemplo, um terço a mais de tecidos comuns, empregariamos mais pessoas, ganharíamos mais sobre a quantidade de tecidos modestos do que ganhávamos sobre os trajes magníficos em ouro e prata. O mesmo acontece com outros ramos da indústria. A mão de obra, que seria mais barata se o luxo não tivesse encarecido as coisas de primeira necessidade, favoreceria todas as manufaturas e todas as fábricas, e aumentaria muito o comércio externo, até a própria agricultura sentiria isso. O cultivo de terras nunca é negligenciado por um povo trabalhador, sóbrio, moderado e econômico, ele segue a população e a causa por sua vez. O luxo sozinho faz negligenciar esse grande objeto. Não poderíamos jamais exagerar sobre o quanto o cultivo de terras e da população são os assuntos principais da administração e a fonte da grandeza e da opulência de um Estado. Quando essa verdade se tornasse aborrecida de tanto ser repetida, ela ainda assim não seria menos importante, é o destino de todas as verdades que se tornam lugar comum. Mas pergunto, mesmo se toda Halle,

os moradores da Savoia e as carruagens de Paris repetissem vinte vezes por dia que dois mais dois fazem quatro, isso muda a verdade dessa afirmativa? O mesmo acontece com essas verdades injustamente chamadas triviais, quase todos os provérbios estão nessa situação. Por acaso a verdade envelhece e se torna desprezível? Os provérbios a tornam vulgar por tê-la colocado na boca do povo? Assim quando a tivermos repetido ainda tantas vezes quanto foi dito, não será menos verdadeiro que o luxo excessivo é a causa da decadência dos Estados. Ele sufoca o espírito patriótico, faz desaparecer as virtudes, substitui uma falsa glória à verdadeira. É ele que faz com que haja tantos burgueses e tão poucos cidadãos. Cada um repleto por suas próprias necessidades, que a opinião e o hábito multiplicaram, não presta mais atenção àqueles do Estado. Todos os esforços são gastos nos detalhes da casa que o próprio luxo fez nascer, as engrenagens dos recursos estão quase gastas no particular, o público as encontra esgotadas. Donde esses empréstimos imensos que o Estado é obrigado a fazer e dos quais um país vizinho parece abusar. Empréstimos desconhecidos de nossos ancestrais que mascaram a fraqueza real por forças aparentes, que fazem recuar o mal, disfarçam-no, mas não o curam. Esse método dos empréstimos teria grandes vantagens se não se abusasse dele. Mas o luxo destrói os meios que poderiam torná-lo salutar. A criação de fundos públicos, quando se faz no momento certo e quando não excede a esfera da força, é uma alquimia realizada, da qual muitas vezes os próprios que a operam não entendem todo o mistério. Mas um grau muito violento de fogo pode reduzir em fumaça o ouro que está no cadinho.

A análise de todos esses princípios, ou melhor, de todas essas verdades, amplificadas pelas citações de *Horácio*, *Pérsio*, *Salústio*, *Cícero*, ilustradas de fatos históricos, tudo isso difundido em dissertações particulares, formaria um grande

volume. Mas vou me contentar com esse esboço. Indicarei somente alguns meios de desacelerar o luxo relativo<sup>171</sup>. As leis suntuárias não seriam suficientemente eficazes, elas devem às vezes se restringir a um certo tempo, como os romanos fizeram na segunda Guerra Púnica. Dessa forma, elas não respondem sempre ao objetivo que se propõem, nós as evitamos aperfeiçoando-as sobre um luxo modesto, e tudo o que se faz é torná-lo tão caro quanto um luxo pomposo. É a legislação que deve evitar esse abuso, mas o meio mais específico seria aquele que retirasse, por uma legislação sensata, essa consideração ridícula a um exterior frívolo e a ligasse a um mérito real, que destruiria esse desprezo injusto onde a simplicidade modesta é derrubada por uma depravação de gosto e de raciocínio. Aquele, digo, que, por uma sábia legislação, encontrasse o segredo para destruir esse prestígio, prestaria um grande favor à humanidade, a virtude e a imitação renasceriam, o vício e a presunção se esconderiam. Depois da promulgação das leis suntuárias, divididas em várias classes segundo as diferentes Ordens de Estado, poderíamos ainda tentar distinguir a virtude e o mérito por alguma marca equivalente à supressão do brilho exterior, para poder ao menos aspirar ao que se tenta tanto merecer. Por exemplo, todo negociante, todo comerciante no varejo, todo mercador, todo fabricante, todo artista, todo trabalhador que mostrasse ao governo que tinha aumentado suas terras e seu patrimônio de um quarto à metade pelas vias honestas e legítimas, teria uma distinção honorável, por exemplo, uma Ordem ao Mérito, que lhe renderia a estima do príncipe que indica o nível e, conseqüentemente, a consideração de seus contemporâneos.

---

171 Um autor célebre (Mirabeau) vê como uma das causas do luxo a admissão da juventude na sociedade e o afrouxamento da disciplina doméstica. As desvantagens desse uso ali são desenvolvidas de maneira superior, e não seria demais ler esse excelente trecho. (N. do A.)

Todo homem que, na sua morte, não tivesse deixado a seus filhos ou a seus herdeiros o patrimônio e os bens de seu pai, perderia o título distintivo e receberia uma leve desonra, a menos que acidentes inevitáveis tivessem sido a causa. Disso ninguém quase se arruinaria, mas essa lei pareceria tirania e não poderia se estabelecer sem grandes restrições. Poderíamos estabelecer leis que servissem de obstáculos à despesa louca das pessoas e ao luxo relativo daqueles que se arruinam por não parecê-lo. Poderíamos estabelecer ajudas reais por bancos de empréstimos para fortalecer e levantar a tempo aqueles que começam a cair, colocando-os a salvo dos agiotas e dos meios violentos que os esmagam. Seu crédito estando sustentado, sua fortuna se reergueria, se ao mesmo tempo lhes fossem atribuídas distinções honoráveis por aqueles que passaram por perdas e adversidades acidentais e que tivessem recorrido a tempo a esses expedientes para restabelecer suas fortunas, evitando ao mesmo tempo toda despesa inútil e frívola, por meio do que uma casa, que se reduziria a tempo, receberia os meios de se restabelecer de uma forma tão honrada quanto útil. Esses expedientes seriam talvez mais fáceis na prática do que se imagina e de utilidade surpreendente, mas isso seria assunto de um tratado em particular. Demonstramos que somos inteiramente mártires da opinião, e é correndo atrás de honras que as perdemos, é um ídolo que bajulamos, correndo o risco de nos tornarmos sua vítima. Tomamos a sombra pelo corpo. Há menos pródigos do que se pensa, arruinamo-nos só pelo pavor de que isso aconteça e pelo medo de perder a consideração pública. Aí estão os motivos que jogam enfim tantas pessoas em empreendimentos arriscados, como esses doentios que, para gozar de um vigor que sua constituição não comporta, se abandonam aos charlatães, que em pouco tempo destroem o resto de sua saúde e de sua vida, enquanto um bom regime lhes teria feito ir até o fim

de seu caminho com bem-estar e sem incômodos. Aí está o grande segredo da decadência de tantas famílias nobres, burguesas, comerciantes, mercadoras, foi isso que semeou a miséria tão próxima da opulência.

*Costume, opinião, rainha do nosso destino,  
Você rege dos mortais a vida e a morte.*

Cada um faz esforços para parecer acima de sua condição, para obter uma consideração superior a ela. Os prudentes são aqueles *que vivem como pobres para parecerem ricos*, tanto isso é verdade que preferimos muitas vezes a moral da opinião ao bem-estar físico: é talvez o maior esforço da virtude e do vício. É então na opinião e na moral que devemos buscar a fonte desse vício. As condições estando menos misturadas, o luxo se encontraria mais à vontade e no devido lugar, e o bom gosto seria mais delicado, sendo menos comum. Nenhum ramo da indústria seria suprimido, mas as flores não tomariam o lugar dos frutos. O luxo corrigido poderia até ser restrito em tempos de guerra segundo as circunstâncias, fazendo ceder o interesse particular no bem público e eliminando pequenos inconvenientes para evitar os grandes.

Que não se esqueça que concordo que o que é luxo em um tempo e para uma ordem ou classe de pessoas não o é para outros: isso seria confundir luxo com despesa. O luxo que destrói uma pequena República não destruiria talvez um grande reino. Mas há um grau de luxo nocivo à monarquia mais opulenta. O uso generalizado do vinho é um luxo destrutivo para a Inglaterra, e não o é de forma alguma para a França. Há vários objetos dessa natureza. O detalhe e a análise de todas essas distinções é talvez o objeto mais importante para a humanidade. Estou convencido de que o bem público, o descanso das famílias, depende disso, assim como a glória dos soberanos, o bem-estar de nosso século e aquele da posteridade.



CARTA  
DO AUTOR AO SENHOR D.  
SOBRE O JOGO DE CARTAS

*Impresso em Londres em 1768.*



Haia, 19 de maio de 1767.

Acredita o Senhor que a tolerância se estabelecerá finalmente na Europa? Que os costumes se tornarão mais suaves, os homens menos maus e menos infelizes? Às vezes me gabo disso e depois me desespero. Entretanto, afinal de contas, parece-me que o gênero humano (falo da pequena porção que ocupa nossa Europa) melhorou um pouco. Mas, o que talvez o surpreenda é que, entre as várias causas às quais minha imaginação atribui essa revolução nos costumes, vejo o gosto universal pelos jogos de cartas como um dos motivos mais ativos que tem, por assim dizer, transformado o gênero humano na Europa. Não vá o Senhor imaginar que não percebo todo o mal que o furor pelo jogo faz em um e outro sexo, mas disso resultaram vantagens que poderiam contrabalançá-lo e vencê-lo no fim das contas.

Primeiro, aqui está meu raciocínio. Antes dessa época os dois sexos estavam menos unidos, quero dizer que estavam menos juntos em sociedade, em companhia. Os homens eram mais assim: havia as camarilhas, íamos às tabernas, ali havia mais bêbados e, conseqüentemente, mais ligações, mais amizade. O tédio, uma das maiores causas do desenvolvimento da perfectibilidade humana, excitava os homens a cultivar seus talentos, a se ocupar, a estudar,

a trabalhar, a conspirar, a fazer intrigas. A política era o assunto das conversas que o lazer e o tédio faziam nascer. Controlava-se o governo, reclamava-se dele, conspirava-se e encontrava-se amigos a quem se confiar, as grandes virtudes e os grandes vícios eram mais comuns. Por outro lado, os olhares dos homens, diante de um tapete verde por meio do talismã das cartas, não se satisfaziam com os encantos das mulheres. A amizade e o amor eram paixões. No presente, graças às cartas, não somos mais do que paqueradores, temos muitos conhecidos e nenhum amigo, muitas amantes e nenhuma amada. Um muçulmano que contemplasse com olhos asiáticos nossas grandes assembleias teria a malícia de acreditar que os paxás europeus têm seu harém em comum. O Senhor achará então que o jogo que mistura e confunde os homens e as mulheres na sociedade, ainda mais que as cartas, deve necessariamente desacelerar a energia do amor. Acrescente a isso que os esforços para fugir do tédio estão mais lentos por conta dessa diversão. Do relaxamento desses três motivos, combine os efeitos e calcule os resultados. A vida mais sedentária à qual esse eterno divertimento reduz os dois sexos enfraquece o corpo, donde resulta na física e na moral num novo sistema de costumes, de temperamentos e de constituição. A magia do jogo de cartas forma um lar comum de quase todas as paixões em miniatura, todas elas ali encontram, por assim dizer, seu alimento. É verdade que quase tudo ali é microscópico e mais ilusório ainda do que a ilusão comum. A ideia confusa de felicidade e de infelicidade ali se encontra, até a vaidade se interessa, o jogo parece estabelecer uma igualdade ilusória entre os jogadores, é o veículo que reúne na sociedade os indivíduos mais discordantes. A avareza e a ambição são suas motivadoras, o gosto generalizado pelo prazer lisonjeia-se de se satisfazer por essa diversão. As damas fazendo parte, o amor ali deve estar. A

esfera de nossas paixões se encontra encolhida, concentrada e confinada a uma pequena órbita. Todas as paixões se encadeiam nelas mesmas, evaporam-se e esgotam-se longe de sua fonte e de seu objetivo. O tédio, o lazer, a preguiça, a avareza, a ambição e a ociosidade devoram em comum uma comida sem sentido, que enfraquece sua força e sua atividade, e como da fermentação dessas grandes paixões resulta normalmente mais mal do que bem, o gênero humano mais ganhou do que perdeu. Não há mais grandes virtudes, mas também deixamos de ver grandes crimes, os assassinatos, os envenenamentos e todos os horrores das guerras civis são incompatíveis em uma nação onde os homens e as mulheres perdem uma parte tão grande de seu tempo com os jogos de cartas.

Reclamamos com razão que não vemos mais desses gênios criadores e devorantes, não mais do que esses indivíduos heroicos, cujo patriotismo e virtude enobreciam a espécie humana. Mas como esses presentes do céu foram sempre raros! Enquanto essa complicação de perversidades e de horrores que desonram a natureza humana era tão comum antigamente que quase não surpreendiam mais. “Um malvado, um inimigo”, diz Zoroastro, “encontra cem vezes por dia a ocasião de prejudicar, e um homem virtuoso não encontrará às vezes em um ano a ocasião de fazer o bem a seu amigo”. O gênero humano acredita-se dispensado de imitar e seguir os grandes modelos dos quais se sente incapaz, mas tem muita propensão a se deixar levar pela torrente dos maus exemplos. O Senhor sente (ainda que esses princípios pareçam distantes da minha tese) o quanto podemos aplicá-los para apoiar meu sistema. A embriaguez de uma diversão frívola, que engana e que ilude o efeito das paixões, enfraquece o entusiasmo do coração e do espírito. As virtudes são por isso muitas vezes podadas, mas os vícios, e principalmente os crimes que são em

maior número, o são mais. Assim não contradigo de maneira alguma o que aprendi de meus mestres: conheço ainda de cor uma tirada de Diderot sobre as paixões, aqui estão suas próprias palavras: “Reprendemos sem fim as paixões, lhes imputamos todas as penas do homem e esquecemos que elas são também a fonte de todos os seus prazeres. Só há as paixões, e as grandes paixões, que podem elevar a alma às grandes coisas: sem elas, nada mais de sublime, seja nos costumes, seja nas obras. As belas artes voltam à infância e a virtude se torna minuciosa. As paixões sóbrias tornam os homens comuns. A amizade nada mais é do que circunspecta se os riscos de um amigo me deixam os olhos abertos aos meus. As paixões amortecidas degradam os homens extraordinários. O aprisionamento extermina a grandeza e a energia da natureza.”<sup>172</sup>

Admitindo e adotando essas sublimes ideias, acredito poder afirmar que as cartas, entretanto, prepararam o espírito e o coração humanos para receber as impressões que os progressos dos conhecimentos e das luzes deviam operar no governo e nos costumes. Talvez, com o tempo, poderemos dispensar esse andaime e, a partir de então, a virtude e a razão poderão ter maior ascensão. Esse paradoxo não me parece indigno de suas reflexões. Gostaria que se fizesse um programa acadêmico, isto é, *se a invenção do jogo de cartas, o progresso desse divertimento e sua universalidade, contribuíram para mudar os costumes na Europa*. Uma pena sábia e erudita poderia dissertar amplamente sobre os jogos dos antigos, sua natureza, seus efeitos e suas diferenças essenciais dos jogos que ocupam atualmente as sociedades. Depois, chegando à época de Charles VI, quando se inventou o jogo de cartas, seguir seus progressos e observar as nuances imperceptíveis dos costumes que seguiram, por assim dizer, esses

---

172 DIDEROT, Denis. *Pensées philosophiques*. À La Haye [Paris], aux dépens de la Compagnie, 1746. (N. do T.)

progressos. Diga-me, eu lhe peço, seu sentimento sobre isso e esteja convencido de que sou seu admirador, assim como seu muito humilde e obediente servo.

P.S.: Como meu programa comentado poderia cair um dia em mãos menos indulgentes que as suas, permita-me, Senhor, que acrescente algum esclarecimento sobre esse novo sistema, o que o tornará menos paradoxal. Afirmo que foi necessária a concorrência de várias causas para polir a Europa e suavizar os costumes ao ponto atual, mas presumo que entre as causas salientes, conhecidas e confessadas, pode haver uma causa obscura, subalterna, imperceptível, que, agindo de maneira mais generalizada e sem parar, pode ter servido às vezes de espora, às vezes de freio às outras. Essa causa bem poderia ser o jogo de cartas. Não admito menos por isso do que as causas seguintes para ter feito muito bem à Europa.

- I. A abolição do governo feudal. Isso tirou do caos os princípios do governo.
- II. A descoberta da América, aumentando o comércio, o ouro, a prata e a indústria, multiplicou de maneira assombrosa na Europa o número de abastados e de ricos e contribuiu, por um efeito colateral, para restabelecer maior igualdade entre os homens, o que não contribuiu pouco para fazer desabrochar essa liberdade que se levantou de todos os lados sobre os escombros do despotismo e da barbárie. Isso compensou todo o mal que essa descoberta, aliás, causou ao gênero humano, se alguma coisa pode compensar o despovoamento que se trouxe do novo mundo até a fonte do prazer e da existência. Os costumes atrozos se humanizaram. Provei essa tese em um escrito que não foi impresso.<sup>173</sup>

---

173 Na própria obra que foi publicada aqui. (N. do A.)

- III. A imprensa, o progresso das artes e das ciências, espalhando as luzes e os conhecimentos, só podiam suavizar os costumes.
- IV. A triste experiência começa a desenganar os príncipes e os súditos do maquiavelismo espiritual que não encontra mais tantos adeptos. Estamos muito esclarecidos para lutar por silogismos e por questões abstratas. É de se acreditar que quando tivermos esgotado todos os erros políticos e morais nos aproximaremos mais de uma condição mais perfeita. Os homens reconhecerão um dia que eles têm muito trabalho para serem maus e infelizes, e que é bem mais fácil ser virtuoso e feliz, tanto quanto nossa natureza o comporte. Os príncipes se desiludem cada vez mais com o maquiavelismo. Acredito ter demonstrado, em algum lugar<sup>174</sup>, que os interesses dos príncipes não se sobrepõem e estou convencido de que o mesmo acontece com as pessoas. Esses princípios, uma vez bem desenvolvidos e servindo de base para a educação pública e universal, poderiam um dia nos fazer reclamar uma posteridade mais feliz, e a *aetas parentum* de Horácio<sup>175</sup> seria verdadeira na razão inversa.

FIM

---

174 Na *Carta sobre a inveja do comércio*. (N. do A.)

175 *Aetas parentum, pior avis*. Horácio, Carmina 3.6.46. O tempo de nossos pais foi pior do que o dos nossos avós. (N. do T.)



## RAÍZES DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Com esta coleção, a SEGESTA EDITORA visa divulgar no Brasil obras inéditas de autores que são considerados fundamentais na formação do pensamento econômico e que, pela abordagem universal das questões, muito podem enriquecer o debate sobre os grandes temas econômicos da nossa época.

Convém salientar que as obras da coleção RAÍZES DO PENSAMENTO ECONÔMICO são cuidadosamente editadas na sua integralidade.

### **Neste mesmo projeto editorial, já publicamos:**

- *Da moeda* (1751), de Ferdinando Galiani (coedição com a Musa Editora)
- *Economistas políticos*. Escritos de Adam Smith, William Petty, Nicholas Barbon, Pierre de Boisguilbert, Benjamin Franklin, Encyclopédie de Diderot e D’Alembert, Turgot e David Ricardo (coedição com a Musa Editora)
- *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral* (1755), de Richard Cantillon
- *Breve tratado das causas que podem fazer os reinos desprovidos de minas ter abundância de ouro e prata* (1613), de Antonio Serra
- *Diálogos sobre o comércio de cereais* (1770), de Ferdinando Galiani
- *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas* (1355), de Nicole Oresme
- *Tratado mercantil sobre a moeda* (1683), de Geminiano Montanari
- *Economistas portugueses*: Francisco Manuel de Melo e Duarte Ribeiro de Macedo
- *Novos princípios de economia política* (1819-1827), de Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi
- *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo
- *Escravidão, pobreza e mendicância*. Escritos de Benjamin Franklin, Francesco Maria Gianni e Pompeo Neri

Mais informações estão disponíveis no site da editora:

[www.segestaeditora.com.br](http://www.segestaeditora.com.br)

O e-mail é: [segesta@uol.com.br](mailto:segesta@uol.com.br)